

e-ISSN: 2238-3824

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

caligrama

revista de estudos românicos

V. 27, n. 1

Janeiro / Abril 2022

CALIGRAMA

REVISTA DE ESTUDOS ROMÂNICOS

V. 27 - N. 1
Jan. - Abr. 2022

Organizadores:

Maria do Socorro Vieira Coelho
Danilo Barcelos
Aléxia Teles Duchowny

e-ISSN 2238-3824

CALIGRAMA	Belo Horizonte	v. 27	n. 1	263p.	Jan. - Abr. 2022
-----------	----------------	-------	------	-------	------------------

COMISSÃO EDITORIAL

Aléxia Teles Duchowny
Larissa Santos Ciríaco
Lia Araujo Miranda de Lima

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Chiarini (UFMG)	Maria Célia Lima-Hernandes (USP/CNPq)
Célia Marques Telles (UFBA/CNPq)	Maria del Carmen Daher (UFF/CNPq)
César Nardelli Cambraia (UFMG/CNPq)	Maria Eugênia Olímpio de Oliveira (UFBA)
Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG)	Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Haydée Ribeiro Coelho (UFMG/CNPq)	Maria Maura Cezario (UFF/CNPq)
Ida Lucia Machado (UFMG/CNPq)	Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)	Martine Kunz (UFC)
Leda Maria Martins (UFMG/CNPq)	Mirta Groppi (USP)
Leila de Aguiar Costa (UNIFESP)	Pedro Ramos Dolabela Chagas (UESB)
Leonardo Francisco Soares (UFU)	Raquel Meister Ko. Freitag (UFS/CNPq)
Lilián Guerrero (UNAM)	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
Lineide do Lago S. Mosca (USP)	Roberto Mulinacci (U. degli Studi di Bologna)
Lúcia Castello Branco (UFMG/CNPq)	Roberto Vecchi (Univ. degli Studi di Bologna)
Lúcia Fulgêncio (UFMG)	Sara Rojo (UFMG/CNPq)
Magnólia Brasil (UFF)	Saulo Neiva (Université Clermon Ferrand II)
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP/CNPq)	Sebastião C. Leite Gonçalves (UNESP-SJRP/CNPq)
Márcia Arbex (UFMG/CNPq)	Sérgio Romanelli (UFSC)
Márcia Paraquett (UFBA)	Silvia Inés Cárcamo de Arcuri (UFRJ)
Marcos Antônio Alexandre (UFMG)	Vera Lúcia de C. Casa Nova (UFMG/CNPq)
Maria Antonieta A. de M.Cohen (UFMG/CNPq)	Walter Carlos Costa (UFSC/CNPq)

Secretaria: Setor de Publicações (periodicosfaleufmg@gmail.com)

Projeto de capa: Philippe Enrico

Diagramação: Naila França Eleutério

Revisão: Carolina Garcia, Anna Izabella Miranda, Tikinet

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

Caligrama: revista de estudos românicos, v. 1, dez. 1988 - . Belo Horizonte, MG :

Faculdade de Letras da UFMG

il. ; 22cm

Título anterior: Estudos Românicos, 1981-1985, n. 1-3.

Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan./jun. 2010

Periodicidade quadrimestral, a partir do v. 23, n. 1, jan./abr. 2018

ISSN: 0103-2178

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica – História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais / Brasil

Setor de Publicações | Sala 4003 - Fone: (31) 3409-6009

e-mail: periodicosfaleufmg@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação

Danilo Barcelos	
Maria do Socorro Vieira Coelho	6

IV DIVERMINAS

Fonologia cognitiva e variação linguística: em busca de um modelo fonológico descritivo

Cognitive phonology and linguistic variation: The quest for a phonological descriptive model

Marco Antônio de Oliveira	16
-------------------------------------	----

Atlas Linguístico do Brasil: gênese, evolução e estágio atual

Linguistic Atlas of Brazil: genesis, evolution and current stage

Vanderci Aguilera	38
-----------------------------	----

A onomástica em destaque: da sincronia à diacronia

The Onomastique: From Synchrony to Diachrony

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra	57
--	----

Os nomes próprios de rios do território de identidade 6 – Baixo sul (Bahia)

The Proper Names of Rivers in the Territory of Identity 6 – Baixo South (Bahia)

Celina Márcia de Souza Abbade	81
---	----

A esperança na toponímia: um estudo de caso do léxico toponímico de Minas Gerais

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho	109
--	-----

Falas afro-negras no dialeto mineiro: um garimpo no arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna

Black Africans' speeches in the dialect of Minas Gerais: a panning in the personal archive of Nelson Coelho de Senna

Olívia Almeida 128

As construções imperativas de 2ª pessoa do singular no português brasileiro escrito dos séculos XIX e XX: rastros históricos do imperativo abasileirado

The Imperative Constructions of the 2nd Person Singular in Brazilian Portuguese Written in the 19th and 20th Centuries: Historical Traces of the Brazilian Imperative.

Luiz Fernando de Carvalho

Márcia Cristina de Brito Rumeu 150

Escola Estadual de Ensino Médio Cabanas e Escola Estadual João Ramos Filho: estudo do processo da dupla nomeação de uma instituição escolar na cidade de Mariana (MG)

Cabanas State High School and João Ramos Filho State School: a study on the double process of naming an educational institution in the municipality of Mariana (MG)

Beatriz Latini Gomes Neta

Ana Paula Antunes Rocha 174

Acervo de escritores mineiros: a potência dos arquivos literários

Acervo de escritores mineiros: the power of literary archives

Reinaldo Martiniano Marques 192

A literatura de viagem do século XIX como fonte para o estudo do patrimônio cultural de três distritos de Ouro Preto (MG)

Travel literature from the 19th century as a source for the study of the cultural heritage of three districts of Ouro Preto (MG)

Maria do Carmo Pires

Alex Fernandes Bohrer 208

Quilombismo editorial e ethos discursivo: uma análise do site da Mazza edições

“Editorial Quilombism” and Discursive ethos: an analysis of the Mazza editions website

Luiz Henrique Silva de Oliveira 228

“Museus vivos das tradições humanas”: Alexina de Magalhães Pinto e sua concepção sobre o “papel eminentemente educador dos contos”

“Living museums of human traditions”: Alexina de Magalhães Pinto and her conception about the “eminent educational role of the tales”

Rita de Cássia Silva Dionísio Santos

Flávia Brocchetto Ramos 246



APRESENTAÇÃO

O Encontro Nacional, cujo tema é a “Diversidade Linguística em Minas Gerais – Diverminas”, completou 10 (dez) anos em 2020. No intuito de dar prosseguimento às atividades realizadas nas edições anteriores (2010, 2014 e 2017) e garantir a divulgação, em âmbito nacional, da expressiva produção sobre a diversidade linguística em Minas Gerais, com trabalhos que versam sobre estudos linguísticos e literários, e contando com a participação de docentes e discentes de variado número de universidades brasileiras, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), organizou o IV Encontro sobre a Diversidade Linguística de Minas Gerais – SERTão GERAIS: Linguagem, História e Memória.

Os estudos sobre a língua portuguesa no Brasil têm sido objeto de investigação de inúmeros grupos de pesquisa no país desde a década de 1990, tendo se intensificado no início dos anos 2000. Muitos eventos vêm sendo realizados sobre vários aspectos do português brasileiro em geral, inclusive sobre sua história. O IV Diverminas foi o que congregou pesquisas sobre o português mineiro, sua história e sua diversidade, incluindo, também, trabalhos sobre o português brasileiro e suas variantes realizadas em outros estados, estabelecendo um diálogo com aqueles estudos elaborados sobre dados mineiros. Além disso, a quarta edição do evento contemplou uma ampla discussão sobre a produção literária mineira, pensando o multifacetado e plural fazer literário em suas múltiplas acepções.

A idealização dessa série de encontros surgiu da constatação, por parte de pesquisadores da FALE/UFMG e do ICHS/UFOP-Mariana-MG, da existência prévia, à época do I Encontro, em 2010, de um volume considerável de trabalhos científicos sobre a diversidade linguística de Minas Gerais produzidos por pesquisadores (docentes e discentes) de universidades do país, em especial as elencadas anteriormente. Tais trabalhos, contudo, careciam de organização, de uma reunião que possibilitasse a obtenção de: (a) maior visibilidade aos pesquisadores esparsos pelo estado de Minas Gerais e de outros pesquisadores sobre

Minas Gerais; (b) estabelecimento de novas metas que permitissem uma continuidade do trabalho já realizado, com refinamento de metodologias e discussões sobre conceitos fundamentais, além de parcerias entre as instituições participantes, no sentido de se constituir uma rede de pesquisas sobre o tema.

O evento deveria servir, pois, como um espaço destinado à discussão desses aspectos e ao fomento de novas pesquisas, dando suporte e subsídios para a criação do mestrado em Letras do ICHS/UFOP, principalmente à linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Tais etapas foram cumpridas; o I e o II Encontros sobre a Diversidade Linguística de Minas Gerais foram realizados com sucesso, respectivamente, em 2010, nos *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nas cidades de Ouro Preto e Mariana, e, em 2015, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, em Mariana. O I Encontro contou com a presença de 90 participantes e, no II, houve um aumento considerável de participantes: 170. Participaram de ambos os encontros professores-pesquisadores e estudantes de pós-graduação e de graduação. Também o mestrado em Letras do ICHS foi criado e se encontra em pleno funcionamento, como já estava em setembro de 2015, quando da realização do II Encontro.

O III Encontro foi sediado na FALE/UFMG, sob a organização dos cursos de Letras da UFMG, da UFOP e da Unimontes, e contou com a participação de docentes de outras universidades brasileiras. Devido à diversidade dos simpósios temáticos, que incluíram trabalhos de áreas diversas tanto da descrição linguística quanto da influência e repercussão das pesquisas sobre variação na Educação Básica, um público bastante diversificado compareceu ao evento, o que ensejou contribuições valiosas para o ensino da variação linguística na formação inicial e continuada de docentes.

Inicialmente, o IV Diverminas foi idealizado para se realizar presencialmente no *campus* Darcy Ribeiro da Unimontes, no período de 1º a 3 de abril de 2020. O objetivo deste IV Encontro Nacional sobre a Diversidade Linguística em Minas Gerais foi integrar professores, pesquisadores e estudantes da graduação e da pós-graduação de universidades brasileiras, mediante apresentação acadêmico-científica de pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Letras, tendo como enfoque a diversidade linguística e literária de Minas Gerais em suas diferentes formas de expressão. O encontro foi organizado com 15

(quinze) simpósios temáticos, sendo 7 (sete) dedicados aos Estudos Linguísticos, 7 (sete) aos Estudos Literários e 1 (um) aos Estudos de Linguagem e Ensino. Além disso, inicialmente, o evento contaria com 4 (quatro) mesas redondas que discutiriam produções sobre Linguística e Literatura em Minas Gerais em interface com pesquisas e produções de outros estados, 4 (quatro) minicursos e 2 (duas) oficinas, além de lançamentos de livros. Portanto, tratava-se de um evento nacional.

Porém, em função da pandemia de covid-19, o evento foi redesenhado para o formato virtual, sendo realizado entre os dias 23 e 27 de novembro de 2020, contando com 5 (cinco) mesas redondas e 12 (doze) simpósios temáticos, e atividades *on-line* nos três turnos dos dias em que o evento ocorreu. Em função do formato virtual e da impossibilidade de atividades simultâneas, o evento se viu reduzido, se comparado à sua organização presencial, para que todos os simpósios e mesas pudessem ser acompanhados pelos participantes e ouvintes, que gentilmente estiveram presentes de suas casas, em regime de isolamento social, o que não impossibilitou a criação de um frutífero espaço de trocas e de valorosas discussões, sendo este o primeiro evento virtual do Diverminas. Entre comunicações, conferências e mesas, no encontro, foram apresentados 63 (sessenta e três) trabalhos, aos quais assistiu um público médio virtual de 150 (cento e cinquenta) participantes por atividade *on-line*, via plataforma Google Meet. Todas as atividades estão disponíveis no canal do evento no YouTube¹.

Como já ocorrera nos eventos anteriores, em que foram homenageados professores e pesquisadores importantes para os estudos da diversidade linguística em Minas Gerais, no IV Diverminas, não poderia ser diferente. Assim, prestaremos nossa homenagem às professoras doutoras da UFMG Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Estudos Linguísticos) e Constância Lima Duarte (Estudos Literários).

A Professora Cândida Trindade Costa Seabra é precursora na área de conhecimento e expansão dos estudos da Onomástica em Minas Gerais e atua na formação de pesquisadores nesse ramo do conhecimento linguístico. Além da realização de pesquisas importantes nessa área, Cândida Seabra tem contribuído para a divulgação de estudos nas Ciências do Léxico, gerando um fazer científico que enriquece o entendimento do português do Brasil, especialmente o do falar mineiro.

¹ <https://www.youtube.com/channel/UCq9zSou7DLYILv49MYXf7Og>

A pesquisadora segue as recomendações de Amadeu Amaral, ao registrar o português mineiro falado pelos genuínos caipiras, roceiros e pessoas idosas – dialeto acantado em pequenas localidades mineiras que não acompanharam de perto o crescimento do meio urbano. Cândida Seabra é professora da FALE/UFMG desde 1996. Possui Mestrado em Língua Portuguesa (1994) e Doutorado em Linguística (2004) pela UFMG, Pós-Doutorado pela USP (2009) e pela Unisinos (2017).

A professora possui relevante e robusta produção bibliográfica, como a organização, em parceria, das publicações: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia* (2012) e *Toponímia e cartografia histórica de Minas Gerais: contribuições e perspectivas de estudos* (2017). Coordenou o GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL (2012-2014). Atualmente, coordena o Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (FALE/UFMG/CNPq), é integrante do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica (FALE/UFMG/CNPq), subcoordenadora do Centro de Memória da FALE/UFMG e diretora da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

A Professora Constância Lima Duarte investiga, perscruta e questiona o lugar da mulher nos campos histórico e literário. Seus estudos sobre a escrita feminina e feminista no Brasil sublinham um perfil intelectual coerente, destacando-a como uma das pioneiras em um universo de investigação que desconhecia ou minimizava a participação da mulher no âmbito da intelectualidade, da ciência e da escrita. É pesquisadora do CNPq, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA) e do Centro de Estudos Literários da UFMG, além de coordenar o grupo de pesquisa Letras de Minas/Mulheres em Letras. Possui Mestrado em Literatura Portuguesa pela PUC-RJ (1980) e Doutorado em Literatura Brasileira pela USP (1991). Na pesquisa do Pós-Doutorado, realizado em 2002 e 2003 na UFSC e na UFRJ, desenvolveu o projeto “Literatura e feminismo no Brasil: trajetória e diálogo”. É autora dos livros *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX: dicionário ilustrado*; *Mulheres de Minas: lutas e conquistas*; *Mulheres em Letras: antologia de escritoras mineiras*; *Literatura do Rio Grande do Norte – antologia*; *Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo*, entre outros.

Este Dossiê da *Caligrama: Revista de Estudos Românicos* possui textos escritos por participantes do Diverminas 2020/Unimontes, da grande área de Letras, abarcando trabalhos tanto da Linguística quanto da Literatura. Os trabalhos reunidos nesta produção resumem, de certa forma, as

discussões relevantes empreendidas ao longo dos dias do evento em 2020 e buscam contribuir para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na área de Letras e Linguística, destacando a importância da ciência para o desenvolvimento humano em tempos de constantes ataques às instituições públicas de ensino superior, às coordenações e fundações de fomento à pesquisa e às universidades brasileiras, em tempo delicado de obscurantismo e de cortes sistemáticos de verbas.

O livro que ora apresentamos está organizado em capítulos distribuídos em duas seções. A primeira contém textos da área da Linguística e a segunda, da Literatura ou temas a ela relacionados. Para cada uma das seções, anexamos um breve resumo dos textos e do panorama geral do que se encontra nele organizado.

Inicialmente, o professor doutor Marco Antônio de Oliveira, da PUC-Minas e da UFMG, no texto “Fonologia cognitiva e variação linguística: em busca de um modelo fonológico descritivo”, objetivando responder qual seria o modelo descritivo ideal para incorporar a natureza ecológica e etológica da variação linguística, discute concepções existentes acerca da questão da variação linguística na perspectiva do Sistema Adaptativo Complexo (SAC), uma pauta há muito perseguida pelos linguistas, isto é, o motivo das línguas apresentarem variação e, eventualmente, mudanças. Após examinar, minuciosamente, alguns modelos existentes, Oliveira aponta um possível modelo para se descrever a variação fonológica sob a perspectiva da linguagem enquanto um SAC.

No capítulo seguinte, “Atlas Linguístico do Brasil: gênese, evolução e estágio atual”, de Vandercy de Andrade Aguilera (UEL), o autor descreve as atividades científicas desenvolvidas pelo ALiB ao longo de 25 anos de pesquisa, desde 1996. Além disso, mostra o volume de trabalhos já realizado, apresenta os caminhos teóricos e metodológicos percorridos ao longo da trajetória, os quais têm contribuído para a formação de novos pesquisadores, e convida a comunidade acadêmica para continuar a desenhar o retrato do português brasileiro.

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, em “A Onomástica em destaque: da sincronia à diacronia”, analisa o espaço geográfico mineiro e apresenta um panorama das pesquisas em Onomástica desenvolvidas no Programa de Pós-graduação da UFMG, ressaltando tanto a perspectiva sincrônica quanto a diacrônica e os objetivos dos trabalhos. Ademais,

a autora apresenta uma síntese científica dos estudos acadêmicos sobre o nome próprio, apontando seus desdobramentos, haja vista que grande parte destes estudos foram orientados por ela. Salienta, ainda, a necessidade de mais trabalhos sobre o tema em Minas Gerais e em outras instituições brasileiras.

Dando prosseguimento ao estudo sobre os nomes próprios, Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB) oferece um capítulo intitulado “Os nomes próprios de rios do território de identidade 6 - Baixo Sul (Bahia)”, no qual apresenta um estudo descritivo dos nomes próprios dos rios de uma região baiana sob a perspectiva teórica da Toponomástica. Seu trabalho tem como objetivo resgatar aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais do povo baiano.

Ainda na seara dos nomes próprios e atrelada ao projeto dos estudos do léxico toponímico em Minas Gerais (ATEMIG/FALE/UFMG), Ana Paula Mendes Alves de Carvalho (IFMG), no capítulo “A *esperança* na toponímia: um estudo de caso do léxico toponímico de Minas Gerais”, sob a proposta teórico-metodológica da Onomástica, estuda a presença da lexia *esperança* em 853 municípios de Minas Gerais. Os resultados mostraram significativa presença de *animotopônimos eufóricos*, que designam a ideia de esperança e prosperidade e assinalam o estado de espírito otimista do denominador no momento da nomeação.

Beatriz Latini Gomes Neta (UFOP) e Ana Paula Antunes Rocha (UFF), em “Escola Estadual de Ensino Médio Cabanas e Escola Estadual João Ramos Filho: estudo do processo da dupla nomeação de uma instituição escolar na cidade de Mariana (MG)”, prosseguindo com o estudo sobre o léxico sob a ótica da Toponímia e de sua subárea Onomástica, também, em terras mineiras, analisam as motivações dos nomes das escolas públicas situadas na cidade de Mariana (MG). Nesse estudo, apresenta-se a análise dos dados e reflexões de ordem teórico-metodológica especificamente de três topônimos: a Escola Estadual “Dom Benevides” e a Escola Estadual “Dom Silvério Escola Estadual de Ensino Médio do Bairro Cabanas”. As autoras destacam a importância de pesquisas com tal enfoque para a preservação consciente da memória de uma comunidade.

Mais um estudo sobre o português mineiro é apresentado no capítulo que se segue, “Falas afronegras no dialeto mineiro: um garimpo no arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna”. Nele, Olívia Almeida (USP) investiga e noticia, sob a perspectiva filológica e histórica, dados da

vida de Nelson Coelho de Senna (1876-1952) e sua produção, tendo como base a obra *Elucidário de africanismos: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana*. O rico acervo, ainda não explorado devidamente por pesquisadores, está constituído por textos datiloscritos e manuscritos, que retratam a presença da língua afronegra, entre outros estudos sobre as heranças linguísticas em Minas Gerais.

Finalizando esta seção, Luiz Fernando de Carvalho (UFMG) e Márcia Cristina de Brito Rumeu (UFMG), em “As construções imperativas de 2ª pessoa do singular no português brasileiro escrito dos séculos XIX e XX: rastros históricos do imperativo abramileirado”, estudam o comportamento variável do imperativo de 2ª pessoa do singular em escritos e manuscritos mineiros dos séculos XIX e XX, tomando como suporte teórico a Sociolinguística Histórica. Dentre outros objetivos, os autores verificam se as construções imperativas de 2SG das cartas mineiras seriam mais produtivas com formas no indicativo ou no subjuntivo. Concluem que prevalece o uso do imperativo com formas de subjuntivo (paradigma de *você*) e que há evidências do imperativo abramileirado.

Na seção de textos dirigidos aos estudos literários, contamos, inicialmente, com o capítulo intitulado “Acervo de escritores mineiros: a potência dos arquivos literários”, no qual Reinaldo Martiniano Marques (UFMG) faz cuidadosa apresentação da formação museológica e cenográfica do Arquivo das Escritoras e dos Escritores Mineiros (AEM) da UFMG. Neste texto, o autor, a partir da explicação de como se constitui e se organiza o AEM, faz uma reflexão que dá destaque à potência e à importância dos arquivos literários para o desenvolvimento das pesquisas no campo dos Estudos Literários e da Cultura. Para tanto, articula o dizível e o visível, o atual e o virtual em espaço de constituição heterogênea, como é o arquivo em questão.

Na sequência, no capítulo intitulado “Museus vivos das tradições humanas”: Alexina de Magalhães Pinto e sua concepção sobre o “papel eminentemente educador dos contos”, as autoras Rita de Cássia Silva Dionísio Santos (Unimontes) e Flávia Brocchetto Ramos (UCS-Caxias do Sul) apresentam a vida e a obra da autora e folclorista mineira Alexina de Magalhães Pinto (1869 – 1921), e analisam o conto “Historia (*sic*) de um cachorrinho”, da coletânea “Contribuição do Folk-loro Brasileiro para a

Bibliotheca Infantil” (1907). No texto, destaca-se a relevante contribuição da autora para a história da literatura infantil brasileira em seu sentido amplo. Outro ponto de destaque desse trabalho é a importância atribuída ao papel desempenhado pelas histórias que possibilitam a fabulação no processo de aprendizagem, visto que elas transcendem os limites de tempo, modo e de formas de representação convencionais das narrativas.

O terceiro capítulo da seção de textos dedicados à Literatura tem por título “A literatura de viagem do século XIX como fonte para o estudo do patrimônio cultural de três distritos de Ouro Preto (MG)”. Neste texto, os autores Maria do Carmo Pires (UFOP) e Alex Fernandes Bohrer (IFMG) comentam a relação existente entre as práticas culturais relatadas nos diários dos viajantes que passaram pela região dos Inconfidentes no século XIX que ainda hoje acontecem na região. Essa apresentação traz consigo registros de como eram os espaços urbanos dessas localidades à época e de como algumas manifestações, como festejos e festivais, ainda presentes na memória afetiva das comunidades que hoje vivem nesses espaços, aconteciam no período, a fim de evidenciar a importância da preservação das manifestações tangíveis e intangíveis como parte do patrimônio cultural dessas localidades.

O último capítulo, intitulado “Quilombismo editorial e *ethos* discursivo: uma análise do *site* da Mazza Edições”, Luiz Henrique Silva de Oliveira (CEFET-MG/Fapemig) apresenta uma análise discursiva do *site* da Mazza Edições, objetivando evidenciar duas categorias essenciais: “o quilombismo e o *ethos* discursivo”. Depois de detida apresentação desses conceitos, o autor prossegue para a análise discursiva do *site*, apresentando-o como um espaço em que demandas e discursos de uma vasta comunidade herdeira da diáspora podem ser encontrados.

Assim, os textos neste Dossiê reunidos trazem um panorama das discussões do IV Diverminas “SERTÃO GERAIS, que ressaltam não só a importância do evento no cenário científico brasileiro mas também a necessidade de sua manutenção e continuidade, comprovada nos 12 (doze) capítulos apresentados anteriormente.

Algumas pessoas contribuíram para que este livro viesse a cabo, e, por isso, cabe fazer um conjunto de agradecimentos.

À Unimontes, à UFMG e à UFOP pela parceria para a realização do evento. Ao professor Élcio Lucas e à professora Liliane Barbosa,

coordenadores do Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos Literários e do Programa de Pós-graduação Profissional em Letras – Profletras da Unimontes, respectivamente, e à chefe de Departamento de Comunicação e Letras da Unimontes, professora Andrea Cristina Martins Pereira.

Agradecemos, também, às homenageadas do IV Diverminas, as professoras Constância Lima Duarte e Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Às professoras Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen e Ana Paula Rocha, idealizadoras do Diverminas. Ao professor Eduardo de Assis Amaral (UFMG), à professora Soélis Mendes (UFOP), à professora Leandra Batista (UFOP), ao professor Bernardo Nascimento (UFOP), da comissão organizadora geral. Às professoras e professores Ana Márcia Ruas de Aquino, Arlete Nepomuceno, Bruno Lutianny Fagundes Monção, Evilázia Ferreira Martins, Gilvan Mateus Soares, Ivana Ferrante Rebello, Marcio Jean Fialho de Souza, Osmar Pereira Oliva, Rejane Patrícia Santos Bonifácio, Rosana Fróes Santos, Rosilene Aparecida Froes Santos, Rita de Cássia Silva Dionísio Santos, Terezinha Maria Marques Teixeira e Valdilene Santos Rodrigues Vieira, da comissão executiva do evento. Às coordenadoras e aos coordenadores dos *campi* da Unimontes de Januária, professora Ros’elles Magalhães Felício; de Unaí, professora Kelly Cristina Eugênio Souto; de Almenara, professor Ciro Carlos Antunes; e de Espinosa, professora Viviane Rodrigues.

Um agradecimento especial à professora Aléxia Teles Duchowny (UFMG), pela participação na realização do evento e por estar conosco na organização deste livro que agora apresentamos a vocês. Por fim, a todos e todas que participaram conosco das discussões frutíferas naquela semana de novembro de 2020, da qual trazemos parte do conteúdo a vocês, neste momento, em forma de livro.

Danilo Barcelos
Maria do Socorro Vieira Coelho
Organizadores

IV DIVERMINAS



Fonologia cognitiva e variação linguística: em busca de um modelo fonológico descritivo

Cognitive Phonology and Linguistic Variation: The Quest for a Phonological Descriptive Model

Marco Antônio de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

maoliverbr@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-2504-6585>

Resumo: Alguns estudos já sugeriram (cf. CAMAZINE et al., 2001; CAPRA, 2007; FRANK, 2007; CORBALLIS, 2011; DI SCIULLO, 2011; ELLIS & LARSEN-FREEMAN, 2009; SINHA, 2009; TURNER, 2008) que as línguas naturais, enquanto sistemas adaptativos complexos de caráter dissipativo, estão inevitavelmente sujeitas à retroalimentação positiva, o que causa um desequilíbrio temporário no sistema, desequilíbrio esse que se manifesta na variação linguística. O desequilíbrio em questão tende a se propagar, num primeiro momento, sob o controle de atratores não periódicos, até que, sob o controle desses mesmos atratores, esse desequilíbrio se resolve e o sistema linguístico se auto-organiza, retomando sua estabilidade sob o efeito de uma retroalimentação negativa. Além disso, também se propôs que a atuação dos atratores não periódicos tem precedência sobre a atuação dos atratores periódicos, o que sustenta a proposta de que a análise da variação linguística deva considerar os aspectos etológicos e ecológicos da questão. A questão à qual me remeto agora é: qual seria o modelo descritivo ideal para incorporar essa natureza ecológica e etológica da variação linguística? Argumenta-se aqui que um modelo fonológico de natureza cognitiva é o que melhor se presta à proposta de um paradigma descritivo adequado à análise da variação linguística. Esta proposta implica (i) no rompimento com o paradigma chomskyano, sustentado por um compromisso com a modularidade, o inatismo e a crença na independência da estrutura linguística de outros processos cognitivos, e (ii) na adoção da proposta dos conjuntos radiais, de Lakoff (1987), para a formulação de um modelo fonológico descritivo ideal.

Palavras-chave: variação linguística; sistemas adaptativos complexos; fonologia cognitiva; conjuntos radiais.

Abstract: Some previous works (cf. CAMAZINE et al., 2001; CAPRA, 2007; FRANK, 2007; CORBALLIS, 2011; DI SCIULLO, 2011; ELLIS & LARSEN-FREEMAN, 2009; SINHA, 2009; TURNER, 2008) have suggested that natural languages, as complex adaptive systems of a dissipative character, are inevitably subject to positive feedback, which causes a temporary disorder in the system, manifested as linguistic variation. This disorder tends to spread itself, under the control of non-periodic attractors, until it resolves itself under the control of those same attractors and the linguistic system is reorganized to resume its stability through negative feedback. In addition, it was also proposed that the effect of non-periodic attractors takes precedence over the effect of periodic attractors, which supports the suggestion that the analysis of variation should consider the ethological and ecological aspects of language. The question to which I address myself now is: what would be the ideal descriptive model to incorporate this ecological and ethological nature of linguistic variation? It is argued here that a phonological model of a cognitive nature is the one that best lends itself to the proposal of a descriptive paradigm suitable for the analysis of linguistic variation. This proposal implies (i) a break with the chomskyan paradigm, sustained by a commitment to modularity, innatism and a belief in the independence of the linguistic structure from other cognitive processes, and (ii) the adoption of Lakoff's (1987) proposal of radial sets in the formulation of an ideal descriptive phonological model.

Keywords: linguistic variation; complex adaptive systems; cognitive phonology; radial sets.

1 Introdução

Entre as grandes tarefas da linguística está, certamente, a compreensão da variação linguística e, por consequência, da mudança linguística. Inúmeras propostas já foram apresentadas na literatura relevante sobre esse assunto, sendo que todas elas merecem nossa atenção. Algumas delas se voltam para soluções de natureza puramente estrutural, enquanto outras se voltam para uma combinação de fatores estruturais e não estruturais. Um apanhado dessas várias propostas, assim como a exposição de seus pontos de discórdia, pode ser visto em Lee e Oliveira (2006).

Mais recentemente, a ideia de se considerar a linguagem como um sistema adaptativo complexo, doravante SAC, (cf. CAMAZINE et al., 2001; CAPRA, 2007; FRANK, 2007; CORBALLIS, 2011; DI SCIULLO, 2011; ELLIS & LARSEN-FREEMAN, 2009; SINHA, 2009; TURNER, 2008) acabou permitindo que a variação linguística fosse vista por esse viés. Algumas propostas nesse sentido podem ser vistas, por exemplo, em Oliveira (2014, 2015, 2016, 2018). Entender a linguagem como um SAC não é, portanto, nenhuma novidade, como atestam esses vários trabalhos. A novidade está em levar essa concepção de linguagem para o entendimento do *por que* as línguas apresentam variação e, eventualmente, mudam.

A partir dessas propostas já apresentadas sobre a questão da variação linguística na perspectiva dos SAC's podemos destacar o seguinte:

- a. Enquanto SAC's, de caráter dissipativo, as línguas naturais estão sujeitas à retroalimentação positiva, que promove um desequilíbrio temporário no sistema, o que leva à variação linguística;
- b. Esse desequilíbrio é eventualmente resolvido pela atuação de uma retroalimentação negativa, sob o controle de atratores periódicos e não periódicos, o que leva o sistema a retomar sua estabilidade;
- c. Uma vez que os atratores não periódicos têm precedência sobre os atratores periódicos na reequilibração do sistema (cf. OLIVEIRA, 2016), fica claro que a questão apresenta não apenas aspectos estruturais, determinados pelo espaço fase do sistema, mas também aspectos ecológicos e etológicos (cf. OLIVEIRA, 2015).

É importante destacar aqui que as naturezas ecológica e etológica da linguagem implicam num enquadramento teórico diferente para uma análise linguística; mais especificamente numa perspectiva cognitivista.

Adotando, então, a perspectiva da linguagem enquanto um SAC, e utilizando esse viés teórico como nível explicativo para a própria existência da variação linguística, pretendo propor aqui um modelo descritivo que decorra do nível explicativo adotado. Pretendo argumentar em favor de um modelo descritivo baseado na linguística cognitiva, mais especificamente na proposta de Lakoff (1987) para os conjuntos radiais.

O modelo gerativista da década de 60, na medida em que se afasta das propostas comportamentistas vigentes sobre a capacidade de linguagem, pode ser considerado uma primeira versão cognitivista dessa mesma capacidade, ainda que fortemente dependente de uma sintaxe formal e de uma opção pela modularidade da mente, com um módulo dedicado à linguagem. Na verdade, nas versões iniciais do modelo gerativo temos um conhecimento linguístico dependente de uma capacidade mental inata, e essa mesma capacidade altamente dependente da biologia.

Contudo, esse paradigma cognitivista acaba se alterando e se ampliando, afastando-se bastante do paradigma chomskyano. Se pensarmos na linguagem como um SAC, seu caráter dissipativo não combina com a hipótese da modularidade. Voltando nossa atenção para a variação linguística, podemos dizer que no paradigma cognitivista ela não pode ser entendida como algo desvinculado de outras habilidades cognitivas, tais como a atenção e a consciência. São exatamente essas outras habilidades cognitivas que permitem as *affordances*, tomadas como a maneira pela qual os traços interativos que envolvem um organismo (neste caso, o falante) e seu ambiente indiciam o comportamento que esse organismo pode exibir. Em resumo, assume-se que a estrutura linguística não é independente de outros processos cognitivos.

Nota-se, então, que a proposta de se entender as línguas naturais como SAC's, e de se entender a variação linguística como um epifenômeno derivado da própria natureza da linguagem, nos leva a conceber um nível explicativo bem específico para a compreensão da variação linguística. Falta-nos, no entanto, o nível descritivo da questão, ou seja, qual seria um modelo descritivo compatível para se descrever os fenômenos da variação linguística quando consideramos as línguas pelo viés dos sistemas adaptativos complexos? Dito de outra forma, se a teoria explicativa é a dos sistemas adaptativos complexos, qual é o modelo descritivo compatível com essa teoria? Afinal, explicar e descrever são coisas diferentes.

Como já foi dito, fica claro que estou supondo que a análise da variação linguística deva se dar numa abordagem de cunho cognitivista e no restante desse texto pretendo mostrar que a proposta de Lakoff (1987), sobre os conjuntos radiais, fornece uma maneira interessante para se descrever a variação linguística na perspectiva aqui adotada.

2 O que é a perspectiva cognitivista?

Os estudos da linguagem passaram por várias perspectivas teóricas e analíticas ao longo de seu desenvolvimento. Num primeiro momento, ainda com os neogramáticos, temos a perspectiva do tempo, que deu aos estudos da linguagem um caráter essencialmente histórico, diacrônico. Aliás, para Paul (1966/1880, § 9, 11 e 12, p. 24-36) o único ‘método científico’ de se estudar a língua é o diacrônico ou histórico. Essa perspectiva foi substituída posteriormente por uma perspectiva centrada na estrutura, representada pela escola estruturalista americana e europeia, em suas várias manifestações. Já na década de 1960, vemos o surgimento de outras perspectivas igualmente importantes, como o gerativismo, a sociolinguística, a análise do discurso, perspectivas essas centradas na biologia, no social e na filosofia. No caso do gerativismo, seu representante maior, Chomsky, reagiu contra o modelo estruturalista ao afirmar que a linguística estrutural (americana) tinha um objeto de estudo falso, caracterizado como algo que se pode observar empiricamente (ou seja, os dados concretos). Para Chomsky o objeto legítimo da linguística é algo que não se observa empiricamente, que não é acessível aos sentidos, e que tem uma natureza biológica. Chomsky chamou isso de competência linguística, algo que se contrapõe àquilo que Bloomfield e Harris apregoavam (e que, para Chomsky, era outra coisa, a *performance* ou o *desempenho linguístico*, que emerge nos dados concretos). Aliás, em seu livro de 1965, *Aspects of the theory of syntax*, Chomsky é bem claro quanto a isso, ao afirmar que o problema da linguística não é o da falta de dados, mas a falta de uma teoria que explique esses dados (ou, da qual esses dados decorram como são). A proposta gerativista pode ser grosseiramente resumida da seguinte maneira:

- A. A capacidade para a linguagem faz parte de nossa herança biológica, sendo a mesma para todas as pessoas;
- B. Todas as línguas têm características em comum (GU), qualquer que seja o nível analítico observado;
- C. As diferenças entre as línguas são apenas superficiais e se devem a particularidades línguo-específicas;

D. Todas as línguas se explicam em termos de todas as outras línguas.

Então podemos dizer que a proposta gerativista da década de 60 se configura como uma perspectiva cognitivista, na medida em que pode ser considerada uma primeira teoria da mente, de caráter modularista. Mas é na década de 1980 que surge uma perspectiva ampliada da mente, que se concretizou na chamada linguística cognitiva, numa versão mais elaborada, com o trabalho de Langacker e Lakoff, entre outros, num momento em que o gerativismo reinava absoluto na vitrine da linguística. E é exatamente nesse cenário que surgem algumas reações à prática gerativista de então, reações essas que constituem a linguística cognitiva, em sua roupagem das décadas de 80 e 90, ainda que em versões ligeiramente diferentes, seja pela própria concepção do modelo, seja pelo nível analítico colocado em evidência. Convém salientar aqui que estamos falando de um modelo gerativo e de uma linguística cognitiva de 30 anos atrás, ou mais. É evidente que tanto o modelo gerativo quanto a perspectiva cognitivista já avançaram e talvez as razões que levaram ao aparecimento das novas versões da linguística cognitivista àquela época não estejam mais presentes nas versões atuais do gerativismo chomskyano (Cf. CHOMSKY, 2005, em que Chomsky nos fala da *herança genética*, da *experiência* e de *princípios que são independentes da linguagem e do próprio organismo* como fatores que interagem e determinam a Língua-I)¹. Contudo, essas mudanças de perspectiva não têm o menor impacto naquilo que pretendo mostrar aqui, ou seja, ainda é necessário chegar-se a um modelo descritivo adequado, decorrente de um nível explicativo que considere a linguagem um sistema adaptativo complexo.

A linguística cognitiva procura explicar os fatos da linguagem em termos das propriedades e mecanismos da mente humana. Todas as vertentes da linguística cognitiva tiveram em comum, nas décadas de 80 e 90, o questionamento de alguns pontos importantes do modelo gerativo de então, tais como:

1. A suposição de que o conhecimento linguístico possa ser isolado do restante de nossas faculdades cognitivas, o que leva à crença na existência de um módulo cerebral especializado e voltado para o processamento da linguagem, de forma isolada;

¹ Agradeço a Milton do Nascimento por ter chamado a minha atenção para esse texto.

2. A crença na autonomia da sintaxe; na verdade uma primazia extrema atribuída à sintaxe.

Mas, conforme escreve Langacker,

“Meaning is what language is all about; the analyst who ignores it to concentrate solely on matters of form severely impoverishes the natural and necessary subject matter of the discipline and ultimately distorts the character of the phenomena described.”
(LANGACKER, 1987, p. 14).

Resumindo, podemos dizer que a linguística cognitiva, em suas várias manifestações, faz essencialmente duas coisas:

1. Não endossa a visão modularista do modelo Chomskyano;
2. Rejeita a crença de que os significados possam existir independentemente das pessoas que os criam e usam.

Com relação ao primeiro ponto, o de *não endossar a visão modularista do modelo chomskyano*, Langacker (1999, p.1-2), ao discorrer sobre as bases da gramática cognitiva, mais especificamente sobre nossas habilidades cognitivas, faz uma série de considerações sobre o papel dessas habilidades para a semântica e para a estrutura da linguagem. Langacker considera então o papel de nossas experiências, sejam elas derivadas de nossas capacidades inatas, como as capacidades sensoriais (visão, audição, tato etc.), assim como a capacidade que temos de nos localizar espacial e temporalmente, as nossas capacidades de atenção, abstração e organização, enfim, tudo isso tendo impacto imediato na conformação das estruturas semântica e formal da linguagem. Dito de outra forma, as categorias linguísticas e as categorias mentais não são abstratas ou independentes das pessoas, na medida em que são baseadas nas nossas experiências, sejam elas corporais, culturais ou sociais. Somos nós que as criamos, com base em experiências concretas.

Podemos dizer, então, que na perspectiva da linguística cognitiva,

- a. A linguagem é uma parte integral da cognição como um todo, e

- b. A linguagem é simbólica em sua natureza, uma vez que ela, conforme diz LANGACKER (1987:11), “*makes available to the speaker... an open-ended set of linguistic signs or expressions, each of which associates a semantic representation of some kind with a phonological representation.*”

3 Consequências da Perspectiva Cognitivista

Esses pilares da linguística cognitiva têm implicações e consequências. Uma delas (e, para mim, uma das mais importantes, na medida em que meu interesse maior está na variação linguística) é a rejeição de uma visão aristotélica das categorias linguísticas. Com isso estamos nos referindo à rejeição da ideia de que as categorias linguísticas sejam definidas por condições necessárias e suficientes. Vamos dar aqui alguns exemplos:

- a. Uma palavra como ‘*olho*’ tem apenas um significado;
- b. Consideremos a palavra ‘*velho*’. Numa perspectiva de natureza aristotélica essa palavra deve ser, precisamente, ou um nome, ou um adjetivo, mas não as duas coisas ao mesmo tempo;
- c. O som [i] se liga unicamente ao fonema / i /.

Reparem que os exemplos e as afirmações feitas aqui são de natureza aristotélica, ou seja, se é A, então não é B. A linguística cognitiva, por outro lado, adota uma posição ‘*fuzzy*’ e assume que em casos como esses temos um protótipo e elementos que se afastam desse protótipo em graus variados. Vejamos o caso (a) acima, em sentenças como as de (1), a seguir:

- 1. a. Marcelina tem os olhos verdes.
- b. Marcelina está no olho do furacão.
- c. A linha não passa no olho da agulha.

d. Marcelina tem um bom olho para carros.

Como se vê aqui, este é um caso de polissemia, com um protótipo como em (1a) e extensões de sentido como em (1b), (1c) e (1d).

Um exemplo parecido pode ser dado no caso (b) acima, conforme se vê na sentença (2):

2. a. Aquele velho é avô de Marcelina.

b. Aquele livro é velho.

Outro exemplo pode ser dado pelo caso (c) acima, como se vê nas possíveis pronúncias da palavra ‘semestre’:

s mestre; s mestre; s mestre.

Aqui, o som [i] não se liga ao fonema / i /, e sim ao fonema / e /, num caso clássico de sobreposição fonêmica.

O que esses exemplos nos mostram é que nossas categorias conceituais não são fixas e, portanto, não têm uma natureza aristotélica.

Uma das propostas mais interessantes já apresentadas para se lidar com a natureza ‘fuzzy’ das categorias linguísticas é a de Lakoff (1987). A proposta de Lakoff consiste exatamente na proposta dos *conjuntos radiais*. Na opinião de Lakoff os conjuntos radiais são aquilo que, de fato, percebemos, ou seja, o que percebemos, enquanto categoria é um conjunto radial, e não um único elemento desse conjunto. Mas, reparem: se é assim, então as categorias não têm uma natureza aristotélica!

Do ponto de vista da fonologia a ideia de Lakoff não chega a ser uma novidade, podendo ser encontrada no trabalho de Courtenay (1895 apud CÂMARA JR., 1965), de Sapir (1933) e, mais recentemente, de Stampe (1979).

Courtenay, por exemplo, caracteriza os fonemas como ‘*imagens psíquicas dos sons da fala*’, uma definição que coloca um fonema X, enquanto categoria, numa dimensão cognitivista. Sapir (1933) fala da ‘*realidade psicológica dos fonemas*’. Stampe nos fala de ‘processos naturais’, caracterizando-os como “*mental operations that apply in speech to substitute, for a class of sounds or sound sequences presenting a specific common difficulty to the speech capacity of the individual, an alternative class identical but lacking the difficult property*”. Em termos de linguística cognitiva isso quer dizer que os alofones (de um fonema)

são transformações de esquemas imagéticos de sons prototípicos, de tal forma que eles possam se adaptar a contextos específicos.

Passemos agora ao segundo ponto da linguística cognitiva, que repito aqui:

-Rejeição da crença de que os significados possam existir independentemente das pessoas que os criam e usam.

Em que aposta a linguística cognitiva? Aposta no seguinte: o significado só nasce a partir da experiência (cf. LANGACKER, 1999).

Se é assim, então não faz sentido distinguir entre o significado linguístico e aquele advindo da experiência! Ou seja, o significado é, então, essencialmente pragmático, holístico, gestáltico. Esse tipo de visão da linguística cognitiva certamente contrasta com o pensamento de Fodor, Katz e Postal, semanticistas da velha guarda do modelo gerativo, uma vez que eles acreditavam que o significado era imanente e que o significado de uma sentença, por exemplo, era a soma dos significados das partes (as conhecidas ‘regras de projeção’ da década de 70!).

Reparem que essa postura da linguística cognitiva desfaz a necessidade de separação entre o léxico e a gramática, entre a semântica e a pragmática. Mas essa é uma discussão que vou deixar para outra ocasião. Reparem também que, por esse viés, vai interessar a contribuição da imaginação, outra habilidade cognitiva importante, o que acaba nos levando ao interesse pelo estudo de mecanismos mentais imaginativos, como a metáfora e a metonímia, conforme Lakoff salienta em seu livro.

Podemos nos perguntar agora o seguinte: em que áreas da linguística essa perspectiva cognitivista desagou? Uma área importante advinda dessa perspectiva é a chamada Gramática de Construções, com o trabalho de Kay e Fillmore (1999), Lakoff (1987), Langacker (1987), Goldberg (1995). O termo ‘gramática de construções’ é um termo mais geral, que acolhe perspectivas ligeiramente diferentes, mas que têm uma coisa em comum, que é o entendimento do termo construção. Uma *construção* é simplesmente um emparelhamento formal de forma e sentido. Uma das características das gramáticas de construções é que elas não são de natureza derivacional. Por exemplo, formas sentenciais passivas e ativas, que se relacionavam derivacionalmente no modelo gerativo clássico, são vistas agora como tendo diferentes estruturas conceituais. Um exemplo frequentemente dado para isso é o seguinte: considere-se a sentença *They laughed him out of the room*. O verbo (to) *laugh* (rir) é um verbo intransitivo, mas recebe no exemplo acima uma

leitura transitiva com base na construção ‘X causa Y se mover’. Em Monteiro Lobato há um exemplo parecido, na fala da boneca Emília, que diz: “*O Visconde está me bobecendo!*”.

Em resumo, uma gramática de construções é uma teoria sobre a representação gramatical. A unidade básica é a construção (um conglomerado de informações heterogêneas), em que temos informações relativas a parâmetros formais (e.g., a ordem sintática, a informação morfológica, as restrições fonológicas) que são emparelhadas/alinhadas com diferentes parâmetros de sentido (conteúdo semântico, funções pragmáticas). Então, as construções são unidades simbólicas que fazem a amarração entre forma e sentido. Como se pode perceber, as gramáticas de construções se opõem à suposta autonomia da sintaxe. Um bom exemplo para mostrar essa falta de autonomia pode ser dado exatamente por razões fonológicas. Considere-se, por exemplo, uma sentença como:

3. Marcelina namorar Pedro? Duvido!

Reparem que a primeira parte (Marcelina namorar Pedro) só é possível sintaticamente por causa da entonação ascendente, como nas perguntas. Sem a devida entonação a frase é agramatical, como em (4):

4. *Marcelina namorar Pedro.

Isso nos mostra que as estruturas simbólicas podem ser formadas a partir de outras estruturas simbólicas.

Os polos semântico (S) e fonológico (P) do signo (Σ) são entidades psicológicas, ou seja, pertencem à gramática mental (ao inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais). Uma estrutura simbólica é, portanto, o pareamento entre uma estrutura semântica e uma estrutura fonológica. Além disso, há também um mapeamento envolvendo essas estruturas simbólicas e as situações de uso, como se pode ver em Langacker (1987).

Voltando às estruturas simbólicas podemos dizer que o significado está relacionado a uma representação mental particular, ou ‘conceito’. Mas, como é que esses conceitos são formados? São formados a partir do ‘*percepto*’, ou seja, daquilo/por aquilo que nossa experiência nos dá, como os formatos, tamanhos, cores, cheiros, gostos etc. Essas informações perceptuais vêm do mundo externo e geram os conceitos que formamos.

Esses ‘pedaços da realidade’, para usar uma expressão Saussureana, podem ser conceitualizados. E isso se dá no contexto da cultura, do ponto de vista e da língua utilizada (cf. WHORF, 1956). A realidade não muda; os conceitos, sim, ou seja, mudam as maneiras de se ver a realidade.

4 O que é a Fonologia Cognitiva?

Mas, afinal, o que seria uma ‘fonologia cognitiva’? Trata-se de um modelo fonológico que se ocupa da correlação entre o que é fonológico e outros níveis estruturais, como a sintaxe, a semântica, a morfologia e o léxico. Conforme nos diz Lakoff (1993), “a fonologia cognitiva caracteriza correspondências entre morfemas (conforme fixados na mente) e as sequências fonéticas”.

Diferentemente da linguística cognitiva mais divulgada, que focaliza o significado, a Fonologia Cognitiva (doravante FC) focaliza o significante.

O significante, assim como o significado, tem o *status de conceito*, ou seja, é um princípio de categorização no qual uma variedade de sons diferentes pode ser categorizada. Sons são, portanto, imagens acústicas psicologicamente reais, conforme já sugeriam Courtenay e Sapir. E mais: na FC o aprendizado do som (e do sistema sonoro) não pode acontecer independentemente do significado. Reparem que isso nos lembra Vygotsky (2005), que diz que o uso da palavra (ou do signo), assim como a influência sociocultural do meio em que estamos inseridos, atuam na formação dos conceitos. Então, na FC o aprendizado de um som se dá atrelado ao significado, com base em nossas experiências.

Podemos dizer, então, que a FC reage contra alguns pressupostos da fonologia clássica, seja ela estruturalista ou gerativista, a saber:

A crença (e o uso de) em um sistema de categorização e classificação de natureza aristotélica, que nos diz que

- (a) as categorias fonológicas apresentam traços definitórios ou distintivos básicos, necessários e suficientes;
- (b) as categorias fonológicas têm limites claramente definidos, e
- (c) todas as manifestações concretas de uma mesma categoria fonológica têm o mesmo grau de importância e representatividade.

Essa classificação de natureza aristotélica, em seus três desdobramentos, pode ser facilmente contrariada. Vejamos o caso (a): num modelo fonológico clássico diremos que *v* e *ê* são fonemas distintos, como se comprova no contraste e na oposição distintiva entre *vi* x *vê*. Mas o que fazer com casos como o da palavra ‘*semestre*’? Reparem que a primeira vogal desta palavra pode se realizar de três modos diferentes: *s* *mestre*, *s* *mestre*, *s* *mestre*. Essa é a situação fonética, mas, fonologicamente, qual é o fonema que está aí? Qual/quais é/são o(s) traço(s) distintivo(s) básico(s) que estão sendo preservados aqui?

Vejamos agora o caso (b): num modelo fonológico clássico as categorias fonológicas (no caso aqui, os fonemas) têm limites claramente definidos. Mas o que fazer com a sobreposição (*overlapping*) fonêmica? Se *e* e *ẽ* são dois fonemas distintos em português, como atestam *caro* x *carro*, como explicar o que acontece em casos como *ma* x *ma*? Resumindo, temos *ou* ?

Vejamos agora o caso (c): se todas as manifestações de um mesmo fonema têm o mesmo grau de representatividade, como explicar que sequências como *em* sejam realizadas prototipicamente como *em* em algumas regiões do país, mas sejam prototipicamente realizadas como *em* em outras regiões?

Mas há outras questões ainda. Nos modelos fonológicos clássicos as categorias fonológicas básicas (traços, fonemas, sílabas) são montadas com base em sua adequação descritiva, na sua capacidade de ‘capturar o maior número possível de generalizações fonológicas’. Ou seja, são critérios de natureza puramente estrutural e completamente abstratos. O problema aqui é que ficam de fora quaisquer considerações de ordem concreta e não estrutural. Mas esses fatores devem ser levados em conta. Aliás, essa pouca (ou nenhuma) atenção ao componente social da linguagem é que levou ao surgimento da sociolinguística, em suas várias manifestações.

Mas o mais curioso de todos os parâmetros dos modelos clássicos é a pouca (ou nenhuma) atenção dada à análise empírica do objeto de estudo, tal como ele realmente é e ignorando-se a presença do falante.

Note-se que na visão de Bybee (1994, p. 287), entre os traços marcantes de uma abordagem fonológica cognitivista estão as seguintes características:

- Considerar a substância da fonologia e não apenas a sua estrutura;
- Considerar os usos aos quais os elementos fonológicos são submetidos;
- Considerar o detalhe subfonêmico e a variação, seja ela condicionada lexicalmente, morfologicamente ou socialmente.

Então, podemos resumir a proposta da fonologia cognitiva, no que se refere às categorias fonológicas, da seguinte maneira:

1. As categorias fonológicas devem ter realidade psicológica. Veja que isso não sugere apenas, ou principalmente, uma realidade intrassistêmica; precisamos contar com falantes reais em mundos reais.
2. As categorias fonológicas são motivadas por fatores físicos, fonéticos, anatômicos; e também por recursos cognitivos mais amplos. Não há modularidade e, portanto, não faz muito (ou nenhum) sentido separar-se a fonética da fonologia.
3. As categorias fonológicas são controladas por fatores sociais e culturais; são também baseadas no uso.
4. As categorias são de natureza prototípica e a sobreposição fonológica é algo natural, podendo ser representada por modelos radiais (v. LAKOFF, 1987). Não há limites claros entre as categorias.
5. Os protótipos são, portanto, sensíveis a atratores não periódicos, dada a natureza ecológica e etológica da linguagem.

Isso posto podemos voltar à questão central aqui: qual é o modelo descritivo para acomodar uma análise fonológica dos casos de variação linguística e que seja compatível com a perspectiva cognitivista adotada aqui?

Antes de tentarmos responder a essa pergunta precisamos comentar os modelos de categorização e de classificação, levando a discussão para o âmbito da fonologia.

5 A Categorização

Os fonemas de uma língua têm sido alocados em diferentes categorias, de pelo menos três maneiras:

1. Como famílias de sons foneticamente semelhantes (JONES, 1964; GLEASON, 1955);
2. Como construtos fonológicos definidos em termos de oposições (TRUBETZKOY, 1969);
3. Como categorias conceituais ou psicológicas (COURTENAY, 1895; SAPIR, 1933).

Convém notar aqui que essas três maneiras de se enxergar os fonemas se baseiam em pontos de apoio completamente diferentes. Por exemplo, no primeiro caso, que utiliza o critério da semelhança fonética, a base de categorização são as propriedades articulatórias e/ou acústicas dos sons em si; já no segundo caso, que se fundamenta no critério da oposição distintiva, a base de categorização é a organização que se dá aos sons em termos de uma estrutura fonológica que garanta as oposições de significado. Já no terceiro caso, que se fundamenta nas categorias conceituais/psicológicas, não há o menor compromisso de que os sons que eventualmente entram nessas categorias mantenham alguma semelhança fonética entre si, uma vez que são os falantes que atribuem a pertença, ou não, de um som a uma determinada categoria. *En passant*, convém observar que na perspectiva das categorias conceituais dois grandes problemas da análise fonológica, a *sobreposição fonêmica* e a *neutralização*, simplesmente desaparecem e, inclusive, ficamos livres da noção fantasmagórica do *arquifonema*, da Escola de Praga. Ou seja, a sobreposição fonêmica e a neutralização são apenas um subproduto da nossa capacidade de categorizar, entendendo-se ‘categorizar’ como um processo cognitivo de criação de representações mentais. Os casos

particulares são, portanto, atribuídos a uma ou outra categoria, e a isso se dá o nome de classificação. Fazemos isso o tempo todo. Por exemplo, temos em nossa mente uma representação da categoria MESA que nos permite a classificação de diferentes objetos (mesas grandes ou pequenas, redondas ou retangulares, de madeira ou de vidro) nessa mesma categoria. Se nos perguntarmos se os modelos de categorização são idênticos ou equivalentes, teremos que responder que não.

Por exemplo, na visão clássica de categorização o conceito que fixamos em nossa mente se fundamenta numa espécie de conjunto que incorpora um dado número de traços definitórios. Assim, os membros de uma mesma categoria devem possuir, todos eles, esses mesmos traços definitórios. Ou seja, deve haver semelhança, em alguma dosagem, entre esses membros. Acho que podemos antever aqui a postura estruturalista que, no caso do fonema, fala de um *feixe de traços fônicos distintivos*. Esta maneira de ver a categorização cria problemas sérios, como o da sobreposição fonêmica mencionado anteriormente. Afinal, num caso como temos o fonema ou o fonema ? Conforme se pode ver, o critério principal por detrás dessa maneira clássica de se fazer categorizações reside na semelhança fonética entre os membros de uma categoria, uma vez que eles devem compartilhar um conjunto de traços definitórios. Contudo isso é tudo muito fluido. Por exemplo, como é que se chega a um traço definitório? Não há nenhuma resposta óbvia para isso.

Na década de 80 começaram a surgir alternativas para essa maneira clássica de se entender a categorização. Essas alternativas receberam várias denominações, levando-se em conta o eixo básico de cada uma delas. Todas essas ‘teorias’, aqui entendidas como montagens que os falantes fazem com base em suas crenças, podem ser caracterizadas como conexões sustentadas em termos de ‘conhecimentos prévios’, ‘intuição’, ‘estruturas proposicionais’ (v. FILLMORE, 1985), ‘roteiros’ (‘scripts’), ‘modelos cognitivos idealizados’ (LAKOFF, 1987). Conforme escreve Lakoff, “*The main thesis of this book is that we organize our knowledge by means of structures called idealized cognitive models, or ICMs, and that category structure and prototype effects are by-products of that organization*” (p. 68). Para Lakoff um Modelo Cognitivo Idealizado é um todo estruturado, de natureza gestáltica, que se sustenta (a) numa estrutura proposicional (aquilo que Fillmore chama de *frame*), (b) numa estrutura imagética esquemática (conforme definida por Langacker em sua gramática cognitiva), (c) mapeamento metafórico e (d) mapeamento

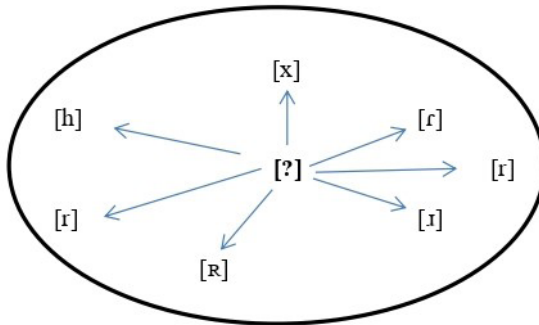
metonímico. O que é importante destacar aqui é que uma ‘teoria’, concebida deste modo, é um construto feito por uma pessoa, um falante. Embora a preocupação maior de Lakoff tenha sido com questões de natureza semântica, tentaremos mostrar aqui como suas ideias podem responder à nossa pergunta inicial.

6 Os Conjuntos Radiais

Assim, se entendermos uma categoria como uma relação de elementos funcionalmente equivalentes, ou seja, capazes de traduzir um significado por uma unidade discreta, ou por um conjunto de unidades discretas, e se entendermos que cada categoria tem um protótipo, caracterizado como uma unidade *default*, então podemos representar as categorias fonológicas em termos radiais, seguindo de perto o modelo de Lakoff.

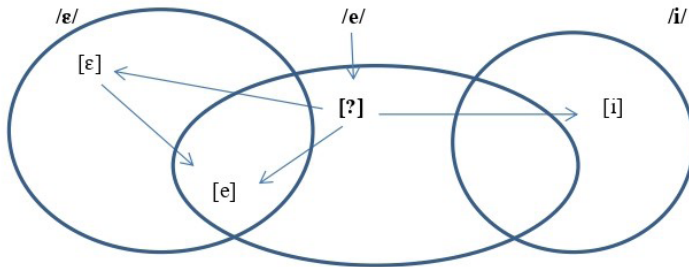
Os conjuntos radiais são estruturas formadas por uma subcategoria central, ou protótipo, e por extensões periféricas, que são variações dessa subcategoria central. Além disso, Lakoff aponta que essas extensões periféricas são ‘motivadas’. Na perspectiva adotada aqui, da linguagem enquanto um SAC, pode-se dizer que mesmo a subcategoria central, prototípica, sendo ‘motivada’ e sujeita a atratores não periódicos, uma vez que todo sistema conceitual depende da experiência física e cultural, como já se disse antes.

Deste modo teremos uma unidade central, ou protótipo, e unidades que se configuram funcionalmente — mas não formalmente — como extensões desse protótipo. Por exemplo, para a categoria /r/ em posição final de sílaba teríamos algo que poderíamos representar como:



Alguns pontos devem ser destacados aqui:

1. A construção de uma categoria como esta se sustenta naquilo que as pessoas/os falantes juntam como sendo funcionalmente equivalentes;
2. Esse tipo de categorização se assemelha, em muito, com a concepção sociolinguística do que seria uma variável linguística (cf. LABOV, 2008, p. 193);
3. Não se impõe aos membros de uma categoria a obrigatoriedade de algum tipo de semelhança fonética entre eles;
4. A sobreposição fonêmica decorre naturalmente do modelo, na medida em que categorias diferentes podem compartilhar um ou mais elementos, quebrando a condição de biunivocidade, fundamentada na semelhança fonética. Ou seja, os falantes se valem de critérios não fonéticos para classificar os sons como membros de uma categoria fonêmica. Considere-se, por exemplo, a variação encontrada entre as vogais médias fechadas anteriores do português brasileiro, como no esquema a seguir:



Esse caso mostra que não é o critério fonético que permite aos falantes do português brasileiro entender como sendo ‘a mesma coisa’ formas como *f liz, f lizef liz*, mas sim a sua inserção num contexto específico de uso.

Além disso, o caso das vogais médias fechadas me permite retomar aqui outro ponto que destaquei anteriormente, ou seja, os protótipos também são altamente dependentes de atratores não periódicos. Por exemplo, para a categoria radial do /e/, o protótipo está representado por [ʔ], uma vez que ele aparece como nos dialetos do sul do Brasil, mas aparece como no caso dos dialetos do nordeste e do norte, o que configura a influência de um atrator não periódico espacial. A mesma coisa pode ser vista na representação do protótipo da categoria /r/, que pode assumir formas fonéticas diferentes a depender de atratores não periódicos como o espaço e o tempo. Outra observação a ser feita aqui sobre a representação da categoria radial do /r/, é que aí se omitem extensões como e , entre outras. Esses casos são também motivados, mas seu controle é feito por atratores periódicos, relacionados à fonotática do português. Em resumo, são previsíveis na medida em que são extensões induzidas pelo contexto estrutural.

7 Finalizando

Tentei fazer aqui uma adaptação de uma proposta já antiga, a dos conjuntos radiais de Lakoff (1987), como um possível modelo para se descrever a variação fonológica na perspectiva da linguagem enquanto um SAC. Nessa adaptação tentei mostrar, também, que mesmo o protótipo, e não apenas as suas extensões, é sensível aos atratores não periódicos. Acho que a proposta de Lakoff traz uma série de vantagens,

sendo a mais importante delas, em minha opinião, a de nos livrar das amarrações aristotélicas na concepção das categorias fonológicas, deixando que elas se constituam a partir dos falantes e em função de suas experiências situadas no mundo real.

Referências

- BYBEE, J. L. *A view of phonology from a cognitive and functional perspective*. In, *Cognitive Linguistics*, 5 (4), p. 285-305, 1994.
- CAMAZINE, S.; DENEUBOURG, J-L.; FANKS, N. R.; SNEYD, J.; THERAULAZ, G. & BONABEAU, E. *Self-organization in biological systems*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- CAPRA, F. Complexity and life. In, CAPRA, F.; JUARRERO, A.; SOTOLONGO, P. & van UDEN, J. (Eds), *Reframing complexity – Perspectives from the North and South*. Mansfield: ISCE Publishing, 2007, p. 3-25.
- CHOMSKY, A. N.. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT press, 1965.
- CHOMSKY, A. N. *Three factors in language design*. In, **Linguistic Inquiry**, vol. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.
- CORBALLIS, M. C.. *The recursive mind*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- COURTENAY, J. B (1895), Apud Câmara Jr., J. M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica Editora, 1965.
- DI SCIULLO, A. M. A biolinguistic approach to variation. In: DI SCIULLO, A. M.; BOECKX, C. (Ed.). *The biolinguistic enterprise*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p.305-326.
- ELLIS, N.; LARSEN-FREEMAN, D. (Ed.). *Language as a complex adaptive system*. Ann Arbor: University of Michigan, Language Learning Research Club, 2009.
- FILLMORE, C. (1982). *Frame semantics*. In, Linguistic Society of Korea (ed.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, p. 111-138.
- FRANK, R.: *The Language-organism-species analogy: A complex adaptive systems approach to shifting perspectives on “language”*. In, Frank, R. M.; Dirven, R.; Zienke, T. & Bernárdez, E. (eds.), *Body, Language and Mind – Volume 2: Sociocultural*

- GLEASON, H. A. (1955). *An introduction to descriptive linguistics*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- GOLDBERG, A. E. (1995). *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.
- JONES, D. (1964). *An outline of English phonetics*. Cambridge: Heffer.
- KAY, P. & C. FILLMORE (1999). *Grammatical constructions and linguistic generalizations: the 'what's x doing y?' construction*. In, *Language*, vol. 75, no. 1, p. 1-33.
- LABOV, W. (1972/2008): *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago University Press.
- LAKOFF, G. (1993). *Cognitive phonology*. In, J. Goldsmith (ed.) *The last phonological rule: Reflections on constraint and derivations*. Chicago: University of Chicago Press, p. 117-145.
- LANGACKER, R. (1987), *Foundations of cognitive grammar: vol. 1: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- LANGACKER, R. (1999), *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- LEE, S-H & OLIVEIRA, M.A. (2006). *Phonological theory and language variation in BP vowel alternation*. In, *The Seoul International Conference in Linguistics, 2006, Proceedings of SICOL 2006*. Seoul: The Linguistic Society of Korea, Research Institute of the Korean Language, vol. 1, p. 298-306.
- OLIVEIRA, M. A. *A variação fonológica na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo*. In: MAGALHÃES, José Sueli (org.). *Gramática comparada e geral: Fonologia*. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 11-35.
- OLIVEIRA, M. A. *Por uma abordagem etológica e ecológica da variação linguística*. In: PARREIRA, Maria C. et al. (orgs.). *Pesquisas em linguística no século XXI: Perspectivas e desafios teórico-metodológicos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 45-70 (Série Trilhas Linguísticas, 27).
- OLIVEIRA, M. A. *A auto-organização como mecanismo para a resolução da variação linguística*. In: *CADERNOS DE ESTUDOS*

LINGUÍSTICOS, (58-3), set./dez., CAMPINAS: UNICAMP, 2016, P. 1-17.

OLIVEIRA, M. A. *Origem, propagação e resolução da variação linguística na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo*. In, Caletrosκόpio, Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto - vol. 6, edição especial III Diverminas, Mariana: UFOP, p. 11-36, 2018.

PAUL, H. (1966), *Princípios fundamentais de história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição original: Prinziptien der Sprachgeschichte, 1880, Halle: Niemeyer.

SAPIR, E. (1933), *A realidade psicológica dos fonemas*. In, Dascal, M. (org.), Fundamentos Metodológicos da Linguística – Fonologia e Sintaxe. Campinas: UNICAMP/IEL, 1981.

SINHA, C.. *Language as a biocultural niche and social institution*. In, Evans, V. & S. Pourcel (eds.), *New directions in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, p. 289-310, 2009.

STAMPE, D. (1979). *A dissertation on natural phonology*. New York: Garland Press.

TRUBETZKOY, N. (1969). *Principles of Phonology*. Berkeley: University of California Press.

TURNER, M. *The mind is an autocatalytic vortex*. In: SCHLAEGER, J. (Ed.). *The Literary Mind: Yearbook of Research in English and American Literature*. v.24. Tübingen: Gunter Narr Verlag, out. 2008. p.13-43.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WHORF, B. L.: *A linguistic consideration of thinking in primitive communities*. In, Carrol, J. B. (ed): *Language, thought and reality: Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1956.

Recebido em: 7 de Agosto de 2021.

Aprovado em: 2 de outubro de 2021.



Atlas Linguístico do Brasil: gênese, evolução e estágio atual

Linguistic Atlas of Brazil: Genesis, Evolution and Current Stage

Vanderci Aguilera

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná / Brasil

vanderci@uel.br

<http://orcid.org/0000-0003-3052-3710>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo expor uma síntese histórica dos 25 anos de atividades do Projeto Atlas Linguístico do Brasil desde a sua gênese, ocorrida durante o Seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em novembro de 1996, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) até os dias atuais. Uma vez assinada a *Carta de Salvador* pelos dialetólogos e sociolinguistas presentes àquele ato, compôs-se o Comitê Nacional sob a liderança da saudosa Suzana Cardoso, que passou a gerir os destinos do Projeto em nível nacional. Nos anos seguintes, o ALiB definiu os objetivos, estabeleceu os procedimentos metodológicos, priorizando a pesquisa de campo desenvolvida em 250 localidades: 25 delas representadas pelas capitais e 225 por pontos do interior dos estados. Embora dê ênfase à diatopia, o ALiB, acompanhando a tendência da geolinguística moderna, inclui-se na categoria de atlas pluridimensional ao contemplar alguns procedimentos metodológicos da sociolinguística, no que diz respeito ao perfil dos informantes, tais como o sexo, a faixa etária e a escolaridade (RADTKE; THUN, 1991). Publicados os primeiros volumes com os dados coletados nas capitais (CARDOSO et al., 2014a, 2014b), a equipe finalizou para editoração o volume 3 e prepara os próximos volumes com dados das capitais e do interior do país. Durante este quarto de século, o ALiB cumpre seus objetivos, dentre os quais o de descrever a língua portuguesa falada no Brasil, disseminando seus resultados em eventos e veículos nacionais e internacionais, além de incentivar a formação de pesquisadores dos vários níveis acadêmicos.

Palavras-chave: Atlas Linguístico do Brasil; gênese; percurso; estágio atual.

Abstract: This paper aims to expose a historical synthesis of the 25 years of activities of the Linguistic Atlas of Brazil Project since its genesis, which took place during the Seminar Paths and Perspectives for Geolinguistics in Brazil, held in November 1996, at the Federal University of Bahia (UFBA) to the current days. Once the Salvador Charter was signed by the dialectologists and sociolinguists present at that event, the National Committee was formed under the leadership of the late Suzana Cardoso, who started to manage the Project's destinations at the national level. In the following years, the ALiB defined the objectives, established the methodological proceedings, prioritizing field research carried out in 250 cities: 25 of them represented by the capitals and 225 by points in the interior of the states. Although it emphasizes diatopy, the ALiB, following the trend of modern Geolinguistics, is included in the category of multidimensional atlas by including some methodological procedures of sociolinguistics, with regard to the profile of the informants, such as gender, age and education (RADTKE; THUN, 1991). After publishing the first volumes with data collected in the capitals (CARDOSO et al., 2014a, 2014b), the team finalized volume 3 for editing and prepares the next volumes covering data from the capitals and the country's interior. During this quarter of a century, ALiB has fulfilled its objectives, such as describing the Portuguese language spoken in Brazil, disseminating its results in national and international events and vehicles, in addition to encouraging the training of researchers at various academic levels.

Keywords: Linguistic Atlas of Brazil; genesis; evolution; current stage.

1 Antecedentes

A ideia de um atlas linguístico do Brasil deve ter povoado os sonhos de muitos dos precursores da Dialectologia. É provável que, já em 1920, quando Amadeu Amaral publicou *O dialeto caipira*, descrevendo os aspectos fonéticos, lexicais, morfológicos e sintáticos do português falado no interior do estado de São Paulo, uma centelha de atlas linguístico deveria estar começando a brilhar na mente dos estudiosos da linguagem da época, de tal forma que Amaral, sabiamente, preconizara:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. **Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões** (AMARAL, [1920], 1976, p. 43, grifos da autora).

O trabalho de Amaral instiga pesquisadores de outros estados brasileiros a proceder a estudo dialetológico semelhante em suas áreas geográficas. Desse modo, em 1922, Antenor Nascentes publica o *Linguajar Carioca* e décadas depois retoma a discussão sobre variedade, dialeto e falar, reformula a sugestão anterior e propõe uma nova divisão do português falado no Brasil em dois grandes grupos: o Falar do Norte e o do Sul, com os subfalares Amazônico e Nordeste, no primeiro; e Baiano, Mineiro, Fluminense e Sulista, no segundo (NASCENTES, 1953, p. 16-17). Esta proposta de Nascentes tem servido de objeto de estudo para muitos pesquisadores do ALiB em monografias, dissertações, teses, artigos e capítulos de livros, conforme se verifica em Paim (PAIM, 2017, p. 191-253).

Dando sequência aos estudos dialetológicos, nos mesmos moldes dos antecessores, Marroquim publica *A Língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco* (1934).

Teixeira, por sua vez, traz à luz estudos sobre os falares de Minas Gerais (1938) e Goiás (1944). Deste último, consta uma tentativa de esboço de cartas linguísticas com a inclusão de cinco mapas sobre fenômenos fonéticos recorrentes na variedade goiana. Ignorado pelos geolinguistas até recentemente, o trabalho de Teixeira, no entanto, precedeu em oito anos a proposta de um atlas linguístico do Brasil, instituído no Decreto de 1952 e em quase 20 anos o *Atlas prévio dos falares baianos*. Na página 61, por exemplo, Teixeira (1944) apresenta a Carta do L final que consiste no esboço de um mapa (cartograma) do sul de Goiás, incluindo em seu canto superior esquerdo a legenda com variantes relativas à apócope (siná), à “intensificação” (sinali), à conservação (sinal) e à mudança para r (sur). Essas variantes são distribuídas por dezoito pontos no interior do mapa. Não se trata, efetivamente, de um atlas nos moldes canônicos, mas é a primeira tentativa de fazer geolinguística com um número bastante reduzido de fenômenos e uma apresentação rudimentar de cartas.

Como se pode observar pelo Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, assinado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, nossos antecessores haviam despertado para a necessidade de um atlas nacional, dialogavam entre eles e se articulavam para a sua realização, como se pode depreender do texto desse Decreto que traz a seguinte redação:

Instituí o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa.

Art. 2º O Centro ora instituído realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisas a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 3º O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa.

§ 1º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em cuja elaboração poderão colaborar os professôres universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins.

§ 2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas, parlamentares e jurisprudências do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação.

§ 3º A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do “Atlas Lingüístico do Brasil” (BRASIL, 1952).

A década que se segue — de 1952 a 1961 — é profícua em palestras e cursos ministrados por Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes e Celso Cunha, nas Faculdades de Letras do Brasil, com o objetivo de criar uma mentalidade dialetológica entre os professores e alunos universitários, de despertar para a necessidade e urgência de descrever o português brasileiro por meio de atlas e discutindo as diretrizes metodológicas do fazer geolinguístico. Faz parte desse período a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, sediado em Porto Alegre, em 1958, onde mais de trinta dialetólogos do Brasil e do exterior expuseram os resultados de suas pesquisas locais (AMARAL, 2019).

No decorrer das três décadas seguintes são publicados os primeiros atlas estaduais, cada qual com uma metodologia própria quanto ao questionário, à coleta dos dados, ao perfil dos informantes, à composição da rede de pontos e à construção das cartas. Vêm à luz o Atlas prévio dos falares baianos (ROSSI, 1963), o Esboço de um atlas de Minas Gerais (RIBEIRO et al, 1977), o Atlas linguístico da Paraíba (ARAGÃO e MENEZES, 1984), o Atlas linguístico de Sergipe (FERREIRA et al, 1987) e o Atlas linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994). Neste particular, se não foi possível à Casa de Rui Barbosa coordenar um projeto de abrangência nacional, devemos reconhecer que as obras de Nascentes, que contemplam os fundamentos para a elaboração do atlas do Brasil, e o atlas de Minas Gerais foram publicados por aquela Casa.

Caminhando para o estado mais meridional brasileiro, destacamos a atuação do dialetólogo Heinrich Bunse, no Rio Grande do Sul. Entre outros estudos, é relevante mencionar o artigo que trata dos estudos dialetológicos realizados no interior desse estado (BUNSE, 1969) no qual apresenta nove cartas lexicais sintéticas elaboradas com dados coletados indiretamente, isto é, por meio de correspondência enviada a diversos pontos de inquérito do interior gaúcho. Segundo o autor, trata-se de uma iniciativa rumo ao Atlas linguístico e etnográfico do Rio Grande do Sul, alicerçada nos princípios teórico-metodológicos de Silva Neto (1957) e de Nascentes (1958; 1961). Bunse, falecido em 1990, não pode ver seu sonho realizado, que só se concretizou em 2002 com a publicação do volume de cartas fonéticas do Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS), sob a coordenação geral de Walter Koch, de 1987 a 2001 e de Cléo Vílson Altenhofen, de 2002 a 2007.

Com a publicação dos cinco primeiros atlas estaduais e um atlas regional em andamento, o Brasil havia adquirido a mentalidade dialetológica e a maturidade necessárias para lançar o grande projeto nacional do ALiB.

2 Atlas linguístico do Brasil: gênese e primeiros passos

O ano de 1996 estava chegando ao fim quando, a convite da professora Suzana Cardoso, se reuniram na Universidade Federal da Bahia, nos dias 4 a 8 de novembro, dialetólogos e sociolinguistas de todo o Brasil durante o Seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. Ao final do evento, com a *Carta de Salvador*, foi lançado o desafio: retomar o sonho de nossos antecessores e elaborar o Atlas Linguístico do Brasil, preconizado no ano de 1952.

Para isso, constituiu-se o primeiro Comitê Nacional do ALiB integrado por autores de atlas estaduais publicados (Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe e Paraná) e por um representante de atlas em andamento (Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS) e assim constituído: Diretora Presidente: Suzana Cardoso (UFBA), Diretora Executiva: Jacyra Mota (UFBA), Diretores Científicos: Maria do Socorro Aragão (UFPB), Mário Roberto Zágari (UFJF), Vanderci Aguilera (UEL) e Walter Koch (UFRGS).

O passar dos anos foi exigindo mudanças na composição do Comitê, tais como: com a publicação do ALERS, Aparecida Isquerdo (UFMS) passa a integrar o ALiB, como representante de atlas em andamento (Mato Grosso do Sul); publicado o Atlas linguístico sonoro do Pará (ALiSPA), ingressa Abdelhak Razky (UFPA); e, com o falecimento de Walter Koch (UFRGS), ocupa a vaga Cléo Altenhofen (UFRGS) que é substituído anos depois, a seu pedido, por Felício Margotti (UFSC).

Os anos seguintes ao lançamento do Projeto foram marcados por uma intensa agenda: (i) constituição do Comitê Nacional, redação do Projeto e definição da metodologia e, assim, compor a rede de pontos, definir o número e perfil dos informantes e elaborar os questionários (1997); (ii) publicação da 1ª versão dos Questionários e sua aplicação experimental pelos pesquisadores do Comitê Nacional em seus locais de origem, seguida dos reajustes necessários para obter melhores resultados, como aprimorar a redação das questões e ordená-las por campo semântico para facilitar a elicitación das respostas (1998); (iii) composição das equipes regionais a cargo de Diretores Científicos e divisão da rede de pontos pelas regionais para dar cumprimento à coleta de dados; publicação da 2ª. versão revisada e melhorada dos Questionários e novas testagens em campo (1999); (iv) encontros nacionais para readequar os procedimentos metodológicos, preparar a equipe de entrevistadores e de transcritores e testar os gravadores para a coleta de dados *in loco* (2000); (v) publicação da versão definitiva dos Questionários¹ e realização das primeiras entrevistas na localidade 126-Quirinópolis–Goiás (2001). Todos esses passos demandaram a reunião dos diretores científicos com a direção executiva em várias oportunidades, aproveitando congressos e outros eventos científicos a fim de otimizar os custos pessoais ou institucionais dos pesquisadores.

As etapas descritas foram precedidas de longas reflexões acerca do atlas com que sonhávamos e que atlas seria exequível naquele momento

¹ A publicação das três versões dos Questionários (1998, 1999 e 2001) foi custeada pela Editora da UEL, esta última com a impressão de 2000 exemplares.

com os recursos de que dispúnhamos. Tornou-se imprescindível, na largada, definir seus objetivos, dos quais destacamos: (i) Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolinguística; (ii) Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais por meio de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados; (iii) Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundarem o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. vii).

Para atingir os objetivos, compôs-se a rede de pontos, mediante um estudo efetivado pelo nosso saudoso Mário Roberto Zágari, da Universidade Federal de Juiz de Fora que, considerando a dimensão continental de nosso país (8 510 345,538 km²), as sugestões de Nascentes (1961, p. 19-22) e buscando a exequibilidade do projeto que seria desenvolvido por uma equipe pequena e com poucos recursos financeiros, propôs a investigação em 250 localidades (25 capitais e 225 do interior).

O Comitê Nacional considerou viável entrevistar quatro pessoas naturais de cada uma das localidades, contemplando falantes de ambos os sexos e de nível de escolaridade fundamental nos pontos do interior e oito nas capitais, nas quais foram inquiridos quatro informantes com nível universitário. O *corpus* constitui-se dos dados de 1100 informantes, distribuídos por duas faixas etárias²: entre 18 e 30 e 50 e 65 anos.

Para a realização da coleta de dados, após ajustes das equipes nas várias etapas, cada Regional teve a seguinte participação no trabalho de campo, conforme mostra o Quadro 1, elaborado por Cardoso (2014a, p. 23):

² O Comitê Nacional considerava importante inserir uma faixa etária intermediária (de 31 a 49 anos), ideia que foi descartada ao ponderar os custos financeiros e a demanda de mais tempo em cada localidade.

Quadro 1: Equipes Regionais: participação no trabalho de campo

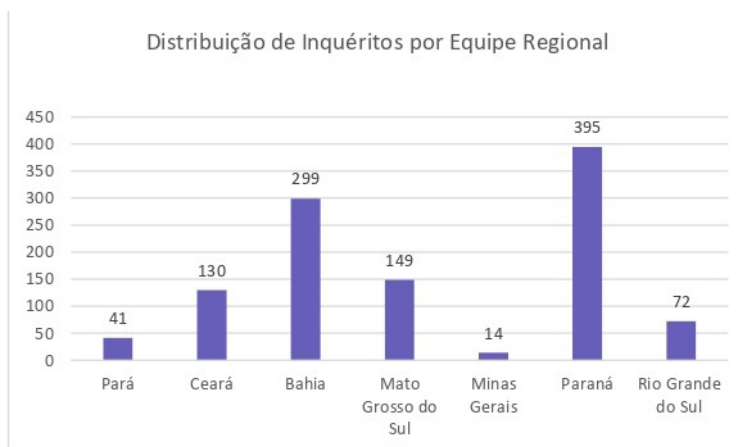
Equipe Regional	Estados atribuídos	
	Etapa inicial	Etapa final
Pará	Pará, Amazonas, Tocantins	Pará, Amapá
Ceará	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba	Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba
Bahia	Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro	Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo
Mato Grosso do Sul	Minas Gerais, Espírito Santo	Minas Gerais
Minas Gerais	Paraná, São Paulo, Amapá	Paraná, São Paulo, Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul
Paraná	Paraná, São Paulo, Amapá	Paraná, São Paulo, Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul
Rio Grande do Sul	Santa Catarina, Rio Grande do Sul	Santa Catarina, Rio Grande do Sul

Fonte: Cardoso (2014a, p. 23).

A duplicidade de equipes em determinados estados, na etapa final, como a do Paraná e a de Santa Catarina atuando neste estado e no Rio Grande do Sul, significa que ambas as equipes fizeram a coleta de dados em momentos diferentes, de acordo com a disponibilidade de tempo e de recursos de cada uma na ocasião.

A priori, não foi possível estabelecer um cronograma fixo para a realização da coleta de dados uma vez que o Comitê não obteve apoio financeiro global, mas aprovações parciais de subprojetos enviados pelos coordenadores regionais a diversos órgãos oficiais de fomento tanto nacionais, estaduais ou das universidades de origem de cada diretor científico. À medida que uma equipe conseguia a verba necessária, o Diretor Científico e seus colaboradores colocavam-se em campo, realizavam as entrevistas, procediam às transcrições grafemática e fonética dos áudios e as enviavam à sede do ALiB, na Universidade Federal da Bahia, onde se encontra todo o acervo no Banco de Dados nacional.

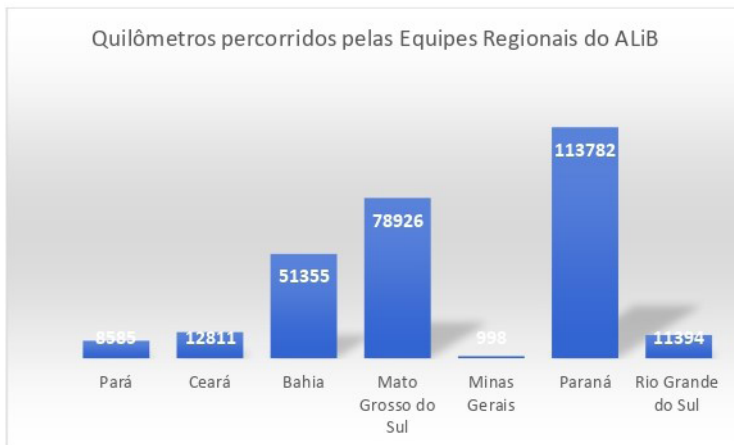
O Gráfico 1 traz o número de inquéritos documentados pelas Equipes Regionais



Fonte: Elaborado pela autora com os dados de Cardoso et al (2014a, p. 25).

A professora Suzana Cardoso gostava de enfatizar que, para a obtenção dos dados *in loco*, o ALiB percorreu 277 851 km o que equivale a quase sete voltas ao redor da Terra. Este périplo foi realizado, ao longo de 13 anos, por diversos meios de transporte: avião (de vários portes), ônibus, carro pessoal dos pesquisadores, táxi, motocicleta, bicicleta, barco, voadeira, a pé e também por *tuk-tuk*.

O Gráfico 2 mostra os Km percorridos pelas respectivas Regionais.

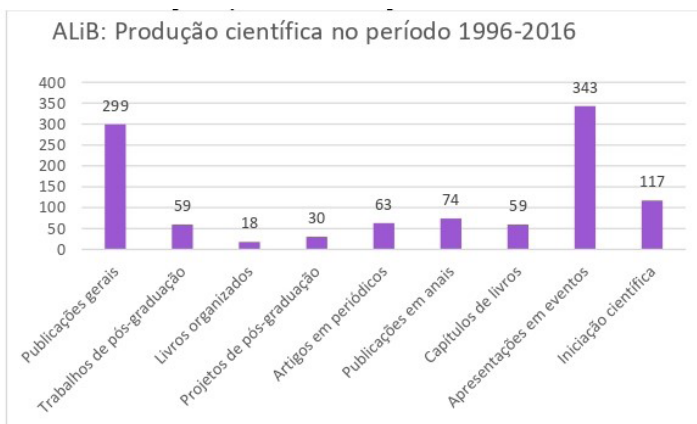


Fonte: Elaborado pela autora com os dados de Cardoso et al (2014a, p. 27).

3 Atlas linguístico do Brasil: síntese da caminhada de 1996 a 2016

A professora Marcela Paim, para a obra *Documentos 7 – 20 anos de ALiB*, fez um levantamento dos trabalhos realizados pela equipe entre 1996 e 2016 e apresentou os resultados em um artigo (PAIM, 2017, p. 191-253). Esses dados subsidiaram o Gráfico 3.

Gráfico 3: ALiB: produção científica no período entre 1996-2016.



Elaborado pela autora com os dados de Paim (2017, p. 191-253).

Paim (2107, p. 191) esclarece que, sob a rubrica *Publicações Gerais*, estão reunidos

os trabalhos produzidos por membros do Projeto ALiB de todas as Equipes Regionais, focalizando aspectos – análise de dados, questões metodológicas, questões teóricas em geral e interface com outros ramos do conhecimento – seguindo princípios teóricos diversificados e tratando de diferentes níveis de abordagem da língua.

Com relação aos 59 trabalhos de pós-graduação desenvolvidos com *corpus* do ALiB, em duas décadas (1996 – 2016), registramos que **32** deles abordam fenômenos fonéticos, assim distribuídos: duas teses, 21 dissertações, nove monografias; **20** tratam de estudos semântico-lexicais: quatro teses, dez dissertações e seis monografias; **seis** dissertações elegem como objeto de estudo dados morfossintáticos; e **uma** dissertação trata de atitudes linguísticas.

Os dezoito livros, nesse período, foram organizados por pesquisadores ou grupos de pesquisadores alibianos e versam sobre temas diversos: a Geolinguística no Brasil, coletâneas em homenagem a vários pesquisadores, como Michel Contini, Socorro Aragão, Jacyra Mota, Vanderci Aguilera, Aparecida Isquerdo; artigos apresentados em eventos e os sete volumes dos *Documentos*, publicação oficial do ALiB desde 2004.

Além de Artigos em periódicos (63), em Anais de eventos (74) e Capítulos de livros (59), Paim (2017) destaca as Apresentações em eventos nacionais e internacionais (343).

O ALiB, em sua profícua trajetória, deu especial atenção à formação de jovens pesquisadores visando não só à continuidade de pesquisas que se alicercem no Banco de Dados coletado, mas também incentivando as futuras gerações a envidar esforços rumo à expansão do campo da Dialectologia e da Geolinguística para todas as Instituições de Ensino Superior do Brasil. Desta feita, os dados mostram que até 2016 se desenvolveram 56 Projetos de Iniciação Científica, com a publicação de dezoito textos completos em Anais de Congressos e Simpósios e 43 artigos na série *Atlas Linguístico do Brasil: descrevendo a língua, formando novos pesquisadores*, publicados em CD Rom desde 2009.

Para demonstrar a dinamicidade do Projeto, elaboramos o Gráfico 4 com a produção de 25 anos de existência do ALiB. Neste Gráfico, estão computados os dados de Paim (2017) e os extraídos do Currículo Lattes dos pesquisadores que compõem o Comitê Nacional, a partir daquele ano até o primeiro semestre de 2021.

Gráfico 4: Produção ALiB de 1996 a 2021.



Fonte: Elaborado pela autora com os dados de Paim (2017) e os de Currículo Lattes dos pesquisadores do ALiB.

O Gráfico 4 mostra que, em todos os quesitos, houve um expressivo avanço na produção científica relativamente aos últimos cinco anos.

Depois de mais de uma década de atuação, o ALiB considerou importante divulgar, para toda a comunidade acadêmica do Brasil e do exterior, os trabalhos da Dialectologia e da Sociolinguística desenvolvidos em nosso país. Assim, nasce o Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística (CIDS) cuja primeira edição efetivou-se em São Luís, no ano de 2010, homenageando a professora Socorro Aragão, autora do Atlas linguístico da Paraíba. Os demais CIDS ocorreram da seguinte forma:

- II CIDS – 2012 em Belém, Universidade Federal do Pará, homenageada Vanderci Aguilera.

- III CIDS – 2014 em Londrina, Universidade Estadual de Londrina, homenageadas Suzana Cardoso e Jacyra Mota. Nesse Congresso foram lançados os dois primeiros volumes do ALiB.

- IV CIDS – 2016 em Paris- Sorbonne Université Paris 3- homenageados Michel Contini e Harald Thun.

- V CIDS – 2018 em Salvador, Universidade Federal da Bahia - homenageados Marta Scherre e Adolfo Elizaicín.

Em 2020, o VI CIDS que aconteceria em Campo Grande, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, homenageando João Saramago e Dinah Callou, devido à pandemia provocada pelo Coronavírus 19, foi transferido para o ano de 2022.

4 Atlas linguístico do Brasil: estágio atual e perspectivas

Atualmente, estamos concluindo o volume 3 do ALiB, aprovado pela Editora da UEL para publicação, com estudos referentes às cartas do volume 2. O lançamento está previsto para o dia 5 de novembro, por ocasião dos 25 anos do Projeto, em evento *on-line*. Igualmente estamos com o volume 8 da série Documentos do ALiB pronto para editoração, que traz artigos de diversos autores sobre temas inéditos, mas também outros explorados em eventos pelos componentes do Comitê ou por seus orientados.

A próxima publicação diz respeito aos Volumes 4 e 5 cujas cartas lexicais, fonéticas e morfossintáticas contêm os dados das capitais e respectivos estudos que não foram objeto dos volumes 2 e 3. Na sequência, virão à luz os Volumes 6 e 7 que envolverão os dados das localidades do interior. E assim sucessivamente.

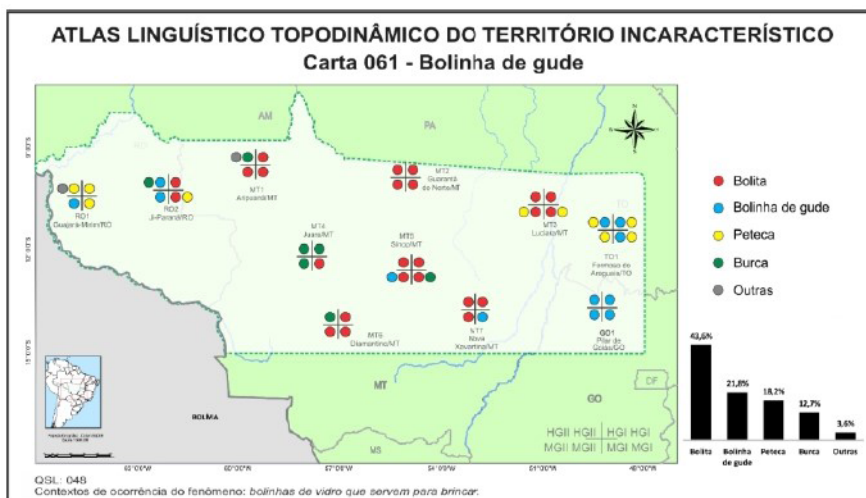
Sobre os estudos feitos com os dados das capitais e do interior, é interessante observar alguns temas explorados em teses e dissertações, além de outras produções como artigos, capítulos de livros, apresentações em eventos e publicações em veículos nacionais e internacionais, conforme destacamos na sequência.

O ALiB, desde o lançamento do Projeto em 1996, vem mudando os rumos da Geolinguística no Brasil, haja vista o número significativo de trabalhos de vários gêneros (teses, dissertações, monografias, artigos, conferências) desenvolvidos com base na metodologia e/ou com aproveitamento dos dados coletados. Dentre as quase duas centenas de estudos acadêmicos concluídos, selecionamos apenas três teses, para ilustrar nossa assertiva:

- (1) Silvana Ribeiro (2012) desenvolveu a tese sobre *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do Falar Baiano* examinando “a atualidade da divisão dialetal do Brasil, proposta de Nascentes (1953), especificamente no que se refere à área do Falar Baiano, e a pertinência dos limites estabelecidos, considerada a realidade presente”. O *corpus* foi constituído pelas respostas dadas por 244 informantes distribuídos pelos 57 pontos representados pela área do Falar Baiano e a de Controle. Ribeiro conclui que:

O produto cartográfico apresentado e a identificação do Falar Baiano e das subáreas demarcadas demonstram que o léxico pode revelar áreas dialetais. A proposta de Nascentes (1953) tem vitalidade na realidade presente, mas o limite traçado pelo autor ainda não pode ser alargado ou reduzido sem que antes seja conhecida com maior profundidade, a área circunvizinha ao Falar Baiano. As subáreas dialetais A, B, C e D apresentadas evidenciam a *diversidade na unidade* (RIBEIRO, 2012, p. 451).

- (2) Marigilda Cuba (2015) investigou a área que Nascentes (1953) denominou de *Território Incaracterístico*. A pesquisa *in loco* abrangeu onze localidades distribuídas pelos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Tocantins. A autora, com base nos dados coletados e nas cartas elaboradas, propõe uma denominação mais condizente com a realidade linguística e social brasileira: passaria, então a ser um *Território multivarietal*, devido à coexistência de diversos falares do Português Brasileiro. Ilustramos com a carta 061 do ALTTI - Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico.



Fonte: Cuba (2015, p. 198).

A Carta 061 reflete, de forma exemplar, a condição de território multivarietal, expondo as quatro variantes mais produtivas para a bolinha-de-vidro no espaço examinado: *bolita* — de possível influência hispânica;

bolinha de gude — influência do Falar do Sul (RIBEIRO et al, 1977; ROMANO, 2015); *peteca* — do subfalar amazônico (CARDOSO et al, 2014b, Carta L18a) e *burca* (de búrca) — presente no Paraná.

- (3) Vanessa Yida (2019), em sua tese *Normas linguísticas em uso: uma descrição dos regionalismos no campo semântico da alimentação e cozinha do Projeto ALiB* analisa a distribuição espacial de variantes desse campo semântico, discute a dicionarização das formas coletadas e mapeadas, bem como a possibilidade de delimitar áreas de regionalismos lexicais do Português Brasileiro referentes à alimentação e cozinha. Para ilustrar, trazemos a Carta de Arealidade 2 (YIDA, 2019, p. 66) que expõe a área de abrangência de duas variantes para o *alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela*.



Fonte: Yida (2019, p. 66).

A Carta 2 de Arealidade da Questão 181 do ALiB mostra que a variante *canjica* se estende não só pela área do Falar do Sul (NASCENTES, 1953), mas avança gradativamente pelo espaço do Falar do Norte, onde *mugunzá* é predominante. As lacunas indicam o registro de variantes menos produtivas como *chá-de-burro*, *ui-ui*, a ausência de resposta por desconhecimento do referente ou a falta dessa iguaria no cardápio dos falantes.

Sobre as condições de exequibilidade do ALiB, é necessário salientar que, em quase todas as etapas do Projeto, obtivemos o apoio oficial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico–CNPq, Fundação Araucária (PR) e FAPESB, entre outros, sob a forma de bolsas para os pesquisadores, verba para cobrir parte das despesas de coleta de dados e publicação dos trabalhos.

Merece destaque especial a Universidade Estadual de Londrina que, por meio da EDUEL, custeou os 2000 exemplares dos Questionários 2001 (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), publicou os Volumes 1 e 2 do ALiB (CARDOSO et al., 2014a, 2014b) e está preparando o Volume 3.

Quanto às projeções para um futuro próximo, o ALiB vai na esteira do pensamento de Nascentes, a de que a feitura de um atlas linguístico nacional não é trabalho para uma geração. Ao contrário, considerando que a língua está em constante variação e mudança, é necessário que o projeto se renove e seja assumido pelas futuras gerações. O *corpus* coletado, temos certeza, dará subsídios para inúmeras teses, dissertações, monografias e artigos, por décadas.

A saudosa Suzana Cardoso, então Diretora Presidente, durante uma reunião do Comitê Nacional no final de 2017, expôs a ideia de cada Diretor Científico indicar um pesquisador de sua Regional para, ombro a ombro com a equipe veterana, dar prosseguimento às ações futuras. Novos pesquisadores passam a compor o Comitê Nacional: Marilúcia de Oliveira (UFPA), Conceição Ramos (UFMA), Silvana Ribeiro (UFBA), Marcela Paim (UFPE), Regiane Coelho (UFMS), Fabiane Altino (UEL) e Valter Romano (UFSC). Dessa forma, a inclusão de um grupo mais jovem visava garantir a continuidade e divulgação dos estudos do material coletado e, igualmente, a publicação dos próximos volumes cujo total é imprevisível, dado o montante de dados de que ainda dispomos. Com este pensamento, os pesquisadores alibianos vêm se preocupando em incentivar a Iniciação Científica nos cursos de graduação em Letras e, certamente, irão motivar jovens interessados em aprimorar os instrumentos da tecnologia e da informática, aplicando-os aos estudos geolinguísticos.

5 Considerações finais

Com este trabalho propusemos oferecer para a comunidade científica um panorama das ações desenvolvidas durante os 25 anos de atividades do ALiB com o objetivo de incentivar outros grupos de pesquisa rumo a uma descrição minuciosa do Português falado no Brasil.

O retrato do PB que ora oferecemos vem mostrando a gradativa prevalência da norma culta em detrimento da fala coloquial popular herdada de nossos antepassados. Os dados já apontam para essa tendência à homogeneização da língua em que regionalismos e expressões locais vão cedendo espaço a uma fala mais massificada cultivada pela educação formal. O ALiB, com certeza, vai facilitar o desenvolvimento de futuras pesquisas por ser o documento vivo de áreas dialetais que, propostas há quase setenta anos por Nascentes, estão caminhando — esperamos que lentamente — para a sua diluição.

Referências

AGUILERA, V. de A. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

AMARAL, M. P. Um marco dos estudos dialetológicos: I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia. *Investigações* (online), v. 32, p. 419-435, 2019.

ARAGÃO, M. S. S. de; MENEZES, C. B de. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: Universidade Federal da Paraíba; CNPq, v. 2, 1984.

BRASIL. *Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952*. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento. Brasília, DF: Portal da Câmara dos Deputados, *online* [1952]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de julho de 2021.

BUNSE, Heinrich A. W. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

CARDOSO, S.; MOTA, J. A.; AGUILERA, V. A.; ARAGÃO, M. S. S. de; ISQUERDO, A. N.; RAZKY, A.; MARGOTTI, F. W.; ALTEHHOFEN, C. V. *Atlas Linguístico do Brasil*, Introdução, vol. I. Londrina: Ed. UEL, 2014a.

CARDOSO, S.; MOTA, J. A.; AGUILERA, V. A.; ARAGÃO, M. S. S. de; ISQUERDO, A. N.; RAZKY, A.; MARGOTTI, F. W. *Atlas Linguístico do Brasil*, Cartas, vol. II. Londrina: Ed. UEL, 2014b.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil*: questionários 2001. Londrina: Ed. UEL, 2001.

CUBA, M. A. *Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico*. 2015. Tese (Doutorado), 497p. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

FERREIRA, C. S.; ANDRADE, N.; MOTA, J. A. CALLOU, D. I.; CARDOSO, S. A. M. A.; FREITAS, J. M. A. ROLLEMBERG, V. L. S. ROSSI, N. *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

MARROQUIM, M. *A Língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Curitiba: HD Livros, 1934, 1996.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1958 v. 1.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, 1961 v. 2.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 2 e., 1953.

PAIM, M. M. T. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: a produção de 20 anos. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C.; TELES, A. R. T. F. *Documentos 7: ALiB: 20 anos de história*. Salvador: Quarteto, 2017.

RADTKE, E.; THUN, Harald. *Nuevos caminos de la Geolingüística Románica. Un balance*. In: *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik*:

Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie. Heidelberg/Mainz: Westensee-Verlag Kiel, 1991, p. 25-49.

RIBEIRO, J.; ZÁGARI, M. R. L.; PASSINI, J.; GAIO, A. P. *Esboço de um Atlas de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

RIBEIRO, S. C. 2012. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do Falar Baiano* 2012. Tese (Doutorado), 3 v. 793 p. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ROMANO, V. P. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil*. 2015. Tese (Doutorado), 2 v. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ROSSI, N. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

TEIXEIRA, J. A. *Estudos de Dialetoлогия portuguesa: linguagem de Goiás*, São Paulo: Anchieta, 1944.

TEIXEIRA, J. A. *O falar mineiro*. São Paulo, Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1938.

YIDA, V. *Normas lexicais no português brasileiro: uma descrição de regionalismos nos dados do campo semântico da alimentação e cozinha do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*. 2019. Tese (Doutorado), 391p. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

Recebido em: 20 de agosto de 2021.

Aprovado em: 19 de novembro de 2021;



A onomástica em destaque: da sincronia à diacronia

The Onomastique: From Synchrony to Diachrony

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
candidaseabra@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-4827-0635>

Resumo: A pesquisa onomástica é de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permite identificar fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua possível permanência em uma comunidade. A partir da premissa de que se trata de uma pesquisa que colabora para a preservação da memória de uma sociedade, constituindo marcas identitárias, propõe-se apresentar os estudos que se inserem nessa área, desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos primeiros vinte anos do século XXI. Destacam-se diferentes olhares sob variados objetos de pesquisa voltados ao estudo do nome próprio, observados em perspectivas sincrônica e diacrônica.

Palavras-chave: onomástica; toponímia; cultura; sincronia; diacronia.

Abstract: The Onomastic research is of great importance for the knowledge of historical and cultural aspects of a people, as it allows the identification of linguistic facts, ideologies and beliefs present in the denominational act and, later, in its permanence or not in a community. Based on the premise that it is a research that contributes to the preservation of a society's memory, constituting identity marks, it is proposed to present the studies that fall within this area, developed within the scope of the Graduate Program in Linguistic Studies at the Faculty of Letters at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), in the first twenty years of the 21st century. Different views stand out, under various research objects about the study of the proper name, observed in synchronic and diachronic perspectives.

Keywords: onomastics; toponymy; culture; synchrony; diachrony.

1 Introdução

O interesse pelos estudos onomásticos remonta à Antiguidade, quando surgem as especulações filosóficas sobre o nome, tendo como destaque Platão (428 a.C.) e Aristóteles (384 a.C.). Em *Crátilo*, diálogo de Platão, no qual se trava um debate sobre questões linguísticas, Sócrates e Crátilo conversam sobre a “virtude e falibilidade dos nomes”, enquanto mostram que as palavras refletem a realidade:

SÓCRATES: [...] que virtude têm os nomes para nós e que bom efeito lhes devemos atribuir?

CRÁTILLO: A mim, Sócrates, parece-me que eles instruem, e isto de um modo bem simples; de sorte que quem conhecer os nomes conhece também as coisas. (PLATÃO (1963, p. 147)

Por sua vez, Aristóteles, tendo também se dedicado ao estudo da lógica, acreditava que o significado das palavras era algo convencional, acordado entre os homens. Contudo, foi só no período helenístico, a partir de Dionísio da Trácia (170 a.C.-90 a.C.), primeiro gramático grego, que começou a distinção dos nomes (próprios e comuns). Naquele momento a gramática já era uma disciplina independente da lógica e da filosofia. De acordo com Ullmann (1977, p. 151), no século II a.C., Dionísio resumiu a diferença entre o nome próprio e o substantivo comum nos seguintes termos:

Um nome é uma parte declinável da oração que significa um corpo ou uma atividade, um corpo como “pedra” e uma atividade como “educação”, e que pode ser usada tanto comumente como individualmente; comumente como “homem”, “cavalo”, e individualmente como “Sócrates”. Noutro passo, o mesmo escritor define um nome próprio como aquele que significa um individual, como “Homero”, “Sócrates”.

Nomeado pelas gramáticas como “substantivo próprio”, “porque se aplicam a um determinado homem, a um dado país e a uma certa cidade” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 172), entende-se que os nomes próprios integram um campo muito mais amplo da língua: eles ampliam o significado ao mesmo tempo que o particularizam, constroem identidades e consciências. Por sua vez, ao “substantivo comum”, um nome geral, de caráter coletivo, cabe a designação genérica, “porque se empregam para nomear todos os seres e todas as coisas das respectivas classes”,

conforme apontam Cunha e Cintra (1985, p. 172). Desse modo, rio é um nome genérico, designando uma corrente hídrica que vem a receber um nome próprio, com o objetivo de individualizá-lo, como Doce, Grande, Preto, Bonito, Gualacho, distinguindo-se, assim, de outras correntes hídricas de outros espaços geográficos. Em se tratando de pessoas, o nome individual ou singular (MILL, 1882, II, § 3) distingue, em uma sociedade, um indivíduo de outro: José, Beatriz, Carlos são nomes próprios que se referem a pessoas distintas.

Ainda que a designação genérica se remeta ao mundo real ou imaginário, é consensual que a todo substantivo comum não necessariamente cabe uma designação individual (ARISTÓTELES, 1996), ou seja, um nome próprio; entretanto, essa designação específica ou individual tem chamado a atenção de estudiosos, desde a Antiguidade, principalmente quando se refere à nomeação de pessoas e lugares.

2 A onomástica

Mesmo remontando à Antiguidade, quando se analisa o percurso dos estudos onomásticos, pode-se observar que “a ciência dos nomes próprios” se manteve, por longo tempo, à margem das pesquisas sobre a linguagem, indiferente ao desenvolvimento das importantes orientações teóricas da linguística. É no final do século XIX e no início do XX que o estudo do nome próprio volta a se destacar, a partir das pesquisas do filólogo português Leite de Vasconcelos.

Em 1928 Leite de Vasconcelos estabeleceu conceitos e classificações acerca da ciência do nome próprio no seu manual *Antroponímia portuguesa*, em que se ocupou dos antropônimos de Portugal desde a Idade Média. Sobre o termo “antroponímia”, o autor já o havia proposto e empregado em 1887, na *Revista Lusitana*. No manual de 1928, destaca:

Temos como se vê, muitas espécies de “nomes próprios”. A secção da Glotologia que trata d’eles (origem, razão de emprego, forma, evolução, etc.), convieram os filólogos em a designar por “Onomatologia”, que, de acordo com aquelas espécies, deverá decompor-se em três disciplinas secundárias: 1) Estudo de nomes locais, ou “Toponímia”, na qual se inclui igualmente o elemento líquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, como árvores, penedos que dão freqüentemente nomes a sítios (a

“Toponímia” é pois Onomatologia geográfica). 2) Estudo dos nomes de pessoas, ou “Antroponímia”, expressão que o autor pela primeira vez propôs e empregou em 1887, na “Revista Lusitana”, I, 45. 3) Estudo de vários outros nomes próprios, isto é, de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios, cousas: “Panteonímia” (de pantóios, que quer dizer “de toda a espécie”, “variado”). No estudo dos nomes de seres sobrenaturais nada nos impede de chamar “Teonímia” (Theonymia) ao dos nomes de deuses. (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, p. 57)

No Brasil, são as definições dadas por Dauzat (1951) que têm orientado os estudos atuais sobre a questão do nome. Segundo esse linguista, “*antroponímia* é a ciência dos nomes de pessoas (*antropônimo*, nome de pessoa); *toponímia*, a ciência dos nomes de lugares (*topônimo*, nome de lugar). E a *onomástica*, a união dessas duas ciências (termo empregado, às vezes erroneamente, como sinônimo de antroponímia)”. Raros têm sido os estudos de “vários outros nomes próprios”, que dizem respeito à terceira disciplina citada acima na divisão de Leite de Vanconcelos (1928).

Ao lado dos termos tradicionais – toponímia e antroponímia – encontram-se, em diversos trabalhos de pesquisas no Brasil e no exterior, desde 2011, os termos toponomástica e antroponomástica (HOUGH, 2016, p. 3), que integram uma lista de termos onomásticos importantes recomendados pelo International Congresso of Onomastic Sciences (ICOS 2011).

Contemporaneamente, os termos toponímia/toponomástica e antroponímia/antroponomástica vêm, cada vez mais, sendo empregados de maneiras distintas, podendo-se, assim, serem resumidos em:

- Toponomástica – disciplina que estuda os nomes próprios de lugares;
- Toponímia – conjunto de nomes próprios de lugares (diz respeito ao conjunto de dados toponímicos selecionados para estudo);
- Antroponomástica – disciplina que estuda os nomes próprios de pessoas;
- Antroponímia – conjunto de nomes próprios de pessoas (refere-se a uma seleção de dados antroponímicos escolhidos para estudo).

3 Pesquisas em onomástica: da sincronia à diacronia

A onomástica é uma área que se integra à lexicologia. Contudo, devido ao seu caráter interdisciplinar, relaciona-se a outros campos do

saber, podendo-se citar, dentre muitos outros, a geografia, a história, a antropologia, a genealogia. Por ser um ramo da lexicologia, área da linguística que descreve e analisa o léxico, que “estuda o universo de todas as palavras, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança” (BARBOSA, 1990, p. 157), a onomástica, assim como o léxico geral de uma língua, é constituída historicamente, influenciada pelos costumes e normas sociais de um povo.

Sabemos que múltiplos podem ser os olhares do pesquisador voltados ao estudo do nome próprio, já que a onomástica permite que esses estudos possam ser observados em perspectivas sincrônica e diacrônica. Neste texto, temos como objetivo principal apresentar os estudos que se inserem nessa área, desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos primeiros vinte anos do século XXI.

A partir da pesquisa que resultou em nossa tese de doutorado, intitulada “A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo” (SEABRA, 2004), deu-se início, neste século, aos estudos em onomástica na UFMG. Fundamentando-nos em pesquisa de campo, em material cartográfico e em documentos escritos de épocas passadas, procuramos descrever e explicar a permanência, a variação e a mudança de topônimos na região do Carmo, primeiro território de Minas a ter núcleo populacional.

Convidada pela professora doutora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em 2004, passamos a integrar o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB-USP) e a coordenar sua variante regional, o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), hoje em sua fase cinco¹. Em 2012, com o afastamento da professora Dick de suas atividades acadêmicas, o Projeto ATEMIG se desvinculou do Projeto ATB, mas continuou a manter diálogos com os outros projetos que dele derivaram, como o Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul (ATEMS), o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins (ATITO) e outros que surgiram posteriormente, como o Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH).

¹ Iniciada em 2019, a fase V do Projeto ATEMIG dá continuidade aos estudos toponímicos, principalmente em Minas Gerais, com enfoque em toponímia urbana, toponímia histórica, toponímia regional e atlas toponímico.

Com o objetivo maior de desenhar a realidade toponímica do país, esses projetos, variantes regionais do ATB, inicialmente surgiram com o ideal de confecção de atlas toponímicos. Posteriormente, com desenvolvimentos independentes em cada estado, expandiram-se e, mais do que a feitura de atlas, passaram, hoje, a constituir um dos caminhos possíveis para o conhecimento da língua e da cultura de comunidades locais e regionais que ocupam ou ocuparam determinados espaços geográficos.

3.1 Sobre as pesquisas toponímicas na UFMG

São onze os objetivos básicos que nos direcionaram nesses anos:

1. Constituir um Banco de Dados com todos os topônimos presentes nas cartas geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondentes aos 853 municípios mineiros;
2. Catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos e indígenas, dentre outros;
3. Classificar e analisar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração);
4. Buscar a influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos);
5. Cartografar nomes de acidentes físicos e humanos do estado de Minas Gerais;
6. Realizar gravações orais com o objetivo de coletar outros topônimos que não constam na rede toponímica oficial do estado;
7. Analisar a toponímia de mapas antigos que remetem ao território mineiro;
8. Realizar estudos diacrônicos a partir dos dados coletados;
9. Construir glossários toponímicos;
10. Estudar os nomes de logradouros (bairros, ruas, praças, becos etc.) presentes em cidades mineiras;
11. Estudar a toponímia rural.

Dentre esses, os cinco primeiros referem-se ao direcionamento metodológico proposto por Dick para confecção de atlas toponímicos. O sexto e o sétimo objetivos foram propostos por nós, com o intuito de facilitar a construção de bancos de dados para a realização de estudos diacrônicos (oitavo objetivo). Temos, ainda, cumprido os objetivos nove e dez, elaborando glossários toponímicos e estudando nomes de ruas presentes em cidades mineiras. O décimo primeiro objetivo – estudar a toponímia rural – surgiu quando começaram a aparecer dados dessa natureza, algumas vezes percebidos em entrevistas orais realizadas no campo, e, outras, em documentos, podendo-se citar cartas de sesmaria, mapas locais e regionais, escrituras de terras e livros de registros de propriedades rurais a que tivemos acesso.

Podemos dizer que, nesses primeiros vinte anos do século XXI, as pesquisas em onomástica na UFMG iniciaram-se por análises de conjuntos de dados toponímicos, em perspectivas sincrônica e diacrônica.

Em sua primeira etapa, o ATEMIG fez o levantamento e a classificação toponímica de todos os acidentes físicos e humanos dos 853 municípios do estado, documentados em cartas geográficas, fontes do IBGE, com escalas que variam de 1:50.000 a 1:250.000, perfazendo até o presente momento um total de 85.391 topônimos. Desse número, sem contar os nomes de origem portuguesa, computamos topônimos de étimos:

- Indígena: 8.441 ocorrências
Exemplos: *buriti*; *pindaíba*
- Africana: 1.480 ocorrências
Exemplo: *caçamba*
- Híbridos: 2.281 ocorrências
Exemplos: *buriti grande* (tupi + português); *capão do cachimbo* (tupi + africano); *quilombo baixo* (africano + português); *pindaibão* (tupi + sufixo português); *monjolinho* (africano + sufixo português)
- Não classificados: 1.238 ocorrências
Exemplo: *manjonge*.

Enquanto construíamos esse banco de dados sincrônico, referente aos nomes de lugares presentes em mapas do IBGE, dávamos início aos estudos toponímicos (SEABRA, 2012, p. 305-315), utilizando a classificação taxonômica de Dick (1990, p. 31-34), mas partindo

de gravações orais, sob a luz da sociolinguística (LABOV, 1974). Salientamos que, por se tratar de um campo que envolve a “rede social”, já que os nomes de lugares não encontram expressão fora dela, a investigação toponímica deve, ainda, estar articulada a bases culturais, especialmente à antropologia linguística (DURANTI, 2000; HYMES, 1964) ou etnolinguística (LAPLANTINI, 1996) e a uma noção de léxico (BIDERMAN, 2001) que possibilite ao pesquisador trabalhar em conjunto com a história para, por meio de fatos, crenças e valores entrecruzados, tentar comprovar a verdade do nome.

Conforme propusemos, destacamos, a seguir, os trabalhos de cunho onomástico realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG.

A dissertação de mestrado de Joara Maria de Campos Menezes, intitulada *O léxico toponímico nos domínios de dona Joaquina de Pompéu*, defendida em 2009, iniciou-se por gravações orais em uma antiga área de domínio dessa fazendeira² do alto São Francisco, reconhecida como grande colaboradora no desenvolvimento da pecuária em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. O estudo constatou que foi por meio dos topônimos de natureza física que o mundo rural do século XVIII e a figura lendária de dona Joaquina vêm sendo lembrados. Com o desmembramento das terras dessa matriarca mineira, novas fazendas foram sendo formadas, mas os topônimos, total ou parcialmente, se mantêm, evocando memórias.

Nessa mesma linha, acreditando que os nomes de lugares evidenciam características físicas e sociais de uma região, conduzindo o pesquisador à confirmação da influência do ambiente e da cultura na língua, investigando o homem, o ambiente, a cultura regional e a toponímia local, foi realizada a pesquisa *O léxico toponímico de Diamantina: língua, cultura e memória*, que resultou, em 2010, na dissertação de mestrado de Tatiana Martins Mendes. Tal como o trabalho de Menezes (2009), inicialmente foram observados dados de língua falada, coletados em entrevistas orais; em seguida, consultaram-se mapas antigos para coletar dados da língua escrita; e, finalmente, foram comparados dados do presente e do passado, objetivando observar casos de variação, mudança e retenção linguísticas. A pesquisa revelou um

² Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, ou dona Joaquina do Pompeú (1752-1824)

índice pouco significativo de casos de variação e mudança linguísticas, mostrando que a toponímia na região é bastante conservadora.

Há que se citar, ainda, não integrando o Projeto ATEMIG, a tese de doutorado de Joviano Gonçalves dos Santos, intitulada *O nome e o lugar: a toponímia na região central de Minas Gerais*³, defendida em 2012, cuja proposta foi estudar os nomes de lugares de uma região mineira conhecida por seu grande desenvolvimento, decorrente da presença de inúmeras fazendas, no século XVIII e XIX, para as quais afluíram fazendeiros vindos de Portugal, São Paulo, Bahia, dentre outros.

Observando, como nas pesquisas citadas, em um primeiro momento, dados de língua falada, coletados em gravações orais, dá-se início, no âmbito do Projeto ATEMIG, às pesquisas municipais com confecção de mapas temáticos. A dissertação *Língua e cultura do norte de Minas: a toponímia do município de Montes Claros*, defendida por Monica Emmanuelle Ferreira de Carvalho, em 2010, teve como objeto de estudo os nomes de lugares referentes a um município localizado no norte de Minas Gerais, região que mantém importância histórica por sua localização estratégica durante o período de desbravamento do sertão mineiro nos séculos XVIII e XIX. O estudo discute a relação entre língua, cultura e sociedade, e mostra predominância de nomes de natureza física, tendo como motivação toponímica a vegetação local.

Por sua vez, com uma parte de topônimos extraídos de mapas do IBGE, constituindo nosso banco de dados sincrônicos, as pesquisas do Projeto ATEMIG voltam-se para as águas. É fato que para os toponimistas as águas, dentre elas, os rios, córregos, arroios, paranás etc., constituem objetos de pesquisa ímpares, conforme apontam Dick e SEABRA (2001, p. 65):

O sistema hidrográfico brasileiro encerra uma riqueza pronunciada de cursos d'água, seja na distribuição quantitativa como em extensão e em volume. São tantos os rios notáveis, tanto os pequenos meandros interioranos opostos aos grandes desaguadouros costeiros, tantas as características potamográficas traduzidas em nomes, como os chamados rios de águas negras, brancas, claras e azuis, que a população generaliza o seu termo genérico, nem sempre distinguindo uns dos outros com facilidade, se córrego, riacho ou ribeirão; tudo é rio, existindo em qualquer lugar. Mas há aqueles que só pertencem a certos sítios, porque

³ Pesquisa orientada por Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

tipificados pelo meio ou pelos contatos linguísticos nas fronteiras, como ocorre com os igarapés, paranás, corixos ou arroios, cada um deles revelando, em suas formas de expressão, as marcas de um grupo étnico distinto, ou uma determinada referência fáctica. Os objetos assim simbolizados, linguisticamente, caracterizam variações vocabulares locais, com um raio diatópico mais ou menos preciso. De qualquer modo, são frutos do meio que os conformou e possibilitou a sua historiografia onomástica.

Tendo como objetivo estudar os hidrônimos das localidades que compreendem o alto e médio Rio das Velhas, região que guarda profundos laços com a ocupação e a fixação do desbravador bandeirante em Minas Gerais, a dissertação de mestrado de Leticia Rodrigues Guimarães Mendes, denominada *A hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto a Sumidouro*, defendida em 2009, demonstrou que os estudos toponímicos, incluindo aqueles relacionados ao universo das águas, revelam estreita relação entre o homem, a cultura e o ambiente em que ele se insere, confirmando a intensa ligação que o homem estabelece com os elementos da natureza no ato da nomeação.

Sabemos que os instrumentos onomásticos, de modo geral, e dentre eles, de modo particular, os nomes de lugares, são meios importantes de investigação linguística, reconhecidos também pela linguística histórica (BYNON, 1995, p. 263):

O outro caminho a ser explorado, a saber, a análise linguística de nomes de lugares, tem a indubitável vantagem para o pré-historiador (da linguagem) de o referente estar localizado (com precisão) no espaço geográfico e, em casos afortunados, os (mesmos) lugares serem mencionados em fontes escritas anteriores. Nomes de lugares que incluem nomes de povoados e de traços geográficos tais como montanhas e rios, tendem, como fósseis, a sobreviver mesmo a uma total substituição da língua. Seu potencial para formar uma ligação entre a arqueologia e a linguística é, conseqüentemente, considerável⁴.

⁴ “The one further avenue to be explored, namely the linguistic analysis of place-names, has the undoubted advantage to the prehistorian that the referent is squarely located in geographic space and that, in fortunate cases, places are mentioned in early written sources. Place-names, which include the names of settlements and of geographical features such as mountains and rivers, tend like fossils to survive even total language replacement. Their potential for forming a link between archaeology and linguistics is therefore considerable.”

A tese de doutorado, *Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas*, defendida por Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos em 2012, evidencia essa importância. Depois de trabalhar com um corpus total de 2.881 hidrônimos, divididos em dois tipos de fontes, as pretéritas, com 176 hidrônimos, e as contemporâneas, com 2.705, o pesquisador propôs estabelecer padrões motivacionais tanto para as fontes pretéritas como para as contemporâneas, buscando ainda correlacionar a área fitogeográfica e a toponímica, a partir da ocorrência do topônimo Buriti. Propôs, também, ampliar a classificação da taxa dos hidrotopônimos. Dada a alta frequência de sintagmas toponímicos com preposição “de”, presente nos dados contemporâneos, buscou discutir tais estruturas em correlação com a atribuição de papéis semânticos, o que, por sua vez, permitiu alguns diálogos com a história social local.

Levando-se em conta as considerações advindas da Análise, tanto dos dados pretéritos quanto dos contemporâneos, faz-se necessário reiterar a importância dos estudos toponímicos para a recuperação e manutenção do *modus vivendi* de povos que gravaram, nos acidentes físicos e humanos, sua peculiar mundividência/cosmovisão. Tal cosmovisão, sobretudo a partir da Análise de cartas/mapa antigos e mapas contemporâneos, pode ser percebida pela distribuição das taxas de Natureza Física e Antropocultural, as quais podem configurar determinados padrões motivacionais em determinada época, e estes, à luz da História Social, podem sobrelevar aspectos históricos e ideológicos importantes, quando da nomeação dos lugares. Além disso, reitera-se a relevância de estudos regionais como este para o futuro mapeamento onomástico-toponímico do território brasileiro, em suas diversas manifestações regionais e locais. (ANJOS, 2012, p. 314-315)

Como já salientado, dos 85.391 topônimos registrados em cartas geográficas referentes aos 853 municípios mineiros, contabilizamos 8.441 nomes de origem indígena e 1.480 de origem africana, não se podendo esquecer os híbridos (africano + português, indígena + português, africano + indígena, indígena + africano), que somam 2.281 ocorrências.

Sabendo que os contatos linguísticos e culturais entre os povos costumam ser registrados e conservados nos nomes de lugares, Emanoela Cristina Lima, em sua pesquisa de mestrado, defendida em 2012,

intitulada *A toponímia africana em Minas Gerais*⁵, concluiu, dentre outros aspectos, que as palavras de origem banto são predominantes na toponímia mineira; dos 1.480 africanismos que compõem o corpus, 898 são de origem banto, sendo, também, bastante recorrentes os hibridismos, principalmente os formados por banto + português. Quanto à motivação predominante – a taxonomia –, prevaleceram os sociotopônimos (nomes motivados pelas atividades sociais do homem).

Em um estudo regional sobre *A toponímia da região central de Minas Gerais*, Patrícia de Cássia Gomes Pimentel, em sua pesquisa de mestrado, defendida em 2015, ratificou o predomínio da base banto para os termos africanos, conforme Lima já havia constatado em 2012, e da base tupi para os termos indígenas. Constatou, também, nessa região, um número bastante significativo de hibridismos africano/português e indígena/português. Por sua vez, a análise das taxonomias toponímicas revelou que, dentre os topônimos de origem africana, a maior ocorrência foi a das taxonomias de natureza antropocultural, com predomínio dos sociotopônimos; em contrapartida, para os topônimos de origem indígena, o maior número verificado foi o das taxonomias de natureza física, enquanto a motivação mais frequente está relacionada ao ambiente, mais especificamente às plantas e à vegetação, os fitotopônimos.

Atualmente, todos os nomes de origem indígena constantes nesse banco de dados estão sendo estudados por Pimentel. Sua tese de doutorado, *A toponímia indígena de Minas Gerais*, deverá ser defendida no início de 2022. Uma outra tese de doutorado que está em curso, também no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, é *O tupi na hidronímia maranhense*⁶, do doutorando Edson Lemos Pereira. Essa pesquisa se volta, portanto, para a toponímia maranhense, com foco na hidronímia de origem indígena.

Das taxonomias toponímicas estabelecidas por Dick (1990), algumas foram estudadas tendo como *corpora* o banco de dados do ATEMIG e o de dados históricos, elaborado por Santos, Seabra e Costa, disponibilizado no repositório de toponímia (SANTOS; SEABRA; COSTA, 2017).

Outras teses se destacam, utilizando-se desses bancos de dados, com análises sincrônicas e diacrônicas, confecção de mapas toponímicos

⁵ Trabalho coorientado por Sônia Maria de Melo Queiroz.

⁶ Trabalho coorientado por Conceição de Maria de Araujo Ramos (UFMA).

e glossários: *Hagiotoponímia em Minas Gerais*, defendida em 2014 por Ana Paula Mendes Alves de Carvalho; *Litotoponímia mineira*, defendida em 2018 por Maryelle Joelma Cordeiro; *A zootoponímia em Minas Gerais*, defendida também em 2018, por Cassiane Josefina de Freitas. Em curso, encontram-se as pesquisas de doutorado de Emanoela Cristina Lima Cotta, intitulada *A sociotoponímia em Minas Gerais*; a de Marianna De Franco Gomes, sobre *A ergotoponímia mineira* e a de Jéssica Nayra Sayão de Paula, sobre a *Historiotoponímia mineira*.

Destaca-se ainda a pesquisa de mestrado de Marianna de Franco Gomes, defendida em 2019, sobre os *Geomorfotopônimos históricos* de Minas Gerais. Essa dissertação é um desdobramento do Projeto Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino, realizado entre 2014 e 2016, no Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG (CRCH-UFMG).

Estudar nomes de logradouros urbanos, dentre eles ruas, bairros, becos, praças etc., décimo objetivo do Projeto ATEMIG, foi a finalidade da pesquisa de Zuleide Ferreira Filgueiras, com o estudo *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*, dissertação defendida em 2011. Sabendo que a capital mineira havia recebido logo no início da sua construção, no final do século XIX, imigrantes italianos que vieram atraídos pelas oportunidades de trabalho, a pesquisadora consultou todos os nomes de logradouros da cidade de Belo Horizonte, selecionando, dentre esses, os topônimos motivados por antropônimos de origem italiana. Com os resultados de sua pesquisa, demonstrou como é importante um trabalho de cunho onomástico, que valoriza as tradições e a memória, comprovando que o estudo dos nomes de lugares possibilita acessar um passado histórico, já que evidencia marcas da história social (formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento de uma região administrativa). Outros resultados relevantes nessa pesquisa foram a significativa presença da toponímia paralela, revelada por 57,92% dos informantes que citaram outros nomes pelos quais os logradouros são conhecidos, e o alto índice de variação e mudança, 83,61%.

Outras pesquisas sobre a toponímia urbana realizadas no âmbito da Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos advieram: em 2017, a pesquisadora Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo defendeu a dissertação *História e cultura do centro-oeste mineiro retratadas na antropotoponímia da cidade de Bom Despacho*. Nesse

estudo, Gontijo mostra que o processo de nomeação de um lugar vai muito além de seu aspecto puramente linguístico, pois ele carrega o conhecimento histórico, social, geográfico, cultural, econômico e político de uma região e de uma comunidade. Ao investigar as denominações antroponímicas de logradouros (ruas, avenidas, becos e praças) no perímetro urbano da cidade mineira de Bom Despacho, constatou que a motivação toponímica da sociedade bom-despachense está ligada a títulos de pessoas influentes, como militares, políticos, médicos e religiosos, concluindo que os dados ratificam a importância do estudo da toponímia urbana como um instrumento de resgate da memória de um povo perpetuada por meio dos nomes de ruas.

O léxico antroponímico pode ser compreendido como um indicador linguístico-cultural, no qual a língua retrata a visão de mundo de um povo e evidencia a inter-relação que se estabelece entre o linguístico e o mundo biossocial. O signo toponímico corresponde ao signo linguístico na função designativa de um espaço geográfico. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), ele representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica de seu significado” e evidencia a realidade do ambiente físico e antropocultural de uma dada região na medida em que revela suas características. (GONTIJO, 2017, p. 135)

Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais é o título da tese de doutorado, defendida em 2017, de Glauciane da Conceição dos Santos Faria. Após análise do corpus dessa pesquisa, constituída de 410 dados, Faria propõe uma nova classificação para os antropotopônimos, que passam a se dividir em: antropotopônimos, antrotopotopônimos, antrotopotopônimos e antrotopotopônimos. Apresenta, ainda, um dicionário biográfico, composto pelos antropônimos em destaque.

A antropotoponímia da cidade de São João del-Rei – MG, tese de doutorado de Celso Reis Macedo, defendida em 2021, investigou 1.022 nomes de lugares que têm como motivação nomes de pessoas, registrados na cidade setecentista mineira de São João del-Rei. A análise foi feita partindo de dados contemporâneos, isto é, do nome atual do logradouro – procurando conhecer seu histórico – e o nome no passado. Foram observados casos de variação e mudança do topônimo ao longo dos séculos.

Axiotopônimos: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim (MG), dissertação de mestrado defendida em 2021 por Jeander Cristian da Silva, soma-se aos estudos sobre toponímia urbana. Contudo, se caracteriza por ser o primeiro estudo sobre os axiotopônimos no contexto do projeto ATEMIG. Dentre outros resultados, a análise mostra maior frequência de manutenção toponímica e reforça a tese de Faria (2017) de que os axiotopônimos poderiam ser considerados uma subtaxe dos antropotopônimos e, por isso, poderiam ser chamados de antropo-axiotopônimos. Esse tema continua a ser o objeto de pesquisa de Silva, que, em seu doutorado, iniciado em março de 2021, trata da *Axiotoponímia em Minas Gerais*. Em curso também há em uma tese de doutorado que deverá ser defendida em março de 2022: Letícia Rodrigues Guimarães Mendes vem estudando os nomes de logradouros públicos, os antropônimos que nomeiam as ruas na cidade de Pedro Leopoldo, no estado de Minas Gerais.

Os aspectos revelados a partir desses estudos sobre toponímia urbana retratam fazeres históricos e socioculturais. São importantes porque preservam a memória, a história e a identidade da região estudada, muitas vezes esquecidas.

Os estudos sobre o léxico toponímico rural têm chamado a atenção em muitas de nossas pesquisas, principalmente por deixarem à vista uma microtoponímia não identificada em mapas do IBGE. Essa microtoponímia, classificada como uma variedade *não standard*, não se identifica com a usada por determinados grupos sociais, fundamentalmente cultos ou de alto nível socioeconômico encontrados nas grandes cidades. Sobre esse tema, destaca Esquivel:

A propriedade de urbanização implica também a escritura. A representação do *standard* por meio de um alfabeto comum, de acesso universal, ajuda no cumprimento das funções unificadoras e de marco de referência, características da variedade. Se exige desta, com a primeira função, que seja elemento de coesão entre as distintas variedades espaciais da língua, e, com a segunda, que seja modelo mediante o qual se fixam os princípios pelos quais se rege a comunidade linguística. Este modelo se converte no ideal ao qual nenhum falante pode chegar totalmente. Graças à escritura

se consegue para toda a comunidade uma representação visível, e portanto praticável, do mesmo⁷. (ESQUIVEL, 2001, p. 17-18)

Mesmo coexistindo na língua com a variedade *standard*, a variedade *não standard*, dialetal ou regional costuma ser fundamentalmente oral e ter uma escrita que se restringe a comunidades locais, com pouca capacidade irradiadora.

Tendo como objetivo estudar topônimos concentrados em áreas rurais, a pesquisa de mestrado de Jacqueline Helen de Lima, denominada *A toponímia rural no contexto cafeicultor da Serra do Caparaó*, defendida em 2021, descreve e analisa os topônimos presentes na área rural dos municípios de Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz, grandes produtores de café na região da Serra do Caparaó, no leste de Minas Gerais. Além de apontar a predominância de antropotopônimos na nomeação das localidades rurais, refletindo as questões sociais e históricas da ocupação por meio da posse de terras, a pesquisa destaca o acidente físico “córrego”, significando “conduto natural de água” e a sua variedade *não standard*, cujo significado é “lugar estreito entre montanhas, desfiladeiro”, acepção desconhecida nas cidades brasileiras.

Dentre as pesquisas de pós-doutorado realizadas na área da onomástica, destacam-se os estudos de Ana Paula Mendes Alves de Carvalho sobre a *Presença de toponímia religiosa na denominação dos municípios brasileiros (2019-2021)* e o *Estudo toponímico bilíngue (Português/Libras) dos patrimônios arquitetônicos tombados de Feira de Santana-Bahia (2018-2019)*, de Liliane Lemos Santana Barreiros.

Conforme exposto, esses estudos desenvolvidos na UFMG, nas duas últimas décadas, tiveram como tarefa preliminar coletar material linguístico, seja em modalidade escrita, buscando em mapas contemporâneos, históricos e em documentos pretéritos; seja em

⁷ La propiedad de urbanización implica también la escritura. La representación del estándar por medio de un alfabeto común, de acceso universal, ayuda al cumplimiento de las funciones unificadora y de marco de referencia, características de la variedad. Se exige de esta, con la primera función, que sea elemento de cohesión entre las distintas variedades espaciales de la lengua, y, con la segunda, que sea modelo mediante el cual se fijan los principios por los que se rige la comunidad lingüística. Este modelo se convierte en el ideal al que ningún hablante puede llegar totalmente. Gracias a la escritura se consigue para toda la comunidad una representación visible, y por tanto practicable, del mismo.

modalidade oral, através de gravações, em observação *in loco*. Foram anos de muito trabalho que motivaram pesquisas importantes, como estudos sociolinguísticos de cunho histórico, estudos sincrônicos e diacrônicos, estudos regionais e, ainda, estudos rurais. Como toda pesquisa que envolve a sociedade, os nomes de lugares constituem um terreno fértil para investigações linguísticas e, certamente, há muito o que ser explorado nesse campo.

3.2 Pesquisas antroponímicas na UFMG

Como em outras universidades brasileiras, o número de pesquisas antroponímicas é, ainda, bem incipiente. No Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin-Fale-UFMG), nos últimos anos, podem ser citadas as dissertações de mestrado de Fernanda Flores Amorim Pereira, defendida em 2011, sobre *Uma descrição do uso dos apelidos em Cláudio*⁸, como também a de Jéssica Nayra Sayão de Paula, defendida em 2017, que versa sobre as *Atas novecentistas do IHGMG: edição e proposta de dicionário biográfico*⁹; além da tese de doutorado de Zuleide Ferreira Filgueiras, defendida em 2016, intitulada *Italianos em Belo Horizonte: um estudo léxico-social e proposta de dicionário*.

O primeiro estudo, a partir da lista de telefone intitulada *Apelista*, descreve, analisa e procura entender o hábito dos claudienses de apelidar os moradores da cidade mineira de Cláudio. Por sua vez, o segundo volta-se a dados escritos do início do século XX, ao editar as primeiras atas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), no período de 1916 a 1929. Depois de editadas, selecionaram-se 303 nomes de pessoas para a confecção de um dicionário biográfico, de cunho enciclopédico. O terceiro trabalho citado, uma tese, possibilitou conhecer pessoas de origem italiana que trabalharam na construção de Belo Horizonte e que viveram na cidade em seus primeiros anos.

Todas são pesquisas que reafirmaram a relevância dos estudos onomásticos – antroponímicos – para o conhecimento de aspectos históricos, econômicos e socioculturais dos papéis exercidos por pessoas desses distintos grupos sociais e dos espaços que ocupam e ocuparam no passado.

⁸ Trabalho orientado por Evelyne Jeanne Andrée Angèle Madeleine Dogliani.

⁹ Trabalho orientado por Márcia Cristina de Brito Rumeu e coorientado por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra..

3.3 Outras pesquisas sobre nomes próprios na UFMG

Dentre os outros estudos sobre nomes próprios, já considerados por Vasconcelos (1928), destaca-se a dissertação de mestrado de Antonio Jorge de Souza sobre oniônimos intitulada *Criação lexical em textos publicitários: análise de oniônimos*¹⁰, defendida em 2019. Segundo Souza (2019, p. 27),

Os Oniônimos, subárea que tem em Guérios (1973) seu idealizador, constituem um campo dentro da grande área onomástica. Do grego, ónion ou ónia, “artigo comercial”, em composição com ónyma, “nome”, temos oniônimo (Guérios, op. cit.), denominação adotada pelo autor por acompanhar as de topônimo, antropônimo e outras do mesmo segmento. Sob essa perspectiva, Guérios define onionímia como a disciplina que se ocupa dos estudos dos nomes próprios de artigos ou produtos das indústrias.

Em sua dissertação, Souza (2019) teve por objetivo estudar nomes próprios de marcas e produtos industrializados, por meio do processo de neologia lexical estilística, utilizando como corpus textos publicitários de revistas que circulam em âmbito nacional (*Veja, IstoÉ e Época*).

Completando cinquenta anos, em 1971, a onionímia já havia sido objeto de estudo da professora Norma Lúcia Horta Neves, com a pesquisa de doutorado *Nomes próprios comerciais e industriais no português: um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte*¹¹, defendida no curso de pós-graduação da Fale/UFMG.

Diferentemente da toponímia e da antroponímia, os nomes comerciais costumam ser marcados pela volatilidade. Pioneira em estudo dessa área, Neves já afirmava que “[...] é de extrema mobilidade o léxico da propaganda comercial, pois além de refletir a agitada vida do comércio, ele deve acompanhar o progresso da ciência e da técnica” (NEVES, 1971, p. 135). Seu trabalho é pouco conhecido, mas constitui uma referência importante para quem quer estudar nomes próprios comerciais.

¹⁰ Trabalho orientado por Aderlande Pereira Ferraz.

¹¹ Trabalho orientado por Ângela Vaz Leão.

4 Considerações finais

Conforme descrevemos neste artigo, buscamos apresentar os estudos onomásticos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da UFMG, nesses primeiros vinte anos do século XXI. Nesse cenário, pudemos perceber que o interesse pelos estudos toponímicos tem sido uma constante. Contudo, o nome próprio tem inspirado pesquisas também em outras áreas da onomástica, a saber, antroponímia e onionímia.

Tendo todos os estudos sido realizados com critérios científicos, buscando sempre produzir o melhor, estamos presenciando agora vários ex-alunos formando suas equipes de trabalho e dando continuidade ao estudo do nome próprio, desenvolvendo novas pesquisas, acrescentando novos enfoques e novas tecnologias que o mundo contemporâneo oferece.

Seja apresentando semelhanças, seja apresentando diferenças, seja destacando identidades, o estudo do nome próprio ultrapassa o tema da língua e faz eco na experiência e na história do homem. Todavia, é por meio de seu registro e de seu exercício na língua que esse nome se faz memória.

Referências

ANJOS, M. A. L. *Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas*. 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-8Y4Q5E>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ARISTÓTELES. *Organon VI: Elencos Sofísticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 2, 1990, Brasília. *Anais...* Brasília: [s. n.], 1990. p. 152-158.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BYNON, T. Can there ever be a prehistorical linguistics? *Cambridge Archaeological Journal*, London, v. 5, n. 2, p. 261-265, 1995.

CARVALHO, A. P. M. A. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 821 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MGSS-9PMR2U>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CARVALHO, M. E. F. *Língua e cultura do norte de Minas: a toponímia do município de Montes Claros*. 2010. 225 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-95PNBJ>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CORDEIRO, M. J. *Litotoponímia mineira*. 2018. 542 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-B8AFPE>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAUZAT, A. *Dictionnaire étymologique des noms de famille et prénoms de France*. Paris: Larousse, 1951.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

DICK, M. V. P. A.; SEABRA, M. C. T. C. de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, p. 64-91, 2002.

DURANTI, A. *Antropología lingüística*. Madri: Cambridge University Press, 2000.

ESQUIVEL, F. M. C. *La lexicografía em las variedades no-estándar*. Jaén: Universidade de Jaén, 2001.

FARIA, G. C. S. *Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*. 2017. 686 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-AU2G47>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

FILGUEIRAS, Z. F. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. 349 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/DAJR-8H5TJ4>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

_____. *Italianos em Belo Horizonte: estudo léxico-social e proposta de dicionário*. 2016. 997 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MGSS-AAPJ5Y>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FREITAS, C. J. *A zoootoponímia em Minas Gerais*. 2018. 504 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-B46JL5>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

GOMES, M. F. *Geomorfotopônimos históricos*. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-BAAMLC>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

GONTIJO, F. L. F. L. *História e cultura do centro-oeste mineiro retratadas na antropotoponímia da cidade de Bom Despacho*. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-ANBR5U>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

HYMES, D. *Language in culture and society: a reader in linguistics and anthropology*. New York: Harper and Row, 1964.

HOUGH, C. (ed.). *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. *Proceedings of the XIth International Congress of Linguistics*. Bologna: Mulino, 1974. p. 825-851.

LAPLANTINE, F. *La description ethnographique*. Paris: Nathan, 1996.

LEITE DE VASCONCELLOS, J. L. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

LIMA, E. C. *A toponímia africana em Minas Gerais*. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-96LNKL>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LIMA, J. H. *A toponímia rural no contexto cafeicultor da Serra do Caparaó*. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MACEDO, C. R. *A antropotoponímia da cidade de São João del-Rei – Minas Gerais*. 2021. 1235 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/35755>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MENDES, L. R. G. *Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*. 2009. 260 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-8T9PMB>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MENDES, T. M. *Léxico toponímico de Diamantina: língua, cultural e memória*. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-8TEFD7>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MENEZES, J. M. C. *O léxico toponímico nos domínios de Dona Joaquina de Pompéu*. 2009. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/ALDR-7R6HCK>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MILL, J. S. *A system of logic, ratiocinative and inductive*. 8. ed. New York: Harper & Brothers, 1882.

NEVES, N. L. H. *Nomes próprios comerciais e industriais no português: um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte*. 1971. 201 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1971.

PIMENTEL, P. C. G. *A toponímia da Região Central mineira*. 2015. 272 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MGSS-A7DNGM>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PEREIRA, F. F. A. *Uma descrição do uso dos apelidos em Cláudio*. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-8SSTDZ>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

PLATÃO. *Crátilo*: diálogo sobre a justeza dos nomes. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

SANTOS, J. G. *O nome e o lugar: a toponímia na região central de Minas Gerais*. 2012. 243 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-95PNBJ>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C.; COSTA, A. G. (org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFGM); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG). 2017. Disponível em: <http://repositoriotoponimia.com.br/>

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAYÃO DE PAULA, J. N. *Atas novecentistas do IHGMG [manuscrito]*: edição e proposta de dicionário biográfico. 2017. 380 f. Dissertação

(Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-AY8QBY>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SEABRA, M. C. T. C. Pesquisa Toponímica em Minas Gerais: contribuições do projeto ATEMIG.. In: MALUF-SOUZA, O.; SILVA, V.; ALMEIDA, E.; BISNOTO, L. S. J. (orgs.). *Discurso, sujeito e memória*. Campinas: Pontes Editores, XXXXX 2012.

SEABRA, M. C. T. C. A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo. 2004. 368 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/ALDR-64KQ9A>> Acesso em: 02 ag. 2021.

SILVA, J. C. *Axiotopônimos*: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim (MG). 2021. 440 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/35876>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SOUZA, A. J. *Criação lexical em textos publicitários*: análise de onônimos. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/31678>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ULLMANN, S. *Semântica*: uma introdução a ciência do significado. Tradução de J. A. Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: 1977.

Recebido em: 28 de setembro de 2021.

Aprovado em: 13 de dezembro de 2021.



Os nomes próprios de rios do território de identidade 6 – Baixo sul (Bahia)

The Proper Names of Rivers in the Territory of Identity 6 – Baixo South (Bahia)

Celina Márcia de Souza Abbade

Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia / Brasil

celinabbade@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-6485-277X>

Resumo: A partir da onomástica, ramo da lexicologia que estuda os nomes próprios, a toponímia vem buscando estudar os nomes próprios dos lugares que existem nesse mundo. Partindo de um projeto maior, o Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), que objetiva estudar os topônimos baianos, começando pelos que designam os acidentes físicos relacionados às águas, esta pesquisa apresenta os topônimos que designam os principais rios que pertencem ao Território de Identidade 6 – Baixo Sul. Esse território é composto por quinze municípios: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves. Este trabalho fundamenta-se na perspectiva dos estudos toponímicos, a partir dos fundamentos teóricos de Dick, assim como nos estudos desenvolvidos acerca dos atlas toponímicos de diversos estados brasileiros, como o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Atemig) coordenado por Seabra, e o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (Atems), sob a coordenação de Isquierdo, dentre outros. Sabendo que os topônimos são marcas de identidade de um grupo e que, por isso, integram o patrimônio cultural de um povo, os aspectos revelados a partir de um estudo onomástico/toponímico, além do fazer linguístico, permeiam caminhos históricos, arqueológicos, geográficos, genealógicos e socioculturais dos nomeadores, resgatando e preservando a memória e a identidade de grupos que habitam e/ou habitaram o espaço em estudo.

Palavras-chave: toponímia; onomástica; Bahia; Atlas Toponímico; rios.

Abstract: From Onomastics, the branch of Lexicology that studies proper names, Toponymy has been seeking to study the proper names of places that exist in this world. Starting from a larger project, the Toponímico Atlas of Bahia (ATOBAH), which aims to carry out the study of toponyms in Bahia starting with those that designate the physical accidents related to water, this research aims to present the toponyms that designate the main rivers that belong to the Baixo Sul Identity Territory. This territory comprises 15 municipalities: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia and Presidente Tancredo Neves. The present work is based on the perspective of toponymic studies, from the theoretical foundations of Dick (1990; 1992; 1997; 2007), as well as on the studies developed on the toponymic atlases of several Brazilian states, such as Toponymic Atlas of State of Minas Gerais (ATEMIG) coordinated by Seabra (2004; 2006; 2008), the Toponymic Atlas of the State of Mato Grosso do Sul (ATEMS) under the coordination of Isquerdo (1997; 2008; 2012), among others. Knowing that place-names are marks of a group's identity and therefore are part of the cultural heritage of a people, the aspects revealed from an onomastic/toponymic study, in addition to the linguistic practice, permeate historical, archaeological, geographic, genealogical and sociocultural paths of the nominators, rescuing and preserving the memory and identity of groups that inhabit and/or inhabited the space under study.

Keywords: toponymy; onomastics; Bahia; toponymic atlas; rivers.

1 Introdução

O estudo dos nomes próprios no âmbito dos estudos lexicais está inserido na onomástica, ramo da lexicologia que pesquisa esses nomes, seja de pessoas, por meio da antroponomástica, seja de lugares, com a toponomástica.

Como a proposta aqui é apresentar os nomes próprios dos rios de uma região baiana, nossa perspectiva teórica insere-se no ramo da toponomástica.

A toponímia baiana está intimamente ligada à história da Bahia e se confunde com a própria história de formação do povo brasileiro, uma vez que o processo de colonização europeia se iniciou por essas terras.

Diante dessa necessidade de entender melhor a história de formação do povo brasileiro a partir da vertente linguística, em 2014 deu-se início ao Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), que está

sendo desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Criado com o objetivo de levantar nomes próprios de lugares que abrangem o território baiano e de estudá-los, o Projeto Atobah seguiu inspirado e incentivado por diversos outros projetos distribuídos pelo Brasil, seguidores do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), idealizado pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick na década de 1990, cuja proposta era abranger os estados do país, seguindo a perspectiva teórica do projeto desenvolvido por ela, o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), primeiro a ser criado no Brasil.

O Projeto Atobah é um dos mais recentes e faz parte do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL), vinculado ao Programa de Estudos em Linguagem (PPGEL) da UNEB e cadastrado ao CNPQ¹. O NEL tem como objetivo desenvolver pesquisas voltadas para os estudos do léxico em diversas perspectivas e socializá-los com demais grupos de estudos lexicais no Brasil e, quiçá, fora dele.

O Projeto ATOBAH busca inicialmente, além de compor o banco de dados dos topônimos baianos, realizar o estudo desses topônimos. Escolhemos iniciar pelos topônimos que designam os acidentes físicos relacionados às águas, os hidrônimos, uma vez que a força dessas águas é preponderante na Bahia, estado cujo nome nasce de uma motivação hidronímica, a Baía de Todos os Santos, nome dado pelos portugueses, mas já conhecida como *Kirimurê*, isto é, “grande mar interior”, nome dado pelos indígenas autóctones.

Este texto apresenta uma parte desse projeto maior, trazendo à tona os topônimos que designam os rios que pertencem ao Território de Identidade (TI) 6, Baixo Sul, um dos 27 territórios de identidade que agregam os 417 municípios baianos.

O TI 6 é composto por quinze municípios: Aratuípe, Jaguaripe, Cairu, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Gandu, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves, conforme podemos observar na Figura 1:

¹ <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/0436410516092832340071>.

Figura 1 – Municípios do Território de Identidade 6 – Baixo Sul



Fonte: Brasil (2010).

Este estudo fundamenta-se na perspectiva dos estudos toponímicos, a partir dos fundamentos teóricos de Dick (1990, 1992, 1997, 2007), assim como nos estudos desenvolvidos acerca dos atlas toponímicos de diversos estados brasileiros, como o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), coordenado por Seabra (2004, 2006, 2008), e o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), sob a coordenação de Isquerdo (1997, 2008, 2012), dentre outros.

Uma vez que um estudo toponímico ultrapassa o fazer linguístico, pois permeia caminhos históricos, arqueológicos, geográficos, genealógicos e socioculturais dos nomeadores, esta pesquisa resgata e preserva a memória e a identidade de grupos que habitam e/ou habitaram o espaço em estudo, analisando o patrimônio cultural de um povo.

A partir da onomástica, parte dos estudos lexicais que se dedica ao estudo do *onoma* (“nome”), a toponomástica vem buscando estudar os nomes próprios dos topos (“lugares”) desse mundo. A partir de uma relação íntima e profunda entre o nomeador e o nomeado, essa parte da lexicologia desemboca inexoravelmente na relação homem-sociedade-cultura.

Os estudos toponímicos, muito mais do que contribuições linguísticas, trazem à tona aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais de uma região e do povo que habita essa região.

2 O Projeto ATOBAH

Conforme já dito, esta pesquisa é parte de um projeto maior, o ATOBAH, iniciado em 2014, cujo objetivo é gerar produtos significativos, dividindo-se em três etapas:

- 1. Organização** de um banco de dados informatizado que possa reunir informações relativas à macro e à microtoponímia encontradas nos 417 municípios baianos que constituem o corpus do projeto;
- 2. Cartografiação e digitalização** das cartas toponímicas;
- 3. Elaboração** do atlas toponímico, sempre tomando como base o modelo teórico proposto por Dick (1990).

No momento, as pesquisas encontram-se na primeira etapa, cuja proposta metodológica abrange: levantamento dos acidentes humanos e acidentes físicos documentados; coleta de dados; análise e tabulação dos dados; organização dos dados em fichas lexicográfico-toponímicas; apresentação de resultados parciais.

Após a coleta, os topônimos são registrados em fichas, conforme modelo sugerido por Dick (2004) e adaptado pelo grupo, para serem analisados e classificados. Essas fichas estão sendo preenchidas por uma equipe de pesquisadores, em sua maioria professores, composta de doutores, mestres, mestrandos e alunos de graduação em iniciação científica.

Figura 2 – Modelo de ficha lexicográfico – toponímica do ATOBAH

ATOBAH - Atlas Toponímico da Bahia	
TOPÔNIMO:	corresponde ao registro do nome do lugar coletado
TAXIONOMIA:	classificação (DICK, 1991, 1992)
LOCALIZAÇÃO:	localização do topônimo no mapa
ACIDENTE:	Categoria/ tipo de acidente
ORIGEM:	Busca a origem do topônimo, podendo encontrar seu étimo.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento simples, composto ou híbrido.
HISTÓRICO:	apresenta a diacronia do topônimo, tomando por base documentos escritos.
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	encontram-se informações várias sobre o topônimo estudado, reafirmando a sua origem, estrutura morfológica e taxonomia.
CONTEXTO:	exemplo do uso do topônimo.
FONTE:	apresenta-se a fonte de onde se retiraram as informações sobre o topônimo.
COORDENADOR:	
PESQUISADOR:	
REVISOR:	
DATA DA COLETA:	

Elaborada pela autora.

As fontes utilizadas nessa primeira etapa para coletar os dados são os mapas e os dados encontrados na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescidos dos dados do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para os acidentes humanos no que concerne aos nomes de povoados, distritos, assentamentos e comunidades quilombolas, uma vez que esses dados são atualizadas bienalmente, diferentemente dos encontrados no IBGE, que são atualizados a cada dez anos. Quando necessário, também se consultou o Diário Oficial do Estado (DOE-BA) para confirmar nomes dos recursos hídricos, por exemplo.

Para dividir os 417 municípios baianos, existem diversos critérios: geográfico, turístico, econômico, hídrico, territórios de identidade etc. No Projeto ATOBAH, optou-se pela divisão por territórios de identidade, uma vez que ela foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, em

que as comunidades, por meio de suas representações, foram convidadas a opinar, o que corrobora a visão de que léxico e cultura são indissociáveis.

Essa classificação em territórios de identidade apresentada pelo Governo do Estado da Bahia em 2010 teve como objetivo identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. Dessa forma, a Bahia passou a reconhecer a existência de 27 territórios de identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região.

Figura 3 – Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: Bahia (2012).

Os rios, objetivo de pesquisa deste artigo, servem como limites entre diversos municípios baianos, provando que os cursos d'água desempenham papel preponderante no processo de delimitação dos lugares. Alguns desses territórios também foram nominados a partir das águas, conforme nos mostra Correia (2017) acerca dos 27 territórios de identidade:

dos vinte e sete, dez são nomeados a partir dos rios que os percorrem e que possibilitaram o processo de colonização e ocupação territorial, permitindo que se associe a presença da água à causa nominativa desses territórios: TI 02 - Velho Chico; TI 09 - Vale do Jiquiriçá; TI 10 - Sertão do São Francisco; TI 11 - Bacia do Rio Grande; TI 12 - Bacia do Paramirim; TI 14 - Piemonte do Paraguaçu; TI 15 - Bacia do Jacuípe; TI 22 - Médio Rio de Contas; TI 23 - Bacia do Rio Corrente; TI 25 - Piemonte Norte do Itapicuru. (CORREIA, 2017, p. 263)

Atualmente são realizados encontros quinzenais com os membros do ATOBAH para discussões e socializações da pesquisa, além de estudos teóricos para fundamentação e embasamento científico. Paralelamente ao ATOBAH, outras pesquisas têm sido desenvolvidas e concluídas, pois, sabendo que a toponímia é uma disciplina de caráter interdisciplinar e dinâmico, é possível realizar estudos com os dados que vão sendo construídos nesse macroprojeto.

Estamos, desde o início do projeto, coletando e analisando os topônimos em vários pontos das diversas regiões do estado para formar o banco de dados. Ainda estamos muito longe de concluir essa etapa, mas, até o momento, já levantamos os nomes de 5.349 acidentes humanos e 10.096 acidentes físicos. Esses topônimos estão organizados em planilhas do Excel e servem de corpus para diversas pesquisas desenvolvidas no grupo, como a atual, referente aos rios do TI 6. Até então, entre os 27 territórios de identidade, foram levantados 1.601 topônimos para os rios da Bahia, sendo 38 apresentados mais adiante. Acredita-se que essa quantidade poderá ser ampliada à medida que as pesquisas se tornem mais apuradas e novas fontes de pesquisas surjam.

3 O Território de Identidade 6 - Baixo Sul

Situado no sul baiano, entre as coordenadas aproximadas de 12°55' a 14°14' de latitude sul e 38°45' a 39°48' de longitude oeste, o Território de Identidade 6 – Baixo Sul ocupa uma área de 7.695 km² (BRASIL, 2010). O TI 6 – Baixo Sul é composto de quinze municípios: Aratuípe,

Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães. Desses quinze, sete pertencem à Zona Turística Costa do Dendê², juntamente com o município de Maraú, que pertence ao TI 5 Litoral Sul-BA. Dessa forma, a Zona Turística Costa do Dendê é composta de oito municípios: Valença, Igrapiúna, Cairu, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá (TI 6) e Maraú (TI 5).

Além dos quinze municípios, o Baixo Sul conta com 101 comunidades quilombolas e, até então, apenas 67 delas têm a certificação.

Sendo uma das colonizações mais antigas no Brasil, o TI 6 conta com a presença europeia desde o século XVI, a partir de suas ilhas, principalmente a de Cairu, com suas rotas hidrográficas, povoadas pelos portugueses que aqui chegaram. Mas os indígenas, principalmente os Aymoré, sabiam se defender e não permitiram a ocupação imediata. Como a região era rota de transição marítima entre a região do Recôncavo e Salvador, a pacificação acabou ocorrendo e o comércio agrícola, principalmente de farinha de mandioca, começou a se intensificar entre a região e Salvador, capital do Brasil à época. O extrativismo de madeiras nobres também marcou esse período. Como no resto da colônia portuguesa, a exploração dos recursos naturais da região foi inevitável. Terras foram desmatadas e invadidas para a atividade agrícola e pecuária. A cana-de-açúcar prevaleceu na economia local e proporcionou as primeiras povoações nos finais do século XVII, em função de sua expansão.

Atualmente, existem cinco Áreas de Proteção Ambiental³ (APA) e reservas na região. Estas buscam preservar as riquezas naturais da região e seus ecossistemas, sendo promovidas por projetos governamentais com planos de desenvolvimento sustentável por toda a região.

O clima tropical é influenciado pela proximidade do mar e as temperaturas médias anuais variam entre 21° e 25 °C.

² Zona Turística é outra forma de classificação dos municípios baianos, contendo as principais cidades turísticas. A Bahia está dividida em treze zonas, a saber: Baía de Todos-os-Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sudoeste, Caminhos do Sertão, Chapada Diamantina, Costa dos Coqueiros, **Costa do Dendê**, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Costa do Descobrimento, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco.

³ APA do TI6: Pratigi, Guaibim, Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, Tinharé/Boipeba e Baía de Camamu.

A vegetação predominante é a Mata Atlântica, que ocupa 15% do território brasileiro. Esse bioma possui uma flora diversificada e rica, com florestas, restingas, manguezais, brejos *etc.* Apesar do desmatamento em alto grau, a Mata Atlântica no Baixo Sul ainda apresenta importantes remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração.

A fauna do TI 6 também é bem diversificada, com diversas espécies de mamíferos, aves, anfíbios e animais marinhos, além dos diversos tipos de peixes.

Os recursos minerais não são fartos, apresentando algumas rochas e minerais que beneficiam a produção de gesso, petróleo e gás natural.

Uma área repleta de matas, praias, rios, cachoeiras, manguezais, restingas e coqueiros fazem do Baixo Sul uma região turística, em razão de suas belezas naturais. Mas a região também possui patrimônios culturais, como casarões, igrejas, conventos, fortalezas, assim como conta com manifestações folclóricas conhecidas nacional e internacionalmente, por exemplo, Bumba Meu Boi, Terno de Reis, Terno de Rosa, Zambiapunga, Caretas, dentre outras. Praias como Morro de São Paulo, Boipeba, Pratigi e Barra Grande são conhecidas pelo ecoturismo mundial.

4 O rio: um dos cursos d'água da Bahia

O Brasil começa a sua história civilizatória na Bahia. E, conforme Abbade:

A história da Bahia se confunde com a própria história de formação do povo brasileiro. Desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, foram mais de cinco séculos com muitas histórias nas quais a Bahia serviu como palco de invasões, migrações e colonizações. (ABBADE, 2016, p. 577)

Pode-se afirmar que a Bahia possui uma pluralidade social, cultural, ambiental e econômica das mais acentuadas no Brasil. Com uma variedade de biomas que se sobrepõe aos demais estados, a Bahia tem cinco biomas diferenciados: Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Costeiro e Marinho. Na sua história civilizatória também há um processo rico e bem diversificado de formação do povo brasileiro. O Brasil é um país cuja riqueza do sistema hidrográfico é inegável. Na Bahia não poderia ser diferente. Diversos cursos d'água se fazem presentes nas terras baianas. Todas essas características refletem-se no processo de nomeação dos topônimos aqui existentes.

No Atobah já foi possível levantar os seguintes acidentes referentes aos cursos d'água: açudão, açude, baía, baixa/baixão, barra, boqueirão, brejo, cabeceira, cabo, cachoeira, calha, canal, córrego, fonte, foz, galho, grotta, lago, lagoa, lagoinha, nascente, ponta/pontal, riacho/riachão, ribeirão, rio, vargem, várzea e vereda. Muitas vezes a população não distingue um acidente facilmente, pois os limites entre alguns deles são muito tênues. Entre os rios, fica difícil saber popularmente o que é rio, riacho, ribeirão, córrego etc.

Nos estudos da toponímia, à água se dedicou um campo específico denominado hidronímia, que, segundo Isquierdo e Seabra (2010, p. 88), no campo da onomástica, é “o conjunto de acidentes geográficos que designam correntes hídricas (rios, córregos, corixos, lagoa, baía, salto, cachoeira...)”. Dessa forma, a hidrografia abarca os nomes geográficos das águas correntes ou estáveis da Terra, bem como elementos naturais ou artificiais, expostos ou submersos, contidos nesse ambiente.

A água tem uma enorme importância na formação de uma comunidade enquanto elemento de sobrevivência, uma vez que os agrupamentos humanos, desde o início das civilizações, formam-se ao redor das águas.

Os nomes dos rios, em grande escala, influenciam a nomeação de outros acidentes humanos, como cidades, fazendas, povoados etc. Segundo Isquierdo e Dargel (2013), “há a tendência de o nome do rio inspirar o nome da cidade e não raras vezes instaura-se nesses contextos um amálgama entre rio e cidade em termos toponímicos que só informações históricas elucidam a questão da motivação do nome”. Diante disso, os nomes dos rios podem revelar aspectos da história e da cultura daquele lugar.

Os nomes dos rios, diferentemente de outros topônimos, principalmente os acidentes humanos, praticamente não sofrem alterações ao longo do tempo. Essa é uma marca dos acidentes físicos. Um dos tópicos das fichas lexicográfico-toponímicas que utilizamos é o “histórico”, ou seja, as variantes nominativas do topônimo ao longo de sua história. Para os rios aqui estudados, esse tópico se tornou desnecessário, uma vez que nenhum dos 38 rios levantados sofreu alteração nominativa. Segundo Dick, “os nomes dos rios, assim como os aplicados aos acidentes orográficos, costumam ser, universalmente, os mais antigos registros que a língua e a toponímia empregam” (DICK, 1997, p. 36).

Como existem diferentes cursos d'água no Brasil, buscamos aqui apresentar um desses cursos d'água, os rios, ou seja, corpos hídricos que deságuam em outro corpo hídrico, como um mar, lago ou outro rio.

Os rios são cursos d'água naturais que se deslocam de sua nascente, um ponto mais alto, até atingirem a sua foz, local em que o rio deságua (mar, lago, pântano ou outro rio).

Os rios podem ser classificados em **principais** (os rios principais e seus afluentes) ou **secundários** (os cursos d'água com menor vazão de água: ribeiro/(a)/(ão), riacho, córrego, torrente, arroio *etc.*). Outra classificação é feita de acordo com a drenagem da frequência de água, podendo ser **permanentes ou perenes** (correm o ano inteiro sem interrupção); **temporários ou intermitentes** (correm em apenas um período do ano, geralmente na estação chuvosa); e **efêmeros** (só se formam por ocasião das chuvas ou logo após sua ocorrência).

O que chamamos comumente de **rio** pode receber nomes distintos de acordo com a região do país, o fluxo de água e o local onde deságuam. Entretanto, essas diversas denominações não obedecem a um critério científico ou oficial. De acordo com o *Glossário de termos genéricos do IBGE* (2018), existem as seguintes definições para rio e seus derivados que ocorrem na região NE do Brasil:

Rio – Corrente líquida resultante da concentração do lençol de água em um vale.

Riacho (NE) – curso de água ou corrente de água que flui ou desemboca no oceano, num lago ou em outro curso de água.

Riachão (NE) – aumentativo. Riacho grande.

Riachinho (NE e SE) – riacho pequeno.

Apresentaremos, assim, apenas os cursos d'água nominados como rios. Vale ressaltar que todos os rios baianos são voltados para o oceano Atlântico, e, nacionalmente, são classificados em duas das doze regiões hidrográficas brasileiras: Região Hidrográfica do São Francisco e Região Hidrográfica do Atlântico Leste.

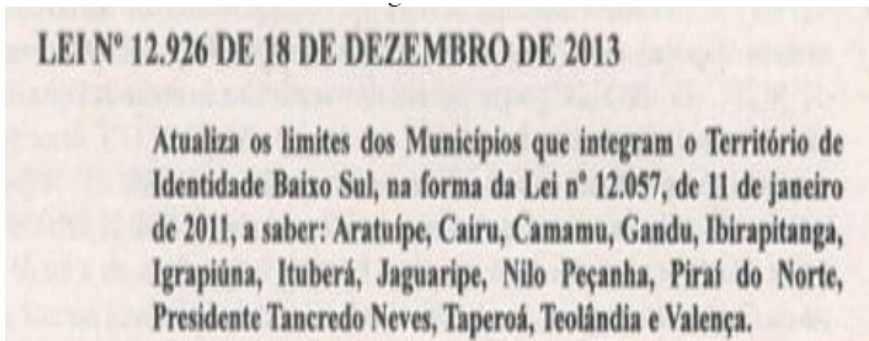
4.1 Os rios do TI 6 – Baixo Sul

Situado na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, o TI 6 – Baixo Sul limita-se ao norte pela Bacia do Rio Jiquiriçá e, ao sul, pela Bacia do Rio de Contas. Além disso, mais três sub-bacias hidrográficas estão no Baixo Sul: Una; Almas ou Jequié; Cachoeira Grande ou Mariana ou Acaraí.

O rio Una é um dos cursos d'água mais importantes da região, principalmente para a cidade de Valença. O Rio das Almas ou Jequié e seus afluentes cruzam diversos municípios, mas sua importância está na cidade de Nilo Peçanha. Em suas margens, encontram-se plantações de cacau, banana, guaraná e laranja. O rio Cachoeira Grande ou Mariana percorre as terras dos municípios de Camamu e Ituberá e possui em suas margens plantações de cacau e pastagens.

O *Diário Oficial do Estado da Bahia* atualiza os limites entre os municípios do TI 6, conforme a Figura 4, e seus limites se dão a partir dos rios que banham a região:

Figura 4 – Lei 12.926



Fonte: Bahia (2013).

Foram elencados 57 rios no DOE-BA (2013), diferentemente do *Anuário de Estatística SEI* (2001), que elenca 38 rios e dois riachos. Alguns desses rios são distintos da fonte anterior. Para a organização e levantamento dos rios existentes no Baixo Sul, optou-se por apresentar rios elencados nos dados do SEI, excluindo os dois riachos também elencados, conforme a Tabela 1, que apresenta os principais rios do Baixo Sul, segundo o *Anuário de Estatística SEI* (2001):

Tabela 1 – Principais rios dos municípios do Baixo Sul segundo o SEI (2001)

Municípios	Rios
Cairu	Riacho Gamboa
Camamu	Cachoeira Grande, Acaraí, Orijó, Sorojo
Gandu	Almas
Igrapiúna	Serinhaém, Igrapiúna, Pinaré
Ituberá	Cachoeira Grande, Serinhaém, Rio de Barro, Riacho Maribu, Santarem, Rio das Piabas, Cabatá
Ibirapitanga	Oricó, Cachoeira do Pau, Reves, Dois Irmão da Mata, Santo, Tanque, Oricozinho, Jacuba, Buris, Rio do Meio, Rio Pardo
Nilo Peçanha	Jequié ou das Almas, do Braço, Santo, Santo Antônio
Pirai do Norte	Juliana, Rio do Peixe
Pres. Tanc. Neves	Riacho do Meio, Piauí, Riacho Espanada, Rio Ipiranga
Taperoá	Jequié ou das Almas, Camuruji, Engenho, Carijé
Teolândia	Preto, Jequié ou das Almas, Fonte de Prata, Rio dos Reis
Valença	Una, Jiquiriçá, Pitanga, do Braço, Graciosa ou Engenho, Piau

Fonte: Costa do Dendê, Bahiaturisa (1998): Anuário de Estatística. SEI/Seplantec (2001).

Os rios apresentados pelo Anuário de Estatística SEI/Seplantec serão indicados a seguir, por ordem alfabética, com o topônimo em negrito, e classificados conforme a natureza semântica dos topônimos proposta por Dick (1990) – em natureza física ou natureza antropocultural –, com suas respectivas taxionomias, de acordo com a classificação de modelo taxionômico de Dick (2004). Na sequência, indicar-se-á a origem linguística, que pode ser portuguesa, indígena ou africana, e a etimologia, quando encontrada. Segue-se a definição dos topônimos encontrados nas seguintes obras lexicográficas: Cunha (2010), Guérios (1981) e Houaiss (2009), para os termos de língua portuguesa; Gregório (1980), Navarro (2013) e Sampaio (1987), para os termos de língua indígena; e Castro (2005), para os de língua africana. Acrescenta-se também Souza (2004), pela ênfase dada aos brasileirismos geográficos desde o início do século XX, ainda com modestos 63 nomes em sua primeira edição. Nessa quinta

edição (2004) somam-se 1.916 termos que retratam a geografia brasileira. Ao final, apresenta-se a localização de onde o respectivo rio banha as cidades do Território de Identidade 6, Baixo Sul. Dessa forma, segue-se a estrutura para o levantamento dos topônimos:

Topônimo. Natureza. Taxionomia. Origem. Etimologia (quando possível). Definição com informações enciclopédicas (quando encontradas). Localização.

Das 27 taxes propostas por Dick (1990, 1992), onze são de ambiente físico-natural (natureza física), e dezesseis de aspectos relativos aos indivíduos (natureza antropocultural). Foram encontrados, neste estudo, as seguintes taxes: seis de natureza física e nove de natureza antropocultural, conforme os Quadros 1 e 2:

Quadro 1 – Taxionomias de natureza física

TAXIONOMIA	CONCEITO	TOPÔNIMOS
Cardinotopônimos	Relacionados às posições geográficas dos acidentes	(do) Meio
Cromotopônimos	Relacionados à escala cromática	Pardo, Preto, Una
Fitotopônimos	Relacionados aos topônimos de índole vegetal, em sua individualidade ou de espécies diferentes	Buris, Pinaré, Pitanga
Geomorfotopônimos	Relacionados às formas topográficas	(de) Barro
Hidrotopônimos	Relacionados aos acidentes hidrográficos em geral	Cachoeira do Pau, Cachoeira Grande, Fonte de Prata, Ipiranga, Jacuba, Jiquiriçá
Zootopônimos	Relacionados aos topônimos de índole animal	Acarai, Cabatá, Camuruji, (do) Peixe, (das) Piabas, Piauí, Serinhaem

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 – Taxionomias de natureza antropocultural

TAXIONOMIA	CONCEITO	TOPÔNIMOS
Animotopônimos	Relacionados à vida psíquica, à cultura espiritual	Almas, Graçiosa, Reves
Antropotopônimo	Relacionados aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais	Carijé, Juliana, Sorojo
Axiotopônimos	Relacionados aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais	(dos) Reis
Corotopônimos	Relacionados aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes	Santarém
Ergotopônimos	Relacionados aos elementos da cultura material	Tanque
Hierotopônimos	Relacionados aos nomes sagrados de crenças diversas, cristã, hebraica; às efemérides religiosas; às associações religiosas e seus membros e aos locais de culto.	Santo Antônio, Santo
Numerotopônimos	Relacionados aos numerais	Dois Irmãos da Mata
Poliotopônimos	Relacionados aos termos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial	Igrapiúna
Somatotopônimos	Fazem referência de modo metafórico às partes do corpo humano ou do animal	(do) Braço

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, apresentam-se os trinta e oito rios analisados, na certeza de que outros rios ainda existem no Território de Identidade Baixo Sul, não estando registrados no SEI. Estes certamente serão tema de uma pesquisa mais aprofundada futuramente.

Acaraí. Natureza física. Zootopônimo. Origem indígena. O mesmo que acarajú, de *akará* (ou *kará*) “acarás” + *y* “rio”, logo, “rio dos acarás”. Nome comum a certos peixes de água doce da família do ciclídeos. Nomina vários acidentes geográficos no Brasil. Banha o município de Camamu.

Almas. Natureza antropocultural. Animotopônimo. Origem portuguesa. Do lat. *anīma*, *ae* “sopro, ar; princípio da vida; a alma, por oposição ao corpo”. Essência imaterial do ser humano, espírito.

Também conhecido como Rio Jiquié (Ayres de Casal, 1976). Rio de grande importância para a região de Nilo Peçanha, drenando uma área de 780 km², com uma extensão de 63,3 km de sua nascente até a sua foz, no município de Cairú. Apresenta condições de navegabilidade e pesca. Em suas margens, encontram-se plantações de cacau, banana, guaraná e laranja. Seus afluentes principais são os rios Gandu e Águas Compridas. Banha os municípios de Gandu, Nilo Peçanha, Taperoá e Teolândia.

(de) Barro. Natureza física. Goemorfotopônimo. Origem portuguesa. Do pré-romano *barr-* “barro”. Tipo de argila. Banha o município de Ituberá.

(do) Braço. Natureza antropocultural. Somatopônimo. Origem portuguesa. Do latim *brac(c)hium* “braço”. Por analogia, cada um dos membros dianteiros dos quadrúpedes, canal pequeno por onde passa o rio até chegar ao mar. Nomina também um distrito de Ilhéus que fica no TI 5, Litoral Sul. No TI 6, banha os municípios de Nilo Peçanha e Valença.

Buris. Natureza física. Fitotopônimo. Origem indígena. Do tupi “*mu’ri*”. Variante de palmeira. Nome comum a duas espécies de palmáceas. Banha o município de Ibirapitanga.

Cabatá. Natureza física. Zootopônimo. Origem indígena. Do tupi *kaua ti*, “vespas”. Inseto himenóptero da família dos vespídeos. Banha o município de Ituberá.

Cachoeira do Pau. Natureza física. Hidrotopônimo. Origem portuguesa. Derivado do latim *coctio -onis*, “cachão”, + *eira*, sufixo português, + *palus* “pau, qualquer pedaço de madeira”. Queda d’água. Salto mais elevado de um rio, o mesmo que corredeira. Banha o município de Ibirapitanga.

Cachoeira Grande. Natureza física. Hidrotopônimo. Origem portuguesa. Derivado do latim *coctio -onis* “cachão” + *eira* “sufixo português” + *grandis* “vasto, comprido, numeroso”. Queda d’água de grande porte. Salto mais elevado de um rio, o mesmo que corredeira. Apresenta condições de navegabilidade e possui em suas margens plantações de cacau e pastagens. Banha os municípios de Camamu e Ituberá.

Camuruji. Natureza física. Zootopônimo. Origem indígena. De *kamuri* + *îy* “rio dos camuris”. Peixe da família dos centropomídeos, da costa brasileira. Banha o município de Taperoá.

Carijé. Natureza antropocultural. Antropotopônimo. Origem não identificada. Diversos membros da família Carigé povoaram a região. Dentre eles, merece destaque, Eduardo Carigé Baraúna, que, de acordo com Silva (2011), era filho único de Manoel Carigé Baraúna, agricultor na região e um dos mais antigos romancistas baianos. Eduardo Baraúna Carigé pertenceu à Sociedade Libertadora Bahiana, principal agremiação abolicionista baiana na década de 1880 e era um dos membros mais radicais e atuantes, na qualidade de curador de cativos que disputavam suas liberdades nas barras da Justiça. Provavelmente, o rio deve ter esse nome em referência a essa família. O rio Carijé banha o município de Taperoá.

Dois Irmãos da Mata. Natureza antropocultural. Numerotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *duo, duae* “dois” + *germanus* “irmão” + *matta* “esteira de junco”. O nome do rio tem relação com o povoado de mesmo nome, que se formou por volta de 1909, a partir de dois irmãos que iniciaram o povoamento da região. Conta-se que o primeiro a chegar às margens do Rio das Contas foi Manoel de Hermógenes, que, “com pouco tempo de assentamento pegou estrada, chegando para desbravar as matas, Severiano Costa e seu irmão (nome desconhecido), o que veio a originar o nome Dois Irmãos” (UBATÃ, 2020). Banha o município de Ibirapitanga.

(dos) Reis. Natureza antropocultural. Axiotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *rex, regis* “rei”. Soberano que rege ou governa um estado monárquico. Banha o município de Teolândia.

Fonte de Prata. Natureza física. Hidrotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *fons-tis* “nascente de água, chafariz” + *de* + *platta*, derivado de *plattus* “plano”. Nascente de água, chafariz. Banha o município de Teolândia.

Graciosa. Natureza antropocultural. Animotopônimo. Origem portuguesa. Derivado do latim *gratia* “favor, agradecimento” + sufixo *-osa*. Coisa ou pessoa cheia de graça, elegante, gentil. Também denomina a comunidade quilombola situada na divisa entre os municípios de Taperoá e Valença, às margens da rodovia BA-001 e na encosta do rio Graciosa. Esse rio também é conhecido como Rio do Engenho. Nessa denominação seria um ergotopônimo, também de origem portuguesa. Do latim *ingenium* “máquina, oficina”, designando uma grande propriedade produtora de açúcar. Banha os municípios de Taperoá e Valença.

Igrapiúna. Natureza antropocultural. Poliotopônimo. Origem indígena. Do tupi-guarani Igarapé-Una, aldeia indígena, “pequeno rio de águas escuras”. O rio Igrapiúna deságua na Baía de Camamu, e sua foz é na Ponta do Santo, também em Camamu. Banha o município de mesmo nome, Igrapiúna.

Ipiranga. Natureza física. Hidrotopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo y “rio” + *pirang* “vermelhidão” + *a* “rio da água vermelha”. Banha o município de Presidente Tancredo Neves.

Jacuba. Natureza física. Hidrotopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo y “rio” + *akub* (*r,s*) “quente” + *a* “rio da água quente”. Banha o município de Ibirapitanga.

Jiquiriçá. Natureza física. Hidrotopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo *íukyra* “água de sal, salmoura” + *esá* (*t*) “olho”, isto é, “olhos de sal”, isto é, “sal-gema”. Banha o município de Valença.

Juliana. Natureza antropocultural. Antropotopônimo. Origem portuguesa. Banha o município de Pirai do Norte.

(do) Meio. Natureza física. Cardinotopônimo. Origem portuguesa. Banha os municípios de Ibirapitanga e Presidente Tancredo Neves.

Oricó. Nenhum dado encontrado. Banha o município de Ibirapitanga.

Oricozinho. Nenhum dado encontrado. Banha o município de Ibirapitanga.

Orijó. Nenhum dado encontrado. É um rio com altitude de 32 metros, situado ao sul do rio Camamu. Banha o município de Camamu.

Pardo. Natureza física. Cromotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *pardum* “loepardo”. De cor morena clara, acastanhada ou escura. Banha o município de Ibirapitanga.

(do) Peixe. Natureza física. Zootopônimo. Origem portuguesa. Do latim *piscis* “peixe”. Animal vertebrado aquático, de corpo coberto de escamas, que se desloca na água, principalmente com a ajuda de nadadeiras, respira por guelras e cuja reprodução é ovípara. Banha o município de Pirai do Norte.

(das) Piabas. Natureza física. Zootopônimo. Origem indígena. Do tupi-guarani pi'awa “pele manchada”. Nome genérico para peixes fluviais, teleósteo, caracídeos, dos gêneros *Leporinus* e *Schizodon*. Banha o município de Ituberá.

Piauí. Natureza física. Zootopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo *piaba* “peixes caracídeos” + *y* “rio”, ou seja, rio das piabas ou dos pias “peixes caracídeos”. Banha o município de Presidente Tancredo Neves.

Pinaré. Natureza física. Fitotopônimo. Origem portuguesa. Etimologia desconhecida. Variedade de mandioca. Sua nascente é em Camamu. Banha o município de Igrapiúna.

Pitanga. Natureza física. Fitotopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo *ybapytanga* + *y* “rio das pitangas”. Árvore mirtácea de fruto avermelhado. Banha o município de Valença.

Preto. Natureza física. Cromotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *pretum* “preto”. Que tem a cor do carvão, do ébano ou do piche, negro. Banha o município de Teolândia.

Reves. Natureza antropocultural. Animotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *reversu*. Aspecto ruim, desfavorável de alguma coisa, ao contrário, às avessas. Banha o município de Ibirapitanga.

Santarém. Natureza antropocultural. Corotopônimo. Origem portuguesa. Etimologia obscura. É possível que “Santarém” originalmente se remeta a uma espécie de uva trincadeira de formato oval. Outra tradição afirma que o nome Santarém deriva do nome de Santa Irene, mártir cristã de Portugal Visigodo. O nome do rio provavelmente é uma homenagem dada pelos colonizadores lusos à cidade portuguesa homônima, famosa por suas regiões vinícolas. Banha o município de Ituberá.

Santo Antônio. Natureza antropocultural. Hagiopônimo. Origem portuguesa. De *Santo* “aquilo que é sagrado” + *Antônio*, nome de um santo do hagiológico romano, nascido em Lisboa e que viveu na Itália, muito devotado entre os cristãos. A cidade de Nilo Peçanha, onde passa o rio, teve origem em 1565, a partir de uma vila chamada Santo Antônio de Boipeba, que não sobreviveu ao ataque dos indígenas e, somente em 1930, passou a se chamar Nilo Peçanha. Banha o município de Nilo Peçanha.

Santo. Natureza antropocultural. Hierotopônimo. Origem portuguesa. Do latim *sanctus* – *a-um* “sagrado”. Aquele que vive segundo os preceitos religiosos, que é sagrado e essencialmente puro e perfeito. Banha os municípios de Ibirapitanga e Nilo Peçanha.

Serinhaem. Natureza física. Zootopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo *seri* “siri” + *nha'em* “bacia, prato, tigela”, ou seja, siri na tigela ou prato de siri. Também conhecido como rio Mariana antes do desaguar do Rio dos Cágados. Banha os municípios de Igrapiúna e Ituberá.

Sorojo. Natureza antropocultural. Antropotopônimo. Não foi encontrada etimologia. Na região há uma fazenda com o mesmo nome: Sorojo Ribeira. Não foram encontrados dados sobre o rio, a não ser que banha o município de Camamu.

Tanque. Natureza antropocultural. Ergotopônimo. Origem portuguesa. Etimologia obscura. Reservatório de água ou qualquer outro líquido. Banha o município de Ibirapitanga.

Una. Natureza física. Cromotopônimo. Origem indígena. Do tupi antigo “preto, escuro”. É o curso d’água de maior expressão da região Baixo Sul, com 93 km. Sua bacia drena uma área de 1.280 km². Possui um importante significado econômico para Valença, tanto em termos turísticos como na produção de pescado, sendo navegável por canoas, escunas e lanchas (FISCHER et al., 2007). Banha o município de Valença.

Analisando os dados

Para a análise dos dados coletados, observaram-se os aspectos referentes à natureza, taxionomia e origem dos designativos que compõem o *corpus* da pesquisa.

Quanto à natureza, encontramos 21 topônimos de natureza física, catorze de natureza antropocultural e três ainda não classificados, conforme podemos observar nos Quadros 3 e 4:

Quadro 3 – Topônimos de natureza física (21).

cardinotopônimo	(do) Meio
cromotopônimo	Pardo, Preto, Uma
fitotopônimo	Buris, Pinaré, Pitanga
geomorfotopônimo	(de) Barro,
hidrotopônimo	Cachoeira do Pau, Cachoeira Grande, Fonte de Prata, Ipiranga, Jacuba, Jiquiriçá
zootopônimo	Acaraí, Cabatá, Camuruji, (do) Peixe, (das) Piabas, Piauí, Serinhaem

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4 – Topônimos de natureza antropocultural (14).

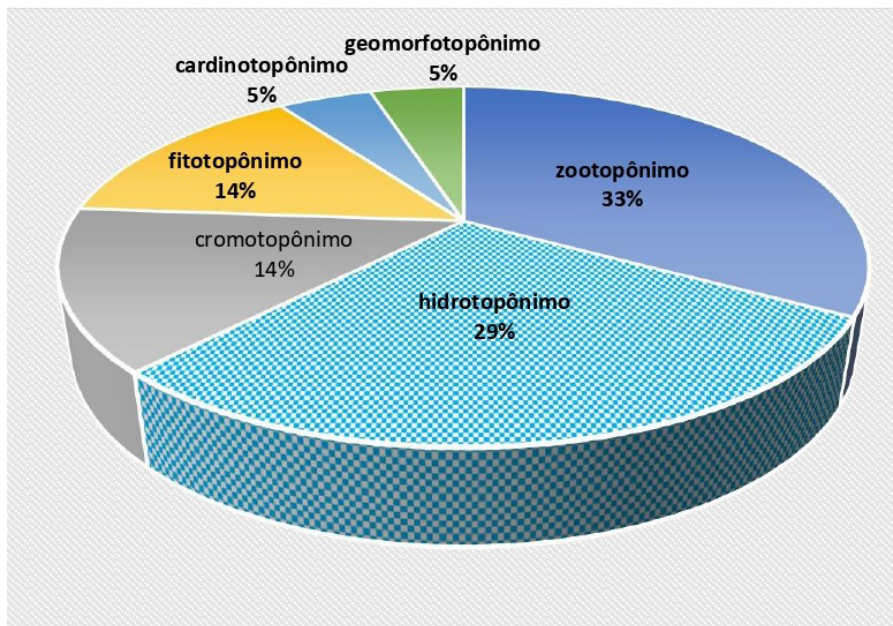
animotopônimo	Almas, Graciosa, Reves
antropotopônimo	Carijé, Juliana, Sorojo
Axiotopônimo	Reis (Dos)
Corotopônimo	Santarém
Ergotopônimo	Tanque
Hierotopônimo	Santo Antonio, Santo
Numerotopônimo	Dois Irmãos da Mata
poliotopônimo	Igrapiuna
somatopônimo	(do) Braço

Fonte: Elaborado pela autora.

Além dos rios supracitados, para três deles não foi encontrada nenhuma informação acerca de sua natureza. São eles os rios Oricó, Oricozinho, Orijó.

Dos 21 topônimos de natureza física, existem as seguintes classificações taxionômicas: sete zootopônimos (Acaraí, Cabatá, Camuruji, (do) Peixe, (das) Piabas, Piauí, Serinhaem); seis hidrotopônimos (Cachoeira do Pau, Cachoeira Grande, Fonte de Prata, Ipiranga, Jacuba, Jiquiriçá; três cromotopônimos (Pardo, Preto, Uma); três fitotopônimos (Buris, Pinaré, Pitanga); um cardinotopônimo (do) Meio; e um geomorfotopônimo (de Barro). O Gráfico 1 dá-nos uma visão percentual desses topônimos:

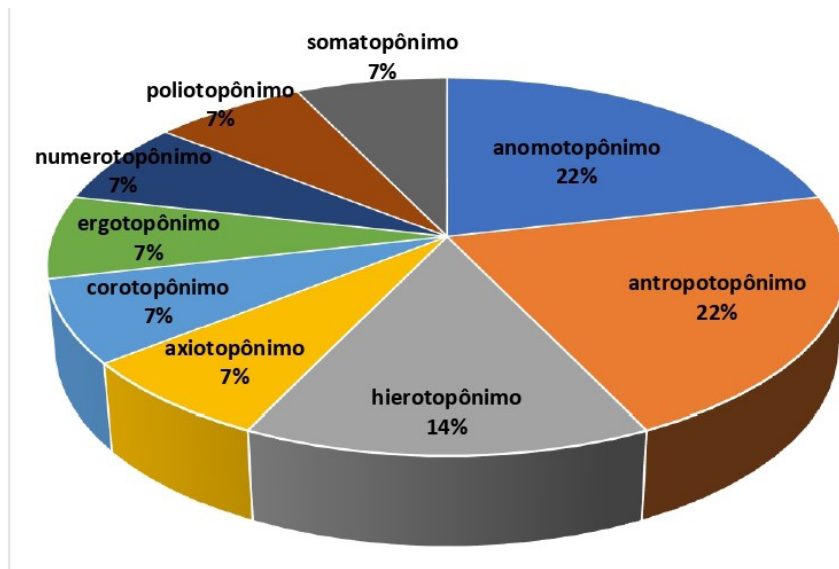
Gráfico 1 – Natureza física.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos catorze topônimos de natureza antropocultural, há as seguintes classificações taxionômicas: três animotopônimos (Almas, Graciosa, Reves); três antropotopônimos (Carijé, Juliana, Sorojo), dois hierotopônimos (Santo Antonio, Santo); um axiotopônimo (dos Reis); um corotopônimo (Santarém); um ergotopônimo (Tanque); um numerotopônimo (Dois Irmãos da Mata); um poliotopônimo (Igrapíuna); e um somatopônimo (do Braço). Segue o Gráfico 2, que apresenta essa classificação:

Gráfico 2 – Natureza antropocultural.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à origem, o resultado da pesquisa mostrou uma informação interessante: não foi encontrado nenhum topônimo de origem africana, fato que enfatiza as questões históricas que envolvem a condição inferior dos africanos em terras brasileiras. Mesmo em uma região com tantas comunidades quilombolas, o apagamento da toponímia de origem africana é marcante. Outro fato que merece atenção é fato de os topônimos de origem portuguesa prevalecerem sobre os de origem indígena, quando outros estudos demonstram a predominância da denominação indígena nos acidentes físicos. Foram encontrados vinte topônimos de origem portuguesa e treze de origem indígena. De origem portuguesa há os rios: (das) Almas, (de) Barro, (do) Braço, Cachoeira do Pau, Cachoeira Grande, Dois Irmãos da Mata, (dos) Reis, Fonte de Prata, Graciosa, Juliana, do Meio, Pardo, (do) Peixe, Pinaré, Preto, Reves, Santarém, Santo Antônio, Santo, Tanque. A seguir, elencamos os de origem indígena, que somam treze topônimos: Acaraí, Buris, Cabatá, Camuruji, Igrapiúna, Ipiranga, Jacuba, Jiquiriçá, (das) Piabas, Piauí, Pitanga, Serinhaem, Una. Cinco deles tiveram origem não identificada: Carijé, Oricó, Oricozinho, Orijó, Sorojo.

Considerações finais

O estudo lexical e sociocultural dos topônimos baianos nos leva a conhecer um pouco mais da história de seu povo. A relação entre léxico, cultura e sociedade revela traços identitários que podem ser reconhecidos a partir dos nomes que foram dados aos lugares que conhecemos e tomamos como nossos. Tudo que o homem conhece ele nomina e marca a sua posse sobre aquele lugar. Pode ser um rio, uma lagoa, um córrego, uma praia. Dessa forma, o signo toponímico se torna um elemento identitário de grande poder, capaz de resgatar a memória e a identidade de um povo, fortalecendo seu vínculo sociocultural.

Nossas crenças, costumes e tradições são reveladas à medida que recuperamos as motivações toponímicas para os lugares que nos cercam. Isso contribui para o resgate da memória de nosso povo. E é essa a proposta do Atobah: resgatar um pouco mais da história da Bahia, a partir do estudo de seus topônimos. Como afirma Dick: “A onomástica, porém, é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população” (DICK, 2007, p. 144).

Mesmo sabendo que no Brasil os estudos toponímicos ainda são escassos, o Projeto Atobah nos impele cada dia mais a perseverar nesses estudos em busca do resgate de nossa memória e história a partir de nossos topônimos, indo além das contribuições linguísticas, ou seja, recuperando aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais de nosso povo, perdidos ao longo do tempo.

Referências

ABBADE, C. M. S. ATOBAH: proposta de elaboração do Atlas Toponímico da Bahia. *Caletroscópio*, Ouro Preto, v. 4, p. 576-588, 2016.

BAHIA. Lei nº 12.926. Atualiza os limites dos municípios que integram o Território de Identidade Baixo Sul, na forma da Lei 12.057. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 18 dez. 2013.

BAHIATURSA. *Anuário de estatística*. Costa do Dendê: SEI, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul da Bahia*.

Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CASTRO, Y. P. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.

CORREIA, C. M. P.; ABBADE, C. M. S. Presença abençoada ou ausência sentida: a água na toponímia da Bahia. *A Cor das Letras*, Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 260-270, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/index>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICK, M. V. P. A. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 141-111, 2007.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. v. 3.

_____. A dinâmica dos nomes na Cidade de São Paulo: 1554-1897. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Revista da SBPL*, São Paulo, v. 6, 1996.

_____. *Coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH, 1992.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. P. A.; SEABRA, M. C. T. C. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 25-32, 2002.

GREGÓRIO, I. J. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE. *Glossário de termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento do Brasil*: coordenação de cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. (orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

_____. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Prolíngua*, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 34-52, 2008.

_____. A toponímia como signo de representação da realidade. *Fronteiras*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1997.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: ENCONTRO INTERMEDIÁRIO DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 9, 2013, Caxias do Sul. *Anais... Caxias do Sul*: ENGTLEX, 2013.

NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo*: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SEABRA, M. C. T. C. Atemig: Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do Atlas Toponímico do Brasil. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (orgs.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia: Edufu, 2008. v. 1, p. 1945-1952.

_____. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*: a toponímia da Região do Carmo, 2004, 368 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

_____. Referência e onomástica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, 1, 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: ILEEL, 2006.

SILVA, R. T. C. “Iô-iô Carigé dá cá meu papé”: a atuação da sociedade libertadora bahiana e a agência escrava nos últimos anos da escravidão (1883-1888). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5, 2011, Porto Alegre. *Anais...* [s. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/silva%20ricardo%20tadeu%20caires.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SEI. *Perfil dos territórios de identidade*. Salvador: SEI, 2016.

_____. *Estatísticas dos municípios baianos*. Salvador: SEI, 2012.

SOUZA, B. J. *Dicionário da terra e da Gente do Brasil: onomástica geral da geografia brasileira*. Itatiaia: Belo Horizonte, 2004.

UBATÃ. *Diário Oficial de Ubatã*. Ubatã, 18 jun. 2020, p. 7-8. Disponível em: <<https://www.ubata.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=2811&c=795&m=0>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

Recebido em: 18 de agosto de 2021.

Aprovado em: 7 de novembro de 2021.



A esperança na toponímia: um estudo de caso do léxico toponímico de Minas Gerais

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Ouro Branco. Minas Gerais / Brasil

anapaula.carvalho@ifmg.edu.br

<http://orcid.org/0000-0001-8192-3904>

Resumo: A Toponímia, ciência que se dedica ao estudo dos nomes de lugar, é de grande relevância para o conhecimento dos aspectos históricos e socioculturais de um povo, uma vez que permite reconhecer, nos topônimos investigados, fatos linguísticos, ideologias e crenças de um povo. Desse modo, vinculado ao ATEMIG — Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais —, projeto em desenvolvimento na FALE/UFMG desde 2005, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo do léxico toponímico do Estado de Minas Gerais, focalizando os nomes de lugar que receberam suas denominações a partir do vocábulo *esperança*. Relacionado à ideia de prosperidade e bastante frequente no léxico toponímico brasileiro, esse item lexical geralmente revela, em sua motivação, o estado de espírito otimista do denominador no ato da nomeação, o que justifica, segundo o modelo teórico-metodológico da Toponímia, a sua classificação como *animotopônimos*. Nessa perspectiva, pautando-se pelos princípios dessa ciência onomástica, fez-se um levantamento dos topônimos referentes aos acidentes físicos (rio, lago, montanha etc.) e humanos (vila, cidade, ponte etc.) que foram nomeados a partir dessa lexia, tanto em formas simples quanto em formas compostas, presentes nos 853 municípios mineiros. Desse levantamento, verificou-se a presença de 401 topônimos distribuídos geograficamente em todas as mesorregiões mineiras, com destaque especialmente para os acidentes humanos na Zona da Mata e no Vale do Rio Doce.

Palavras-chave: léxico; cultura; toponímia; animotopônimo; esperança; Minas Gerais.

Abstract: Toponymy, a science dedicated to the study of place-names, is of great relevance for the knowledge of the historical and sociocultural aspects of a people, once it allows recognizing, in the investigated toponyms, linguistic facts, ideologies and beliefs of a people. Thus, linked to ATEMIG — Toponymic Atlas of Minas Gerais State —, a project under development at FALE/UFMG since 2005, this work aims to

present a study of the toponymic lexicon of the State of Minas Gerais, focusing on the place-names that received their denomination from the word *esperança*. Related to the idea of prosperity and frequently present in the Brazilian toponymic lexicon, this lexical item usually reveals, in its motivation, the optimistic state of mind of the denominator in the act of naming, which justifies, according to the theoretical-methodological model of Toponymy, its classification as animotoponyms. In this perspective, based on the principles of this onomastic science, a survey was made of toponyms referring to physical accidents (river, lake, mountain, etc.) and human (village, city, bridge, etc.) of the 853 cities of Minas Gerais that were named from this lexia, both in simple forms and in compound forms. From this survey, it was verified the presence of 401 toponyms geographically distributed in all of Minas Gerais mesoregions, with special emphasis on human accidents in Zona da Mata and Vale do Rio Doce.

Keywords: lexicon; culture; toponymy; animotoponym; hope; Minas Gerais.

1 Introdução

Este trabalho trata do estudo do léxico toponímico do Estado de Minas Gerais, focalizando as ocorrências dos topônimos *Esperança*, *Mãe Esperança*, *Boa Esperança* e *Nova Esperança*. Tais denominações toponímicas, por sua carga semântica positiva, trazem em si boas impressões do estado psíquico do denominador do ato da nomeação, o que se relaciona diretamente à ideia de se esperar do local a ser nomeado boas energias e prosperidade.

Nessa perspectiva, orientado pelos princípios da Ciência Onomástica, mais especificamente pelo modelo teórico-metodológico de Dick (1990a, 1990b), este estudo está vinculado ao Projeto ATEMIG — Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, projeto em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.¹ Nas etapas já concluídas do projeto,

¹ À Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, homenageada no IV Encontro sobre a Diversidade Linguística de Minas Gerais: linguagem, história e memória (IV DIVERMINAS), agradeço muitíssimo o incentivo para conhecer os estudos toponímicos e, conseqüentemente, tornar-me, desde 2006, uma pesquisadora dos estudos do léxico sob sua cuidadosa orientação.

fez-se o levantamento de todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos dos 853 municípios do estado, documentados em cartas topográficas — fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000. Obteve-se, então, um banco de dados constituído de cerca de 85 mil topônimos que estão classificados de acordo com a origem e o padrão motivador.

Desse modo, dando continuidade ao andamento do projeto e com o objetivo de contribuir com o detalhamento da realidade toponímica de Minas Gerais, apresentamos, neste trabalho, a distribuição, em território mineiro, de 401 *animotopônimos*, isto é, “topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física” (DICK, 1990a, p. 33).

Vale dizer que as denominações toponímicas analisadas — *Esperança, Mãe Esperança, Boa Esperança e Nova Esperança* — por serem relativas à ideia de esperança e prosperidade e, em virtude disso, despertarem “uma sensação agradável, expectativas otimistas, boa disposição de ânimo” do denominador frente ao acidente a ser nomeado, são classificadas, de acordo com Isquerdo (1996, p. 118), como animotopônimos eufóricos.

Sob esse enfoque, este trabalho tem por finalidade apresentar a distribuição dos *animotopônimos eufóricos* constituídos a partir do item lexical ‘*esperança*’ no léxico toponímico de Minas Gerais.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Estudos lexicais

Partindo do pressuposto de que a língua, como atividade social, constitui parte representativa da cultura² de uma sociedade, observa-se que, é por meio do sistema linguístico, “mais especificamente de

² Entenda-se por cultura, de acordo com Duranti (2000), um conjunto de valores culturais e, conseqüentemente, linguísticos partilhados por grupos humanos, organizados socialmente em uma comunidade.

seu léxico, que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história” (SEABRA, 2004, p. 28-29). Em outros termos, língua e cultura são, pois, elementos indissociáveis que se relacionam diretamente com a história social de um povo.

Nessa perspectiva, a língua é vista como um indicador cultural, uma vez que o modo como o sistema linguístico retrata a visão de mundo de um povo permite evidenciar a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade. Conforme Sapir (1961, p. 51), essa inter-relação manifesta-se, sobretudo, no léxico, nível da língua que melhor deixa transparecer o ambiente físico e social em que os falantes se encontram inseridos, por privilegiar a configuração da realidade extralinguística e o armazenamento de todo o saber linguístico de um povo.

É no nível lexical que serão encontrados meios para que se compreenda a concepção de mundo de uma época, o modo de vida de determinado grupo social e, também, elementos essenciais para que se possa caracterizar a realidade sociocultural de seus falantes. Pode-se dizer, então, que é por meio da palavra que todo conhecimento adquirido nas várias áreas do saber acumula-se ao longo da história de um povo e é transmitido às gerações seguintes.

Dessa forma, como elemento modelador da cultura, o estudo do léxico possibilita compreender os conceitos e os eventos da vida cotidiana, uma vez que representa a área que mais bem reflete a realidade linguística e sociocultural de uma comunidade.

Há várias formas de se estudar o léxico de uma língua. De acordo com Finatto e Krieger (2004), merecem destaque as ciências do léxico: a Lexicologia, que é o estudo científico do léxico; a Lexicografia e a Terminologia, que estudam o léxico com fins aplicados a fim de identificar e estabelecer o léxico ou os subconjuntos léxicos das línguas para organizá-las em dicionários gerais e dicionários especializados, respectivamente.

Integrada à Lexicologia, tem-se a Onomástica, ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios em geral, dividida em duas subáreas: a Antroponímia e a Toponímia. À primeira, correspondem os estudos dos nomes próprios das pessoas, sejam prenomes ou sobrenomes, tendo grande relevância para a história política, cultural, das instituições e das mentalidades. A segunda, foco deste trabalho, diz respeito aos nomes próprios de lugar. Ambas são reconhecidas como meios importantes de investigação linguística e cultural.

2.2 Estudos toponímicos

Os estudos toponímicos são de grande relevância para o conhecimento de aspectos históricos e socioculturais de um povo, uma vez que permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência ou não em uma comunidade.

Ao se referir à denominação dos lugares, Dick (2010) afirma que o ato de nomear está diretamente relacionado aos valores, às ações e às reações do ser humano. Conforme a autora, as forças centrífugas e centrípetas do conjunto denominativo não são isoladas; são, pelo contrário, dependentes dos procedimentos que envolvem as atividades humanas e, nesse centro de influências e condicionantes, o homem se posiciona como protagonista (DICK, 2010, p. 197).

Desse modo, podemos afirmar que o ato de nomear reflete a cultura e a visão de mundo do denominador que são evidenciadas por meio das escolhas dos nomes que identificam os referentes relacionados à realidade de cada grupo. É, então, por meio do nome, que o homem organiza o mundo, representando-o, de modo a categorizar a realidade na qual se encontra inserido.

Nesse contexto, concebido como uma forma lexical que tem a função semântica de identificar um ponto concreto da geografia, individualizando-o, o topônimo — nome próprio de lugar — detém íntima relação com o contexto histórico-político da comunidade, pois “sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida” (DICK, 1990a, p. 105). Consiste, dessa maneira, no resultado da ação do nomeador que, ao realizar um recorte no plano das significações, por meio da designação de determinado acidente geográfico, registra o momento vivido pela comunidade.

Dessa maneira, a Toponímia, como uma das faces da Onomástica, revela-se de grande relevância para o conhecimento dos aspectos históricos e socioculturais de um povo. Isto porque, por meio da análise de seu objeto de estudo — o *topônimo* —, o estudo toponímico permite ao pesquisador perceber a realidade na qual o nome está registrado: fatos históricos, aspectos do ambiente, dos acidentes físicos e humanos, ideologias e crenças do grupo denominador. É nesse contexto que se situa este trabalho acerca dos *animotopônimos eufóricos* constituídos a partir do item lexical ‘*esperança*’ no léxico toponímico de Minas Gerais.

3 Os animotopônimos: do signo toponímico à motivação toponímica

O topônimo, como qualquer outra forma da língua, é, estruturalmente, um significante animado por uma substância de conteúdo. Entretanto, considerando que sua função é indicar ou identificar um lugar e não significar, o nome próprio de lugar adquire uma dimensão maior e passa a ser marcado duplamente: primeiro, pela intencionalidade do denominador no ato da seleção de um determinado nome para identificar um lugar; segundo, pela origem semântica da denominação pelo significado que revela, de modo transparente ou opaco. Assim, a motivação semântica, característica principal do signo toponímico, pode estar relacionada a aspectos sociais, culturais ou ambientais, que motivam, ou são levados em consideração, no ato de nomear acidentes físicos ou humanos, o que, conforme Dick (1990b, p. 38), ocorre porque “o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”.

Sob esse enfoque, é possível afirmar que o signo toponímico é semelhante aos demais signos linguísticos e pertence ao mesmo sistema. O que lhe confere certa singularidade em relação aos demais é o fato de não possuir, como muitos deles, uma natureza arbitrária ou convencional, já que o nome do lugar representa a sua realidade ou a realidade daquele que o nomeia. A esse respeito, Dick (1990a, p. 22) esclarece que “se, em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, no plano da Toponímia, ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos, que poderão conduzir à localização de áreas toponímicas, em correspondência, ou não, às respectivas áreas geográfico-culturais”.

Dado o conceito de signo toponímico, convém trazer aqui a definição de léxico toponímico, que, de acordo com Isquerdo (2012), constitui-se das unidades lexicais – signos linguísticos diversos – que, investidos da função de nome próprio de lugar, podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos, tais como: nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim específico de nomear um lugar, desde espaços geográficos mais amplos (continentes, países, regiões administrativas, estados, cidades, grandes rios, montanhas, vales...), até elementos geográficos de menores proporções (ilhas, córregos, vilas,

povoados, bairros, ruas...). Nas palavras da autora, “define-se léxico toponímico como o universo de topônimos de uma língua que, por sua vez, estão circunscritos a diferentes espaços geográficos do território coberto por esse sistema linguístico” (ISQUERDO, 2012, p. 116). Por meio dessa definição, a autora explica que os sistemas toponomásticos subjacentes à toponímia de uma área territorial representam, em primeira instância, a perpetuação do léxico representativo do momento histórico em que o elemento geográfico foi nomeado.

No que se refere à questão da motivação toponímica, Dick (1990a, p. 49) considera dois pontos de vista: a do denominador, e das razões que o levaram a escolher, dentro de diversas possibilidades, a que correspondesse às suas necessidades do momento da escolha, e o da substância do topônimo, revelado por seus componentes linguísticos. Segundo a autora, nem sempre será possível, seja pela ausência do denominador, seja pelo distanciamento cronológico do surgimento do nome, assegurar a intenção que norteou o ato da nomeação.

Em trabalho posterior, Dick (2006) relaciona o processo de nomeação a marcas ideológicas envolvidas na memória coletiva de um grupo social, destacando o fato de que, em um estudo toponímico, é necessário levar em conta as coordenadas tempo-situacionais, nas quais gravitam ‘actantes básicos’: o nomeador, o sujeito que enuncia o nome em primeiro lugar; o objeto nomeado que se liga ao espaço e as suas divisões conceituais, incorporando a função referencial nomeada; e o receptor, ou enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação.

Nesse contexto, pode se dizer que o topônimo cristaliza uma época, perpetua costumes de um grupo, o que pode ser evidenciado pela falta de preocupação dos indivíduos em mudar os nomes estabelecidos por outros povos. Acidente e nome de lugar configuram, pois, uma unidade inseparável, tornando-se difícil, por vezes, recuperar as distâncias entre a expressão e o objeto representado. Ou seja, nem sempre o nome produz no terreno o semanticismo da forma ou a ideia conceitual que condiciona e o seu emprego, tornado, por vezes, excessivamente opaco, ou aparentemente inexplicável, o batismo ocorrido (DICK, 1999, p. 122).

Desse modo, partindo do pressuposto de que os nomes atribuídos aos locativos são necessariamente motivados, não se pode buscar, nos estudos toponímicos, apenas a sua origem. Faz-se, pois, necessário investigar a motivação que subjaz à escolha do designativo, já que a nomeação dos acidentes geográficos, conforme Aguilera (1999,

p. 125), “não é feita aleatoriamente pelo homem, mas o faz movido por alguma impressão sensorial e/ou sentimental que o acometa no momento da denominação”, o que significa que o “batismo de lugares” é profundamente influenciado pela cultura do povo, da sociedade, por meio de eventos ocorridos tanto sincrônica quanto diacronicamente.

Face ao exposto, convém pontuar que a relação da motivação entre o denominador e o objeto denominado é de grande relevância para os estudos toponímicos e essa relação está diretamente relacionada à formalização de modelos taxionômicos que, concebidos com o intuito de sistematizar melhor as pesquisas onomásticas, permitem, pelo processo onomasiológico, que sejam conhecidas as influências externas ou subjetivas que se traduzem em topônimos de variadas origens.

Dessa maneira, a partir de princípios distintos, alguns estudiosos propuseram modelos de classificação dos nomes de lugares. Dentre esses pesquisadores, citam-se Dauzat (1928/1936), Leite de Vasconcelos (1931), Stewart (1954), Dick (1980/1990) e Salazar-Quijada (1985).

No Brasil, o modelo taxionômico proposto por Dick (1980) foi concebido com base nas camadas do léxico toponímico brasileiro e tem servido de base metodológica para a maioria dos estudos toponímicos desenvolvidos no país. Trata-se de uma nova maneira de analisar a toponímia, até então limitada à reconstituição de etimologias ou a serviço do mapeamento das terras, isto porque a autora parte do conteúdo semântico do topônimo para depois investigar a intencionalidade do denominador no ato do batismo de um acidente qualquer.

Na sua primeira versão, o modelo de classificação de Dick (1980) continha dezenove categorias. No entanto, foi reformulado em 1990, chegando a vinte e sete taxes divididas, de acordo com a natureza motivacional (semântica), em dois grupos, quais sejam: i) onze taxes de natureza física que caracterizam o ambiente em todos os aspectos de sua formação – rios, córregos, dimensões, formações topográficas, árvores, animais, etc.) e ii) dezesseis de natureza antropocultural que caracterizam as manifestações psíquicas, sociais e culturais do homem, no meio em que se encontra, como estado de ânimo, sentimentos, nomes de natureza religiosa, títulos, nomes próprios, nomes de cidades, estados, países etc.

Dentre as taxes de natureza antropocultural, estão os *animotopônimos* ou *nootopônimos*, foco deste estudo, que são os

topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: vitória - Vitória, AH CE; triunfo - Triunfo, AH AC; saudade - Cachoeira da Saudade (MT); belo - Belo Campo, AH BA; feio - Rio Feio (SP) (DICK, 1990b, p. 33).

Essa categoria toponímica foi analisada e revisitada³ por Isquerdo (1996, p. 118) que, em seu trabalho intitulado *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*, propôs subdividi-la em “i) *animotopônimos eufóricos* — aqueles que “despertam uma sensação agradável, expectativas otimistas, boa disposição de ânimo”, como Boa Esperança e Vitória; e ii) *animotopônimos disfóricos* — aqueles que evocam “uma sensação desagradável frente à designação”, como em Confusão e Revolta.”

Considerando que os topônimos analisados neste estudo — *Esperança, Mãe Esperança, Boa Esperança e Nova Esperança* — relacionam-se diretamente à ideia de prosperidade, indicando, assim, expectativas otimistas do denominador no ato da nomeação, julgamos pertinente adotar a classificação proposta por Isquerdo para classificá-los como *animotopônimos eufóricos*. De acordo com a autora, esse grupo de topônimos integra o campo semântico *crença no futuro* e traz em si “‘crenças’ em algo que ‘promete’ ser bem-sucedido” desde a sua motivação (ISQUERDO, 1996, p. 128).

Feitas essas considerações teórico-metodológicas, procede-se, na seção seguinte, à descrição e à análise dos dados.

³ Essa ampliação de uma das taxonomias propostas por Isquerdo (1996) para a prevista pela própria toponimista, pois, ao se referir ao próprio modelo de classificação dos topônimos, Dick (1990a) afirma que as taxonomias por ela apresentadas não são exaustivas em suas ocorrências e sim significativas, podendo ser ampliadas à medida que novas estruturas vocabulares as exijam. Segundo a autora, essas taxonomias foram formuladas, levando em conta a realidade brasileira, permitindo, pois, uma expansão classificatória, conforme as necessidades do pesquisador e o contexto onde o topônimo pesquisado se encontra inserido.

4 Estudo do léxico toponímico mineiro: da descrição metodológica à análise dos dados

Orientado pelos princípios da Ciência Onomástica, o estudo proposto vincula-se ao Projeto ATEMIG — Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, projeto este em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos propostos pelo francês Dauzat (1926), adaptados à realidade brasileira por Dick (1990a, 1990b), esse projeto vem realizando o detalhamento e a análise da realidade toponímica de todo o estado. Partilhando de metodologia comum, adotada por outras equipes de pesquisadores de outros estados que têm desenvolvido estudos toponímicos aos moldes do ATB (Atlas Toponímico do Brasil) — projeto que foi coordenado e desenvolvido pela Prof.^a Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (FFLCH/USP) —, em Minas Gerais, o projeto ATEMIG segue: o “método das áreas” utilizado por Dauzat (1926), que propõe o remapeamento da divisão municipal, de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão; a distribuição toponímica em categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, sugerida por Dick (1990a).

Desse modo, a fim de que seja feito detalhamento da realidade toponímica de todo o território mineiro, foram levantados todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos dos 853 municípios mineiros, documentados em cartas topográficas — fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000 —, perfazendo um total de cerca de 85 mil topônimos.

Após a coleta e catalogação dos dados, os topônimos foram registrados em fichas léxico-toponímicas constituídas de uma análise detalhada do topônimo, com informações que o integram à sociedade e à cultura.

Dessa maneira, a partir da análise e da interpretação dos dados coletados e dando continuidade às etapas previstas no Projeto, volta-se a atenção, neste trabalho, para algumas denominações cujos topônimos classificados como *animotopônimos eufóricos* são relativos à ideia de esperança e prosperidade, isto é, que, desde a sua motivação, indicam o estado de espírito otimista do denominador no ato da nomeação. Tais designações são muito recorrentes no léxico toponímico brasileiro, o que também é observado em território mineiro, uma vez que foram quantificadas 401 dessas designações.

Partindo, então, do item lexical *esperança*, foram consideradas as lexias *esperança*, *mãe esperança*, *boa esperança* e *nova esperança*, conforme pode ser observado no quadro, a seguir, em que, além das designações toponímicas consideradas, tem-se também seus respectivos números de ocorrências por mesorregião e por tipo de acidente geográfico.

Quadro 1: Quantificação das ocorrências de topônimos *Esperança*, *Boa Esperança*, *Mãe Esperança* e *Nova Esperança* em território mineiro

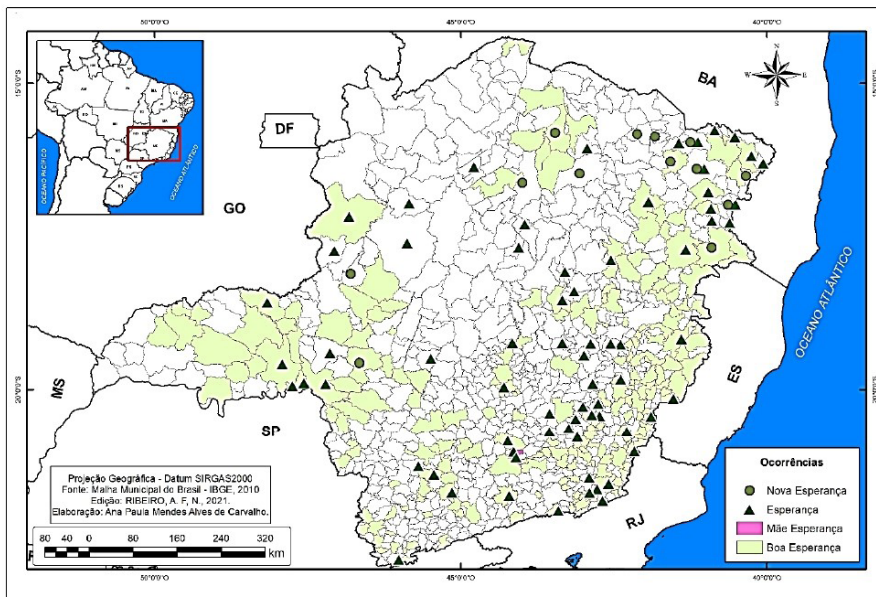
NOME	MESORREGIÕES											TOTAL DE OCORRÊNCIAS	TIPO DE ACIDENTE		
	CAMPO DAS VERTENTES	CENTRAL MINEIRA	JEQUITINHONHA	METROPOLITANA DE BH	NOROESTE	NORTE	OESTE	SUL/SUDOESTE DE MINAS	TRIÂNGULO MINEIRO	VALE DO MUCURI	VALE DO RIO DOCE		ZONADA MATA	AC. FÍSICOS	AC. HUMANOS
MÃE ESPERANÇA	1												1	-	1
NOVA ESPERANÇA			6			5			1	2		1	15	-	15
ESPERANÇA	3	2	12	13	4	4		6	6	5	3	23	81	18	63
BOA ESPERANÇA	11		11	18	2	11	9	33	34	11	58	110	304	77	227
TOTAL	15	2	29	31	6	20	9	9	41	18	61	133	401	95	306

A partir da observação do quadro, verifica-se que foram quantificadas 401 ocorrências das lexias sob análise, dentre as quais, 81 são referentes ao topônimo *Esperança*, sendo 79 dessas ocorrências constituídas apenas por esse item lexical em sua forma simples e 2 ocorrências constituídas de sintagmas compostos, quais sejam: *Esperança Linda* e *Esperança Verde*. No que se refere aos sintagmas toponímicos compostos, tem-se 1 ocorrência do topônimo *Mãe Esperança*, 15 ocorrências de *Nova Esperança* e 304 ocorrências de *Boa Esperança*. Quanto à distribuição regional, merecem atenção os topônimos *Esperança*, que, com exceção da mesorregião Oeste de Minas, tem ocorrências em todas as outras mesorregiões mineiras; e *Boa Esperança*, que, não tendo ocorrências apenas na mesorregião Central Mineira, apresenta, por sua

vez, significativo número de ocorrências nas mesorregiões Zona da Mata (110), Vale do Rio Doce (58), Triângulo Mineiro (34) e Sul/Sudoeste de Minas (33).

A figura, seguir, traz a distribuição dos 401 topônimos sob enfoque em território mineiro por meio de uma representação cartográfica.

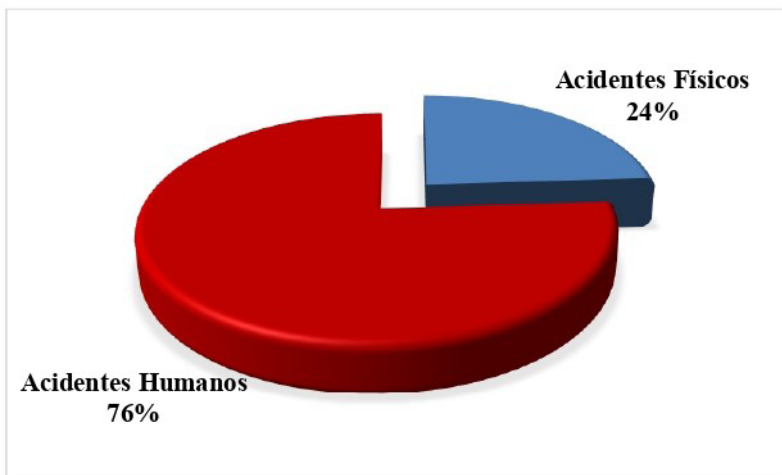
Figura 1: Distribuição dos topônimos *Esperança*, *Boa Esperança*, *Mãe*



Esperança e Nova Esperança em Minas Gerais.

Quanto à classificação dos acidentes geográficos, observa-se uma predominância desses topônimos na designação de acidentes de natureza humana, uma vez que 76% dos nomes sob enfoque — 306 ocorrências — referem-se a fazendas, vilas, localidades, dentre outros. Os acidentes físicos – córregos, serras, ribeirões, etc. — por sua vez, correspondem a apenas 24% dos dados (95 ocorrências), conforme se ilustra no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Classificação dos topônimos quanto ao tipo de acidente geográfico

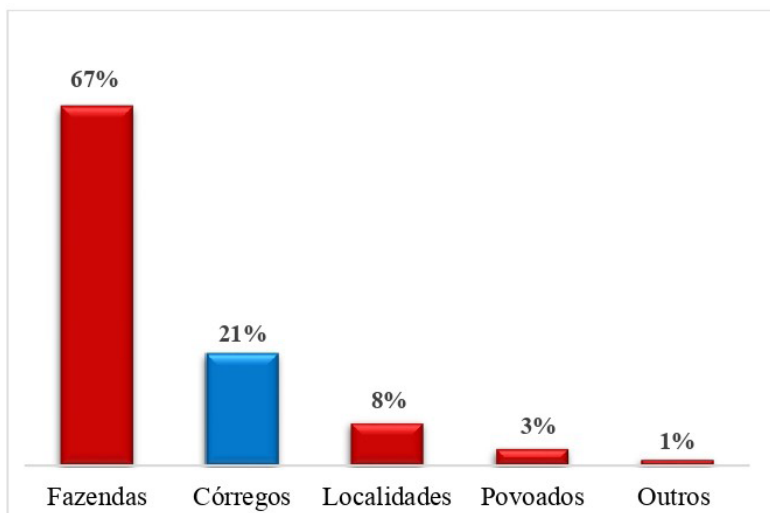


Em relação à identificação do tipo de acidente geográfico, verifica-se, nos acidentes humanos, a maior incidência de *fazendas*, uma vez que representam 67% do total de dados analisados ou 255 ocorrências. Os demais acidentes humanos, que representam 9% dos dados ou 51 ocorrências, subdividem-se em 31 localidades, 14 povoados, 2 vilas, 1 cidade, 1 sítio, 1 retiro e 1 chácara. Como outros cinco municípios brasileiros homônimos, merece destaque a cidade de *Boa Esperança* situada na mesorregião Sul/Sudoeste, que, conforme se lê no site da prefeitura municipal, teve sua origem no século XVIII, quando bandeirantes desbravaram florestas atrás de ouro das Minas Gerais, mais especificamente no ano de 1795, quando aventureiros de São João Del Rey foram até Lavras, “na esperança de ali encontrar um lugar propício às suas buscas” (grifos nossos)⁴. Assim, como muitas localidades do interior do Estado de Minas Gerais, *Boa Esperança* nasceu da busca do ouro que os bandeirantes realizavam, no século XVIII, e a motivação para a origem município relaciona-se diretamente com a motivação para a escolha do seu topônimo, um *animotopônimo*.

⁴ Informações disponíveis em <https://www.boaesperanca.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495>. Acesso em 15/07/2021.

No que concerne aos acidentes físicos, os córregos⁵ aparecem com maior destaque, somando 21% do total de acidentes geográficos ou 83 ocorrências. Os demais acidentes físicos, que representam 3% dos dados ou 12 ocorrências, são 6 ribeirões, 5 serras e 1 lagoa. O gráfico, a seguir, ilustra como os 401 topônimos analisados podem ser classificados quanto à identificação do acidente geográfico.

Gráfico 2: Classificação dos topônimos quanto à identificação de acidente geográfico



No que se refere à classificação taxionômica desses topônimos, conforme já pontuamos anteriormente, pautando-nos por Dick (1990a, p. 32) e Isquierdo (1996, p. 118), podemos classificá-los como *animotopônimos eufóricos*, uma vez que são relativos à ideia de esperança e prosperidade.

Convém ressaltar, além disso, que a ‘esperança’ presente na toponímia, além de indicar o estado de ânimo otimista do denominador frente ao acidente a ser nomeado, pode estar associada também à devoção à *Nossa Senhora da Esperança* também conhecida, segundo Megale (2003, p. 25-26), como *Nossa Senhora da Boa Esperança*, sendo essa invocação

⁵ Os córregos, por serem acidentes físicos, estão representados no gráfico 2 na cor azul, mesma cor utilizada para representar esse tipo de acidente no gráfico 1.

mariana “muito comum no tempo das navegações portuguesa, pois os marujos tinham a esperança de chegarem são e salvos ao seu destino”.

De acordo com a historiadora,

A imagem de Nossa Senhora da Esperança foi a primeira a chegar ao Brasil, trazida por Pedro Álvares Cabral em sua viagem que culminou com a descoberta da Terra de Santa Cruz. Esta efigie histórica, exposta atualmente numa capela de Belmonte, em Portugal, onde consta ter sido batizado o descobridor do Brasil, representa a Virgem Maria com o Menino Jesus sentado sobre seu braço esquerdo e apontado para uma pomba que repousa sobre o braço direito de sua mãe. Em Santa Cruz de Cabrália, local onde foi rezada a primeira missa no Brasil, por frei Henrique de Coimbra, foi edificada uma capela dedicada à Nossa Senhora da Esperança, a protetora do descobridor (MEGALE, 2003, p. 25, grifos nossos).

Nessa perspectiva, devido a esse significativo aspecto histórico da presença do culto a invocação mariana de Nossa Senhora da Esperança, pode-se afirmar que tais topônimos poderiam ser também classificados, de acordo com Carvalho (2014), como topônimos relativos às invocações de Nossa Senhora ou *mariotopônimos*, subdivisão dos *hierotopônimos*, isto é, “topônimos relativos aos nomes sagrado de diferentes crenças” (DICK, 1990b, p. 33).

No entanto, devido à extensão do léxico toponímico mineiro e ao fato de os topônimos não trazerem, em sua composição sintagmática, o designativo referente ao culto mariano “Nossa Senhora”, optamos por manter a classificação de *animotopônimos eufóricos*. Vale dizer, contudo, que a ‘esperança’, definida por Bluteau (1979, p. 259) como uma virtude teológica, pode indicar, nos topônimos sob análise, um traço da religiosidade cristã que é a devoção à Virgem Maria presente em território brasileiro desde o início de seu povoamento, o que pode ser comprovado, por meio da consulta feita ao *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado:

Figura 2: Captura de tela do *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*. Fonte: Machado (1984, p. 587).

Esperança¹, *hier. f. e f.* Invocação da Virgem Maria e uma das três virtudes teológicas. Usa-se como antr. f., só (*Tel.*, s.v. *Baptista, Macedo, Pinto*, etc.) ou com *Maria (Maria da Esperança)*, assim como *apel. (Tel.; Tel. do Porto, 1977-1978, onde também encontro Esperança)*. O antr. f. já se atesta em 1656 (*Anais-Faro, IX, p. 133*).

Esperança², *mit. f.*, a traduzir o lat. *Spes*, divindade romana (Cícero, *Nat. Deor.*, II, 61). No *Voc*.

Esperança³, *top.* frequente em Portugal e no Brasil. De *Esperança*¹ ou, como no caso do conc. de Faro, reminiscência de templo local consagrado a Nossa Senhora da *Esperança*, de convento de Freiras da *Esperança*, como em Lisboa.

Merece destaque também a composição sintagmática ‘*boa esperança*’ que, como uma redução da invocação à *Nossa Senhora da Boa Esperança*, é bastante recorrente no Brasil. No léxico toponímico de Minas Gerais, conforme já foi mencionado, há 304 topônimos nomeados a partir dessa composição, o que parece indicar um traço da influência da religiosidade portuguesa que, como uma tradição cultural, vem sendo transmitida ao longo das gerações e pode ser percebida, dentre outras formas, nas denominações toponímicas.

Considerações finais

Neste estudo, a partir da descrição e análise do léxico toponímico do Estado de Minas Gerais, observou-se a distribuição das ocorrências dos topônimos *Esperança*, *Mãe Esperança*, *Boa Esperança* e *Nova Esperança* nos 853 municípios mineiros. Dessa análise, verificou-se o destaque das denominações *Esperança*, que, com exceção da mesorregião Oeste de Minas, tem ocorrências em todas as outras mesorregiões mineiras; e *Boa Esperança*, que não tem ocorrências apenas na mesorregião Central Mineira, apresentando, por sua vez, significativo número de ocorrências nas mesorregiões Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e Sul/Sudoeste de Minas.

Tais denominações toponímicas, em território mineiro, referem-se, em sua maioria, a acidentes humanos, sobretudo às fazendas. Diferentemente dos nomes de municípios que, além de serem regidos

por legislação toponímica, dependem da aprovação da comunidade, os nomes desses locativos, por sua vez, passam exclusivamente pelo crivo da subjetividade individual, isto é, cabe apenas ao proprietário, que, às vezes, consulta seus familiares, para decidir, dentre tantos motivos, aquele mais adequado e — por que não?! — aquele que mais o agrada para nomear sua propriedade.

Vale dizer também, que, por sua carga semântica positiva, os topônimos sob análise, trazem em si boas impressões do estado psíquico do denominador do ato da nomeação, que, frequentemente, estão relacionados à expectativa de prosperidade, mas podem estar relacionados também à devoção à *Nossa Senhora da Esperança* também conhecida, segundo Megale (2003, p. 26), como *Nossa Senhora da Boa Esperança*, uma das primeiras devoções trazida para o Brasil pelos portugueses na época das grandes navegações.

Desse modo, desenvolver um estudo toponímico não significa apenas empreender uma análise linguística dos nomes de lugares de determinada região, significa também investigar os seus aspectos socioculturais, econômicos, políticos e religiosos. Isso se explica pelo fato de as denominações toponímicas serem frutos da atividade humana trazendo, por esse motivo, marcas da organização sociocultural dos núcleos humanos que a povoaram ou a povoam. Em outras palavras, “o uso da língua ultrapassa a mera função nomenclatória; ela reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores” (SEABRA, 2004, p. 39).

Nessa perspectiva, e partindo do pressuposto de que a Onomástica “é um ótimo instrumento de aferimento dos gostos, tradições e devoções de cada tempo” (DIAS, 1987, p.238), verificou-se, neste estudo, que as denominações toponímicas atribuídas aos acidentes geográficos sob análise — *Esperança, Boa Esperança, Mãe Esperança e Nova Esperança* —, classificados como *animotopônimos eufóricos* — constituem um grupo especial de topônimos, uma vez que, nessas denominações, é possível perceber a comunhão de aspectos psicológicos do ser humano com a geografia e a paisagem.

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Taxonomia de topônimos: problema sem solução?* Signum: Estudos da Linguagem, vol. 2, n. 1, p. 125-137, 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4454/4460>>.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. 1979. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>. Acesso em 05 de set. 2019.

CARVALHO, A. P. M. A. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 821f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2014.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave. 1926.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos, *Revista da Faculdade de Letras*. História, n. 4: 227-256. Disponível no site <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2061.pdf>. Acesso em 12-03-2014, 1987.

DICK, M. V. P. A. Etnia e etnicidade. Um outro modo de nomear. Projetos ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande (MS): Ed. UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

DICK, M. V. P. A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In.: SEABRA, M. C. T. C. (Org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. 2006. p. 91-117.

DICK, M. V. P. A. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Recife, UFPE: v.9, p.119-148, 1999.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP. 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado. 1990b

FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M.G. (2004) *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto.

ISQUERDO, A. N. *Léxico regional e léxico toponímico: interfaces históricas e culturais*. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). *As Ciências do Léxico. Lexicologia, lexicografia e terminologia*, v. VI.. 1ed. Campo Grande - MS: Editora da UFMS, 2012, v. , p. 115- 140.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. São Paulo: 1996. 409f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

MEGALE, N. B. *O livro de ouro dos santos: vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SAPIR, Edward. (1961) *Linguística como ciência – Ensaio*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo*. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFMG, Belo Horizonte, 2004

Recebido em: 23 de agosto de 2021.

Aprovado em: 7 de dezembro de 2021.



Falas afro-negras no dialeto mineiro: um garimpo no arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna

Black Africans' Speeches in the Dialect of Minas Gerais: a Panning in the Personal Archive of Nelson Coelho de Senna

Olívia Almeida

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

olivianalmeida@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7867-4617>

Resumo: O intelectual mineiro Nelson Coelho de Senna (1876-1952) é conhecido por sua atuação política como parlamentar e por sua pesquisa etnográfica sobre a contribuição dos indígenas e dos negros africanos na formação do povo e da cultura brasileira. A mais extensa pesquisa – tanto no que se refere ao tamanho como ao tempo dedicado aos estudos – de Nelson de Senna sobre os afronegrismos é o *Elucidário de africanismos: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana*. Trata-se de documento salvaguardado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, em parte manuscrito e em parte datiloscrito, datado de 1938, composto por verbetes que contemplam as letras de A a Z. Entretanto, acredita-se que o autor dedicou muitos anos à escrita desse *Elucidário*. A pesquisa de Nelson de Senna na área linguística é pouco conhecida em Minas Gerais, bem como no Brasil, e seus documentos guardados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte continuam inéditos. Assim, o estudo do *Elucidário de africanismos* representa uma preciosa fonte de pesquisa para linguistas e certamente contribuirá para o reconhecimento da presença africana no léxico e na cultura brasileira, principalmente a mineira.

Palavras-chave: Nelson de Senna; *Elucidário de africanismos*; afronegrismos.

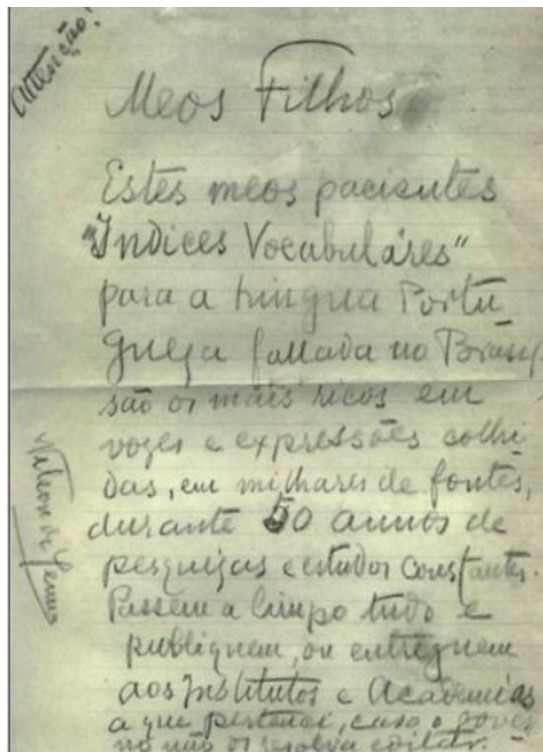
Abstract: Nelson Coelho de Senna (1876-1952), a scholar from Minas Gerais, is well-known for his political engagement as a congressman and for his ethnographic

research on the contribution of indigenous peoples and black Africans in the formation of the Brazilian people and culture. The most extensive research – both in terms of size and time devoted to the studies – by Nelson de Senna on afronegrisms is the *Elucidário de Africanismos: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana*. It is a document, kept in the Public Archive of the City of Belo Horizonte, partly handwritten and partly typed, dated 1938, composed of entries that contemplate the letters A to Z. However, it is believed that the author devoted many years to the writing of this *Elucidário*. Nelson de Senna's research in the linguistic area is little known in Minas Gerais, as well as in Brazil. His documents kept in the Public Archive of the City of Belo Horizonte remain unpublished, especially his manuscripts on the Afro-indigenous linguistic inheritances of Minas Gerais. Thus, the study of the *Elucidário de Africanismos* represents a precious source of research for linguists and will certainly contribute to the recognition of the African presence in the lexicon and in Brazilian culture, mainly from Minas Gerais.

Keywords: Nelson de Senna; *Elucidário de Africanismos*; Afronegrisms.

O professor, político, escritor e advogado Nelson Coelho de Senna (1876-1952) foi um apaixonado pela mineiridade e pelo Brasil. Sua obra é extensa, composta por contos, biografias, artigos, discursos e conferências, e abarca diferentes temáticas: estatística, geografia, léxico e, especialmente, o estudo da contribuição dos indígenas e dos negros africanos na formação do povo e da cultura brasileira. O *Elucidário de africanismos: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana*, documento analisado neste artigo, faz parte do extenso acervo do autor e está salvaguardado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). O documento data de 1938, mas sabe-se que o autor dedicou muitos anos à sua escrita, pois ele deixou uma anotação manuscrita, direcionada a seus filhos, manifestando o desejo de publicação dos seus “índices vocabulares”. No bilhete, Senna pedia que seu trabalho, de mais de cinquenta anos de pesquisas e estudos sobre a língua portuguesa falada no Brasil, fosse editado e publicado (Figura 1).

Figura 1 – Pedido de Nelson de Senna aos filhos



Fonte: APCBH (2000).

Há ainda, no seu arquivo pessoal, outros três documentos relativos ao *Elucidário* que testemunham o processo de elaboração do trabalho lexicográfico do autor: são notas, bibliografia das obras consultadas para a escrita do *Elucidário* e lista dos verbetes em ordem alfabética – um acervo que chega a mais de 2.500 páginas¹.

¹ Os documentos relativos ao *Elucidário* não têm datação. Assim, não é possível dizer se essas obras são etapas anteriores ou posteriores à elaboração do *Elucidário*, ou se representam uma etapa paralela à sua elaboração. Esses documentos – a saber, *Notas para o Elucidário de Africanismos: crendices e cultos dos afro-negros no Brasil, denominações de locais brasileiros de origem afro-negra e verbetes diversos* (folhas avulsas); *Elucidário de africanismos: verbetes em ordem alfabética de termos africanos* (dois cadernos); e *Bibliografia para o Elucidário de Afronegrismos: relação por ordem alfabética das obras consultadas para a elaboração do Elucidário de afronegrismos do Brasil* (folhas

Somente em 1999, 47 anos após a morte do autor, a família Nelson de Senna doou todo o acervo do intelectual ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Sabemos que, por questões familiares, esse precioso acervo demorou muito tempo para chegar ao APCBH, como era desejo do autor. A família conta que o acervo estava sob os cuidados de Lúcio Otávio, filho de Nelson de Senna. Porém, em 1964, uma tragédia abalou toda a família: um acidente de carro em que vieram a falecer Lúcio Otávio, sua esposa e seu filho, além de outros dois membros da família (APCBH, 2000, p. 15-16).

Depois desse acidente, o acervo ficou sob os cuidados de Yolanda Consuelo, filha de Nelson de Senna, e depois passou para Eliana Nelson Silviano Brandão Ahouagi, filha de Yolanda Consuelo. Felizmente, antes que tudo se perdesse e apoiada pela família, Eliana decidiu entregar o acervo aos cuidados do Arquivo Público da Cidade.

Mesmo sendo uma figura importante para a história de Minas Gerais, pouco se sabe sobre a vida e a produção do autor. A pesquisa de Nelson de Senna na área linguística é pouco conhecida em Minas Gerais e no Brasil, e continuam inéditos os seus documentos guardados no APCBH, em especial seus manuscritos sobre as heranças linguísticas afro-indígenas de Minas. O *Elucidário de africanismos* é um documento, como demonstrado pelo autor no estudo expositivo, que apresenta com maior clareza as fortes “colaborações da linguagem do gentio da terra e da do nêgro importado d’África”, além de uma extensa lista de “termos e nomes tão sómente conhecidos e usados cá na America, e jamais empregados, correntemente, da banda de lá do Atlantico, em terras de Portugal” (SENNA, 1938).

Trabalhar com os arquivos de Nelson de Senna, buscando escrever um pouco da sua história, e dar vida à obra *Elucidário de africanismos* é um importante instrumento para o estudo de “fontes para a escrita da história belo-horizontina, mineira e brasileira” (APCBH, 2000, p. 13). A obra de Nelson de Senna é uma mina de informações e permite, ainda, estudos em áreas diversas, como a histórica, filológica, linguística e cultural. Busca-se, assim, neste artigo, apresentar um pouco da vida e da produção de Nelson de Senna, em especial o *Elucidário de africanismos*:

avulsas) – dialogam entre si e um é, claramente, o complemento do outro, formando uma obra maior e única. Esses, dentre outros documentos com o tema de africanismos, estão disponíveis para consulta no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana.

1 Um olhar sobre a vida e a produção de Nelson de Senna

Pouco se sabe sobre a vida de Nelson de Senna. Seus dados bibliográficos são de difícil acesso, sendo encontrados apenas em fontes do estado, como o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Figura 2 – Nelson Coelho de Senna



Fonte: IHGMG.

Nelson Coelho de Senna nasceu na cidade mineira do Serro, em 11 de outubro de 1876. Filho de Candido José de Senna (1843-1919) e de Maria Brasilina Coelho de Senna (1847-1908), teve cinco irmãos e dois meios-irmãos, fruto do primeiro casamento de seu pai. Faleceu em Belo Horizonte no dia 2 de junho de 1952.

Senna passou a infância e a adolescência na cidade de São João Evangelista, onde fez o curso primário e iniciou o secundário. Aos 15 anos de idade, seguiu para Diamantina, cidade onde concluiu, em 1893, os seus estudos na Escola Normal. Nesse mesmo ano, ainda em Diamantina, dirigiu a sua primeira publicação, o quinzenário *O Aprendiz*. Estudou também em Ouro Preto, onde se formou no curso de ciências jurídicas e sociais da Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1897. Também em Ouro Preto, dirigiu *A Academia* e publicou *Memória histórica e descritiva da cidade e do município do Serro e Serranos ilustres*.

Após a inauguração da nova capital e já casado com Emília Gentil Horta Gomes Cândido, Nelson de Senna transferiu-se para Belo Horizonte, para lecionar no Ginásio Mineiro, onde já trabalhava. Continuou ligado à imprensa. Foi redator-chefe de *O Belo Horizonte*, do quinzenário *A Província* e do jornal *Diário de Minas*.

Em 1906 fundou o *Anuário de Minas Gerais*, com estudos sobre história, geografia, literatura, estatística. No primeiro volume, defende a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o que vem a acontecer em 1907, ano do seu ingresso na política, quando é eleito deputado estadual. Seu mandato foi renovado para as legislaturas seguintes, até 1921, quando, então, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, onde permaneceu até 1929. Em 1930, Nelson de Senna, então candidato aliancista, foi afastado da sua atividade parlamentar.

Foi autor do projeto de lei, nascido da proposta de criação de um museu histórico, artístico, arqueológico e etnográfico do estado de Minas Gerais, que criou o Museu Mineiro em 20 de setembro de 1910. Em 1914 propôs que fossem doadas ao homem do campo as terras devolutas do estado, e em 1923, no senado, aborda o importante tema da siderurgia no Brasil, sobre a exploração de ferro em Minas Gerais. Foi um dos signatários do documento “Manifesto dos Mineiros”, em 1943.

A partir de seu afastamento da vida política, o pesquisador Nelson de Senna retomou suas atividades intelectuais. Voltou a assumir em Belo Horizonte o seu cargo de professor, retornou ao exercício da advocacia, às suas pesquisas e trabalhos literários. Fazendo e refazendo listas de palavras, topônimos, classificando, escrevendo e reescrevendo, construiu e reconstruiu sua obra ao longo do tempo. Sócio-fundador, benemérito, correspondente, honorário ou membro efetivo de diversas instituições culturais no Brasil e no exterior, o professor Nelson de Senna realizou

viagens a congressos científicos, por todo o país e ao exterior, muitas vezes representando o Brasil.

Fundador da cadeira 36 da Academia Mineira de Letras, Nelson de Senna nos deixou um rico e diverso acervo, com destaque para as publicações de jornais como o *Jornal Belo Horizonte* e o *Anuário de Minas Geraes*, publicados em Belo Horizonte. Também contribuiu com vários estudos africanistas para a *Revista da Língua Portuguesa* e a *Revista de Filologia e de História e Brasileira*, publicadas e editadas no Rio de Janeiro, entre 1926 e 1934. Escreveu também sobre “Nomes locais de origem africana, em Minas Gerais”, em vários fascículos da revista carioca *Brasileira*, entre 1924 e 1928.

Seus artigos e discursos de grande relevância são: “A escravidão negra no Brasil, a campanha abolicionista e o treze de maio”, de 1897; “A influência do índio na linguagem brasileira”, de 1946; “A contribuição etnográfica dos padres da companhia de Jesus e dos cronistas leigos dos primeiros séculos”, de 1915; “Alguns aspectos econômicos brasileiros” (1925), “O problema da siderurgia nacional”, de 1923; “O Rio Doce: descrição de alguns municípios da Bacia em Minas Gerais”, de 1905; “O cinquentenário de Belo Horizonte”, de 1948.

Um dos pioneiros do conto em Minas Gerais, Nelson de Senna publicou dois livros ficcionais², *Páginas tímidas: contos e escritos*, publicado na cidade de Ouro Preto, na Tipografia Silva Cabral, em 1896, e *Contos sertanejos: lendas e fragmentos*, escrito sob o pseudônimo de Pelayo Serrano³, publicado em 1902 pela editora Antonio Figueirinha, em Portugal. O livro *Páginas tímidas* contém quinze contos e cinco fragmentos. O livro *Contos sertanejos: lendas e fragmentos* é organizado

² Há ainda um livro intitulado *Contos leves (obra inédita)*, listado numa seção “Do mesmo autor” logo após a página de rosto do livro *Páginas tímidas*. Entretanto, ainda não tivemos acesso à obra.

³ De acordo com o *Inventário*, Nelson de Senna, que era apaixonado por literatura, publicava textos sob pseudônimos de João Tapuya e Pelayo Serrano. Ainda não identificamos nenhum escrito assinado sob o pseudônimo de João Tapuya. Há apenas no seu arquivo pessoal uma carta de João Tapuya ao sr. Duque Estradeiro, datada de 1921. De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2020), Nelson de Senna também assinou suas criações sob os pseudônimos de Annes Selnon, um anagrama de seu nome, Ennius de Hesse, Nessuno e Paulo de Cotegipe. Mas também não identificamos escritos sob esses pseudônimos.

em duas partes: na primeira, “Lendas e fragmentos”, há doze contos e, na segunda, “Esboços e fantasias”, há 29 fragmentos.

Mais de vinte anos depois, em 1923, publicou o livro *A terra mineira*, em dois tomos, pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, sobre o tráfico africano e sobre os negros e seus descendentes (em especial o capítulo “Os negros: elementos de origem africana e seus descendentes” e “O tráfico dos africanos para as Minas: principais elementos étnicos da raça negra entre nós”).

Curiosamente, o nome Nelson de Senna foi adotado por seus familiares como sobrenome, e hoje é fácil identificar sua tradicional família espalhada por Belo Horizonte. Devido à sua importância na história mineira, Nelson de Senna foi homenageado e tem seu nome em uma rua da tradicional região belo-horizontina da Pampulha. O seu filho mais velho, o ouro-pretano Caio Nelson de Senna (1898-1963), seguiu os passos do pai, foi advogado e também deputado estadual. Caio Nelson de Senna foi homenageado e carrega seu nome em uma escola estadual da cidade – Escola Estadual Caio Nelson de Senna –, no condomínio residencial Caio Nelson de Senna, onde o seu pai residia, além do Fórum Caio Nelson de Senna, localizado em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte.

A memória de Nelson de Senna também é preservada na cidade de Serro, em Minas Gerais. A casa onde o intelectual nasceu ainda é preservada e hoje nela funciona um estabelecimento comercial. Entretanto, há uma placa sinalizando que foi ali que Nelson de Senna nasceu, além de sua data de nascimento e de morte (Figura 3).

Figura 3 – Casa de Nelson de Senna na cidade do Serro



Fonte: Acervo pessoal. Fotografias de Sônia Queiroz.

2 Acervo

Em 1999 a família de Nelson de Senna doou todo o arquivo pessoal do intelectual ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Apesar de privilegiar os trabalhos de pesquisa, o arquivo retrata, ainda, sua trajetória de homem público no exercício da advocacia, do magistério e da vida pública, reunindo parte significativa do seu legado intelectual e político. Nosso interesse aqui são os documentos que retratam a presença da língua afro-negra, dentre outros estudos sobre as heranças linguísticas em Minas Gerais, e principalmente o *Elucidário*.

É, entretanto, importante dizer que o extenso arquivo do intelectual é dividido em oito partes e aborda diversos assuntos, a saber: 1) documentos pessoais, datados de 1887 a 1956, compostos por exercícios de caligrafia e escolares, álbuns, certidões de nascimento e casamento, carteira da Ordem dos Advogados do Brasil, anotações diversas etc.; 2) correspondências, datadas de 1829 a 1952, compostas por abaixo-assinados, atas, cartas, certidões, certificados, pareceres, recibos, telegramas, dentre outros; 3) estudos temáticos, datados de 1892 a 1947, que, além de trazer documentos relativos à biografia do autor, contêm estudos sobre indigenismo, africanismo, brasilidades idiomáticas, toponímia e corografia, mineração e siderurgia; 4) atividades parlamentares, datadas de 1903 a 1931, que apresentam desde o panfleto de apoio à candidatura de Nelson de Senna a conferências e discursos; 5)

atividades acadêmicas, datadas de 1897 a 1946, com recortes de jornais, discursos e outras anotações; 6) publicações, datadas de 1824 a 1949, com as obras do autor, bem como obras de terceiros e periódicos; 7) iconografia, com mais de 1.700 itens; 8) exéquias, datadas de 1952, ano de sua morte, a 1976, com o discurso proferido pelo Dr. Advíncula Reis, jurista, escritor e advogado por vários anos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, encerrando a solenidade do centenário o nascimento de Nelson de Senna.

Diante de sua vasta produção, é de se questionar como Nelson de Senna produzia tanto. Eliana Nelson Silviano Brandão Ahouagi, neta de Nelson de Senna e responsável por entregar aos cuidados do APCBH o precioso acervo do autor, relata em entrevista à equipe do Arquivo “algumas lembranças do ‘Vovô Nelson’, em especial a imagem do homem sentado atrás da mesa do seu escritório/biblioteca, cercado de livros, escrevendo, escrevendo, escrevendo...” (APCBH, 2000, p. 12). Ainda sobre o acervo do avô, Eliana afirma que não se pode “guardar egoisticamente, fragmentos empoeirados de riquezas que precisam brilhar à luz de gerações futuras” (APCBH, 2000, p. 15).

Nelson de Senna também acreditava que o seu trabalho precisava “brilhar à luz de gerações futuras” e por isso, além de deixar a anotação manuscrita, dirigida aos filhos, manifestando o desejo de publicação do seu original não finalizado, o autor, no livro *Africanos no Brasil*, demonstrou que pretendia

dar a lume esse nosso Vocabulario ou Glossario, tendo em mente fazel-o servir para simples consulta dos entendidos e estudiosos, no assumpto, pois não passará de um méro ensaio ou esbôço organizado durante anos de pacientes pesquisas e mesmo de collectas, quer nas fontes escriptas e documentaes, quer na tradição oral, que nos foi possível colher. (SENNA, 1938a, p. 182)

Senna ainda reforça que,

posteriormente, sahirá completo, tanto quanto possível, o nosso ‘ELUCIDARIO DE AFRICANISMOS’, completando assim a tarefa que nos impuzemos, quando demos início á elaboração systematica do dito *Vocabulario*, consignando nelle todas as palavras directas, compostas e derivadas, que a Lingua Portugueza recebeo da Africa Nêgra, quer na America, quer nos domínios lusitanos do Velho Mundo. (SENNA, 1938a, p. 183)

O autor afirma que passou mais de trinta anos se dedicando a essas pesquisas e “organizando um arquivo de fixarios e abundante material de estudos para, um dia, talvez com o favor de Deos, ainda poder editar o *Elucidario* e *Vocabulario*, no preparo dos quaes consumo todo o tempo sobranste das minhas ocupações universitarias”. (SENNA, 1938a, p. 23).

Ainda no livro *Africanos no Brasil*, Nelson de Senna disserta sobre os motivos da sua predileção pelos estudos africanistas no país. Em um afetuoso relato, o autor escreve:

Accresce em mim a ternura de “branco” agradecido aos carinhos da velha “Mãe-Bá”, uma prêta africana (“Tia E’va”), que me embalou a infancia com suas historias e cantigas da “adusta patria distante”; e ainda a recordação dos folguedos da meninice, em meio a outros companheiros de idade, no meio dos quaes se destacava um fiel e devotado prêtinho (o Balbino), a quem consagrei affectuosa pagina dos meus “Contos Sertanejos”, editados em Portugal. (1903)

[...]

Pelo meo espirito também perpassam as sombras soffredoras daqueles nossos compatriotas envolvidos na Inconfidencia Mineira e degrêgados, em 1792, para inhóspitas regiões africanas [...] Estariam ahi, portanto, razões emocionaes bastantes para justificarem esse meo vivo anseio de bem conhecer o opulento vêio da linguagem, dos costumes, das tradições, das credices e mythos dos povos originarios da Africa. (SENNA, 1938a, p. 24-25)

Todos os livros, documentos e anotações de Nelson de Senna encontram-se guardados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Há ainda, no APCBH, outros estudos de temas variados, como indigenismo, brasilidades idiomáticas, toponímia e corografia mineira e brasileira, mineração e siderurgia, que “permite[m] identificar que a atividade de pesquisa de Senna inicia-se em torno dos temas indígenas e africanos no começo do século XX, tendo como recorte espacial a história de Minas” (APCBH, 2000, p. 19).

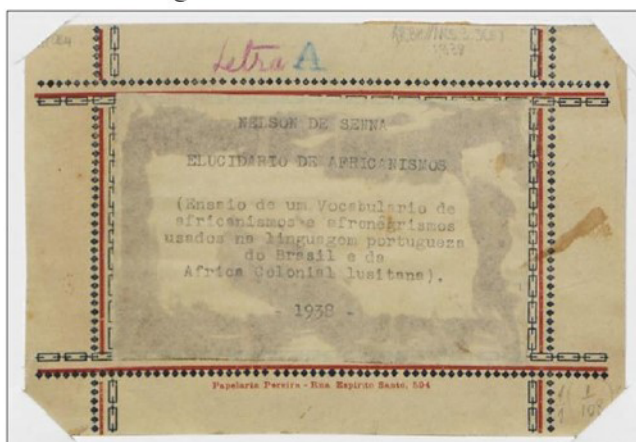
3 O *Elucidário africanismos*

O *Elucidário de Africanismos: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na Africa colonial lusitana* é um

vocabulário de africanismos, como o próprio título diz, que abrange as letras de A a Z. O original, apresentado em folhas avulsas, é datado de 1938. Porém, acredita-se que o documento foi escrito ao longo de mais de cinquenta anos de pesquisas do seu autor.

Não pudemos ainda – nem sabemos se isso será possível no futuro – datar exatamente o início e o fim da escrita do *Elucidário*. Tentamos, por meio de datas que aparecem nos originais, recortes de jornais, carimbos, selos etc., identificar uma provável datação. A primeira data que aparece é 1938, datilografada pelo autor na abertura de algumas letras, por exemplo a letra A, bem como acontece em outras letras⁴.

Figura 4 – Abertura da letra A

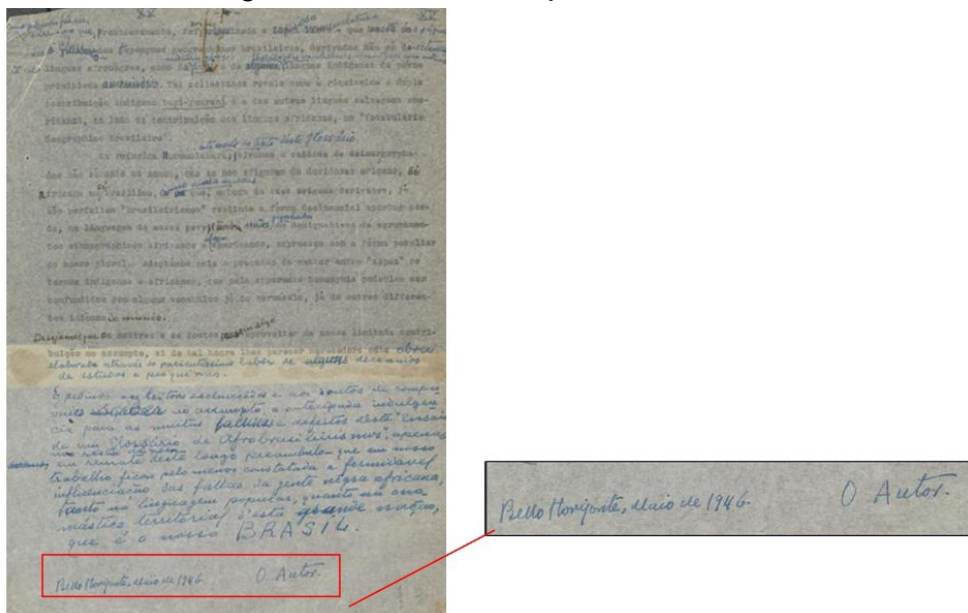


Fonte: Senna. *Elucidário de africanismos* [Letra A].

⁴ Na abertura da letra A, o papel datado carrega o nome de uma papelaria localizada no Centro de Belo Horizonte, a Papeleria Pereira. Em pesquisas em jornais da época, identificamos que, em 1936, a Papeleria Pereira era localizada na rua dos Tupinambás, 522, no centro de Belo Horizonte. Já em 1940, a papelaria muda o seu endereço para a rua Espírito Santo. Podemos depreender, assim, que o momento de escrita deve ter acontecido entre as décadas de 1930 e 1940. Para mais informações sobre a Papeleria Pereira, conferir os dados disponíveis na Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=117088&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>; <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=121746&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

Já na assinatura do texto de abertura, o autor coloca a data de maio de 1946, seis anos antes de sua morte. Acreditamos que essa seja a data de “fim” da escrita do *Elucidário*.

Figura 5 – Assinatura e datação do *Elucidário*



Fonte: Senna. *Elucidário de africanismos* [Introdução].

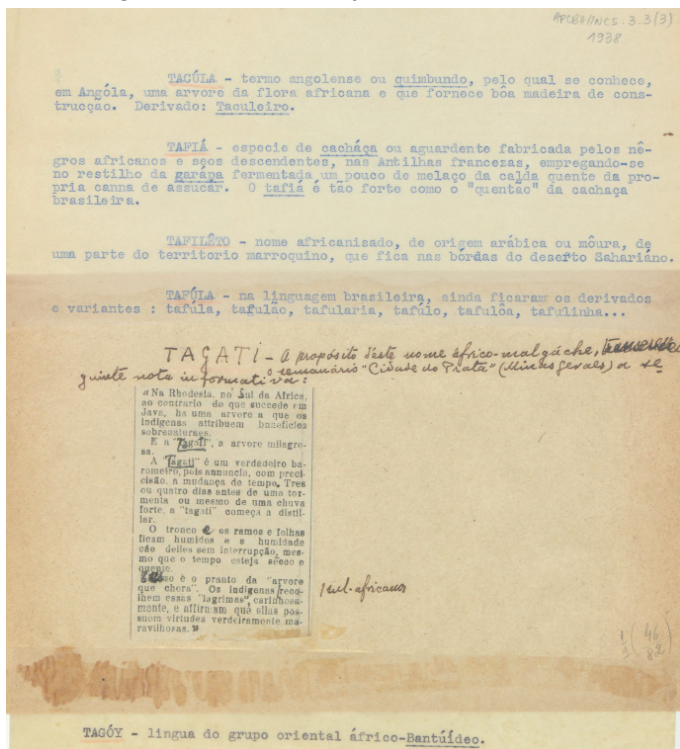
O *Elucidário* é um testemunho autógrafo, ou seja, um original escrito pelas mãos do seu autor, e misto, isto é, coexistem no documento tanto texto datiloscrito como manuscrito. Entendemos ainda que o documento é um “rascunho”, que retrata o momento primitivo do processo de constituição do texto, apresentando marcas físicas de manipulação autoral, como correções, reescritas, lacunas e acréscimos nas entrelinhas e margens. O bilhete deixado pelo autor, em que ele pede para “passarem a limpo” o seu trabalho, reforça a ideia de que o documento é um rascunho.

Como indicado pelo Arquivo Público, o documento não está completo. Durante nossa análise, percebemos que muitos verbetes não foram finalizados, principalmente na parte final do *Elucidário*. Nas letras S, T, U, V, X, Y e Z, é possível ver várias lacunas, pois o autor anota

somente a entrada do verbete, mas não redige a definição da palavra. Também percebemos que não há vocábulos para as letras *N*, *O*, *P*, *Q* e *R*⁵.

Grande parte do manuscrito está em formato 210 mm de largura e 297 mm de altura. Entretanto, há muitos pedaços de papéis com anotações de verbetes⁶. Também notamos muitos recortes de jornais com fragmentos de notícias que apresentam as palavras trabalhadas nos verbetes (Figura 6).

Figura 6 – Recorte de jornal no documento



Fonte: Senna. *Elucidário de africanismos* [Letra T].

Como podemos ver nas Figuras 6 e 7, as cabeças de verbete, independentemente de serem datiloscritas ou manuscritas, são escritas em letras maiúsculas e sublinhadas. Como observado pelo autor no texto

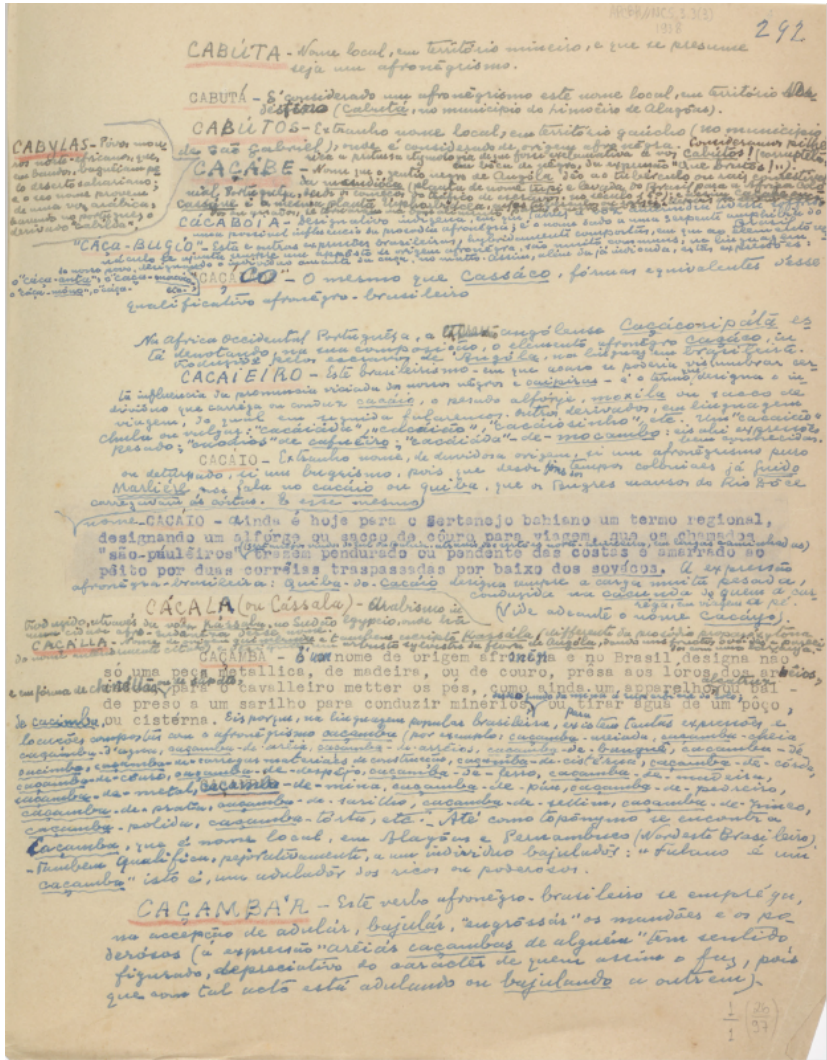
⁵ No segundo volume do caderno *Elucidário de africanismos: verbetes em ordem alfabética de termos africanos*, que compreende as letras de *M* a *Z* (Meharista – Zurmá), percebemos que o autor se dedica, da página 66 à página 132, às letras *N*, *O*, *P*, *Q* e *R*.

⁶ Como o documento já foi tratado e organizado pelo APCBH, esses pedaços de papéis foram organizados em ordem alfabética e colados em folhas brancas.

introdutório, todas as palavras sublinhadas correspondem a palavras de origem africana:

tivemos o cuidado de deixar gryphados não sómente os nomes, que se nos afiguram de duvidosa origem, si africanas ou si brasílica, como ainda aquelles que, embora de taes origens derivados, já são perfectos “brasileirismos” vestindo a fôrma desinencial aportuguesada, na linguagem do nosso povo; e tambem vão gryphados os designativos de agrupamentos ethnographicos africanos e afro-americanos, expressos sob a fôrma peculiar do nosso plural. Adoptámos mais o processo de metter entre “aspas” os termos indigenas e africanos, que pela apparente homonymia poderiam ser confundidos com alguns vocabulos já do vernáculo, já de outros differentes idiomas do mundo (SENNA, 1938).

Figura 7 – Letra C do *Elucidário*



Fonte: Senna. *Elucidário de africanismos* [Letra C]

O original do *Elucidário* é composto por 1.795 folhas. Além das letras de A a Z, há uma pequena introdução de dezesseis páginas. A letra mais extensa é a C, que conta com 319 folhas, seguida da letra M, que

contabiliza 253 folhas e foi dividida em duas partes. De modo geral, o documento se encontra em bom estado de conservação e a caligrafia é legível. Como pode ser observado nas imagens apresentadas, o documento é híbrido, apresentando uma grande diversidade de elementos no que diz respeito à materialidade – como papéis colados, diferentes cores de tinta e de lápis, além de diferentes cores de texto datiloscrito.

4 *Elucidário de africanismos*: verbetes em ordem alfabética de termos africanos

Os verbetes em ordem alfabética estão organizados em dois cadernos: o volume I, de *A* a *M*, inicia-se com a palavra *abá* e termina com a palavra *mazómbó*; o volume 2, de *M* a *Z*, inicia-se com a palavra *meharislã* e termina com a palavra *zurmã*. Esses cadernos manuscritos não têm datação e o conteúdo vai desde bibliografia até verbetes completos, assim como no *Elucidário*.

O primeiro caderno tem capa preta de papel texturizado já desgastada pela ação do tempo. No centro da capa, como se estivesse em baixo-relevo e sem a textura do papel, estão a identificação manuscrita do nome do autor, do título e informações sobre o volume. É possível ainda ver que há informações escritas a caneta na capa preta, porém não foi possível identificar o que está escrito. O caderno é composto por 252 páginas numeradas pelo autor. O caderno é pautado, com 22 linhas, e com uma margem superior maior que a inferior.

Na primeira página do caderno, logo após o título “‘Elucidario de africanismos’ na linguagem luso-brasileira”, o autor escreve, como se fosse uma epígrafe, a frase: “Brasil, inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos (Dom Francisco Manoel de Melo)”⁷.

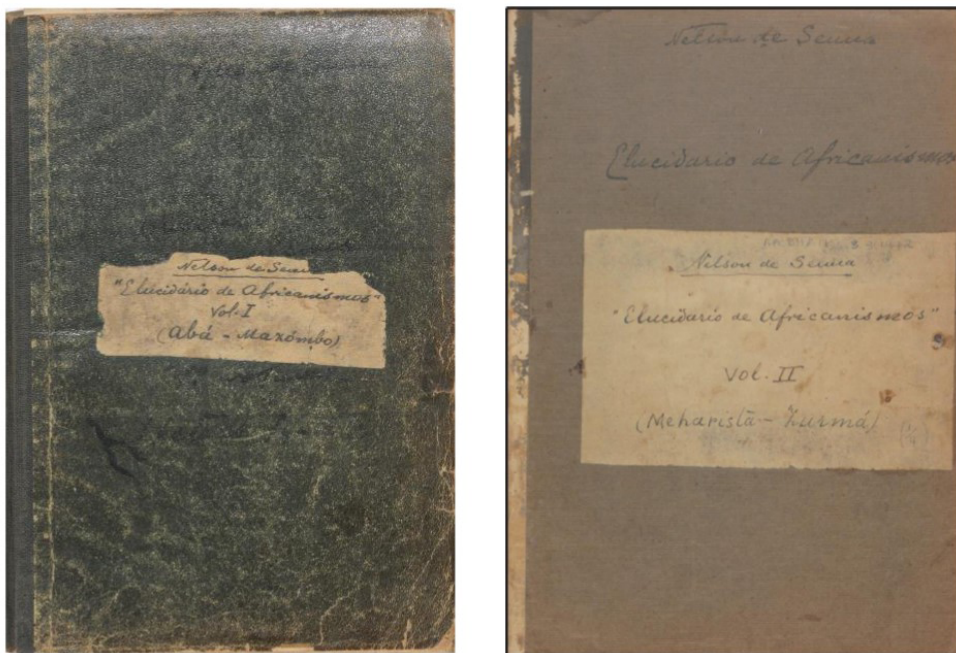
O segundo caderno, composto por 218 páginas, apresenta capa de papel texturizado marrom. No centro da capa, está colado um papel com a identificação manuscrita do nome do autor, do título e informações sobre

⁷ Dom Francisco Manoel de Melo (1608-1666) foi um escritor, político e militar português. Devido a uma inimizade com o rei de Portugal, João IV, Dom Francisco acabou sendo preso e, em 1655, condenado ao degredo no Brasil, onde viveu por três anos na Bahia. Durante o tempo de clausura, ele redigiu grande parte de suas obras. Dentre elas, Luís da Câmara Cascudo (2015) destaca um manuscrito inédito e perdido, intitulado *Brasil, inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos*. Entretanto, essa frase citada por Nelson de Senna é atribuída ao jesuíta André João Antonil, em 1711, na obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.

o volume. Na parte de cima da capa, antes do papel colado, há também o nome do autor e o título da obra escritos a caneta na capa.

Assim como no primeiro volume, o volume II está incompleto, mas há muito mais lacunas. As manchas são irregulares. Além disso, nota-se também a presença de diferentes tipos de tinta, como azul e preta. As cabeças dos verbetes são todas sublinhadas, algumas com o próprio instrumento de escrita utilizado, outras com lápis de colorir rosa e laranja.

Figura 8 – Capas dos cadernos de verbetes



Fonte: Senna. *Elucidário de africanismos*: verbetes em ordem alfabética de termos africanos.

5 Notas para o Elucidário de Africanismos: crendices e cultos dos afro-negros no Brasil, denominações de locais brasileiros de origem afro-negra e verbetes diversos

As *Notas para o Elucidário de Africanismos: crendices e cultos dos afro-negros no Brasil, denominações de locais brasileiros de origem afro-negra e verbetes diversos* é um documento sem datação⁸, apresentado em folhas avulsas. É manuscrito e datiloscrito, além de apresentar recortes de jornais. O Arquivo Público da Cidade organizou esse documento em três diferentes partes.

A primeira parte, que chamamos aqui de “Denominações locais brasileiras (de origem afronêgra)”, tem 96 folhas soltas e manuscritas e apresenta a “contribuição dos afronêgrismos para as denominações locais, em território brasileiro, é das mais copiosas, depois, naturalmente, dos nomes locais de procedência portuguesa e dos de origem indigeno-brasilica” (SENNA, s.d.). Após breve introdução, o autor nomeia nas páginas seguintes todos os nomes locais recolhidos nos anos de pesquisa.

A segunda parte apresenta nove páginas manuscritas soltas com uma lista de palavras, sem definição, uma página com recorte de jornal, cinco páginas datiloscritas, em formato A4, com palavras e suas respectivas definições, cinco pedaços de papéis datiloscritos com palavras e suas respectivas definições e uma página que apresenta tamanho maior que um A4, pois há nela a junção de três papéis colados. É ainda possível notar que esse documento, como os outros, tem lacunas e o autor não finalizou a sua escrita.

Acredita-se que a terceira parte das notas estivesse guardada em um envelope pardo, com o título de *Notas para o glossário ou elucidário de afronegrismos*. Essas notas escritas em pequenos pedaços de papel e numeradas pelo autor até 82 – além de mais sete notas sem numeração – foram organizadas sequencialmente e coladas em papel branco pelo Arquivo Público. Há ainda um segundo envelope, intitulado *Notas para meus estudos sobre africanismos e indigenismos no Brasil*, com vinte pequenas notas.

⁸ Tentamos, a partir dos recortes de jornais, datar o documento, mas não conseguimos encontrar a fonte e a data, pois os extratos foram recortados sem essas informações.

6 Bibliografia para o Elucidário de Afronegrismos: relação por ordem alfabética das obras consultadas para a elaboração do Elucidário de afronegrismos do Brasil

Estudar a biblioteca de Nelson de Senna é um importante subsídio para compreender o processo de construção da sua obra. Grandes nomes dos estudos sobre africanismos estão presentes, como Jacques Raimundo (*O elemento afro-negro na língua portuguesa*, 1933), Renato de Mendonça (*A influência africana no português do Brasil*, 1933), Aires da Mata Machado Filho (*O negro e o garimpo em Minas Gerais*, 1964), Dante de Laytano (“Os africanismos no dialeto gaúcho”, 1936), Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*, 1932), dentre outros.

O documento *Bibliografia para o Elucidário de Afronegrismos: relação por ordem alfabética das obras consultadas para a elaboração do Elucidário de afronegrismos do Brasil* apresenta uma lista de obras e autores que serviram de base para a elaboração do *Elucidário de africanismos*. A *Bibliografia* faz parte do arquivo pessoal de Nelson de Senna, também salvaguardado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. De acordo com o autor, o documento é uma lista ampliada da bibliografia apresentada ao final da obra *Africanos no Brasil*, que à época de sua publicação ainda estava em elaboração. Existem dois exemplares no APCBH da *Bibliografia*: o primeiro contém 28 folhas avulsas, datiloscritas e manuscritas, e é possível perceber que, além de o documento estar incompleto (iniciando na letra C), o autor fez muitas inserções nas entrelinhas; o segundo, com 68 folhas avulsas datiloscritas numeradas na cabeça da página, está completamente organizado e sem rasuras.

As obras e trabalhos dos autores relacionados na extensa bibliografia foram objeto de constante consulta, como fonte de estudo, nas pesquisas e explicação das origens, significados e definições de “vozes e nomes afro-negros”, referentes a vários assuntos e temas. A lista é composta por dicionários, livros de teoria, linguística e literatura.

7 Conclusão: a obra de Nelson de Senna é uma mina de informações a ser explorada

Estudar a obra de Nelson de Senna no âmbito da filologia nos leva a conhecer o processo de construção do texto na sua intimidade, com suas hesitações e afirmações. Vale ressaltar que o estudo da documentação

constituída em torno da obra do autor nos permite, e ainda na perspectiva filológica e histórica, ampliar a dimensão do patrimônio linguístico preservado ao longo do processo editorial, que, nesse caso, vai além do próprio *Elucidário*.

Acreditamos que há muito ainda a ser estudado quanto aos diferentes aspectos da ortografia e da materialidade do texto. São muitas as perguntas: será que a mesma máquina foi usada durante todo o processo de escrita? Os textos datiloscritos em azul podem ser uma cópia? Será que há marcas d'água nos papéis que possam nos dizer quando foi escrito e onde o autor estava? As obras relativas ao *Elucidário* seriam etapas anteriores a sua elaboração ou os materiais surgiram paralelamente? Talvez nunca consigamos respostas para muitas dessas perguntas; outras, sabemos que demandam mais tempo de estudo e um mergulho mais profundo no universo do autor e nos documentos como um todo para serem respondidas.

Para além do processo de criação, é preciso ressaltar que ainda há muito que se estudar sobre as palavras afro-negras anotadas por Nelson de Senna. Os estudos relacionados ao *Elucidário* vão muito além do apresentado aqui. Entretanto, esperamos ter esclarecido algumas indagações sobre o documento e sobre o processo de escrita do autor.

Assim como Nelson de Senna, pedimos “aos leitores esclarecidos e aos doutos de comprovado saber no assumpto, a antecipada indulgencia para as muitas lacunas” deste artigo. Entretanto, reafirmamos que “em nosso trabalho ficou pelo menos constatada a formidável influência das fallas da gente nêgra africana, tanto na linguagem popular, quanto na onomástica, territorial d’esta grande nação que é o nosso BRASIL” (SENNA, 1938).

Referências

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Inventário do arquivo pessoal*: Nelson Coelho de Senna. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2000.

Arquivo Público Mineiro. Coleção: Nelson Coelho de Senna. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=63>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Nelson Coelho de Sena. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SENA,%20Nelson%20Coelho%20de.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Nelson Coelho de Senna. Patrono da Cadeira Número 04. Disponível em: <<http://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitutional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7580>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SENN, Nelson de. *Africanos no Brasil* (estudos sobre os negros africanos e influências afro-negras sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro). Belo Horizonte: Oficinas Graphics Queiroz Breyner Ltda, 1938a.

SENN, Nelson de. *Elucidário de africanismos*: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana. Letra A-Z. Incompleto. Folhas avulsas. Manuscrito, recortes de jornais. 1938b.

SENN, Nelson de. *Bibliografia para o Elucidário de afronegrismos*: relação por ordem alfabética das obras consultadas para a elaboração do Elucidário de afronegrismos do Brasil.

SENN, Nelson de. *Notas para o Elucidário de Africanismos*: credices e cultos dos afro-negros no Brasil, denominações de locais brasileiros de origem afronegro e verbetes diversos. Folhas avulsas. Manuscrito, recortes de jornais.

SENN, Nelson de. *Elucidário de africanismos*: verbetes em ordem alfabética de termos africanos. Letras A-Z. 2 cadernos.

Recebido em: 19 de agosto de 2021.

Aprovado em: 15 de dezembro de 2021.



As construções imperativas de 2ª pessoa do singular no português brasileiro escrito dos séculos XIX e XX: rastros históricos do imperativo abraileirado

The Imperative Constructions of the 2nd Person Singular in Brazilian Portuguese Written in the 19th and 20th Centuries: Historical Traces of the Brazilian Imperative.

Luiz Fernando de Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil.

lufecarva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7582-7438>

Márcia Cristina de Brito Rumeu

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil.

mrumeu@ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0001-9254-976X>

Resumo: O imperativo de 2ª pessoa do singular manifesta-se no português brasileiro por formas verbais no indicativo (*deixa*) e no subjuntivo (*deixe*). Neste estudo, à luz dos princípios da sociolinguística histórica (ROMAINE, 1982 [2010]; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012), a expressão variável do imperativo de 2ª pessoa do singular é analisada a partir de cartas pessoais autógrafas, produzidas por brasileiros (mineiros), entre os séculos XIX e XX. Conduzidos pelo Programa GoldVarbX (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005) para a geração de índices percentuais e probabilísticos, identificamos não só a prevalência do imperativo com formas de subjuntivo (paradigma de *você*), mas também levantamos evidências do imperativo abraileirado (PAREDES SILVA *et alii*, 2000; SCHERRE, 2007).

Palavras-chave: imperativo de 2ª pessoa do singular; imperativo abraileirado, variação *tu/você*; sociolinguística histórica.

Abstract: The imperative of 2nd person singular is manifested in Brazilian Portuguese by the verbal forms in the indicative (*deixa*) and in the subjunctive (*deixe*). In this study, in light of the principles of historical sociolinguistics (ROMAINE, 1982 [2010]; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012), the variable expression of the imperative of 2nd person singular is analyzed in autograph personal letters, produced by Brazilians (specifically writers from the state of Minas Gerais), between the 19th and 20th centuries. Conducted by the GoldVarbX Program (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005) in order to generate percentage and probabilistic indices, we have identified not only the prevalence of the imperative with subjunctive forms (paradigm of *você*), but we have also raised evidences of the brazilian imperative (PAREDES SILVA *et alii*, 2000; SCHERRE, 2007).

Keywords: imperative of 2nd person singular, brazilian imperative, *tu/você* variation, historical sociolinguistics.

1 Considerações iniciais

Este artigo¹ está voltado ao comportamento variável do imperativo de 2^a pessoa do singular (doravante 2SG) em cartas mineiras dos séculos XIX e XX. Partimos do fato de se tratar de um fenômeno cuja distribuição também é diatópica (SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009) no português brasileiro atual (doravante PB), o que justifica que voltemos o foco desta análise para a sua manifestação em sincronias passadas (1860-1990). A expressão binária do imperativo de 2SG dá-se através do indicativo ou do subjuntivo em distribuição complementar nos contextos dos pronomes-sujeito *tu* (1) e *você* (2). Além das construções imperativas morfologicamente marcadas por formas dos paradigmas de *tu* (**aceita**) e de *você* (**aceite**), respectivamente, trazemos também à análise as formas imperativas associadas ao indicativo em contexto de *você-sujeito* (**aceita você**) como evidência do imperativo abrasileirado (3), cf. Paredes Silva *et alii* (2000).

Optamos, neste artigo, não só por negritar a construção imperativa de 2SG, ao identificá-las correlacionadas aos pronomes-sujeito *tu* ou *você* em itálico, mas também por preservar a identidade dos redatores

¹ Neste texto, trazemos à cena alguns resultados discutidos por Carvalho (2020) acerca do potencial variável das construções imperativas de 2^a pessoa singular.

das cartas, colocando tão somente as iniciais de seus nomes, seguidas pelas referências ao local e à data de escritura das missivas.

- (1) “É um grande favor que me *prestarás*_{sujeito} [...] **Acceita** lembrança [...] **Acceita** um abraço deste Teu tio [...]” (FAPJ. Caeté, 19.08.1917.)
- (2) “**Acceite** os afetuosos abraços de Saudade do seu velho amigo e admirador Murilo.” (MM. Roma, 26.10.1960)
- (3) “João disse que *você*_{sujeito} pode repetir o remédio [...] **Lembra** seu Pae [...]” (MRVL. 02.02.1946.)

As questões norteadoras desta reflexão são as seguintes: (a) As construções imperativas de 2SG das cartas mineiras seriam mais produtivas com formas no indicativo ou no subjuntivo? (b) No contexto de *você-sujeito* das cartas mineiras oitocentistas, as construções imperativas de 2SG já se apresentariam, em algum nível, como evidência do imperativo abasileirado, conforme já observado nas cartas cariocas (RUMEU, 2016; SILVA, 2017; DINIZ, 2018)?

As hipóteses para essas questões são, respectivamente, duas. (1^a) Tendo em vista a inserção gradual do *você* no sistema pronominal (LOPES, 2007; LOPES & CAVALCANTE, 2011), conjectura-se que também os redatores mineiros se deixem orientar preferencialmente pelas formas subjuntivas correlacionadas ao *você-sujeito*, cf. Rumeu (2016) e Diniz & Rumeu (2019). (2^a) Acreditamos ser possível o rastreamento de indícios do *imperativo abasileirado* na escrita mineira oitocentista e novecentista, cf. já discutido por Rumeu (2016), Diniz (2018) e Diniz & Rumeu (2019) para as missivas cariocas dos séculos XIX e XX.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Inicialmente, apresentamos a discussão sobre a expressão variável do imperativo de 2SG, considerando objetivos, questões e hipóteses. Na seção 1, expomos os seus traços morfológicos e sintáticos das construções imperativas de 2SG. Na seção 2, passamos a uma descrição-crítica de alguns resultados de análises linguísticas sobre os pronomes-sujeito e as construções imperativas de 2SG em amostras de missivas históricas produzidas por brasileiros, nos espaços do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, correlacionando os dois fenômenos. Na seção 3, apresentamos

os procedimentos teórico-metodológicos da sociolinguística histórica relacionados à *autoria*, à *autenticidade* e à *validade social e histórica* das amostras. Dedicamos a seção 4 à discussão dos resultados gerais da alternância indicativo/subjuntivo nas sentenças imperativas de 2SG. Expomos, na seção 5, os resultados em termos probabilísticos, visando ao rastreamento, já em sincronias passadas, do imperativo abrigado. Por fim, chegamos a algumas sistematizações, nas considerações finais, acerca do caráter variável do imperativo de 2SG em sua expressão escrita.

2 Os traços morfossintáticos das construções imperativas de 2SG: parâmetros de análise.

O imperativo, marcado discursivamente por ato ilocutório diretivo (SEARLE, 1969 *apud* FARIA 2006, p. 73-74), consiste em um modo verbal voltado, em geral, para situações discursivas de pedido, ordem, súplica. À luz da tradição gramatical (BECHARA, 2009 [1961]; ROCHA LIMA, 2013 [1972]; CUNHA & CINTRA, 2007 [1985]), as construções imperativas de 2SG concretizam-se não só através das formas da 2SG advindas do presente do indicativo (imperativo verdadeiro) com apócope do morfe número-pessoal “-s” (*deixa*), mas também através das formas do presente do subjuntivo (imperativo supletivo) sem alteração mórfica alguma (*olhe*). Enquanto o imperativo verdadeiro corresponde à forma do paradigma do *tu*-sujeito, o supletivo remete ao paradigma do *você*-sujeito, cf. os dados expostos em (4) e (5) cujas imagens fac-similadas estão ilustradas em (1) e (2).

- (4) “Não fôras *tu_{suj}*, minha terna companheira e a vida para mim seria detestavel! Ah! **deixa**, minha Helena, **deixa** que nestas paginas [...]” (JP. RJ, 14.02.1891)

Figura 1 – Carta de JP. RJ, 14.02.1891

a unica verdade é amar. Não
 fôrao tu, nunca tuaia compa
 rhuira e a vida para mim
 seria ditavel! Ah! vossa, nunca
 huluia, dessa que nestas paginas

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

- (5) “Agora, não concordei, quando *voce*_{sujeito} assinou: – o velho Carlos. **Olhe**, Carlos, estou com tentação de parodiar uma carta que havia num livro manuscrito que a gente usava no 3º ano primário.” (RCAM. BH, 31.10.1978)

Figura 2 – Carta de RCAM. BH, 31.10.1978.

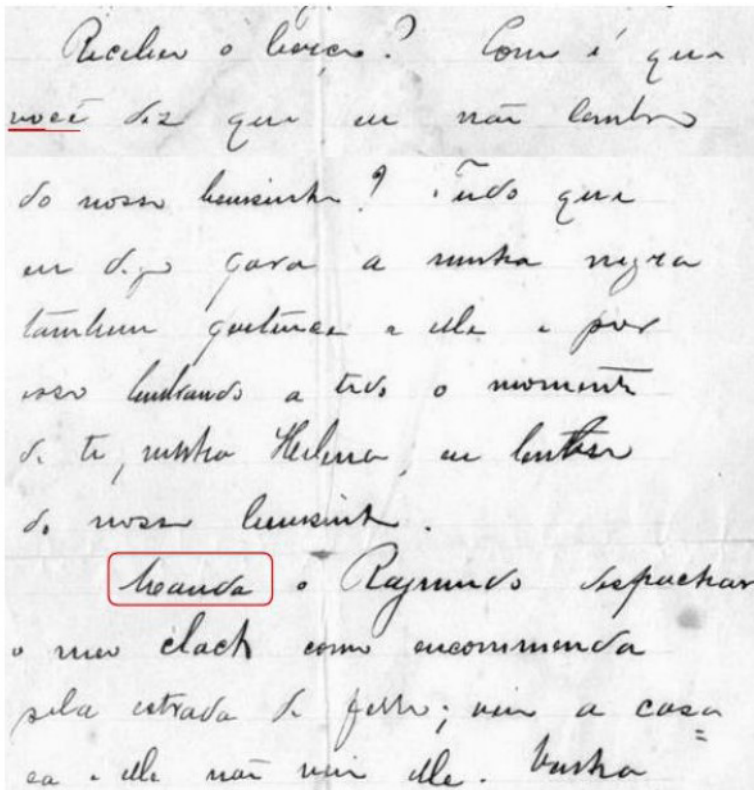
poeta, foi aquela alegria de sempre. Agora, não
 concordei, quando você assinou: – o velho Carlos.
Olhe, Carlos, estou com tentação de parodiar uma
 carta que havia num livro manuscrito, que
 a gente usava no 3º ano primário. Eu achava
 a carta linda. Começava assim: – “Receba
 irmã, no dia de teus anos...”

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

Em contexto de *voce-sujeito*, é possível a sua correlação com o indicativo (“Vem pra Caixa você também”) como expressão do imperativo brasileiro cujos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos já foram criteriosamente controlados por Faraco (1982), Paredes Silva

et alii (2000), Scherre (2007), Cardoso (2009), Rumeu (2016), Diniz (2018), Diniz & Rumeu (2019), Silva *et alii* (2019), Carvalho (2020), dentre outros. Em (6), ilustramos o imperativo abasileirado, ainda em fins do século XIX, através da forma *manda* correlacionada ao *você-sujeito* (imagem 3).

Figura 3 – Carta de JP. Ouro Preto, 09.11.1890.



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM).

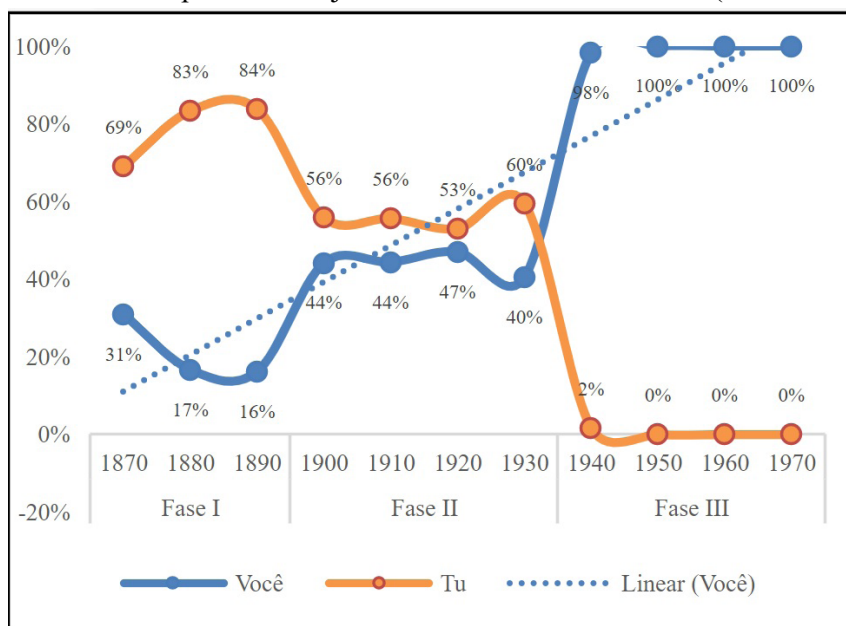
- (6) “Recebeu o berço? Como é que *você_{suj}* diz que eu não lembro do nosso bemsinho? [...] **Manda** o Raymundo despachar o meu cloch como encomenda pela estrada de ferro [...]” (JP. Ouro Preto, 09.11.1890)

Em termos morfológicos, as construções imperativas de 2SG são aquelas que preservam as formas verbais indicativas sem o morfe [-s] como o imperativo verdadeiro (“**Faz a lição de casa agora**” em oposição ao imperativo supletivo (“**Faça** a lição de casa agora”) que, por sua vez, é inteiramente importado do subjuntivo. Em termos sintáticos, o imperativo de 2SG apresenta-se não só com o sujeito nulo (“**0 Faz a lição de casa agora**” / “**0 Faça** a lição de casa agora”), mas também com o sujeito preenchido (“*Você_{sujeito}* **faça** a lição de casa agora”/“*Você_{sujeito}* **faz** a lição de casa agora”), cf. Rumeu & Carvalho (2018, p. 396).

3 A influência do *você-sujeito* nas construções imperativas de 2SG: o que nos dizem algumas análises históricas?

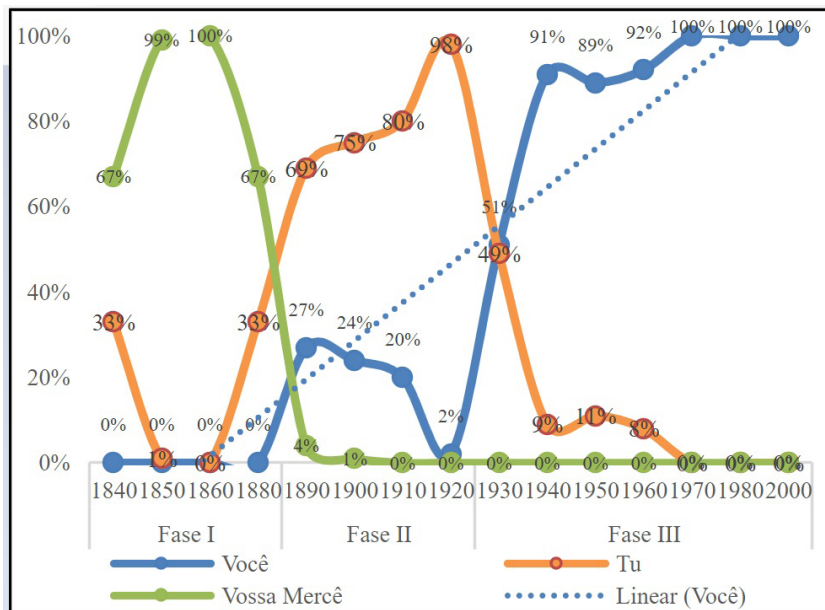
Com o intuito de comprovar a hipótese de que o avanço do *você* tenha se dado, gradual e paulatinamente, pelos espaços funcionais do *tu*, Diniz & Rumeu (2019) buscaram verificar se as estruturas imperativas de *tu* (indicativo) ou de *você* (subjuntivo) acompanhariam ou não, nas missivas cariocas, os pronomes-sujeitos de 2SG (*tu*, *você*), tendo em vista os resultados de Souza (2012).

Gráfico 1 – Os pronomes-sujeito de 2SG nas cartas cariocas (1870-1970).



Fonte: Souza (2012, p. 90).

Gráfico 2 – O imperativo de 2SG nas cartas cariocas (1860-1980).



Fonte: Diniz (2018, p. 122).

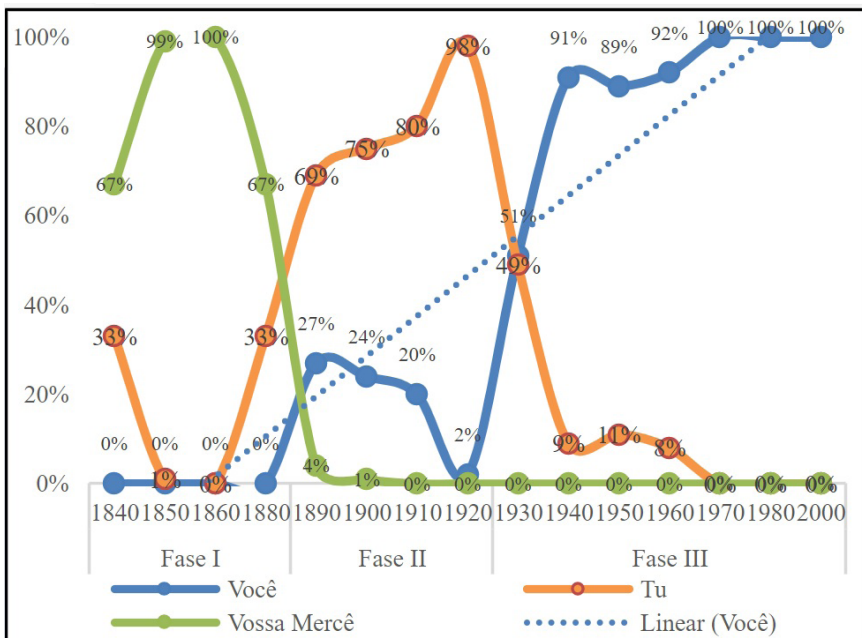
Nas missivas cariocas, o cotejo entre as produtividades das 762 oco de pronomes-sujeito de 2SG (SOUZA, 2012) e as 732 construções imperativas de 2SG (DINIZ, 2018) permite-nos refletir analiticamente sobre a reorganização do sistema pronominal do PB em função da implementação do *você*. Em um século de produção epistolar carioca (gráfico 1), as formas *tu* e *você* alternam em uma dinâmica que conduz Souza (2012) à detecção de três momentos no processo de implementação do *você* no quadro pronominal. Entre os anos de 1870 e 1890, o *tu* atinge elevados índices de produtividade (69%, 38 oco; 83%, 131 oco; 84%, 120 oco). Já nos primeiros vinte anos do século XX (1900-1920), os níveis de alternância entre as formas *tu* e *você* são mais intensos, mas ainda o *tu* se destaca (56%, 81 oco; 56%, 112 oco; 53%, 115 oco). Entre os anos 1930 e 1970 do século XX, o *você* passa a vigorar como a estratégia prevalente nas cartas cariocas (60%, 111 oco; 98%, 57 oco; 100%, 20 oco; 100%, 57 oco; 100%, 53 oco). A interpretação de Souza (2012) é a de que os anos 1930 do século XX tenham figurado como o

momento em que a implementação do *você* é estimulada no PB, o que está em consonância com outra consequência da reorganização do sistema pronominal que é a mudança na marcação do parâmetro de língua *pro drop*, cf. Duarte (1995).

Em relação às construções imperativas de 2SG das cartas cariocas (gráfico 2), constatamos, à luz de Diniz (2018), uma ativa dinâmica entre o imperativo supletivo e o imperativo verdadeiro, na segunda metade do século XIX (fases I e II). Enquanto a preferência foi categórica pelas sentenças imperativas do paradigma de *você* nas missivas da década de 1860 do século XIX, tal situação é revertida, na década de 1870, para o imperativo verdadeiro (57%, 11 oco), que passa a competir com o imperativo supletivo (43%, 9 oco). Na fase II, observamos as altas produtividades para as formas do imperativo verdadeiro, passando pelos índices de 62%, 8 oco (1880); 78%, 14 oco (1890) e 56%, 10 oco (1900). Já nas primeiras décadas do século XX, constatamos a força da intensa variação entre o imperativo supletivo, em 53% dos dados, e o imperativo verdadeiro, em 47% dos dados. A partir da 1ª década do século XX, o imperativo verdadeiro passa a assumir um declínio nos seus índices percentuais até fins do século XX (1910 → 47%, 63 oco; 1920 → 47%, 131 oco; 1930 → 33%, 34 oco). Especificamente a partir dos anos 1930 do século XX, o imperativo supletivo passa a predominar, gradual e progressivamente (1930-1939 → 67%, 67 oco; 1940-1949 → 83%, 90 oco; 1950-1989 → 100%), conformando-se ao início do processo de estabilização da produtividade do *você-sujeito* nas cartas cariocas analisadas por Souza (2012).

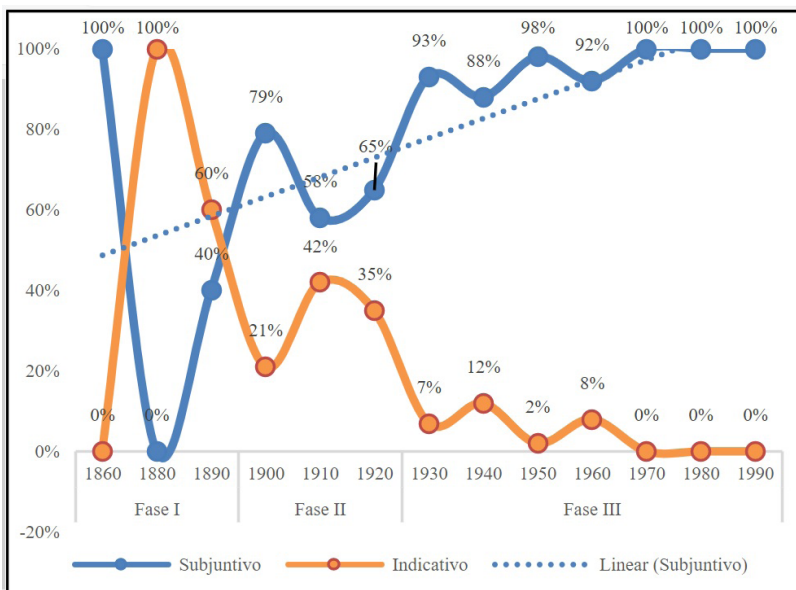
Ao compararmos os resultados do estudo de Souza (2012) aos de Diniz (2018), observamos que há uma simetria entre a opção pelo *você-sujeito* e as construções supletivas nas cartas cariocas dos séculos XIX e XX.

Gráfico 3: Os pronomes-sujeito de 2SG nas cartas mineiras (1840-2000).



Fonte: Souza (2021, p. 107).

Gráfico 4: O imperativo de 2SG nas cartas mineiras (1860-1990).



Fonte: Carvalho (2020, p. 162).

Nas missivas mineiras (gráfico 3), observamos, à luz da análise de Souza (2021), as 1194 oco das formas *vossa mercê*, *você* e *tu* distribuídas entre os anos de 1840 e 2000 a partir de três fases. Entre os anos de 1840 e 1880 (fase I), evidenciamos que o *vossa mercê* prevalece (1840 → 67%, 2 oco; 1850 → 99%, 67 oco; 1860 → 100%, 5 oco; 1880 → 67%, 2 oco), ainda que em alternância com o *tu* (1840 → 33%, 1 oco, 1850 → 1%, 1 oco; 1860 → 0%, 1880 → 33%). Entre os anos de 1890 e 1920, observamos que enquanto o *vossa mercê* decresce até não ter se mostrado mais produtivo nas cartas mineiras analisadas (4%, 2 oco → 1890; 1%, 1 oco → 1900; 0% → 1910; 0% → 1920), o *tu* (1890 → 69%, 38 oco; 1900 → 75%, 60 oco; 1910 → 80%, 57 oco; 1920 → 98%, 292 oco) assume a liderança, ainda que em alternância com o *você* (1890 → 27%, 15 oco; 1900 → 24%, 19 oco; 1910 → 20%, 14 oco; 1920 → 2%, 5 oco). A partir dos anos 1930 do século XX (fase III), estão em variação as formas *tu* e *você*. Nesse momento do século XX, o *você* passa a ser forma pronominal mais produtiva nas cartas mineiras (1930 → 51%, 93 oco; 1940 → 91%, 88 oco; 1950 → 89%, 134 oco; 1960 → 92%, 121 oco; 1970 → 100%, 37 oco; 1980 → 100%, 10 oco; 2000 → 100%, 6 oco), ao passo que o *tu* tem o seu uso em declínio (1930 → 49%, 88 oco; 1940 → 9%, 9 oco; 1950 → 11%, 16 oco; 1960 → 8%, 10 oco; 1970 → 0%; 1980 → 0%; 2000 → 0%). Convém atentarmos ao quão significativo é o fato de o ano de 1930 figurar como o momento de referência para a estabilização do *você*, tendo em vista a questão de os anos 1930 do século XX mostrarem-se como o período da mudança de parâmetro do sujeito nulo no PB (DUARTE, 1995), como já observado na produção escrita carioca (SOUZA, 2012).

Nas cartas mineiras, verificamos, à luz de Carvalho (2020), a alternância entre as 388 formas do indicativo e do subjuntivo nas construções imperativas de 2SG delineada em três fases, distribuídas entre os anos de 1860 e 1990 (gráfico 4). Em fins do século XIX (1860-1890), a alternância categórica entre as formas de imperativo verdadeiro (1860 → 0%; 1880 → 100%; 1 oco; 1890 → 60%, 23 oco) e supletivo (1860 → 100%, 3 oco; 1880 → 0%; 1890 → 40%, 15 oco) é principalmente motivada pelas distribuições pouco equânimes de cartas e, conseqüentemente, dos dados, o que é conseqüência de um trabalho que lida com fontes históricas. No início do século XX, o panorama de variação mostra-se mais estável em favor do imperativo supletivo. Entre os anos de 1900 e 1920, apesar de as construções de imperativo supletivo

terem prevalecido (1900 → 79%, 27 oco; 1910 → 58%, 28 oco, 1920 → 65%, 11 oco), ainda se mostram em concorrência com o imperativo verdadeiro (1900 → 21%, 7 oco; 1910 → 42%, 20 oco; 1920 → 35%, 6 oco). A partir da década de 30 do século XX (fase III), a projeção é de curva de ascendência para as sentenças de imperativo supletivo (1930 → 93%, 68 oco) em detrimento das de imperativo verdadeiro.

O cotejo entre as análises de Souza (2021) e de Carvalho (2020) embasadas em missivas mineiras evidenciam curvas de implementação para a forma variante inovadora. Como observado para as cartas cariocas, é possível também constatar, nas cartas mineiras, um panorama de simetria entre as opções pelo *você-sujeito* e pelas construções de imperativo supletivo.

4 Alguns procedimentos teórico-metodológicos da sociolinguística histórica aplicados às missivas mineiras: a *autoria*, a *autenticidade* e a *validade social e histórica* das amostras.

Neste estudo, assumimos como ponto de partida o fato de os potenciais da variação e da mudança que hoje se manifestam nas línguas humanas também terem se deixado evidenciar outrora (*The uniformitarian principle*). À luz do princípio do uniformitarismo da mudança linguística (LABOV, 1994, p. 21), entendemos, neste texto, o presente em relação à atual manifestação variável das construções imperativas de 2SG no PB (SCHERRE, 2007; CARDOSO, 2009) como o ponto de partida para a apreensão de tal fenômeno em sincronias passadas, o que representa a expressão do paradoxo diacrônico (*Historical paradox*) nos termos de Labov (1994, p. 11). Enveredamos, assim, pelo PB escrito nos séculos XIX e XX, tendo como ponto de partida o comportamento variável das construções imperativas de 2SG (indicativo (**aceita**) versus subjuntivo (**aceite**)), no PB atual.

Ao buscarmos o foco para o vernáculo a partir do seu testemunho escrito, deparamo-nos com o “problema dos filtros” (ROMAINE, 1982 [2010]). A sociolinguística histórica tem potencial próprio e “deveria desenvolver seus próprios objetivos, metodologias e teorias” (BERGS, 2005, p. 21)². Ao lidarmos com fontes históricas que tendem a ser

² “Instead, historical sociolinguistics must be bold enough to loosen its ties with present-day sociolinguistics and traditional historical linguistics, and to develop its own methodologies, aims, and theories.” (BERGS, 2005, p. 21.)

“fragmentárias, escassas e dificilmente vinculáveis à produção real de seus falantes”, cf. Conde Silvestre (2007, p. 35),³ entendemos que cabe ao linguista-pesquisador atentar, em sua incursão ao “reino das traças” (LOBO, 2009, p. 307) no interior dos arquivos públicos e privados (CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY & CONDE SILVESTRE, 2012), aos traços do vernáculo do PB de sincronias passadas (AGUILLAR, 1998).

As dinâmicas de levantamento, seleção e organização das amostras históricas nos arquivos (públicos e privados) requerem a reconstrução dos perfis sociais do redator (autor), atentando às variáveis origem (brasileiro ou português), sexo (homem ou mulher), faixa etária (jovem, adulto, idoso), nível de escolarização (escolarizado ou não escolarizado), profissão/função social (professor, advogado, escritor...), cf. discutido por Lima, Marcotulio & Rumeu (2019), Rumeu (2013), Hernández-Campoy & Schilling (2012), Lobo (2001). O êxito dos trabalhos da sociolinguística histórica depende de parâmetros metodológicos específicos às realidades linguísticas de sincronias passadas (LOPES & RUMEU, 2018). Nesse sentido, passamos a uma breve discussão acerca da *autoria, autenticidade e validade social e histórica* (HERNÁNDEZ-CAMPOY & SCHILLING, 2012) como critérios confiáveis à preparação das amostras do PB escrito em sincronias passadas.

A construção de *corpora* confiáveis aos estudos linguísticos exige do linguista-pesquisador voltar o foco a alguns procedimentos metodológicos (a *autoria, a autenticidade e a validade social e histórica*) relacionados à composição de uma amostra que, neste texto, é composta por duzentas e duas (202) cartas mineiras resguardadas em arquivos públicos brasileiros⁴. Trabalhamos com um conjunto de missivas conservadoramente transcritas em suas expressões fac-similar e semidiplomática (SPINA, 1977) sem que tenha havido qualquer

³ “En comparación con la diversidad, cantidad y autenticidad de los datos a disposición del investigador en sociolingüística sincrónica o en lingüística descriptiva, la información de que dispone quien intenta desarrollar su investigación en el ámbito de la lingüística o la sociolingüística histórica es fragmentaria, escasa y dificilmente vinculable con la producción real de sus hablantes.” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 35.)

⁴ Em cena, temos amostras de missivas levantadas em acervos mineiros (em sua maioria). São eles: o Acervo dos Escritores Mineiros (AEM/UFMG), o Arquivo Público Mineiro (APM), o Museu Abílio Barreto (MAB), o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

intervenção em relação à grafia, à pontuação e às demais práticas textuais específicas dos séculos XIX e XX.

A questão *autoria* das amostras históricas é basilar nos estudos da sociolinguística histórica. É tarefa do linguista-pesquisador certificar-se das possibilidades de a missiva ter sido produzida por quem a assina (documento autógrafo), por um punho diferente daquele que a assina (documento apógrafo) ou ainda por se tratar de um texto cuja autoria é intelectual (testemunho ideógrafo), já que quem o produz o faz sob a supervisão do responsável pela semântica do documento (autoria intelectual). Como se pode perceber, as análises linguísticas embasadas em manuscritos de sincronias passadas dependem de edições orientadas pelos conhecimentos paleográficos (SPINA, 1977; ACIOLI, 1994; BERWANGER & FRANKLIN LEAL, 2008 [1995]). Neste texto, apresentamos os resultados da análise do potencial variável das sentenças imperativas de 2SG a partir de conservadoras transcrições de cartas pessoais (amorosas, familiares e de amizade), redigidas e assinadas (manuscritos autógrafos) por hábeis escreventes, nascidos em terras mineiras (em sua maioria).

A *autenticidade* das amostras exige que o linguista-pesquisador atente ao fato de que as fontes históricas são sempre registros escritos e mais propícios, pois, à expressão da norma-padrão, tendo em vista também os altos níveis de habilidade dos redatores em relação aos modelos de escrita, ainda que possam expor dados de possíveis hipercorreções, mistura dialetal e erros, cf. Labov (1994, p. 11). Nos registros escritos pretéritos, restaram-nos tão somente as evidências positivas que sobreviveram às intempéries do tempo nos acervos. Considerando a atuação do “filtro da escrita” (ROMAINE (1982 [2010]) nos textos históricos, entendemos que pode permitir, em alguma medida, a expressão da norma de uso de uma época pretérita. Nesse sentido, acreditamos que as “cartas pessoais” através dos seus subgêneros (amorosas, familiares e de amizade) tendam a evidenciar o vernáculo do PB escrito dos séculos XIX e XX, uma vez que se mostram como contextos de expressão da intimidade das relações sociais entre os missivistas. Acreditamos que a *autenticidade* das cartas mineiras em análise esteja alicerçada no fato de se tratar de correspondências movidas por contextos de relações sociais distensas e íntimas, incentivando a presente análise acerca de um traço da norma de uso do PB (CUNHA, 1995) que é o imperativo abrigado no século XIX.

A reconstrução dos perfis sociais dos redatores das missivas é condição para validarmos os resultados linguísticos voltados às amostras históricas do PB escrito em sincronias passadas. Nesse sentido, a *validade social e histórica* das amostras é observada não só em função da reconstituição dos perfis dos escreventes, mas também em virtude da reconstrução das estruturas da sociedade que os acolhiam (LABOV, 1994) em sincronias passadas⁵. Considerando que o foco de análise deste trabalho está direcionado à análise de cartas pessoais produzidas por escreventes cultos, o levantamento dos seus perfis sociais é viabilizado pelo caráter ilustre dos redatores cujos perfis biográficos puderam ser reconstituídos através de índices genealógicos e dicionários biográficos (BUENO & BARATA, 2000; MARTINS FILHO, 2013). O fato de lidarmos com fontes originais autógrafas permite-nos comprovar a *autoria* das amostras e, conseqüentemente, a sua *validade social e histórica*.

Neste trabalho, deixamo-nos orientar também pelos princípios da teoria da variação e mudança (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968 [2006]; LABOV, 1994). Em termos metodológicos, as formas variantes das construções imperativas (indicativo ou subjuntivo), levantadas em duzentas e duas (202) cartas mineiras, foram submetidas ao pacote de programas Goldvarb (ROBINSON, LAWRENCE & TAGLIAMONTE, 2001), não só para o cálculo das suas frequências de uso, mas também para a apreensão dos seus índices probabilísticos (GUY & ZILLES, 2007).

Considerando o comprometimento do linguista-pesquisador, ao voltar-se para estudos metodologicamente conduzidos pela apreensão da variação e mudança no eixo do tempo (BERGS, 2005), expusemos os parâmetros para o levantamento e seleção das amostras de missivas históricas fundamentadas na sociolinguística histórica (BERGS, 2005; CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY & SCHILLING, 2012). Passamos à análise geral das construções imperativas de 2SG correlacionadas às formas *tu* e *você*.

⁵ “...we usually know very little about the social position of the writers, and not much more about the social structure of the community.” (LABOV, 1994, p. 11)

5. O imperativo de 2SG: a variação entre o verdadeiro e o supletivo.

A expectativa é a de que o imperativo supletivo seja a forma ativada na escrita mineira, tendo em vista a preferência, na fala mineira, pelo *você-sujeito*, cf. já descrito e discutido por Coelho (1999), Peres (2006), Scherre *et alii* (2015). Passamos, pois, à distribuição geral dos dados.

TABELA 1 – O imperativo de 2SG nas cartas mineiras: distribuição geral dos dados.

O IMPERATIVO DE 2SG	
INDICATIVO (<i>tu</i>)	SUBJUNTIVO (<i>você</i>)
73/388	315/388
(19%)	(81%)

Fonte: Carvalho (2020, p. 116)

Em termos gerais, temos em análise uma regra variável orientada em relação à expressiva preferência pelas estruturas imperativas associadas ao subjuntivo, em 81% dos dados (315), em oposição às associadas ao indicativo, em tão somente 19% dos dados (73), confirmando os resultados de Diniz (2017) e Silva (2017) para as cartas cariocas oitocentistas e novecentistas. De (4) a (6), ilustramos a alternância entre o indicativo (**deixa, vem, espera**) e o subjuntivo (**deixe**).

- (4) “Não fôras *tu_{sujeito}*, minha terna companheira e a vida para mim seria detestavel! Ah! **deixa**, minha Helena, **deixa** que nestas paginas eu fale esta linguagem cheia d. sentimento [...]” (JP. RJ, 14.02.1891)
- (5) “Lucia, se *estás_{sujeito}* disposta a não ter conforto, **vem** desde já; se não, **espera** que a nova tribu Delio – Celina volta [...]” (AM. RJ, janeiro de 1944)
- (6) “Como *você_{sujeito}* anda ocupado [...] **Deixe** por em instante a burocracia!” (OLR. RJ, 09.01.1957)

Passamos, na seção 5, às distribuições das sentenças imperativas vinculadas aos pronomes-sujeito de 2SG. A opção por apresentarmos tão somente os resultados probabilísticos para o *sujeito* está sustentada não só no fato de se tratar do segundo fator selecionado na análise multivariada, mas também na busca por entender até que ponto a inserção do *você* no sistema pronominal repercutiu na reestruturação do paradigma do imperativo de 2SG do PB.

6. A influência do pronome-sujeito no contexto do imperativo de 2SG: evidências históricas do imperativo abraileirado.

Em termos de resultados gerais da rodada multivariada cujo valor de aplicação (variável dependente) é o indicativo⁶, observamos a força do contexto de sujeito, o que está comprovado também no fato de este ter sido selecionado como o segundo fator relevante às construções imperativas (etapa *stepping up*)⁷. Nos limites deste artigo, restringimo-nos não só a verificar se as estruturas imperativas de *tu* (indicativo) ou de *você* (subjuntivo) acompanhariam ou não as escolhas para a referência ao interlocutor das cartas (*tu-sujeito*, de *você-sujeito* e de *tu/você*), mas também a testar a hipótese de que o *você* tenha avançado, gradual e paulatinamente, pelos espaços funcionais do *tu*, cf. Lopes & Cavalcante (2011), Rumeu (2013), Rumeu (2016), Diniz & Rumeu (2019), Rumeu (2019).

TABELA 2 – Construções imperativas de 2SG: distribuição geral dos dados.

SUJEITO DE 2SG	CONSTRUÇÕES IMPERATIVAS DE 2SG	
	INDICATIVO	PESO RELATIVO
Cartas de <i>tu/você-sujeito</i> (mistas)	21/35 (60%)	0.903
Cartas de <i>tu-sujeito exclusivo</i>	23/48 (48%)	0.821
Cartas de <i>você-sujeito exclusivo</i>	9/191 (5%)	0.312
Valor de aplicação: indicativo. Best <i>stepping up</i> run: 49. <i>Input</i> : 0.062.	53/274 ⁸ (19%)	

Fonte: Carvalho (2020, p. 183).

A partir da tabela 2, identificamos os contextos de alternância *tu/você* (0.903) e de *tu-sujeito exclusivo* (0.821) como propulsores do imperativo associado ao indicativo (imperativo verdadeiro). Os altos índices percentuais e probabilísticos do indicativo (60% e 0.903)

⁶ A rodada multivariada em análise deu-se com *Log likelihood* –108.059 e o nível de significância (*significance*) foi de 0.008 ($p < 0.05$).

⁷ Os demais contextos selecionados foram os seguintes na ordem de seleção do GoldVarb: o *paralelismo formal e semântico* (1º contexto selecionado), o *subgênero da missiva* (3º contexto selecionado), a *polaridade da construção imperativa* (4º contexto selecionado) e o *paralelismo fônico* (5º contexto selecionado).

⁸ É importante esclarecermos que essas 274 ocorrências de construções imperativas estão restritas às cartas cujas referências ao interlocutor deram-se exclusivamente por *tu*, por *você* ou pela alternância *tu/você*.

nas cartas mistas, cf. ilustramos de (7) a (10), parecem já anunciar o imperativo abasileirado.

- (7) “Tambem foram logo aproveitadas as photographias dos vasos que Você_{sujeito} mandou. [...] Se quiseres_{sujeito} poderás_{sujeito} voltar no outro dia [...] **Desculpa** o cumprimento da carta. Ao menos verás_{sujeito} que as ideias...” (JP. Caeté, 28.01.1901)
- (8) “Aposto sem medo de perder como foi voce_{sujeito} quem pintou o palhacinho no cartão? [...] **Recebe** lembranças do Barbosa Regina, Levy [...] **Abraça** por mim a tia Sinhá e as meninas.” (L. Thebas-MG, 24.01.1925)
- (9) “Muito te agradeço a parte que estás_{sujeito} tomando em meus soffrimentos, [...] Peço-te encarecidamente **lembra**-te sempre de mim [...] Tenho fé em Deus que você_{sujeito} ha de ser muito feliz...” (FAPJ. Caeté, 03.07.1917)
- (10) “João disse que você_{sujeito} pode repetir o remédio, que não tem inconveniente. [...] **Lembra** seu Pae que no dia 28 acabou o mez della.” (MRVL. 02.02.1946)

Considerações finais

As cartas mineiras oitocentistas e novecentistas mostram-se bem controladas quanto à reconstrução dos perfis sociais dos redatores, ainda que essas amostras imponham algumas restrições relacionadas à distribuição quantitativa das cartas pessoais pelos seus subgêneros textuais (amizade, amor, familiar), sexo (homens e mulheres) e faixa etária dos redatores (juventude, adulez e velhice). Isso posto, passamos à sistematização dos principais resultados deste estudo em função das questões e hipóteses inicialmente propostas.

(a) As construções imperativas de 2SG das cartas mineiras seriam mais produtivas com formas no indicativo ou no subjuntivo? Nas cartas mineiras dos séculos XIX e XX (1860-1990), observamos um impulso do imperativo supletivo principalmente a partir de 1930 (gráfico 4), conformando-se com o movimento de expansão do *você-sujeito* (gráfico 3) também a partir da década de 30 do século XX, momento da mudança de parâmetro do sujeito nulo no PB (DUARTE, 1995).

(b) No contexto de *você-sujeito* das cartas mineiras oitocentistas, as construções imperativas de 2SG já se apresentariam, em algum nível, como evidência do imperativo abrasileirado, conforme já observado nas cartas cariocas (RUMEU, 2016; SILVA, 2017; DINIZ, 2018)? O contexto da variação *tu/você* mostra-se como um dinamizador das construções imperativas associadas ao indicativo (0.903), representando um reflexo histórico (DINIZ, 2018; CARVALHO, 2020) desse traço da norma de uso do PB (CARDOSO, 2009; SCHERRE, 2007). Isso quer dizer que o imperativo abrasileirado está impulsionado pelo contexto das cartas mistas mineiras (*tu/você*), comportando-se, pois, como uma repercussão da inserção do *você* no sistema pronominal do PB (LOPES, 2007; LOPES & CAVALCANTE, 2011).

Em síntese, constatamos, também nas cartas mineiras, o contexto de *sujeito* como uma variável linguística relevante à produtividade das sentenças imperativas de 2SG associadas ao indicativo. Identificamos ainda as cartas mistas (*tu/você-sujeito*) como um contexto motivador do imperativo abrasileirado cuja manifestação, no século XIX, representa um vestígio histórico de um traço específico da norma de uso do PB. Ainda que, nas considerações finais, tenhamos de sistematizar alguns dos principais resultados das pesquisas que, por sua vez, refletem os encaminhamentos de estudos com base em missivas históricas brasileiras (DINIZ, 2018; CARVALHO, 2020; SOUZA, 2021), admitimos que esta análise não esgota o imperativo de 2SG.

Assumimos o inovadorismo das análises voltadas aos contextos de imperativo de 2SG e da alternância *tu/você* (contexto de sujeito não-imperativo), uma vez que estão embasadas em amostras de missivas íntimas e autógrafas de redatores brasileiros nascidos e/ou residentes nos espaços geográficos de Minas Gerais (SOUZA, 2021; CARVALHO, 2020; RUMEU *et alii*, 2019) e do Rio de Janeiro (RUMEU, 2019; DINIZ & RUMEU, 2019; DINIZ, 2018; SILVA, 2017; RUMEU, 2016; RUMEU, 2013; SOUZA, 2012), respaldando a revelação do vernáculo do PB escrito em sincronias passadas (séculos XIX e XX) que se mostrou acessível justamente porque há pesquisadores engajados nas dinâmicas de levantamento e edição de confiáveis fontes históricas (LOPES & RUMEU, 2018; RUMEU, 2013; SOUZA, 2012). Reconhecemos, pois, a potencialidade dos resultados expostos neste texto, tendo em vista principalmente os rastros históricos do imperativo abrasileirado (“*aceita você*”) em missivas brasileiras oitocentistas.

Assim sendo, acreditamos que esta análise possa contribuir para estimular os estudos sobre o caráter variável do imperativo de 2SG em sua expressão escrita não só de sincronias passadas, mas também de sincronias recentes, em distintas e diversificadas amostras.

Referências

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFP: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1994.

AGUILLAR, R. C. Presencia de lo oral en lo escrito: la transcripción de las declaraciones en documentos indianos del siglo XVI. In: OESTERREICHER, W.; STOLL, E.; WESCH, A. (Ed.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr, 1998. p. 219-242.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1961].

BERGS, A. *Social networks and historical sociolinguistics: studies in morphosyntactic variation in the Paston letters (1421-1503)*. Walter de Gruyter, 2005.

BERWANGER A.R.; LEAL J.E.F. *Noções de paleografia e diplomática*. 3ª ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. UFSM; 2008 [1995].

BARATA, C. E. A.; BUENO, A. H. C. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Volumes I e II. São Paulo: Ibero-América, 2000.

CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança do imperativo no português brasileiro: gênero e identidade*. 2009. 160 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CARVALHO, L. F. *O estatuto variável do imperativo de 2ª pessoa do singular em missivas mineiras: um estudo sociolinguístico de cunho histórico (séculos XIX e XX)*. Orientador: Márcia Cristina de Brito Rumeu. 2020. 202 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

COELHO, M. S. V. *Uma abordagem variacionista do uso da forma você no Norte de Minas*. 1999. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

CUNHA, C. *A questão da norma culta*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007 [1985].

DINIZ, J. S. *A expressão variável do imperativo de 2ª pessoa do singular no português brasileiro*: análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DINIZ, J. S.; RUMEU, M. C. B. O estatuto variável das construções imperativas de 2SG no português brasileiro escrito dos séculos XIX e XX. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 20, n. 22, p. 175-194, ago./dez., 2019.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio 'Evite pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Inédita, 1995.

FARACO, C. A. *The Imperative Sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Salford, Salford, 1982.

FARIA, I. H. O uso da linguagem. In: MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; FARIA, I. H.; FROTA, S.; MATOS, G.; OLIVEIRA, F.; VIGÁRIO, M.; VILLALVA, M. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006. p. 55-84.

GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. (Eds.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; SCHILLING, N. The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. (Eds.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012. p. 63-79.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994, v. I.

LIMA, A. X.; MARCOTULIO, L. L.; RUMEU, M. C. B. Experiências metodológicas em constituição de *corpora*: pistas para um pesquisador iniciante. In: CASTILHO, A. T. (Org.). *História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019, v. 2, p. 68-91.

LOBO, T. C. F. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Volume II. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K. S.; HIRÃO, F. C.; COELHO, J. S. B. (Orgs.) *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFUBA, 2009.

LOPES, C. R. S.; RUMEU, M. C. B. A identificação dos perfis socioculturais dos redatores de *corpora* históricos: encaminhamentos metodológicos. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20 – Especial, p. 147-168, 2018.

LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014 [2007]. p. 103-114.

LOPES, C. R. S.; CAVALCANTE, S. R. O. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Linguística*, v. 25, p. 30- 65, jun. 2011.

MARTINS FILHO, A.V. *Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013.

MATEUS, M. H. M. *et alii*. Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho, 2006.

PAREDES SILVA, V. L.; SANTOS, G. M.; RIBEIRO, T. O. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. *Gragoatá*, v. 9, n. 9, p. 115-123, 2000.

PERES, E. P. *O uso do você, ocê, cê em Belo Horizonte: um estudo em tempo aparente e em tempo real*. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. *GoldVarb 2001: A Multivariate Analysis Application for Windows. User's Manual*. Toronto: University of Toronto, 2001.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

ROMAINE, S. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. New York: Cambridge University Press, 2010 [1982].

RUMEU, M. C. B. A inserção do *você* no português brasileiro escrito dos séculos XIX e XX: reflexos nas construções imperativas de 2SG. *LABORHISTÓRICO*, v. 5, p. 15-38, 2019.

RUMEU, M. C. B.; SOUZA, A. L. P.; SOUZA, E. Q.; ALCANTARA, I. R.; MARTINS, G. V. S.; DINIZ, J. S.; SANTOS, M. A.; SILVA, N. F.; ALVES, N. G.; CARDOSO, N. D.; FIGUEIREDO, R. Amostras históricas do português escrito nos séculos XIX e XX: orientações metodológicas. *LABORHISTÓRICO*, v. 5, p. 329-363, 2019.

RUMEU, M. C. B.; CARVALHO, L. F. O imperativo em livros didáticos de língua portuguesa: a distância entre pesquisa e ensino. *Matraga*, v. 25, n. 44, p. 391-409, 2018.

RUMEU, M. C. B. Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social. *Signum: Estudos da Linguagem*, 2016. v. 19, n. 2, p. 310-41.

RUMEU, M. C. B. *Língua e sociedade: a história do pronome você no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no Português Brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.

SCHERRE, M.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2015, p.133-172.

SEARLE, J. R. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge university press, 1969.

SILVA, E. N. *Formas imperativas de segunda pessoa no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, A. K.; LOPES, C. R. S.; OSÓRIO, P. Variação do Imperativo de 2ª pessoa em Enunciados de Provas da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco (Huambo, Angola). *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, vol. 14, p. 99-124, 2019.

SOUZA, E. Q. *As formas de referência ao sujeito de 2ª pessoa do singular em missivas mineiras dos séculos XIX e XX: uma análise linguístico-social*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA, J. P. F. *Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix/Edusp. 1977.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: 30 de junho de 2021.

Aprovado em: 03 de março de 2022.



Escola Estadual de Ensino Médio Cabanas e Escola Estadual João Ramos Filho: estudo do processo da dupla nomeação de uma instituição escolar na cidade de Mariana (MG)

Cabanas State High School and João Ramos Filho State School: a Study on the Double Process of Naming an Educational Institution in the Municipality of Mariana (MG)

Beatriz Latini Gomes Neta

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil.

beatrizgneta@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-7122-6352>

Ana Paula Antunes Rocha

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro / Brasil.

ap.rocha@ymail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4775-4710>

Resumo: O objetivo deste artigo é expor e analisar um estudo realizado na Escola Estadual João Ramos Filho, situada na cidade de Mariana (MG). A referida pesquisa descreveu a escolha desse nome para a instituição, que, embora já seja oficial, vem sendo usado, pela comunidade local, concomitantemente ao antigo, Escola Estadual de Ensino Médio Cabanas. Entrevistas com o diretor que encabeçou o movimento de escolha do nome oficial e a consulta a documentos permitiram observar e descrever o valor simbólico que o nome de uma escola tem para sua comunidade, o que corrobora um fundamento das pesquisas sobre Toponímia, segundo o qual os nomes dos lugares são carregados de valores sociais. O texto discute ainda a situação que ocorre no momento: a escolha do novo nome, que homenageia um ex-prefeito de Mariana, João Ramos Filho, assassinado num crime de motivação política e fundador do bairro onde se situa a escola, bem como sua oficialização não são suficientes para impedir o uso, inclusive nas redes sociais, do antigo nome, que havia sido empregado provisoriamente

e de forma não oficial por poucos anos. Além disso, o artigo apresenta uma reflexão sobre os desafios metodológicos encontrados na realização de pesquisas de caráter interdisciplinar como as que se fazem em torno dos nomes de instituições escolares.

Palavras-chave: Escola Estadual João Ramos Filho; cidade de Mariana; Toponímia; nomeação escolar.

Abstract: This work aims at showcasing and analyzing a study conducted at João Ramos Filho State School, located in the municipality of Mariana (MG), Brazil. The research described the choice for naming the institution, which, despite being official, has only been used by the local population alongside with its former name, Cabanas State High School. Through interviews with the school's principal who took charge in the movement of officially naming the school, as well as archival documentation, the research observed and described the symbolic value a school's name has over its community, corroborating a foundation of Toponymy research, according to which names are loaded with social values. The text also discusses the current situation: the choice for a new name, paying tribute to the former mayor, João Ramos Filho, who was murdered under a politically motivated crime, and who was the founder of the neighborhood where the school is located, as well as its process of officialization are not sufficient to prevent speakers from using, even in social networking sites, its first name, which had been instituted provisionally, and somewhat informally, for a few years. Besides that, this paper presents a reflection on the methodological challenges encountered during interdisciplinary research, such as the ones carried out on the naming of educational institutions.

Keywords: João Ramos Filho State School; city of Mariana; Toponymy; school naming.

1 Introdução

As escolas, instituições de ensino construídas pelo homem e localizadas dentro de um espaço cartográfico demarcado, a cidade, são vistas, neste texto, como *topos*, termo que, nos estudos toponímicos, se refere a lugar. Toma-se aqui, como ponto de partida, que as nomeações dos lugares não se justificam apenas por sua propriedade de referência espacial, pois são motivadas e revelam as feições sociais, culturais, históricas e políticas de uma comunidade ao longo do tempo.

Gomes Neta (2016) realizou, a partir da unidade lexical, um estudo abrangente sobre as motivações dos nomes de todas as escolas

públicas situadas na cidade de Mariana/MG. Sistematizados os dados – 32 nomes escolares –, foi possível constatar que a maioria deles são axiotopônimos, ou seja, topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais, de acordo com a taxionomia proposta por Dick (1990a). Escola Estadual “Cônego Braga”, Escola Municipal “Prefeito Jadir Macedo” são exemplos disso. Os títulos eclesiásticos como Padre, Dom, Monsenhor, Cônego foram os mais recorrentes, todos em homenagens ao clero da Igreja Católica de Mariana, sede de uma arquidiocese importante no cenário religioso brasileiro, que teve destacado papel na história da educação não só desse município, mas também do estado de Minas Gerais, conforme defende Antunes (2010). Seja por meio de relação conflituosa, seja por meio de relação harmoniosa, os integrantes da arquidiocese deixaram suas marcas na educação de Mariana, não sendo, portanto, surpreendente que os nomes e títulos eclesiásticos de muitos deles tenham sido usados para nomear as escolas do município. O estudo abordou de maneira mais aprofundada três topônimos específicos: a Escola Estadual “Dom Benevides”, por ser o primeiro grupo escolar da cidade; a Escola Estadual “Dom Silvério”, pelo fato de sua fundação (década de 1960) ser um período de grandes transformações sociais, políticas e educacionais no Brasil, e a Escola Estadual de Ensino Médio do Bairro Cabanas, selecionada entre as demais por sua fundação ser a mais recente no município, tendo ocorrido em 2014.

Esse último topônimo foi inicialmente uma denominação provisória que vigoraria enquanto a comunidade escolar escolheria o nome definitivo, o que veio a ocorrer em 2018, por meio do Projeto de Lei n. 5.364/18¹. A observação das iniciativas que levaram à escolha do nome definitivo e oficial permitiu a elaboração de algumas questões: Como se atribui atualmente um nome a uma escola? A maneira de se nomear é a mesma de décadas passadas? Quem a nomeia? Que agentes públicos podem tomar parte na discussão sobre o nome? No caso da escola em pauta, ela ainda não tinha recebido um nome devido ao fato de sua fundação ser recente.

¹ Essa informação está acessível no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.thiagocota.com.br/noticia/492/escola-estadual-de-ensino-medio-das-cabanas-passa-a-se-chamar-escola-estadual-joao-ramos-filho>>. Acesso em: 15 jul. 21.

Além disso, três anos após a oficialização do nome João Ramos Filho, que se refere a um ex-prefeito da cidade, assassinado² num crime de motivação política e fundador do bairro onde se situa a escola, o bairro Cabanas, a escola continua sendo chamada também pelo nome provisório, conforme se vê em sua página na rede social Facebook: <<https://www.facebook.com/escoladecabanas>>. Por sinal, pode-se chegar a essa página eletrônica após se digitar na busca do Facebook “Escola Estadual João Ramos Filho”. Nela, aparece uma logomarca da escola, com ambos os nomes:

Figura 1



Também no Instagram, o nome da escola continua sendo aquele que era tomado como apenas provisório, e não o oficializado como definitivo: <<https://www.instagram.com/explore/locations/997111568/eede-ensino-medio-cabanas/>>. Tem-se aí uma dupla nomeação, pois, embora um único nome seja oficial, ambos são usados, como acontece com outras instituições de ensino no país. Essa situação, a dupla nomeação, não é incomum e pode vir a acontecer com os nomes dos lugares em geral.

Uma vez que a dupla nomeação da escola em pauta está devidamente contextualizada em linhas gerais, as próximas seções deste artigo a analisarão, a partir dos seguintes pontos: a escola não é um mero

² Fonte: <<https://www.otempo.com.br/cidades/policia-reconstitui-assassinato-do-ex-prefeito-de-mariana-1.513913>>. Acesso em: 19 jul. 21.

prédio físico, pois exerce funções importantes na sociedade; elas são registradas com nomes próprios, que, dada sua importância e alcance para a comunidade escolar bem como para a sociedade como um todo, dispõem de lei que os regularize.

2 Onomástica

Interligada à Lexicologia, a Onomástica é um ramo da Linguística que se divide ainda em Antroponímia (estudo dos nomes próprios individuais, os sobrenomes e os apelidos) e Toponímia (estudo dos nomes próprios de lugares – *topos*). Como se vê, ambas se ocupam do nome próprio, distinto, em certos aspectos, dos substantivos comuns. A Onomástica costuma ocupar-se de elementos linguísticos que conservam traços denominativos antigos e que revelam valores socioculturais de uma época, se valendo sempre de diálogo com outros ramos do saber como a História, a Geografia, a Etnolinguística, a Antropologia, entre outros.

2.1. Toponímia

A Toponímia, como parte integrante da Onomástica, é hoje uma disciplina com aplicações teórico-metodológicas próprias e objeto de estudo definido: os topônimos, nomes próprios de lugares. Ao tratar do tema, Dick (1990b, p. 119) define Toponímia como “o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.)”, fonte reveladora da vivência do homem como entidade individual ou como membro de um grupo.

No final do século XIX e início do século XX, a Toponímia começa a delinear-se e a ser reconhecida como uma disciplina que trata dos “estudos sistemáticos” dos nomes de lugares. Na França, país considerado berço da Toponímia contemporânea, inicia-se uma sistematização da teoria toponímica como disciplina científica, preconizada por August Longnon (1844-1911) e, posteriormente a ele, Albert Dauzat (1877-1955), conforme lembra a própria professora Dick, em suas obras citadas, com as quais consegue dar corpo aos estudos toponímicos no Brasil, que já haviam ganhado alguma visibilidade graças a estudiosos como Theodoro Sampaio e Carlos Drumond.

Uma das questões básicas arroladas por Dick recaía sobre a necessidade de se demarcar o campo de trabalho da Toponímia. Segundo a autora, “as diferentes nuances significativas que dão forma ao nome de lugar e as diversificadas informações que dele se pode depreender acabariam por impedir de situá-la em um ramo distinto do conhecimento humano” (Dick, 1990, p.35), e, para muitos, suas questões poderiam, sem dúvida alguma, e com igual êxito, inscrever-se nos quadros da História, da Geografia, ou das Ciências Sociais, sendo por elas solucionadas. Nesse sentido, a autora propõe:

O uso particularizante do código de comunicação verbal; portanto, além de definir o campo conceitual da disciplina, justifica o exame da nomenclatura geográfica em suas características internas (filiação linguística dos topônimos e respectiva pesquisa etimológica) e externas ou semânticas (motivação toponímica). Neste último aspecto, principalmente, é que irá se concentrar a fundamentação básica deste trabalho, tendo em vista os motivos predominantes, ou mais notáveis, na formação dos nomes de lugares (DICK, 1990a, p. 37).

Por isso, cabe à Toponímia não se ocupar apenas em encontrar a etimologia dos signos toponímicos. Ela deve, sobretudo, atentar-se à investigação motivacional dos nomes e ocupar-se dela, ou seja, procurar descobrir o porquê de uma dada escolha ou quais foram as motivações que animaram os denominadores a atribuir determinados nomes aos lugares, quais são as características internas e externas dos topônimos entre outros aspectos.

Atendendo ao propósito acima descrito, este artigo descreverá os nomes em estudo – tanto o “provisório” quanto o oficial – em suas características, por meio das fichas catalográficas, e analisará suas motivações.

3 Escolas como objeto de estudo toponímico

As escolas são *topos* (lugar) situados nas cidades e, por isso mesmo, passíveis de serem estudadas sob a ótica da Toponímia. Sendo assim, fazem parte da pesquisa ora relatada: (i) documentos arquivados na escola (destaque-se que, nas escolas antigas, muitas vezes não se encontra nada sobre a escolha de seu nome e sobre seu patrono), (ii)

documentos das Secretarias de Educação e de Ensino tanto estaduais quanto municipais, que podem ser acessados por meio da internet ou apenas diretamente nos locais físicos e, no caso em pauta, (iii) a expressão discursiva das pessoas envolvidas na escolha do nome da escola, as quais comporão, via de regra, a comunidade escolar, que compreende os alunos – bem como os familiares que são responsáveis por eles –, os professores, os diversos funcionários que trabalham dentro da escola, além, por exemplo, dos agentes representantes de instâncias externas que participam das decisões relativas à escola em questão, como os representantes das secretarias de ensino – no caso específico da escola aqui estudada, os representantes da Secretaria Estadual de Educação. Além desse complexo núcleo básico, há outros atores envolvidos com o funcionamento de uma escola, como os moradores vizinhos ao espaço onde ela se localiza. Não é difícil imaginar o conjunto de forças que atuam na escolha do nome de uma escola: são muitos poderes postos em jogo, por meio de relações que podem ser harmônicas ou não.

Uma escola não é um mero prédio físico; ela exerce funções importantes na sociedade, como a de alfabetizar e “educar” os alunos – no caso da Escola João Ramos, adolescentes e jovens –, preparando-os para se tornarem cidadãos adultos atuantes no mundo. Abordar as escolas a partir da unidade lexical – o nome propriamente dito – nos permite analisar e compreender alguns fatores circundantes às escolas, aos sujeitos envolvidos no processo e à sociedade que as criou em determinada época.

Como instituições que são, as escolas são registradas com nomes próprios, que, dada sua importância e alcance para a comunidade escolar bem como para a sociedade como um todo, dispõem de lei que os regularize.

Sobre a regularização nominal das escolas públicas no Estado de Minas Gerais, a Lei mais recente, que revoga as disposições contrárias (especialmente as Leis de 1969 e de 1979), é a Lei Estadual nº 13408, de 21/12/1999³, a qual dispõe sobre a denominação de estabelecimento e instituição pública do Estado e dá outras providências:

³ Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13408&comp&ano=1999&aba=js_textoAtualizado#texto>. Acesso em 20 de nov. 2017.

Art. 1º - A denominação de estabelecimento, instituição ou próprio público do Estado será atribuída por lei.

Art. 2º - A escolha da denominação de que trata esta Lei recairá em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por suas notórias qualidades e por relevantes serviços prestados à coletividade ou em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

§ 1º - Será observada a correlação entre a destinação do estabelecimento, da instituição ou do próprio público que se pretende denominar e a área em que se tenha destacado o homenageado, se pessoa de projeção em âmbito local.

Art. 2º - A denominação de que trata esta Lei não poderá recair em nome de pessoa que tenha, comprovadamente, participado de ato de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos. (Artigo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 21.417, de 15/7/2014.).

Mesmo que a maioria das nomeações das escolas públicas remonte a épocas pretéritas à referida Lei, é ela que legitima as antigas, ampara as mais recentes e norteia as futuras nomeações, sendo vedada a possibilidade de se atribuir um mesmo nome para mais de uma escola dentro de um município.

Um fato que merece destaque nessa Lei recai sobre o último inciso citado, acrescentado em 2014: o artigo prevê que a partir de então não se admita mais que os estabelecimentos públicos sejam nomeados em homenagem a pessoas que tenham “comprovadamente, participado de ato de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos”. A Lei, ao promulgar que os nomes sejam, se necessário, modificados, mostra-se em afinidade com a atual conjectura social e política em que vivemos, na qual se julga inadmissível homenagear pessoas hoje vistas com desprezo pela história por seus atos cometidos no passado, embora, em épocas pretéritas, tenham merecido homenagem com seus nomes atribuídos a escolas, por exemplo. Esse fato deixa transparecer a influência direta que uma época e seus valores sociais possuem nas motivações dos nomes de lugar.

Vale destacar também o fato de que as nomeações de lugares não significam sempre uma relação harmoniosa na sociedade, sem divergências de interesses pessoais ou coletivos. Com as nomeações escolares, não é diferente. Pelo contrário, elas se tornam, frequentemente, um campo de embate entre forças, revelando, por exemplo, conflitos políticos e de poder em uma comunidade.

4 Análise toponímica da escola em estudo

4.1. Contextualização do processo de escolha do nome

A escolha do nome de uma escola tem pontos em comum com a escolha dos nomes dos lugares em geral. Observe-se o que diz a pesquisadora Maria Vicentina Dick a respeito disso.

Sobre a origem da denominação de um lugar,

[...] há um consenso unânime entre os toponimistas de pesquisar as origens da denominação em duas fontes principais, uma reputada espontânea ou popular, sem uma autoria identificável à primeira vista, porque nascida no seio da população e não individualizada; e, outra, conhecida como sistemática ou oficial, atribuída aos descobridores, aos dirigentes, ou ao poder de mando, legitimamente constituído, ou não. (DICK, 1990b, p. 49).

Dessa forma, o topônimo provisório em questão tem origem sistemática ou oficial, uma vez que foi atribuído pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gérias.

Com suas atividades iniciadas em 2014, a instituição foi inaugurada para atender às necessidades da população do bairro que nomeia a escola: o bairro Cabanas. Localizada na Rua Diamantina, nº 791, seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 51/2014, em um prédio pertencente às irmãs franciscanas, alugado provisoriamente pelo Estado.

Espera-se que, no futuro, a escola passe para um prédio a ser construído em um terreno cedido pela prefeitura, que se encontra, por ora, ocupado por famílias que invadiram o local. O bairro cresceu rápida e desordenadamente e invasões como essa são comuns, o que nos leva a pensar que desalojar famílias para a construção de uma escola naquele espaço urbano, possivelmente, implicará em conflito no bairro.

Para compreender todo o contexto circundante ao nome provisório e ao processo de escolha do nome definitivo da escola, bem como os agentes envolvidos nesse contexto, entrevistou-se, no estudo aqui relatado, o diretor que organizou o processo de escolha do nome definitivo da escola, o professor Wemerson Vieira Borges, nomeado para o cargo na inauguração da escola. A entrevista foi gravada e devidamente autorizada por ele, que relatou todo o processo.

Natural de Ouro Preto, formado em Pedagogia e em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto, ele acredita que a sua segunda formação foi o que lhe permitiu ampliar seu pensamento a respeito da cultura escolar e patrimonial, as quais, segundo ele, encontram-se presentes nas nomeações escolares. O curso lhe permitiu ainda compreender um pouco mais sobre como se dá a formação da identidade (também encontrada nos entremeios das nomeações escolares), seja ela pessoal seja coletiva.

Segundo o diretor, a escola surgiu depois de reivindicações públicas ocorridas em 2013, mesma época das manifestações iniciadas em São Paulo contra o aumento nas passagens de ônibus, que ganharam proporções nacionais, desencadeando manifestações motivadas por insatisfações de diversas naturezas e em vários locais no Brasil. Em Mariana, essas manifestações também ocorreram e, entre elas, está aquela em que alguns estudantes reivindicavam, à prefeitura, vale-transporte gratuito para os alunos do bairro que tinham de estudar no centro da cidade, pois, “nas Cabanas”, não havia escola de ensino médio. Então, a prefeitura, analisando a situação, considerou mais viável criar uma escola no bairro, ao invés de fornecer vale-transporte aos jovens. Desse modo, procedeu-se à solicitação de abertura da instituição para o Estado, a qual foi autorizada. A prefeitura cederia o espaço físico e o Estado arcaria com despesas de funcionários e manutenção do local. Em 2016, quando a entrevista foi realizada, a escola funcionava em local improvisado com oito turmas exclusivamente de ensino médio.

Para o professor Wemerson, a nomeação definitiva de uma escola é um processo que pode ser rápido ou demorado, a depender dos sujeitos envolvidos nos trâmites, não devendo ser feito de qualquer maneira. Segundo ele, a escolha é importante para a identidade da instituição e necessita de cuidado. Destacou, ainda, o fato de que o diretor pode ter papel decisivo no processo e deve reconhecer sua responsabilidade, não induzindo a preferências próprias, e, sim, tendo uma conduta imparcial. Para isso, o diretor afirmou que pretendia envolver em conjunto todos os segmentos escolares: alunos, pais, professores, funcionários. Em seguida, divulgar o processo para a comunidade do bairro e, posteriormente, à população da cidade de forma ampla.

O diretor participou de uma reunião da Associação de Bairro para apresentar esse processo de escolha do nome da escola. Logo recebeu proposta, por parte de uma pessoa influente da cidade, de se atribuir,

sem qualquer parâmetro, nome X para a instituição em homenagem a um sujeito (o diretor não citou quem). O diretor relata, ainda, que recebeu diversas propostas semelhantes, porém, consciente de que esse processo não deve ser uma imposição e sim uma escolha democrática, logo recusou todas.

Ele se considerava um mediador e, na entrevista concedida, afirmava que, com respaldo nas Leis Estaduais, a escolha ficaria a cabo do que a maioria dos agentes envolvidos com a escola decidir. A Lei a que ele se referia é a nº 13408, de 21/12/1999, já citada anteriormente, que regulamenta as nomeações institucionais. Nela há, em seu artigo segundo, claras recomendações a esse respeito: “Art. 2º - A escolha da denominação de que trata esta Lei recairá em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por suas notórias qualidades e por relevantes serviços prestados à coletividade ou em evento de valor histórico[...]”. O diretor se mostrou esclarecido sobre o assunto e destacou que a homenagem não pode recair sobre pessoas vivas, principalmente se forem integrantes da escola no momento, para não se criar vínculos perigosos, pois “a pessoa (homenageada) pode querer se usufruir disso”, nas palavras dele. Não poderia haver também um mesmo topônimo para duas instituições, pois isso traria confusão para as pessoas se referenciarem no espaço físico da cidade.

No decorrer do ano de 2016, foi montada uma comissão para realizar o processo. Fizeram parte dessa comissão alunos, pais, funcionários e integrantes da Associação do Bairro Cabanas. Em 2015, porém, uma etapa já havia se iniciado. Através de palestras sobre a importância do nome, do valor cultural que ele carrega consigo, do papel de cada um nesse processo de escolha, o diretor apresentou a proposta da primeira etapa aos alunos: uma pesquisa popular feita através de uma enquête⁴, na qual os próprios alunos deveriam sugerir três opções de nomes que eles gostariam de dar à escola. O nome mais lembrado seria a sugestão nominativa do segmento escolar – alunos. Essa enquête, posteriormente, seria aplicada aos outros segmentos. Na enquête já realizada no momento da entrevista, surgiram várias indicações, desde homenagem a sujeitos envolvidos no contexto local, como Duarte Júnior – prefeito da cidade no ano de 2016 –, a sujeitos importantes ao contexto nacional, como Rubem Alves. Outras indicações curiosas também merecem destaque,

⁴ Vide ANEXO.

tais como E. E. “Wemerson Borges” – em homenagem ao próprio diretor – e E. E. “Dos Estudantes”. Esse último nome parece referência a um sentimento de pertencimento por parte dos estudantes, como foi frisado pelo diretor, uma vez que eles se sentem parte fundamental da escola. O diretor expôs que a escola já possuía uma proposta pedagógica definida, da qual faz parte a valorização do patrimônio imaterial e cultural local. Esse processo de escolha do nome escolar, interdisciplinar por natureza, portanto, serve de base a um projeto que integra os segmentos escolares e desperta, em todos, curiosidade e um olhar atento à questão de como se atribui nome a um lugar físico, sua importância e toda a carga cultural que ele carrega consigo.

No momento da entrevista, o resultado final da enquete ainda não estava disponível, pois, conforme já salientado, esse seria um processo moroso que demandaria cuidado. Além disso, o diretor afirmou que pretendia ampliar a consulta popular, divulgando-a na rádio local e publicando-a nas redes sociais para que toda a população pudesse opinar sobre o assunto. Essa parte da entrevista não ficou clara, afinal a comunidade escolar certamente não aceitaria que pessoas de fora do seu ciclo tomassem partido nessa decisão.

Ele acrescentou, ainda, que o uniforme, a logomarca da escola e o nome, principalmente, são elementos fundamentais para se criar a identidade da instituição, para que ela seja reconhecida pela população e também seja referenciada como a escola X e não como outra escola. Segundo ele, o nome institucional diz respeito a uma “cultura imaterial”, que solidifica a organização escolar e contribui para a construção da sua história até que ela se solidifique e passe a ser reconhecida como uma “boa escola”, como as demais já existentes em Mariana.

Questionado se o catolicismo estava presente ou influenciava de alguma maneira aquele ambiente escolar, como aconteceu em muitas escolas tradicionais de Mariana (conforme consta na dissertação citada), ele respondeu que não e acrescentou: “isso depende muito de como a gestão conduz o trabalho”. Para exemplificar, relatou haver escola estadual em que os alunos rezam todos os dias antes do início das aulas, o que ele considera uma irregularidade. Também relatou conhecer escola em que a maioria dos alunos e dos professores é protestante, fato que acabava por influenciar diretamente o ambiente escolar. Defendeu que sua gestão era neutra em relação a isso e que procurava não permitir que

se cultive, na escola, uma religião em detrimento de outra, para que se respeitem todas as crenças.

Na seção seguinte, a entrevista aqui relatada será comentada.

4.2. Fichas lexicográficas

Para a análise linguística do topônimo, encontram-se abaixo fichas correspondentes a cada um dos nomes em uso:

Quadro 1 – Ficha 1
Topônimo: Escola Estadual de Ensino Médio do Bairro Cabanas
Estrutura morfológica do sintagma toponímico: termo genérico (Escola Estadual de Ensino Médio) + termo específico composto de preposição + topônimo propriamente dito, sem aspas (do Bairro Cabanas).
Classificação taxionômica e sua justificativa: <u>Ecotopônimo</u> : topônimo relativo a habitações de um modo geral.
Motivação toponímica: a escola recebeu esse nome provisoriamente em uma referência direta ao bairro em que se encontra – Cabanas. A instituição foi inaugurada em 2014, também em um prédio provisório, para atender as necessidades da população do bairro Cabanas, que não contava com a oferta de Ensino Médio no local.
Fontes: Documentos da escola e entrevista com seu diretor, professor Wemerson Vieira Borges.

No topônimo provisório, observa-se, através do documento oficial de seu registro, uma nova maneira de grafá-lo, sem aspas no termo específico, diferentemente de outros nomes. Outra característica observada é a variação na grafia do termo específico que ora encontramos “de Ensino Médio – Cabanas”, ora encontramos “de Ensino Médio das Cabanas”. Talvez estejamos diante de uma variação ou mudança em curso na maneira de se escrever o topônimo das escolas: antes, tradicionalmente, grafado com aspas para destacar o nome propriamente dito, mas agora foi encontrado um registro do nome sem aspas no termo específico.

Quanto à classificação taxionômica, consideramos que se trata de um ecotopônimo, por aludir ao bairro em que se encontra – Cabanas –, nome relativo a um tipo de habitação. A motivação toponímica, por enquanto, é meramente referencial, sem se fazer homenagem a nenhuma pessoa.

Quadro 2 – Ficha 2
Topônimo: Escola Estadual “João Ramos Filho”
Estrutura morfológica do sintagma toponímico: termo genérico (Escola Estadual) + termo específico composto do topônimo propriamente dito “João Ramos Filho”, destacado por aspas.
Classificação taxionômica e sua justificativa: <u>Antropotopônimo</u> : topônimo relativo a um nome próprio individual – João Ramos Filho
Motivação toponímica: a escola recebeu esse nome em 2017, após consulta à comunidade local. Trata-se de uma homenagem ao ex-prefeito da cidade e também fundador do bairro onde a escola está localizada, Cabanas.
Fontes: Documentos da escola e entrevista com seu ex-diretor professor Wemerson Vieira Borges.

Note-se que, no nome da escola, não aparece a palavra “prefeito”, referente ao cargo que fez o indivíduo em questão importante para a memória da cidade.

Sobre a história recente da escola, tem-se a seguinte ficha:

Topônimo	Escola Estadual João Ramos Filho
Localização no município	Sede
Endereço / Tel / E-mail	Rua Diamantina, nº 791 – Bairro Cabanas, Mariana – MG – CEP: 35420-000 / (31) 99713-5955/ escola.356808@educacao.mg.gov.br
Lei ou Decreto de fundação	PORTARIA ESTADUAL n.º 51/2014
Nome e grau de ensino inicial	Escola Estadual de Ensino Médio do Bairro Cabanas
Nome e grau de ensino atual	Escola Estadual João Ramos Filho
História da escola	A instituição foi inaugurada em 2014 para atender as necessidades da população do bairro Cabanas que não contava com a oferta de ensino médio no local e vem construindo a sua história ainda muito recente.
Informações enciclopédicas	A escola já possui proposta pedagógica definida, bem como uniforme e logomarca própria para se construir uma identidade local. Desde sua inauguração, já realizou diversos eventos culturais como semana literária, feira de talentos etc., abertos também para a comunidade. Conta também com uma página no Facebook, com atualizações frequentes, na qual são divulgadas informações interessantes de diversas naturezas, principalmente, aos segmentos escolares.

Fontes consultadas	Secretaria Regional de Educação, documentos da escola, entrevista com o diretor, conversa com alguns funcionários e internet.
Documentos anexados	Enquete aplicada aos alunos sobre a escolha do nome para a escola.

5 Considerações finais

Nesta seção, destacaremos alguns pontos do texto e elencaremos os desafios encontrados na pesquisa, principalmente com relação à metodologia.

O primeiro destaque diz respeito ao fato de estarmos tratando de um antropotopônimo, um topônimo constituído pelo nome de um indivíduo, o ex-prefeito de Mariana João Ramos Filho. Os antropotopônimos têm levado a muita discussão na sociedade brasileira ultimamente, bem como a propostas, muitas vezes efetivadas, de troca de nomes de lugares, como a que ocorreu, há alguns meses, na cidade de Niterói, onde a rua Coronel Moreira César passou a ser chamada de rua Ator Paulo Gustavo, em homenagem ao ator niteroiense morto devido a complicações orgânicas causadas pela covid-19. Tem-se a substituição do nome de um militar pelo de um ator ligado à pauta da inclusão de gênero, cara à esquerda, ou seja, essa troca, tão ilustrativa do momento histórico que estamos vivendo, corrobora a importância simbólica que os topônimos têm para os cidadãos. Tanto os apoiadores quanto os detratores da troca ratificam, indiretamente, essa importância, e esse não é o único caso visto no Brasil em que se propõe substituir ou se substitui o nome de um militar num topônimo. O fato de a legislação estadual não permitir a escolha, para as escolas, de nomes de pessoas ainda vivas também evidencia a importância que um nome alcança quando usado para designar um lugar.

No caso da escola objeto deste artigo, ela vem sendo designada por duas formas linguísticas, mas apenas uma é um antropotônimo, a outra é um ecotopônimo, conforme mostrado na seção anterior. Nesse caso, não há conflito entre os nomes de dois indivíduos; ao contrário: tanto o nome provisório, que continua sendo usado, quanto o nome que se oficializou remetem à memória de um mesmo indivíduo, o ex-prefeito, haja vista que, como se afirmou anteriormente, foi ele quem fundou o bairro Cabanas, topônimo que também merece um estudo por se relacionar intimamente com a estigmatização que os moradores do bairro sofrem na sociedade marianense. O fato de o ex-prefeito João Ramos ter sido assassinado e de esse crime ter tido repercussão nacional faz parte de uma disputa política acirrada na cidade. Apoiadores do ex-prefeito costumam ser chamados,

por seus opositores, de “rameiros” (em referência ao sobrenome de João Ramos), outro termo carregado de estigma social, e continuaram ativos politicamente após a morte do ex-prefeito, cuja viúva, Sra. Terezinha Ramos, veio a candidatar-se a prefeita da cidade no ano seguinte ao crime, tendo assumido a prefeitura temporariamente devido à cassação do prefeito eleito. Como se vê, o clima político da cidade de Mariana é feito de uma polarização profunda e antiga.

Com relação à metodologia, cumpre destacar que tivemos dificuldade de acompanhar a escolha do nome da escola devido à morosidade do processo, gerada talvez pela figura polêmica do ex-prefeito, entre outros fatores. O diretor entrevistado mostrou-se muito disponível para conversar, mas outras pessoas com quem tivemos contato mostraram-se lacônicas ou temerosas de se manifestarem, o que é previsível nesse tipo de pesquisa. O diretor menciona a realização de palestras preparadoras para a enquete sobre o nome, mas não tivemos a oportunidade de participar desses eventos, principalmente por termos começado a ter contato com ele quando o processo já estava em andamento.

O problema metodológico maior, porém, diz respeito ao caráter interdisciplinar da pesquisa. Estamos tratando de dados linguísticos, mas não podemos nos ater a fazer, por exemplo, entrevistas sociolinguísticas típicas. Nem os modelos da Sociolinguística nem os da Antropologia Linguística dão conta de preparar o pesquisador para o trabalho com questões sociais e políticas semelhantes às que se delineiam no caso em pauta. Como o próprio diretor destacou, estamos lidando com identidade, pertencimento, patrimônio cultural e imaterial. Só aqui temos termos pertencentes a áreas diversas da Linguística e mesmo da Onomástica. Entendemos ser urgente que os estudos sobre Toponímia se debrucem melhor sobre essas questões. Termos como *identidade* e *pertencimento* podem assumir para a História diferentes sentidos dos que assumem para a Psicologia Social ou para a Antropologia. Para o lexicólogo, que sentido deverá ter?

É muito curioso que o diretor tenha afirmado que foi sua formação em Serviço Social, e não em Pedagogia, que o preparou para encabeçar a escolha do nome da instituição que dirigia. Ele enumera uma série de cuidados que afirma ter tomado a fim de se manter imparcial na condução da escolha, mas o que nos importa é que todos esses cuidados dizem respeito à legalidade e à lisura do processo. Por exemplo, numa cidade com tantas escolas nomeadas por axiotopônimos, ele afirmar que tentariam não escolher mais um nome religioso para uma escola é não tanto uma questão de imparcialidade, mas de conscientização sobre o limite de espaço que as instituições religiosas devem ter nas instituições

de ensino. Com essa observação, esperamos ter evidenciado que a Toponímia como subárea da Onomástica é imprescindível para o estudo e para a preservação consciente da memória de uma comunidade. Que a Escola Estadual de Ensino Médio Cabanas/Escola Estadual João Ramos Filho continue sendo importante para os moradores do bairro Cabanas, como demonstrou ser no processo que aqui relatamos em parte.

Referências

ANTUNES, A. A. A civilização das letras: cultura escolar no termo de Mariana (1750-1822). In: VENÂNCIO, R.P.; GONÇALVES, A. L.; SILVEIRA, M.A., Mollo, H. (Org.). *Termo de Mariana III*. v. 3. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2010, p. 99-114.

COTA, Thiago. Escola Estadual de Ensino Médio das Cabanas passa a se chamar Escola Estadual João Ramos Filho. Disponível em: <<https://www.thiagocota.com.br/noticia/492/escola-estadual-de-ensino-medio-das-cabanas-passa-a-se-chamar-escola-estadual-joao-ramos-filho>>. Acesso em: 15 jul. 21.

DICK, M. Vicentina de P. do A. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

E. E. de Ensino Médio Cabanas. Fonte: <<https://www.facebook.com/escoladecabanas>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

E. E. de Ensino Médio Cabanas. Fonte: <<https://www.instagram.com/explore/locations/997111568/eede-ensino-medio-cabanas/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOMES NETA, B. L. *Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana*. 2016. Dissertação de mestrado. Dissertação em Letras: Estudos da Linguagem – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2016, 126 páginas.

ANEXO:

Pesquisa feita com os alunos da escola de Cabanas.



Escola Estadual de Ensino Médio – Cabanas

"Transformando o Futuro"

Mariana, 27 de Agosto de 2015.

A partir de hoje, 27 de Agosto de 2015, começa a pesquisa popular para dar nome à Escola de Ensino Médio que foi criada em 2014 no Bairro de Cabanas – MARIANA/MG.

A denominação do estabelecimento deverá ser submetida à anuência da comunidade escolar, – isto é, alunos, pais e mães de alunos, professores e funcionários do estabelecimento de ensino – a partir da realização de debates e consultas à comunidade sobre a homenagem, conduzidos e registrados pelo conselho escolar ou equivalente, respeitado o princípio de gestão democrática.

O nome da escola deve homenagear preferencialmente um educador ou alguém que tenha dedicado sua vida a estimular estudos, ambos com relações com a comunidade do Bairro de Cabanas, da Cidade de Mariana ou Referência Nacional.

Abaixo, uma enquete, na qual a comunidade escolar, alunos, pais, mães de alunos, professores e funcionários poderão sugerir três nomes, que passarão por análise do conselho escolar.

Nome: _____

() Aluno () pai de aluno () Comunidade () Funcionários da Escola

Vote na enquete: Qual deve ser o nome da Nova Escola de Ensino Médio do Bairro de Cabanas – Mariana/MG?

1ª Opção _____

2ª Opção _____

3ª Opção _____

Certo da atenção, antecipo agradecimentos e coloco-me a disposição para informações complementares.

Atenciosamente,

Wemerson Vieira Borges – Diretor Escolar/MASP: 1245171 – 2

Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais / Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto - Minas Gerais / Governo do Estado de Minas Gerais
Escola Estadual de Ensino Médio Cabanas - Endereço: Rua Diamantina, N° 791, Cabanas - Mariana - Minas Gerais - Telefone: (31) 9713-0955 (cel) / 9450-3017 (fix)

Recebido em: 2 de agosto de 2021.

Aprovado em: 7 de fevereiro de 2022.



Acervo de escritores mineiros: a potência dos arquivos literários

Acervo de escritores mineiros: the Power of Literary Archives

Reinaldo Martiniano Marques

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

reinaldomarques28@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6756-093X>

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o Acervo de Escritores Mineiros (AEM) da UFMG em conjunto com uma reflexão sobre a potência dos arquivos literários para o desenvolvimento de pesquisas no campo dos estudos literários e culturais. Nesse sentido, será considerada a concepção espacial do AEM, que confere um tratamento cenográfico e museográfico aos arquivos dos escritores e escritoras, capaz de levar em conta a heterogeneidade dos materiais que o constituem. Esse tratamento permite considerar e articular as dimensões do visível e do dizível nos arquivos literários, a partir das categorias do virtual e do atual e dos processos de digitalização da memória. Com isso, pretende-se ainda evidenciar tanto as relações de força que atravessam os arquivos literários, sinalizando para um fora do arquivo, como levantar algumas possibilidades e desafios que os arquivos eletrônicos e digitais colocam para o trabalho com a memória literária e cultural na contemporaneidade.

Palavras-chave: arquivos literários; acervo de Escritores mineiros; potência.

Abstract: This article was presented at the 2020 IV Edition of DIVERMINAS and aims to make a presentation of the Acervo de Escritores Mineiros (AEM) of the Federal University of Minas Gerais alongside a reflection on the power of literary archives for the development of research in the field of literary and cultural studies. In this sense, the spatial conception of the AEM will be considered. This conception gives a scenographic and museographic treatment to writers' archives and is capable of taking into account the heterogeneity of the materials that constitute them. This approach allows for a consideration and articulation of the visible and the sayable in literary

archives, considering the categories of the virtual and the real, from the processes of digitization of memory. With this, it is also intended to highlight both the relations of forces that cross literary archives, which signal to an other (or outsider), and to raise some possibilities and challenges that electronic and digital archives pose when working with literary and cultural memory in contemporaneity is involved.

Keywords: literary archives; acervo de escritores mineiros; power.

Neste artigo, pretendo fazer uma apresentação do Acervo de Escritores Mineiros (AEM) da UFMG, em conjunto com uma reflexão sobre a potência dos arquivos literários para o desenvolvimento de pesquisas no campo dos estudos literários e culturais. Nesse sentido, será considerada a concepção espacial do AEM, que confere um tratamento cenográfico e museográfico aos arquivos dos escritores e escritoras, capaz de levar em conta a heterogeneidade dos materiais que o constituem. Esse tratamento permite considerar e articular as dimensões do visível e do dizível nos arquivos literários, a partir das categorias do virtual e do atual e dos processos de digitalização da memória. Com isso, pretende-se ainda evidenciar tanto as relações de força que atravessam os arquivos literários, sinalizando para um fora do arquivo, como levantar algumas possibilidades e desafios que os arquivos eletrônicos e digitais colocam para o trabalho com a memória literária e cultural na contemporaneidade.

Antes, porém, gostaria de lembrar a distinção conceitual que faço entre o arquivo pessoal do escritor, alocado no espaço privado, doméstico, e o arquivo literário, situado no espaço público, domiciliado em uma instituição pública, ou mesmo privada — biblioteca, arquivo, fundação, universidade. Trata-se de processo complexo de desterritorialização e reterritorialização, em que o arquivo pessoal do escritor é apropriado e submetido a saberes especializados – arquivologia, biblioteconomia, museologia, além de saberes próprios do campo dos estudos literários e da pesquisa histórica –, constituindo-se uma figura epistemológica em termos foucaultianos, como efeito de campos discursivos que dele se apropriam e falam. Localizado num espaço liminar entre o público e o privado, submetido a diversas e conflitantes relações de força, o arquivo literário já não é mais um arquivo privado, nem é de todo um

arquivo público¹ (XXXXXXXX, 2015). Nessa passagem, novos arcontes passam a custodiá-lo e a falar em seu nome – arquivistas, bibliotecários, museólogos, pesquisadores – e a ele se agregam novos valores: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, econômico.

Pode ser que esse esforço de elaboração do conceito de “arquivo literário” resulte mais propriamente numa ficção teórica, para ficar num registro borgiano. De uma parte, tem um pé no mundo empírico do trabalho com os arquivos pessoais dos escritores; de outra, recorre a uma imaginação construtiva, que abstrai as variadas diferenças entre cada um desses arquivos para realçar algumas semelhanças entre eles. Considere-se aqui, por exemplo, o caráter heterogêneo de seus fundos documentais, que fazem do arquivo literário uma mescla de biblioteca, arquivo e museu, ou a natureza de muitos de seus documentos como rastros da atividade escritural de um autor de literatura. No caso dos escritores mineiros, a par de sua biblioteca fornida com livros e periódicos, compõem seus arquivos documentos tanto pessoais como ligados à sua atividade profissional, a exemplo de manuscritos e datiloscritos de seus textos, correspondências, fotografias, recortes de jornais, coleções de obras de artes plásticas, de artesanato, além de objetos pessoais, do mobiliário do seu escritório, das máquinas de escrever. Essa heterogeneidade constitui, por um lado, a potência do arquivo do escritor, abrindo-o ao diálogo com outras linguagens e artes, com a cultura; por outro, impõe um desafio ao esforço de enquadrá-lo conceitualmente, visto que torna qualquer tentativa de fazê-lo insuficiente, precária, incapaz de dar conta tanto de sua diversidade documental como da singularidade histórica e social de seu contexto de formação.

Uma estratégia produtiva, a meu ver, consiste em abrir mão de teorias universalistas, de longo alcance, que procurem descrever e explicar um conjunto extenso no tempo e no espaço de arquivos de um escritor. É preferível trabalhar com teorias de menor alcance – microteorias –, que abram mão da pretensão universalizante e totalizante, mas que consigam descrever bem um determinado conjunto de arquivos de escritores. A par disso, embora o adjetivo “literário” se mostre um tanto redutor em relação àquela diversidade dos materiais do arquivo do escritor, com a noção de arquivo literário estou realçando a figura do titular do arquivo,

¹ No ensaio “Arquivos literários e reinvenção da literatura comparada”, contido neste mesmo livro, elaborei de forma mais detalhada essa distinção.

amplamente reconhecido como autor de literatura, fato atestado por sua obra. Certamente que ela se mostrará muito limitada para dar conta dos arquivos de escritores e artistas contemporâneos que às vezes se figuram como “multiartistas”, caso de um Nuno Ramos. Mais ainda, com ela estou salientando sua modelagem a partir do ponto de vista dos pesquisadores de arquivos de escritores, como espaços e textualidades a serem vivenciados, lidos e interpretados por eles. Enquanto produto de uma atividade especulativa, pode ser que a noção de arquivo literário se remeta a um objeto mais imaginado, nem sempre localizável como tal no mundo empírico. Nesse sentido, na esteira de Deleuze e Guattari (1992, p. 25-47), talvez seja mais apropriado ver tal conceito como uma “totalidade fragmentária”, uma heterogênese que organiza seus componentes por zonas de vizinhança, sem que eles se encaixem. Enuncia antes um acontecimento, um devir com suas virtualidades – o arquivo literário, como no presente caso – e não uma essência ou coisa. Não sem razão, em sua *A arqueologia do saber*, Michel Foucault nos lembra da impossibilidade de totalizar o arquivo, que só pode ser abordado em níveis, regiões, vale dizer, em seus fragmentos.

1 O Acervo de Escritores Mineiros

Em termos genealógicos, sabemos que os começos são múltiplos, inumeráveis. Contudo, em termos históricos, a emergência do Acervo de Escritores Mineiros ocorreu em agosto de 1989, quando a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) promoveu a Semana Henriqueta Lisboa, evento que celebrou a entrada na Universidade dos fundos documentais da poeta mineira e a criação do Centro de Estudos Literários, órgão responsável pela guarda e preservação do acervo recebido, por seu tratamento e disponibilização para a pesquisa. Domiciliado no prédio da Biblioteca Universitária, campus Pampulha, em Belo Horizonte, o arquivo pessoal de Henriqueta Lisboa (1901-1985) deslocou-se do espaço privado para o espaço público, abrindo-se à pesquisa e ao movimento da suplementação de sentidos. Trata-se de desdobramento de uma operação de arquivamento, por meio da qual emerge uma figura lastreada pela topografia acadêmica: o Acervo de Escritores Mineiros. Constituído como um lugar privilegiado de nossa memória literária e cultural, a ser vivido tanto imaginária como sensorialmente; a ser construído pelo trabalho contínuo de gerações de

pesquisadores e por inúmeras outras operações de arquivamento; e a ser habitado quer por corpos físicos, objetos, quer por desejos e sonhos.

Em 1991 os acervos de mais dois importantes escritores passaram a integrar a coleção do AEM: o de Murilo Rubião (1916-1991) e o de Oswaldo França Júnior (1936-1989). No início dos anos 2000, chegaram os arquivos de Abgar Renault (1901-1995) e de Cyro dos Anjos (1906-1994). A esses arquivos precursores vieram se somar algumas coleções especiais, constituídas por cartas de escritores, livros, revistas e fotografias, como as de Alexandre Eulálio (1932-1988), Aníbal Machado (1894-1964), Ana Hatherly (1929), Valmiki Vilela Guimarães (1934-2015), José Oswaldo Araújo (1887-1975) e Genevieve Naylor (1915-1989). Esse expressivo crescimento do acervo impactou drasticamente a topografia do AEM e mobilizou tanto a diretoria da Faculdade de Letras como a administração central da universidade para apresentarem um projeto para as agências governamentais, a fim de captar recursos para a construção de um espaço mais adequado para abrigar os arquivos literários sob a guarda da UFMG. Assim, com recursos obtidos pelo Fundo Finep, foi construído o atual espaço do AEM, localizado numa área de quase mil metros quadrados do terceiro andar da Biblioteca Universitária da UFMG, parcialmente utilizada. Inaugurado em dezembro de 2003, sua concretização vinculava-se, à época, a uma preocupação mais geral da universidade com a organização, preservação e conservação dos seus acervos culturais, artísticos e documentais.

Em termos arquitetônicos, o espaço foi concebido numa perspectiva cenográfica e museológica, comportando três planos. No primeiro, são simulados os ambientes de trabalho dos escritores, com estantes de livros, mesa, máquina de escrever, objetos pessoais. Devidamente reconstituídos a partir de pesquisa feita com os familiares, nesses ambientes encontram-se também documentos raros expostos em vitrines, a exemplo de primeiras edições autografadas, cartas de escritores, fotografias. A individualidade de cada recinto, procurando destacar a personalidade do escritor, é realçada por meio de iluminação com um jogo de cores, perfis e textos ilustrativos. O uso de vidro, à maneira de um aquário, permite que os visitantes possam ver e apreciar os ambientes, mesmo sem entrar neles. No segundo, encontram-se as galerias com exposições de pinturas, desenhos, fotos e pôsteres. Por fim, no terceiro plano, com acesso restrito, estão abrigados os acervos bibliográficos e os arquivos documentais de cada escritor. O espaço

contém ainda reserva técnica, sala de reunião e área de trabalho para pesquisadores e estagiários.

Dentro dessa concepção, foi contemplada a natureza heterogênea dos materiais que compõem os acervos literários, uma mistura de elementos próprios de bibliotecas, arquivos e museus, como já mencionado. Com isso, o espaço do Acervo de Escritores Mineiros configura-se como um espaço móvel e permanente de exposição, conseguindo focar, no plano geral, nas singularidades de cada material. Abre aos visitantes e pesquisadores a possibilidade de cada um, com seus recortes e enquadramentos, constituir a sua própria trilha, o seu próprio texto, ao percorrer os diversos níveis espaciais. Dotado de múltiplas perspectivas e entradas, desvela o texto da memória literária e cultural em sua complexidade de sentidos, visível na seleção, na combinação, na justaposição ou na sobreposição de objetos heteróclitos. Dessa maneira, ao conferir ao texto da memória cultural e literária do país tal tratamento, a universidade procurou dar continuidade a um projeto dos próprios escritores mineiros, que sempre cultivaram os gêneros memorialísticos e cuidaram de montar seus arquivos pessoais ao longo da vida.

Todavia, há fato revelador de que o trabalho com arquivos literários é um verdadeiro *working in progress*: novos arquivos de escritores foram recebidos entre 2008 e 2010: os de Octavio Dias Leite (1914-1970), Wander Piroli (1931-2006), José Maria Cançado (1952-2006), Fernando Sabino (1923-2004) e Lúcia Machado de Almeida (1910-2005). Nessa leva, também chegou parte do arquivo do escritor e jornalista Carlos Herculano Lopes (1956), que está doando seu arquivo ainda em vida; como o dele, a partir de 2012, estamos recebendo materiais do arquivo de Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo, 1944), escritor, jornalista e frade dominicano. Foram doadas ainda algumas coleções especiais, como as dos poetas Achiles Vivacqua (1900-1942) e Adão Ventura (1946-2004). Com recursos obtidos novamente por meio do Finep, foi feita uma obra de ampliação do espaço do AEM, usando toda a área disponível. Em outubro de 2011, o espaço ampliado foi reinaugurado.

Atualmente, com a chegada de mais quatro acervos de reconhecidos escritores mineiros, estamos às voltas com a saturação do espaço do AEM, o que está alterando sua configuração inicial. Em 2015, foram doados os arquivos de Affonso Ávila (1928-2012) e Laís Corrêa de Araújo (1928-2006), ambos poetas e críticos, cujos fundos documentais foram guardados em sala especial da Biblioteca Universitária, em função

do grande volume de livros e documentos. Por fim, em 2017 recebemos os arquivos do crítico teatral Sábato Magaldi (1927-2016) e do escritor Autran Dourado (1926-2012). Alocados no espaço do AEM, estes últimos acervos transtornaram a topografia do AEM, exigindo novas providências quanto à domiciliação dos acervos dos escritores abrigados na UFMG. Estão sendo pensadas algumas alternativas, seja para otimizar o atual espaço, reconfigurando-o, seja para ocupar uma área anexa a ele na mesma Biblioteca Universitária, seja ainda para pensar a construção de prédio próprio junto à Faculdade de Letras.

2 O arquivo literário e suas virtualidades

Quando se tem presente a diversidade de documentos e materiais que formam o arquivo de um escritor ou escritora, é possível afirmar que, em certa medida, escrever é arquivar, que tornar-se escritor implica constituir um arquivo. A fim de facilitar a nossa compreensão do arquivo literário, podemos vê-lo como constituído de coisas, de elementos não discursivos, e de palavras, ou discursos, enquanto uma formação histórica. Há nele camadas sedimentares que configuram, em termos foucaultianos, zonas de visibilidade e campos de legibilidade, uma repartição do visível e do enunciável. Enquanto tal, pode-se indagar: o que nos dá a ver o arquivo literário? O que ele nos permite dizer, enunciar a respeito da literatura? Digamos que, enquanto conteúdo, ele consiste numa forma: a residência ou lugar em que se guardam os documentos de escritores em instituições públicas ou privadas. É uma forma composta por relações de força, sempre plurais, dando a ver a literatura em sua materialidade, seus agentes e fruidores. Como expressão, porém, ele mobiliza campos de saberes – especialmente o dos estudos literários – que buscam apreender os atributos da literatura, seus modos de produção e circulação, seu funcionamento. No caso dos estudos literários, trata-se de um campo segmentado e estratificado de disciplinas, constituído por matérias formadas, por funções formalizadas e distribuídas em ver e falar, em luz e linguagem. Assim, no arquivo literário, o dizível – os enunciados agenciados pelos heterogêneos documentos nele depositados e os saberes que o atravessam – constitui uma dobra reflexiva sobre o visível: a biblioteca, as coleções de objetos e obras de arte, os documentos do arquivo.

Desse modo, seguindo uma trilha aberta por Foucault e Deleuze², pode-se dizer que o saber sobre o literário implica entrecruzamentos do visível e do enunciável, do ver e do falar, compondo camadas diversas, camadas atravessadas por relações de forças, que são relações de poder. Tais forças compõem o lado de fora do arquivo literário e se definem pelo poder de afetar e de serem afetadas. Dizem respeito a forças no homem – o imaginar, o inventar, o recordar, o querer – e também às forças da vida, do trabalho, da linguagem. Assim, o arquivo literário é uma forma conectada a diferentes e contraditórias forças que nele se chocam, constituindo pontos de intensidade, de afecções. Pensemos nas forças criativas e da imaginação, condensadas nos documentos do processo de escrita das obras; nas forças da memória, das tradições literárias e culturais singularizadas na biblioteca do escritor, em colisão com as forças do esquecimento; nas forças próprias da esfera privada, como expressão dos interesses particulares da família e representantes do escritor/a, das editoras, configuradas em normas jurídicas, enunciadas em contratos, documentos de compra ou de doação do arquivo a instituições de guarda. Forças essas em conflito com os interesses do espaço público, das instituições de guarda, do Estado, das demandas da sociedade. Consideremos ainda as forças retóricas que circulam no arquivo literário e que têm nos discursos seu objeto central de atuação e expressão; as forças articuladoras do poder arcôntico, dotado de um privilégio interpretativo vinculado aos comandos e regulamentações do arquivo, a seus arranjos; e as forças performáticas, visíveis, por exemplo, na maneira de se tratar museologicamente os documentos do arquivo literário³.

Os arquivos literários são constituídos pelos arquivos pessoais dos escritores(as), contendo conjuntos documentais relacionados a suas atividades profissionais e a seus interesses, acumulados pelo escritor(a) ao longo da vida. Tal acumulação resulta de um trabalho de seleção de documentos que devem ser guardados entre os variados papéis que o titular do arquivo manuseia cotidianamente. Trabalho indiciador de um poder e uma violência presentes na constituição mesma de um arquivo, à medida que muito papel é descartado. Particularmente no caso de

² Valho-me aqui particularmente do *Foucault*, de Deleuze.

³ A propósito dessas forças que coexistem no arquivo, ver meu ensaio MARQUES, Reinaldo. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

arquivos privados de pessoa pública, como os de um escritor, essa seleção é feita muitas vezes por familiares e amigos, sobretudo quando da morte do titular.

Em termos mais pragmáticos, a presença de arquivos de escritores em centros de documentação literária, particularmente nas nossas universidades, tem como objetivo incrementar pesquisas no campo dos estudos literários que resultem em artigos críticos, dissertações e teses acadêmicas. Não por acaso, entre nós, a criação desses centros de pesquisa literária ocorre na segunda metade do século passado e coincide com a implantação dos Programas de Pós-Graduação em Letras a partir dos anos 1970. Daí a importância de que se tornem espaços vivos e dinâmicos, a fim de que cumpram seu papel em termos da produção de conhecimento na área, especialmente por serem mantidos com recursos públicos. Ao mobilizarem o campo do dizível e do legível por meio de novos atos enunciativos e agenciamentos discursivos, como dobra sobre o visível, as pesquisas configuram, pois, a potência desses arquivos literários, constituem suas virtualidades.

Todavia, aqui é preciso estar atento à captura do arquivo por regimes discursivos da verdade, que nos prometem um acesso às origens, à totalização do conhecimento, reduzindo o arquivo às técnicas da evidência histórica pelo recurso ao documental, descuidando-se de uma crítica do documento como montagem e de seus usos e abusos pelo poder. No caso do arquivo literário, por exemplo, ronda-nos o fetiche de um acesso pleno à intencionalidade autoral, surpreendida em seu frescor originário em algum documento. Ao reler as categorias de potência e ato em Aristóteles, Giorgio Agamben (2015, p. 246) salienta o entendimento aristotélico da potência como privação ao afirmar: “Existe uma forma, uma presença do que não é em ato, e essa presença privativa é a potência.” Destaca ainda a distinção entre uma potência genérica e uma potência própria a quem já detém um certo saber ou habilidade, a exemplo de um arquiteto, que evidencia sua potência enquanto pode não construir. Nesse sentido, Agamben postula que a passagem da potência ao ato não esgota ou anula a potência, mas que esta se conserva no ato. E isso tem implicações não só no campo político, na forma como o poder constituinte se conserva no poder constituído, mas também no estético, nos convidando a repensar o estatuto da obra de arte e do ato criativo.

Ao trazer essas considerações de Agamben, faça-o com o intuito de chamar a atenção para o fato de que as pesquisas produzidas nos

arquivos literários com todos os enunciados que ativam não são capazes de esgotar sua potência, não anulam suas virtualidades, especialmente se levarmos em conta a dimensão imaginária do arquivo, isto é, que em tudo aquilo do já dito, do já enunciado que o arquivo retém e guarda como dispositivo da memória, se inscreve o ainda não dito, o que está na iminência de se dizer, ou mesmo um interdito ou o indizível, assinalando uma região de impossibilidade de saber, de não saber, existente também no coração do arquivo. Algo que tensiona e até mesmo se contrapõe aos regimes discursivos da verdade, à pretensão de cientificidade e de totalização que move as ciências.

O desenvolvimento de pesquisas nos centros de documentação literária, especialmente com fontes primárias, depende de um trabalho contínuo e meticuloso de tratamento, organização e classificação dos seus fundos documentais, segundo princípios biblioteconômicos, arquivísticos e museológicos, de modo a facilitar o acesso aos documentos por parte dos pesquisadores. Trata-se de um trabalho a ser feito por profissionais especializados – bibliotecários, arquivistas, museólogos – e que visa impor ordem ao arquivo literário. Uma ordem arcôntica que situa cada documento num lugar próprio, um lugar físico e um lugar metodológico, no arranjo arquivístico, de modo a impedir que, fora de seu lugar, o documento se transforme em sujeira, ruído informacional. Ordenados no arquivo, os documentos são postos em relação, providos de contextos discursivos, inseridos numa arquitetura de textos capaz de os conectar com um princípio rastreador, apto a assegurar sentidos autorizados, legitimados, estabilizando-os a serviço da evidência histórica.

Todo esse labor, imprescindível, contribui para dar a ver, tornar visível aquilo que está dado no arquivo: seus documentos, objetos e coisas alocados e exteriorizados num espaço, numa residência, e que constituem a materialidade do arquivo. Assim é que está a serviço da luz e do olhar, por exemplo, o tratamento museológico conferido a livros, obras de arte e objetos pertencentes ao escritor, a documentos de gênese dos textos, expostos em vitrines e realçados por um jogo de iluminação. Ora, pode-se dizer que tudo isso que está dado e visível, toda a massa documental, compõe o atual do arquivo literário. Por outro lado, esse atual contém em si, em estado de iminência, o virtual, ou seja: a formulação de gama variada de enunciados sobre o que está dado, por meio não apenas da atividade investigativa como também da fruição, incrementando o saber sobre a literatura, esse objeto que captura e mobiliza nosso olhar.

Vale a pena desdobrar aqui, ainda que sucintamente, a ideia de potência, articulando-a às noções de possível, de virtual e de atual. A propósito, nos diz Deleuze (1996, p. 49): “Toda multiplicidade implica elementos atuais e elementos virtuais. Não há objeto puramente atual. Todo atual rodeia-se de uma névoa de imagens virtuais.” Tendo em vista que nem tudo é dado ou passível de ser dado, o virtual é formulado como a “insistência do que não é dado”. Proveniente do mundo, ele pertence ao plano da imanência e não se confunde com a transcendência, tampouco deve ser visto como estado primitivo do real, do qual procederia o dado. Múltiplo e complexo, o real é constituído de uma parte virtual e de uma parte atual e somente existe em vias de atualização, de maneira que o processo de virtualização é inseparável de um movimento de cristalização, capaz de restituir ao dado sua contraparte irreduzível de virtualidade (ZOURABICHVILI, 2004, p. 117-119). Ora, relacionado ao múltiplo e ao imanente, o virtual está aberto a uma multiplicidade de devires, de atualizações, diversamente do possível, que se dobra a certas necessidades internas e mais teleológicas do processo de vir a ser.

Como não associar essa potente “névoa de imagens virtuais” à dimensão imaginária do arquivo literário a que aludi há pouco, a ser vista não como negação da realidade, mas como parte do real, sua potência crítica e criativa? Particularmente, se compreende que esse movimento paradoxal de atualização e virtualização instaura uma temporalidade múltipla no arquivo literário, com superposições e condensações de passado, presente e futuro. O passado de uma escrita autoral irrompe no presente do arquivo pela recuperação de seus rastros em documentos de processo, ao mesmo tempo em que se projeta no futuro da escrita de trabalhos acadêmicos. Essa temporalidade múltipla, por sua vez, é indissociável de espaços também heterogêneos. Importa aqui nos desfazermos de uma ideia do espaço do arquivo como mera superfície a ser atravessada, como lugar estável, fechado e coerente, capaz de atualizar uma narrativa única ou totalizante, convertendo o espaço em tempo. Conforme nos mostra Doreen Massey, o espaço é constituído sempre por inter-relações e interações, conectando a imensidão global ao mais local. Ainda, não há espaço sem multiplicidades, haja vista que são coconstitutivos, nele coexistem distintas trajetórias. Por fim, por ser aberto, o espaço é constitutivamente inacabado, está sempre em construção; para a autora, o espaço é uma “simultaneidade de estórias-até- agora” (MASSEY, 2015, p. 27-32). Nessa direção, enquanto tramado por

uma lógica arcôntica e por forças territorializantes, como as que presidem o saber e o tratamento arquivístico, o espaço do arquivo literário pode ser visto como um espaço estriado, medido e homogêneo, que tem em vista alocar documentos e saberes em lugares fixos e hierarquizados. Todavia, à proporção que é atravessado também por forças desterritorializantes e anarcônticas, ao estriado se sobrepõe um espaço liso e indefinido, sem lugares fixos, aberto à circulação de saberes nômades (XXXXXXXX, 2019). Isso implica a existência no arquivo de uma ambiguidade visível no trânsito entre ordem e desordem, entre uma dimensão do atual, do factual, e uma dimensão do espectral, do virtual. Tensão que se torna mais patente se nos livramos de uma concepção moderna e positivista do arquivo, a serviço da mera evidência histórica, de produção de verdades inquestionáveis e essencialismos identitários, particularmente se, desconfiados dessas verdades, formos capazes de nos atentar para os restos e as ruínas dos arquivos literários⁴.

A possibilidade de enunciar sobre e a partir dos arquivos literários, atualizando pesquisas, discursos e saberes sobre a literatura, demanda a presença e o trânsito dos leitores de literatura. Não apenas de leitores profissionais – estudantes, professores e pesquisadores – mas também dos leitores amadores, interessados ambos nos rumos da arte da palavra no mundo contemporâneo. Isso implica o uso reiterado, mas crítico, dos documentos do arquivo do escritor como material de pesquisa acadêmica ou escolar. No entanto, com as novas tecnologias eletrônicas e da informática, com o desenvolvimento da memória digital, a presença dos pesquisadores no espaço do arquivo, entregues aos usos de sua documentação, caminha para se tornar virtual, não presencial, em larga medida. Para isso está contribuindo o processo em marcha de digitalização dos documentos dos arquivos, que são invadidos por uma onda geral de virtualização. De acordo com Pierre Lévy, se a atualização consiste na criação de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades, a virtualização diz respeito a uma dinâmica, à passagem do atual ao virtual, enquanto movimento inverso ao da atualização. Trata-se antes de uma mudança de identidade, vinculada a um processo de heterogênese, e não de uma desrealização. Movimento desterritorializante, implica desligar-se do espaço geográfico e do tempo

⁴ Conferir, a propósito, o verbete “Arquivo” no volume *Indicionário do contemporâneo* (2018).

cronológico, desconectar-se do aqui e agora, como êxodo da presença, e tem na memória, na imaginação e no conhecimento importantes vetores (LÉVY, 1996, p. 11-25). Como um de seus efeitos, a virtualização enfraquece a dicotomia dentro/fora, rasurando fronteiras e promovendo passagens do interior ao exterior, e vice-versa, afetando as relações entre o privado e o público, o subjetivo e o objetivo, o próprio e o comum, o mapa e o território.

Estamos ainda diante do enorme desafio da digitalização da massa documental contida nos nossos arquivos literários, de modo a propiciar sua transferência para outras mídias e bases de dados, como forma de compartilhar documentos. Com o advento das tecnologias da memória digital, as questões de transferência de dados e informações se sobrepõem às de estocagem, segundo Wolfgang Ernst (2013). Em sua análise arqueológica das mídias digitais, ele indica que o futuro de nossa memória cultural haverá de se concentrar na transferência, mais do que na estocagem, por meio de fluxos processuais permanentes de dados, instaurando uma diferente economia do arquivo como “agência dinâmica on-line”. Nessa concentração na transferência, vislumbra-se a transformação de nossa forma de imaginar e experimentar o arquivo, visível na construção de edificações para museus e bibliotecas, por exemplo. Embora a tecnologia digital favoreça a comodificação da memória, para Ernst, preservadas em arquivos on-line, as memórias digitais não mais estarão separadas do presente, podendo ser apropriadas de diferentes maneiras. Num horizonte talvez próximo, todavia, nossa noção de arquivo tenderá a se dissolver em circuitos eletrônicos e fluxos de dados, em decorrência de processos sociotécnicos que dizem respeito à heterogênese do arquivo, perspectiva que impõe certamente enormes desafios ao trabalho com arquivos literários.

Em se tratando do cuidado com a memória literária, cultural e histórica, não é desejável, contudo, adotarmos uma perspectiva monológica, restrita a um único recurso ou solução técnica. Se a memória digital facilita exponencialmente o acesso à documentação em escala global, os desafios da preservação continuarão ainda colocando em pauta as questões da exteriorização da memória, de armazenamento e conservação, com as implicações de tratamento documental e espaço para domiciliação. Por isso, o cuidado com nossa memória literária e cultural deve se valer de múltiplos recursos, quer os propiciados pelas novas tecnologias, como os arquivos eletrônicos e digitais, quer o antigo microfilme e o bom e velho papel.

Já é hora concluir esta breve exposição sobre a potência do arquivo literário. Nesse sentido, gostaria de terminar apontando para um fora do arquivo literário, articulando-o, ainda que de modo muito precário, às noções de virtual, imaginário e exterioridade⁵.

Como vimos, a atualização do arquivo literário vincula-se ao movimento mesmo de sua virtualização, desvelando a sua existência enquanto imagens. Imagens heterogêneas e não raro híbridas: verbais, grafemáticas, icônicas, sonoras, visuais, plásticas. Como tal, o virtual permite ir além da massa do já dito e já visto, indicando a iminência de um ainda por dizer e por ver, em devir. Essa dimensão virtual configura uma existência imaginária dos arquivos de escritores, marcada pela coexistência de tempos e espaços heterogêneos, que irrompe para o fora do arquivo, da linguagem, abrindo-se a um pensamento do exterior, exterioridade que inscreve no arquivo relações de força, de poder, que o afetam de diversos modos – as forças da imaginação, da invenção, da recordação que movimentam o sujeito humano; as forças da vida, do trabalho e da linguagem. Nos fundos documentais dos arquivos literários é possível apreender a ação dessas forças, infletindo o devir do arquivo em múltiplas e contraditórias direções. Como no caso das forças que transformaram a linguagem escrita, e com ela a literatura, na principal tecnologia simbólica do mundo moderno, em detrimento da comunicação oral, das tradições orais, mas que deixam na escrita seus rastros, suas marcas. Um tal fora contém a potência do arquivo literário como instância de um pensar em diferença, em que as obras dos escritores se desobriam, afirmando a linguagem, o imaginário, em contraponto a uma apropriação dos arquivos dos escritores por um discurso da representação, lógico e racional, a serviço da mera produção de conhecimento, da verdade.

Uma experiência do fora torna-se possível se damos atenção especialmente aos restos dos arquivos literários. Com efeito, neles nos deparamos com coleções de objetos diversos, somos desconcertados por diferentes tipos de resíduos culturais, como se pode constatar numa visita pela área museológica do Acervo de Escritores Mineiros. Saltam à vista coleções de peças de artesanato – do Caribe, da Índia, do Vale do Jequitinhonha –, algumas quebradas; de miniaturas de instrumentos

⁵ Estou retomando aqui, não sem praticar certa violência interpretativa, a aproximação feita por Tatiana Salem Levy do conceito de fora com as noções de virtual, imaginário e exterior, a partir de Blanchot, Deleuze e Foucault (LEVY, 2003).

musicais, de chaveiros e cachimbos; de objetos pessoais variados, como canetas, mata-borrão, máquinas de escrever. Capturam nossa atenção ainda o piano de Lúcia Machado de Almeida e a bateria de Fernando Sabino, além de diplomas, medalhas de honra e de mérito. A par disso, somos surpreendidos por inúmeros recortes de jornais, cadernetas, diários; por fragmentos de textos, imagens desconjuntadas, pedaços de papéis com anotações, guardados em pastas ou amontoadas caixas. Enfim, trata-se de uma gama de elementos que persistem como restos, como resíduos culturais, instaurando uma descontinuidade na lógica e nos procedimentos do arquivo. Rebeldes à classificação, esses restos denunciam os limites da razão ordenadora e o caráter arbitrário de toda ordem, arruinando o furor taxionômico⁶, indicam a presença nos arquivos literários do outro, da alteridade, que institui nele uma dimensão ética e política.

Como se vê, estou por ora apenas insinuando uma possibilidade. Desdobrar essa noção de um fora do arquivo, explorar seus confins teóricos, se tornará mais efetivo se formos capazes de pensá-la juntos, em comum, *simpoeticamente*. Por isso, finalizo esta minha intervenção convidando todas e todos a habitarmos o arquivo literário, tanto com nossos corpos, presencialmente, como com nossa imaginação, virtualmente. E que o façamos como pesquisadores anarquistas, capazes de rir da solenidade das origens e de pensar os arquivos literários segundo outras ordens ou desordens possíveis, contando outras histórias que não aquelas que nos demandam regimes discursivos da verdade.

Referências

AGAMBEN, G. A potência do pensamento. In: _____. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 243-254.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Deleuze filosofia virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

ERNST, W. *Digital memory and the archive*. Minneapolis: Jussi Parikka, 2013.

⁶ Esse tema dos restos do arquivo literário está mais desenvolvido no ensaio *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. (MARQUES, 2015).

FOSTER, H. *Design e crime (e outras diatribes)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LÉVY, P. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

LEVY, T. S. *A experiência do fora*: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

MARQUES, Reinaldo. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MARQUES, Reinaldo. Acervo de Escritores Mineiros: espaço de saberes nômades. In MEDEIROS, Elen de, RODRIGUES, Leandro Garcia (Org.). *Acervo de Escritores Mineiros: memórias e histórias*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2019, p. 247-265.

MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2015.

MEDEIROS, E.; RODRIGUES, L. G. (orgs.). *Acervo de escritores mineiros: memórias e histórias*. Belo Horizonte: Fale, 2019. (No prelo).

PEDROSA, C. et al. (orgs.). *Indicionário do contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

SOUZA, E. M. de (org.). *Autran Dourado*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Literários da UFMG, 1996.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Recebido em: 19 de agosto de 2021.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2021.



A literatura de viagem do século XIX como fonte para o estudo do patrimônio cultural de três distritos de Ouro Preto (MG)

Travel Literature From the 19th Century as a Source for the Study of the Cultural Heritage of Three Districts of Ouro Preto (MG)

Maria do Carmo Pires

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais / Brasil.

maricipires@ufop.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0160-2516>

Alex Fernandes Bohrer

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Ouro Preto, Minas Gerais / Brasil.

alex.bohrer@ifmg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-3289-3021>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como três distritos de Ouro Preto – Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu – foram retratados nos diários dos viajantes estrangeiros que visitaram a região no século XIX e avaliar as continuidades dos aspectos relatados no tocante ao patrimônio. A literatura de viagem é uma importante fonte histórica que possibilita a análise da estrutura social, dos aspectos naturais e do patrimônio das localidades. Todos os viajantes em seus diários deram destaque à formação urbana dos locais onde passavam com o arruamento em torno das igrejas. Isso permitiu também vislumbrar manifestações intangíveis que ainda fazem parte da memória afetiva de suas populações e são importantes registros do patrimônio das localidades, como as festas dos santos padroeiros e os festivais que ainda ocorrem no entorno das antigas igrejas. Buscou-se interpretar o patrimônio das localidades e foi possível identificar que a herança cultural dos três distritos, que foi retratada nos diários de viagens, é permeada de elementos materiais e elementos simbólicos que são inseparáveis e ainda resistem.

Palavras-chave: literatura de viagem; patrimônio cultural; memória; distritos de Ouro Preto; Minas Gerais.

Abstract: This article aims to analyze how three districts of Ouro Preto – Cachoeira do Campo, Glaura and São Bartolomeu – were portrayed in the diaries of foreign travelers who visited the region in the 19th century and to assess the continuities of the aspects related to heritage. Travel literature is an important historical source that enables the analysis of the social structure, natural aspects and heritage of localities. All travelers in their diaries highlighted the urban formation of the places they passed, with the streets around the churches. This also allowed glimpses of intangible manifestations that are still part of the affective memory of their populations and are important records of the heritage of the locations, such as the feasts of patron saints and festivals that still take place around the old churches. We sought to interpret the heritage of the localities and it was possible to identify that the cultural heritage of the three districts, which was portrayed in the travel diaries, is permeated by material and symbolic elements that are inseparable and still resist.

Keywords: travel literature; cultural heritage; memory; districts of Ouro Preto; Minas Gerais.

1 Introdução

A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, serviu de inspiração para políticos, artistas e ideólogos que estavam discutindo o patrimônio cultural brasileiro entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Foi partindo da preocupação em preservar o acervo das antigas cidades coloniais, principalmente da região de Minas Gerais, que foram criados os primeiros órgãos de preservação no Brasil e os instrumentos de proteção no final da década de 1930. Ouro Preto foi também a primeira cidade brasileira a ser considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1980 e, nas palavras de Cesário Alvim, “Ouro Preto, por exemplo, já é por si só um grande museu” (*Apud* BRAGA, 2010, p. 26). O processo de reconhecimento patrimonial de determinados lugares, como das consideradas “cidades históricas mineiras”, com suas ruas, becos, igrejas e casarios que contam um pouco da história das Minas Gerais setecentistas, fazem parte do processo de construção e de definição dos lugares de memória, que são escolhidos de acordo com as perspectivas, discussões e interesses do presente pelo medo da perda de uma identidade, seja de um grupo

ou de uma nação (NORA, 1993). Entretanto, quando várias dimensões do patrimônio são levadas em consideração, principalmente no tocante aos aspectos intangíveis, nem sempre é o medo da perda que move o reconhecimento pelas comunidades, mas mostrar que determinados bens culturais fazem parte de suas vivências e formas de se expressar e de ver o mundo e, por isso, o patrimônio é dinâmico e pode ter novos elementos incorporados. Segundo José Reginaldo Gonçalves (2015, p. 213), o estudo do patrimônio não deve se limitar aos aspectos que são encontrados principalmente nos discursos ocidentais e modernos porque não se trata de “descobrir, defender e preservar” uma identidade previamente dada e em risco de se perder. Conforme destaca este autor,

Trata-se, antes, da forma como esses povos e grupos se situam em suas relações com a ordem cosmológica, natural e social, preocupados em interagir com as diversas entidades do universo: os deuses, os mortos, os antepassados, os parentes, os vizinhos, os animais, as plantas etc. Do ponto de vista de suas cosmologias, eles existem individual e coletivamente na medida em que fazem parte dessa extensa rede de relações de troca. Nesse sentido, descobrir e defender sua “identidade” não é necessariamente, para eles, um problema. Esta é, na verdade, uma preocupação presente nos discursos e políticas de patrimônio que lhes são impostos quando, sempre com as melhores intenções, se busca preservar seu “patrimônio” e ainda classificá-lo como “patrimônio da humanidade”. Vale assinalar, no entanto, que essa consciência da “identidade” não é inteiramente estranha à sua experiência e pode também ser partilhada por eles em diversas situações sociais (GONÇALVES, 2015, p. 214, grifos do autor).

Se o reconhecimento do valor do acervo patrimonial da cidade de Ouro Preto é inegável, o mesmo nem sempre é notado em relação aos seus distritos que possuem também um rico acervo cultural tangível e intangível, além do patrimônio natural. Este acervo foi sendo guardado ou modificado pelas comunidades, na vivência cotidiana dos moradores que usam e valorizam aquilo que faz parte de suas histórias e suas memórias afetivas. Segundo José Newton Meneses (2006), os viajantes cientistas do século XIX talvez tenham sido os primeiros a interpretar o patrimônio cultural de forma sistemática em seus diários e, desta forma, são importantes fontes para a história dos distritos de Ouro Preto e para o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial

nas localidades. Entretanto, Ilka Boaventura Leite (1996, p. 230) ressaltou que é importante relativizar o uso da literatura dos viajantes como “fundamentos empíricos de explicações sociológicas, históricas, antropológicas” e deve-se levar em consideração o “colonialismo, racismo e etnocentrismo”. Miriam Moreira Leite (1997, p. 15) também destacou que “os viajantes observaram, descreveram e classificaram o mundo social, refletindo, por comparação, sobre a vida cotidiana do grupo visitado”. Desta forma, é importante ressaltar, antes de iniciar a análise proposta neste artigo, que a comparação era quase sempre relacionada aos seus países de origem na Europa e a visão descrita por eles em seus diários muitas vezes era de superioridade em relação ao outro, ou seja, aos moradores do Brasil. Conforme já alertou Miriam Leite (1997, p. 10), o “viajante traz a postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada diante de uma série de obstáculos linguísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado”.

A educação patrimonial, metodologia que tem como objetivo propor ações educativas que envolvem o patrimônio, pode favorecer a ampliação de uma nova visão em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis. Também pode estimular as manifestações culturais, além de contribuir para a promoção, a proteção, o reconhecimento da diversidade cultural das localidades e proporcionar reflexões sobre a identidade social dos moradores. Segundo Fernando Sivieiro (2015, p. 83), a “educação se faz presente ao longo de toda a história da política preservacionista brasileira” e o lema da educação patrimonial “conhecer para preservar”, teria fundamentado a transformação da educação em um instrumento de proteção patrimonial. Segundo o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 21). Desta forma, a educação patrimonial pode ser um importante instrumento de recuperação da autoestima no sentido de valorizar a memória histórico-cultural das comunidades numa perspectiva dialógica e o uso da literatura dos viajantes do século XIX, como fonte primária, pode contribuir na interpretação das continuidades e descontinuidades do acervo cultural.

Assim, este artigo¹ tem como objetivo analisar como três antigos distritos de Ouro Preto – Cachoeira do Campo, Glaura (antiga Santo Antônio da Casa Branca) e São Bartolomeu – foram retratados nos diários dos viajantes estrangeiros que visitaram a região no século XIX e avaliar as continuidades dos aspectos destacados no tocante ao patrimônio. Para isso, a literatura de viagem é uma importante fonte histórica que possibilita a análise da estrutura sociocultural, dos aspectos naturais e do patrimônio das localidades.

2 Os distritos de Ouro Preto na visão dos cientistas viajantes

Foi durante o século XIX que iniciou um movimento crescente de viajantes de vários países da Europa em missões científicas com o objetivo de conhecer as diversas regiões, estudar a flora, a fauna e as riquezas do Brasil. Isso foi possível após a vinda da Família Real portuguesa em 1808 com a abertura dos portos às nações amigas (LEITE, 1996). Durante suas longas jornadas, vários estrangeiros visitaram Minas Gerais e Ouro Preto e, em seus diários de viagem, é possível identificar um quadro eivado por comparações, construído a partir de referências à Europa e às outras regiões brasileiras visitadas. Todo viajante levava em sua bagagem, em maior ou menor grau, uma imagem pré-concebida do que queria ver e, muitas vezes, o procedimento utilizado para a identificação baseava-se no realce das diferenças. Entretanto, é possível identificar aspectos culturais dos moradores das localidades visitadas e os aspectos regionais que fazem parte do patrimônio cultural e que serviram de base na construção de um perfil dos mineiros e da mineiridade (ARRUDA, 1990).

Mary Anne Junqueira (2011, p. 46) afirma que é “possível encontrar semelhanças em relatos de viagem científicos datados de um mesmo período, no entanto, certamente, o interessado encontrará também consideráveis dissimilitudes”. Ainda segundo esta autora, o relato de viagem é uma forma literária que compreende a “memória de viagem” e “nem sempre trata daquilo que o viajante viu, na hora em que viu e como as coisas se deram”, mas sempre compreendem narrativas diferentes (JUNQUEIRA, 2011, p. 49). Desta forma, a literatura de viagem

¹ Parte do texto foi elaborado inicialmente para ser apresentado no *IV DiverMinas – Encontro sobre a Diversidade Linguística em Minas Gerais*, na Mesa Redonda intitulada *Educação Patrimonial: Toponímia, História e Memória*.

compreende referências importantes para a contextualização das práticas sociais, da vida cotidiana e da análise patrimonial dos lugares visitados. Segundo Elisa Schemes (2015, p. 11), “o relato de viagem é sim fonte documental e deve receber tratamento como tal, mas é também literatura de viagem e o historiador não deve descuidar de suas especificidades”.

Em viagens científicas, os viajantes hospedavam-se nas casas de moradores de destaque nas localidades e, a partir daí, deslocavam-se para os arredores aprimorando seus conhecimentos e recolhendo informações sobre os lugares que visitavam. É importante mencionar que todos levavam consigo uma carta de apresentação do governo com a sua identificação e seus objetivos. Essa carta permitia trânsito livre e boa acolhida nas localidades. Com este documento eram recebidos em residências mais abastadas de pessoas ligadas às esferas do poder local, em grandes e pequenas fazendas e também conseguiam vantagens. Na ausência destas fazendas era nas casas particulares e ranchos que a mesma obrigação de receber e dar pouso era garantida. Esta carta de referência permitia também que o viajante em missão científica tomasse posse de qualquer animal disponível caso fosse necessário, segundo relato do geólogo e metalurgista alemão Barão de Eschwege (2002) que morou em Vila Rica entre os anos de 1811 a 1821.

Foram muitos e de várias nacionalidades os viajantes que percorreram Minas Gerais, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (2004), o comerciante inglês John Luccock (1975), o mineralogista e diplomata inglês Richard Francis Burton (2001), o também mineralogista, médico e botânico austríaco Johann Emanuel Pohl (1951), além dos alemães, o zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich von Martius (2017), e o naturalista Hermann Burmeister (1980). A partir dos seus diários, é possível identificar as dificuldades pelos quais passaram durante suas viagens e os pousos que se hospedaram ao longo dos trajetos que percorreram. Também pode-se constatar os comentários e a percepção dos mesmos no que se refere à hospitalidade, às condições físicas destes lugares e à alimentação oferecida e também à descrição do comportamento e dos hábitos dos moradores das Minas que encontravam por seus caminhos.

Nas longas jornadas pelos caminhos mineiros, alguns viajantes passaram pelos antigos arraiais de Cachoeira do Campo, Casa Branca (Glaura) e São Bartolomeu e deixaram suas impressões que são importantes para a compreensão das continuidades e descontinuidades

culturais das comunidades. Saint-Hilaire (2004), em sua passagem pela região, fez um relato de como os arraiais se formaram, do ciclo do ouro e de como se voltaram para a agricultura e a pecuária. Em sua viagem no ano de 1818, relatou que “a cerca 2 ½ léguas de Ana de Sá”, passou por uma “aldeia que ainda [era] cabeça de uma paróquia, a de Casa Branca ou Santo Antônio de Casa Branca” e acrescentou que a localidade foi construída sobre o morro acima do Rio das Velhas (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 80). Achou a igreja barroca de Santo Antônio muito bonita e presenciou uma cerimônia de enterro dentro dela, como era comum em toda Minas Gerais barroca desde o início do século XVIII.

Entre na igreja de Casa Branca, que é construída de pedra e muito bonita. No momento faziam uma sepultura para uma mulher, cujo corpo havia sido exposto no meio da igreja. Segundo o costume da região o féretro não tinha sido fechado; o corpo vestido e o rosto descoberto. As pessoas de condição inferior são ordinariamente enterradas fora das igrejas, as outras o são geralmente dentro das igrejas. O uso de epitáfios é quase desconhecido. Também não há o hábito de realizar batismos, casamentos e enterros nas igrejas paroquiais respectivas; os casamentos e batizados podem ser feitos em quaisquer igrejas, bastado para isso a permissão dos curas; para os enterramentos é bastante a vontade do morto, expressa em testamento, para determinar o lugar onde deve ser inhumado (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 81).

Saint-Hilaire também descreveu Cachoeira do Campo como sendo sede de uma paróquia que compreendia três sucursais quando esteve na localidade, dando destaque ao número de habitantes que era elevado para a época, “uma população de mais de 2.180 almas”. Destacou que o antigo arraial tinha sido construído “sobre as encostas de duas colinas opostas”, o arruamento era composto por casas separadas umas das outras e que os governadores possuíam na localidade “uma residência de descanso a que [davam] o nome de palácio”, mas essa casa achava-se abandonada e, segundo ele, ia ser colocada em leilão (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 89).

Neste mesmo ano de 1818 os alemães Spix e Martius (2017) também passaram por Casa Branca quando se dirigiam de Vila Rica à Vila de Sabará. Citaram o pouso do arraial como um lugar agradável e hospitaleiro, apesar das dificuldades de encontrar o caminho:

Depois de uma caminhada de quatro léguas, abriu-se a montanha e achamo-nos no meio dos campos abertos e à vista da serra de Capanema diante do arraial de Santo Antônio de Casa Branca, onde nos proporcionava bom pouso para a noite uma venda, bem sortida, por estar perto da capital. (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 18, vol. 2)

A hospitalidade, muito divulgada como característica do povo mineiro, encontrou nos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX a base para seu estudo. Maria Arminda Arruda (1990) utilizou a literatura de viagem do século XIX para analisar a *mitologia da mineiridade*, ou seja, o processo de construção de uma identidade do povo mineiro, pertencente “à memória de identificação coletiva existente em Minas Gerais como patrimônio herdado do passado colonial” (PIRES, 2017, p. 413).

Johann Emanuel Pohl (1951), durante sua estada em Minas Gerais, visitou Vila Rica e seus arredores, acompanhado pelo Governador Geral e pelo Barão de Eschwege. Eles também foram a Cachoeira do Campo no dia 01 de fevereiro de 1819 para conhecer o arraial e o palácio de campo onde os governadores passavam grande parte do ano, além da coudelaria real que era um antigo quartel. Durante sua viagem e estadia no local, Pohl (1951) observou as condições dos terrenos além de visitar também um pomar onde observou maravilhado as árvores frutíferas ali existentes, bem como as técnicas de cultivo implantadas pelo alferes conhecido como Curioso, um homem de 67 anos de idade “assim apelidado por ter feito em seu pomar plantações absolutamente incomuns no País [...] Seu pomar bem que merecia ser imitado pelos habitantes, mas eles não lhes prestaram atenção; de um homem laborioso, diziam abertamente que era um esquisitão” (POHL, 1951, p. 429).

O alemão Burmeister (1980), que esteve no Brasil no início da década de 1850, também passou pelos distritos e deixou suas impressões publicadas em seu diário, citando alguns topônimos que ainda existem, como o ribeirão Taboão – na localidade que ainda é conhecida como Taboões – e Bandeirinha que ainda possui o mesmo nome. Destacou também o rancho José Henriques, local muito citado pelos viajantes que passaram pela região na primeira metade do século XIX:

Passamos pelo rancho de José Henrique, onde Auguste de Saint-Hilaire descansara precariamente algumas semanas, e, sem nos deter, dentro em pouco chegamos ao ribeirão do *Taboão*. Subindo outra vez, atingimos a fazenda da bandeirinha e o córrego do

mesmo nome [...] Perto das 2 horas chegamos ao arraial da Casa Branca, situado além do córrego numa elevação considerável. O lugar causa ótima impressão, com sua igreja de pedra, quando avistado ainda de grande distância [...] (BURMEISTER, 1980, p. 237).

E continuando sua jornada, Burmeister (1980, p. 293) avistou “um largo vale no qual [distinguiram] as casas e instalações esparsas de Cachoeira do Campo – ponto final da viagem do dia – a 4 léguas do Rio da Pedras. Por um caminho estreito, [desceram] até a aldeia” e prosseguiu descrevendo a localidade como “um lugar assaz grande, com duas igrejas de pedra e sobre a duas margens de um rio” em um vale “chato e amplo”.

O inglês Richard Burton (2001), depois de conhecer toda a cidade de Ouro Preto no ano de 1867, seguiu em direção à Mina de Morro Velho, que fica atualmente na cidade de Nova Lima. Chegando no Arraial de Santo Antônio da Casa Branca onde descansou por meia hora em “uma espécie de rancho”, Burton (2001) avistou a igreja “muito alva” segundo ele, que também citou que apenas a igreja de pedra tinha restado dos áureos tempos do arraial e que os moradores tinham deixado a mineração para se dedicarem à agricultura e criação de gado. Descreveu também dois moradores centenários que encontrou na localidade: “um lavrador, ou pequeno proprietário, ainda robusto, embora com 100 anos de idade, e uma mulher, dez anos mais velha do que ele, Genoveva Pereira Bastos, parteira, experimentada na profissão – seus trinetos e tetranetos iam a 120” (BURTON, 2001, p. 492).

Ao analisar as informações extraídas dos relatos dos viajantes, o que se tem em evidência no primeiro momento é o destaque dado aos aspectos naturais, ao ordenamento urbano e às impressões que tiveram no encontro com as pessoas dos locais. Apesar da visão etnocêntrica destes estrangeiros que estiveram em terras mineiras, é possível destacar traços sociais e culturais que ainda fazem parte do patrimônio tangível e intangível existente nas localidades estudadas.

3 Continuidades culturais e possibilidades de abordagens de educação patrimonial

Cachoeira do Campo, Glaura (Casa Branca) e São Bartolomeu são distritos pertencentes ao município de Ouro Preto desde o início de suas formações ainda nos primeiros anos do século XVIII. O antigo

arraial de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo deve sua origem à paisagem composta por campos propícios à criação de gado e à agricultura. Foi o local escolhido para a construção do palácio de campo dos governadores das Minas Gerais e também para a construção de um quartel para soldados da cavalaria em 1779, por ordem do governador Dom Antônio de Noronha, que foi erguido num ponto estratégico, afastado a meia légua da freguesia (LEMOS, 1908). Os povoados de São Bartolomeu e de Santo Antônio da Casa Branca foram se formando às margens do Rio das Velhas e o último teve o nome alterado para Glaura, no ano de 1943, em homenagem ao poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga (WERKEMA, 2009). Estas três localidades se desenvolveram de maneira semelhante e, além das atividades em torno da mineração, transformaram-se em áreas de produção agrícola e pastoril de grande importância para o mercado urbano que estava sendo criado em Minas Gerais no decorrer do século XVIII (PIRES, 2020).

A herança cultural dos três distritos de Ouro Preto é permeada de elementos materiais e elementos simbólicos que são inseparáveis. Todos os viajantes em seus diários deram destaque à formação urbana das localidades com seu arruamento em torno das Igrejas construídas com pedras e com retábulos ricamente ornados, herança da primeira fase do Barroco em Minas Gerais, conhecida como Nacional Português (BOHRER, 2015). A Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo e as igrejas de São Bartolomeu e de Santo Antônio de Glaura são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscritas no Livro de Belas Artes, desde os anos de 1949, 1960 e 1962 respectivamente, estão entre as mais antigas construções de Minas Gerais e são consideradas joias do Barroco (IPHAN, 1949; 1960; 1962). Os povoados surgiram em volta destas igrejas que ainda preservam seus acervos materiais e também as festividades em torno dos santos padroeiros, além de serem os pontos centrais das localidades.

A festa de São Bartolomeu e do Divino Espírito Santo, realizada anualmente no mês de agosto, foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ouro Preto (PREFEITURA, 2015). Em Glaura, as festas de Santo Antônio – que neste distrito é realizada no mês de julho – e a festa do Rosário em outubro, são tradicionais e organizadas pelos moradores da localidade. Também em Cachoeira do Campo a festa da padroeira Nossa Senhora de Nazaré é realizada todo mês de setembro desde o século XVIII. Estas manifestações da religiosidade

católica, com missas, procissões, ruas enfeitadas, bandas de música, barraquinhas e quermesses, preservam a herança do Barroco Mineiro e têm se destacado também como possibilidades para o Turismo Religioso na região. O CRER – Caminho Religioso da Estrada Real –, é considerado “o maior roteiro turístico religioso do Brasil” e tem como objetivo ligar o Santuário de Nossa Senhora da Piedade – na Serra da Piedade pertencente à cidade mineira de Caeté – à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte no Estado de São Paulo (CRER, s.d). O caminho passa pelos distritos de Glaura (Figura 1) e São Bartolomeu, o que pode gerar impactos positivos no turismo da região, uma vez que as manifestações religiosas, mais que atrativos turísticos, são preservadas pela população como símbolos de identidade e de fé. Desta forma, o turismo pode ser desenvolvido de maneira sustentável, zelando pela preservação e possibilitando o intercâmbio entre culturas.

O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica. Não será apenas consumidor passivo da cultura, mas poderá interagir com as diversas manifestações culturais (FUNARI & PINSKY, 2001, p. 11).

Figura 1: Marcos do Programa Estrada Real e do CRER em Glaura.



Fonte: Foto de Alex Fernandes Bohrer (2020).

Sobre as continuidades apresentadas nas leituras dos viajantes estrangeiros do século XIX, pode-se perceber também as manifestações

culturais referentes à gastronomia, aos saberes e aos fazeres artesanais. No tocante à hospitalidade associada aos hábitos alimentares, foi Eduardo Frieiro, no seu clássico *Feijão, Angu e Couve* (1982), que destacou nos diários dos viajantes o que viria a ser conhecida como “comida mineira”, representada principalmente por alimentos produzidos no quintal das casas ou fazendas, carne de porco também criado no quintal e doces de frutos do pomar. Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu se destacam pela existência de festivais gastronômicos que fazem parte do calendário de festas do Município de Ouro Preto. É importante ressaltar que os três distritos, desde o início do povoamento no século XVIII, eram polos de abastecimento alimentar (PIRES, 2020). Em Cachoeira do Campo ocorre a Festa da Jabuticaba há 28 anos (Figura 2) e em Glaura estreou o Festival Gastronômico no ano de 2019, como parte da programação da festa do padroeiro Santo Antônio (Figura 3).

Figura 2: Cartaz da Festa da Jabuticaba de Cachoeira do Campo – 2018



Fonte: *Jornal O Liberal* - 05/10/2018 <https://site.jornaloliberal.net/noticia/216/vem-ai-a-26-festa-da-jabuticaba-de-cachoeira-do-campo>.

Figura 3: Cardápio do Festival Gastronômico de Glaura – 2019.

	<h3>Cardápio</h3>		<p>Pastéis de Anjo Pastéis com massa de anjo e recheios de carne, umbigo de banana, alho poró, queijo, frango com catupiri, pizza e couve com linguiça.</p>	
<h3>Programação</h3>	<h4>Pratos Salgados</h4>		<p>Porco na Lata Porco de porco com ora-pro-nobis crocante, farofa de panko com bacon e polenta frita.</p>	
<p>Dia - 13/07 13:00 - Abertura do Festival 14:30 - Rua de Lazer e Show com Vinicius Penido 20:00 - Show com Tuika 22:30 - Show com Deyvison e Marcelo 02:30 - Encerramento</p>	<p>Angu à Baiana Tradicional angu à baiana.</p>		<p>Toucinho de Barriga Toucinho de barriga com farofa de alho e molho agriçoe.</p>	
<p>Dia - 14/07</p>	<p>Caldos de Feijão e Mandioca Tradicional caldo de mandioca e feijão com o delicioso sabor mineiro.</p>		<p>Todos os pratos a R\$ 10,00 cada</p>	
<p>11:00 - Segundo dia do Festival 11:00 - Quadrilha Pé de Serra 12:00 - Show com Dupla Face 14:30 - Show com Bernardo Avelino 17:00 - Show com Quadrado Carbono 20:00 - Encerramento</p>	<p>Capelenti in Brodo Capelenti de massa fresca recheado com queijos, ao molho especial.</p>		<p>Doces e Sobremesas</p>	
	<p>Churrasquinhas Dois churrasquinhas, à escolha, acompanhados de farofa e molho barbecue.</p>		<p>Brigadeiros Gourmet</p>	<p>Surpresa Mineira</p>
	<p>Delícia Di Grano Pãozinho francês artesanal com carne desfiada ao molho e queijo canastra.</p>		<p>Doces de Canudo</p>	<p>Pé-de-Moleque</p>
	<p>Feijão Tropicão Completo Feijão tropicão com arroz, ovo frito, couve e torresmo.</p>			
	<p>Filézinho de Frango Petiscos de frango empanado no gorgelin, acompanhado de maruchuja.</p>		<p>De R\$2,00 a R\$5,00 cada</p>	
	<p>Mix de Salgados Pastéis caseiros fritos e assados recheados de carne e queijo e coxinhas caseiras.</p>		<p>Chopp Artesanal</p>	
				<p>Beer truck Volks Beer</p> 
			<p>facebook.com/GlauraMG @glauramg</p>	

Fonte: *Jornal Voz Ativa* – 10/07/2019 – <https://jornalvozativa.com/cultura/agenda-cultural/festival-gastronomico-de-glaura-distrito-de-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana/>

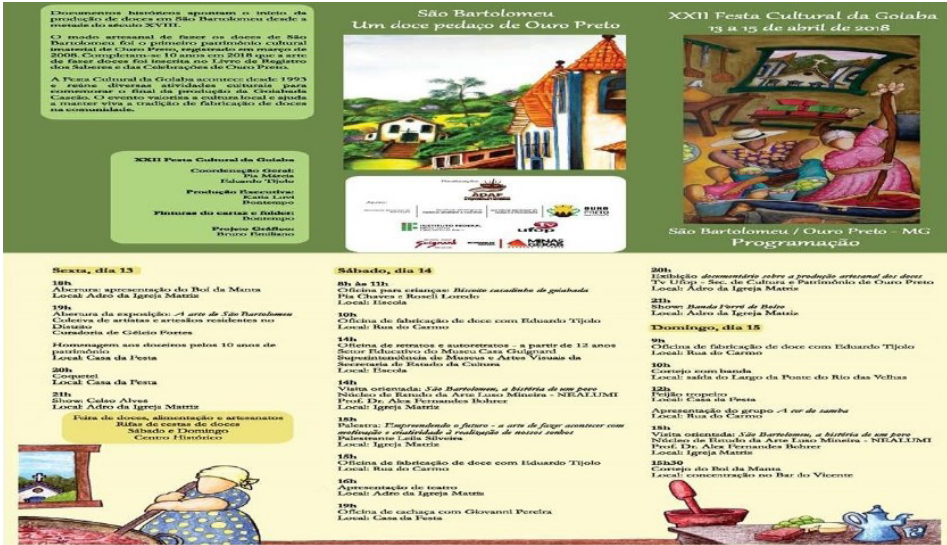
Quando o viajante austríaco Pohl (1951) visitou, no ano de 1819, o já mencionado pomar do alferes “Curioso” também conhecido por “esquisitão” pela população, no antigo quartel de Cachoeira do Campo, foi recebido “com toda espécie de frutas que oferecia o seu bem plantado pomar, com vinho e frutas em conserva”, o que demonstra que a produção local de doces e de vinhos já era consolidada. Também ganhou uma caixa de marmelada “que pesava 50 libras, com a qual fazia considerável negócio com o próximo arraial de São Bartolomeu” (POHL, 1951, p. 429).

A “tradicional produção de doces artesanais de São Bartolomeu” é o primeiro bem cultural do município de Ouro Preto que foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial no ano de 2008 (PREFEITURA, 2008). A produção dos doceiros da localidade foi destacada também nos diários de viagens de Luccock (1975) que foi um dos primeiros a relatar a importância dos doces e do comércio de frutas de São Bartolomeu no ano de 1817, afirmando que a localidade tinha “fama pelos seus doces e [enviava] grande quantidade de marmelada para o Rio de Janeiro” (LUCCOCK, 1975, p. 305). Também Saint-Hilaire (2004) provou e aprovou os doces feitos em São Bartolomeu:

As macieiras e os marmeleiros aí dão muitos frutos e a colheita de marmelos é mesmo de grande importância para a aldeia de S. Bartolomeu, cabeça da paróquia, situada a 1 ½ léguas de José Henriques. Não há, disseram-me, uma pessoa em S. Bartolomeu que não tenha um quintal plantado de marmeleiros e macieiras; os habitantes fazem com os marmelos um doce muito afamado que é posto em caixas quadradas feitas com uma madeira branca e leve chamada caixeta e não somente vendem essas caixas em Vila Rica e seus arredores, mas ainda fazem remessas ao Rio de Janeiro. Comi desses doces; eles têm pouca transparência, porque não há cuidado de eliminar as sementes e o miolo; mas tem gosto quase tão agradável quanto as marmeladas de Orleans (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 83).

Em São Bartolomeu há também no calendário de festas, o “Encontro de Tradições Culinárias” que está em sua sexta edição e, principalmente, a “Festa Cultural da Goiaba” (Figura 4) que está em sua vigésima quarta edição, dando destaque ao modo tradicional de fazer doces da localidade. Esta localidade é a que mais possui bens tombados e registrados entre os distritos de Ouro Preto. Possui a antiga matriz de São Bartolomeu tombada pelo IPHAN e, além dos registros das festas do padroeiro e da tradição da fabricação dos doces, todo o conjunto urbano foi tombado no âmbito municipal no ano de 2005, atendendo a uma solicitação da associação de moradores (PREFEITURA, 2005).

Figura 4: Cartaz da Festa Cultural da Goiaba de São Bartolomeu – 2018.



Fonte: *Jornal Voz Ativa* – 14/04/2018 - <https://jornalvozativa.com/cultura/festa-da-goiaba-de-sao-bartolomeu-em-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana-e-celebra-os-10-anos-do-registro-da-producao-doceira-como-patrimonio-imaterial/>

Em todas as festividades já citadas, que ocorrem nos três distritos, são inseridas ações de educação patrimonial na programação e a organização dos eventos fica sob a responsabilidade dos próprios moradores. Os três distritos do município de Ouro Preto ainda preservam as praças das igrejas como centrais para a vivência cotidiana, como já haviam ressaltado os viajantes em seus diários. Na ocupação do território, elas são referências e locais das festividades tanto religiosas quanto profanas e representam aspectos que superam a dicotomia entre o tangível e o intangível.

4 Considerações Finais

As manifestações culturais de Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu podem ser salvaguardadas desde que o território, entendido como local da vida, de sociabilidades, de legitimação de identidade e de pertencimento, seja respeitado juntamente com a autonomia dos habitantes

das localidades. O patrimônio cultural é composto de vivências, de interações e de ressignificações sociais e deve ser entendido enquanto paisagens culturais, numa interação entre o homem, a cultura e a natureza. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas na atualidade, as localidades estudadas têm possibilidade de continuar a desenvolver suas manifestações culturais, uma vez que as iniciativas de preservação e as ações educativas partiram da própria comunidade que é a verdadeira guardiã, ainda mantém as tradições e zela pelos seus espaços de vivência. São manifestações que ainda fazem parte da memória afetiva de suas populações e são importantes registros do patrimônio das localidades, como as festas dos santos padroeiros e os festivais que ainda ocorrem no entorno das antigas igrejas. Buscou-se interpretar o patrimônio das localidades e foi possível identificar que a herança cultural dos três distritos, que foi retratada nos diários de viagens, é permeada de elementos materiais e elementos simbólicos que são inseparáveis e ainda resistem. Segundo Simone Scifoni (2016) o reconhecimento de paisagens culturais pelo IPHAN amplia o entendimento de que toda cultura é dinâmica, tem historicidade e, por isso, “convive com mudanças na paisagem”, entretanto “as transformações devem se articular a formas de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, respeitando a preservação dos atributos identificados como de valor” (SCIFONI, 2016, n. p.).

O patrimônio das localidades, relacionado com o passado, a paisagem e os costumes, deve ser preservado desde que seja elaborado um plano de ação interpretativa em relação dialógica com a comunidade. Não é necessariamente o medo da perda que leva à construção identitária de valores. O patrimônio reconhecido por uma comunidade não está ligado diretamente a esse medo, mas ao valor identitário no processo de preservação, uma vez que grande parte foi preservada pela comunidade mesmo antes da criação dos órgãos de proteção. O patrimônio cultural foi preservado pela população que é capaz de guardar aquilo que ela valoriza por si e de modificar também de acordo com as necessidades geradas na vivência cotidiana. Desta forma, as comunidades de Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu são as verdadeiras guardiãs da memória, dos bens culturais e da sua história. São homens e mulheres que “buscaram espaços de sobrevivência e de produção de bens” e acabaram construindo “vida, memória e história” (MENESES, 2006, p. 104).

Referências

ARRUDA, M. A. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOHRER, A. F. *A talha do estilo nacional português em Minas Gerais: contexto sociocultural e produção artística*. (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9VDQXT>>. Acessado em 31/07/2021.

BRAGA, V. M. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7709>> Acessado em 16/01/2013

BURMEISTER, H. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BURTON, R. F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2001. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1116>>. Acessado em 15/08/2020.

CRER. *Caminho Religioso da Estrada Real*. Disponível em: <<https://www.caminhoreligiosodaestradaareal.com/>>. Acessado em: 31/07/2021.

ESCHWEGE, W. L. *Jornal do Brasil 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. 2ª. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

GONÇALVES, J. R. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, Nº 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/FqbLtvWWzbnkQGZQsb5jkrjr/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 21/08/2021.

HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré*. 1949. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1382> Acessado em 12/12/2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de São Bartolomeu*. 1960. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1384> Acessado em 12/12/2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura*. 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1383> Acessado em 12/12/2020.

JORNAL O LIBERAL. *Vem aí a 26ª Festa da Jabuticaba de Cachoeira do Campo*. Ouro Preto, 05/10/2018. Disponível em: <<https://site.jornaloliberal.net/noticia/216/vem-ai-a-26-festa-da-jabuticaba-de-cachoeira-do-campo>> Acessado em 12/12/2020.

JORNAL VOZ ATIVA. *Festa da goiaba de São Bartolomeu, em Ouro Preto-MG, acontece nesse fim de semana e celebra os 10 anos do registro da produção doceira como patrimônio imaterial*. Ouro Preto, 14/04/2018. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/cultura/festa-da-goiaba-de-sao-bartolomeu-em-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana-e-celebra-os-10-anos-do-registro-da-producao-doceira-como-patrimonio-imaterial/>>. Acessado em 12/12/2020.

JORNAL VOZ ATIVA. *Festival Gastronômico de Glaura, distrito de Ouro Preto- MG, acontece neste fim de semana*. Ouro Preto, 10/07/2019. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/cultura/agenda-cultural/festival-gastronomico-de-glaura-distrito-de-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana/>>. Acessado em: 12/12/2020.

JUNQUEIRA, M. A. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fontes do historiador. In: JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. M. S. (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa* (vol.II). São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011. v. 1. 129 p. Disponível em: <<https://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/CSP2.pdf>> Acessado em: 21/07/2021.

LEITE, I. B. *Antropologia da Viagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, M. L. M. *Livros de viagem (1803-1900)*. São Paulo: Edusp, 1997.

LEMOS, A. Monografia da freguesia da Cachoeira do Campo. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 13, p. 77-111, 1908.

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

MENESES, J. N. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, P. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acessado em 16/01/2013.

PIRES, M. C. Cozinha mineira e abastecimento alimentar nos campos de Vila Rica de Ouro Preto no século XVIII e início do XIX. In: *Revista História e Cultura*, Franca, Vol. 9, N° 2, p. 53-72, 2020. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3337>>. Acessado em 15/07/2020.

PIRES, M. C. Das viagens dos cientistas no século XIX aos modernistas: a mineiridade e o despertar do turismo das Cidades Históricas de Minas Gerais, Brasil. In: *Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul, Vol. 9, N° 3, p. 405-416, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/5224>>. Acessado em 31/10/2017.

POHL, J. B. E. *Viagem ao interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951. Vol. 2.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu – Ouro Preto*, MG. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2005.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário da tradicional produção de Doces artesanais de São Bartolomeu*. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2008.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Processo do Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu*. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2015.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SCHEMES, E. F. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores, velhos e novos desafios*. Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: <http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439245917_ARQUIVO_2.ARTIGOANPUH2015Elisa-Final.pdf> Acessado em: 21/07/2021.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: Grieco, B.; Teixeira, L.; Thompson, A. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2016 (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>> Acessado em: 15/12/2020.

SIVIEIRO, F. P. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.80–108, jun. 2015. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/90786/97599>> Acessado em: 30/07/2021

SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266_Viagem_pelo_Brasil_v.1.pdf?sequence=14&isAllowed=y> Acessado em: 21/09/2020.

WERKEMA, M. Glaura - *Casa Branca. Origens e História*. 2009. Disponível em: <[https://www.ouropreto.com.br/distritos/glaura-casa-branca#:~:text=%C3%89%20tombada%2C%20desde%201962%2C%20pelo,Preto%20\(1749%2F1814\)≥](https://www.ouropreto.com.br/distritos/glaura-casa-branca#:~:text=%C3%89%20tombada%2C%20desde%201962%2C%20pelo,Preto%20(1749%2F1814)≥)> Acessado em: 15/12/2020.

Data de recebimento: 31/07/2021.

Data de aprovação: 24/03/2022.



Quilombismo editorial e *ethos* discursivo: uma análise do site da Mazza edições

“Editorial Quilombism” and Discursive Ethos: an Analysis of the Mazza Editions Website

Luiz Henrique Silva de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Minas Gerais/Brasil

henriqueletras@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0003-1287-5317>

Resumo: A proposta deste artigo é analisar o discurso de apresentação contido no site da Mazza Edições (<https://www.mazzaedicoes.com.br>). Para tanto, tomaremos duas categorias essenciais: o *quilombismo* e o *ethos discursivo*. Os quilombos, segundo Abdias do Nascimento, não se resumiram apenas a arregimentações sociais, constituídas por pessoas escravizadas, em territórios de exploração colonial. A solidariedade e a resistência são características marcantes destes coletivos. Tais características amparam as práticas chamadas por Nascimento de *quilombismo*. O autor propõe entender o quilombismo como estratégia contemporânea de enfrentamento de diversas ordens promovida pelo coletivo afrodescendente diante das inúmeras formas de discriminação e racismo. O campo editorial, por sua vez, não fica imune às práticas excludentes. Vale ressaltar que Oliveira propõe a noção de “quilombos editoriais” para classificar as iniciativas responsáveis por grande parcela da produção e circulação intelectual afro-brasileira. Já o *ethos* discursivo, segundo Dominique Maingueneau, é construído em suas múltiplas relações com os outros (sujeitos e discursos) e como eles emergem na articulação entre variados elementos (verbais e não verbais, éticos e estéticos) os quais necessitam da incorporação do interlocutor para apreendê-los em um conjunto complexo de representações sociais e culturais. Acreditamos que a junção entre *quilombismo* e *ethos* oferece mecanismos que auxiliam na compreensão do processo de colocação no campo cultural das casas ou quilombos editoriais.

Palavras-chave: Mazza edições; quilombismo; *ethos* discursivo.

Abstract: This article analyze the presentation speech contained on the MazzaEdições website (<https://www.mazzaedicoes.com.br>). We'll take two essential categories: quilombism and the discursive ethos. The quilombos, according to Abdias do Nascimento, were not just social regimentations, constituted by enslaved people, in territories of colonial exploitation. Solidarity and resistance are hallmarks of these collectives. These characteristics support the practices called “quilombismo” by Nascimento. This author proposes to understand quilombism as a contemporary strategy for confronting different orders promoted by the Afro-descendant collective in the face of countless forms of discrimination and racism. The editorial field, in turn, is not immune to exclusionary practices. It is noteworthy that Oliveira proposes the notion of “editorial quilombos” to classify the initiatives responsible for a large portion of Afro-Brazilian intellectual production and circulation. The discursive ethos, according to Dominique Maingueneau, is constructed in its multiple relationships with others (subjects and discourses) and how they emerge in the articulation between various elements (verbal and non-verbal, ethical and aesthetic) which require the incorporation of the interlocutor to apprehend them in a complex set of social and cultural representations. We believe that the junction between quilombism and ethos offers mechanisms that help to understand the process of placing editorial houses or “quilombos” in the cultural field.

Keywords: Mazza edições; quilombism; discursiveethos.

1. Introdução

A resistência à aniquilação tem sido a tônica do coletivo negro, desde a chegada em nosso território dos primeiros transplantados até os dias atuais. Em inúmeros momentos, o combate pela vida motivou ações individuais e coletivas. Durante o período escravocrata, por exemplo, parte destas ações foram organizadas por estratégias de inteligência coletiva e exploração das fragilidades do colonialismo. Estudiosos do tema – desde João José Reis (2003), passando por Sheila de Castro Faria (2007), Marcos Ferreira de Andrade (2008), até chegar a Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles (2008) – são unânimes em apontar a articulação entre coletividade e inteligência negras como estratégias vitoriosas no combate às diversas formas de opressão.

Exemplo desta articulação encontra-se no quilombo. Resultado de fugas daqueles espoliados pelo sistema escravista, os quilombos eram geralmente estabelecidos em territórios inóspitos e distantes dos centros administrativos urbanos ou rurais. Matas, regiões pantaneiras ou complexos rochosos foram os locais em que se abrigavam estas formas de vida-resistência coletiva. Nelas, pessoas de diversas origens se juntavam para tentar sobreviver. O resultado deste contato entre diferentes, mas que partilhavam os mesmos infortúnios, significou formas de reterritorialização cujo resultado é possível perceber, dentre outros aspectos, por meio das manifestações culturais. Ritos religiosos, cantos, poemas, danças e elementos culinários são apenas alguns exemplos imediatos deste cadinho de reelaboração que havia nos quilombos. A “impureza” da mistura quilombola foi responsável por estruturar formas de enfrentamento ao racismo, princípio de intolerâncias de inúmeras ordens. A este respeito, Achille Mbembe define o racismo como “jaula” da modernidade, isto é, “um complexo psiconírico” (MBEMBE, 2014, p. 25) que demanda desmonte justamente por meio de representações do universo negro a partir de um ponto de vista interno. Por sua vez, o quilombo almeja ser justamente o lugar da liberdade e da autoelaboração.

A fim de ampliar o entendimento do conceito de quilombo e suas estruturas, portanto, propomos três movimentos daqui em diante. O primeiro será o de debater o quilombismo, conforme proposto do Abdias do Nascimento. O segundo pretende discutir a noção de *ethos*, conforme a perspectiva de Dominique Maingueneau. E, finalmente, analisaremos o discurso de apresentação da Mazza Edições, relacionando-o com as noções de *ethos* e quilombismo. O nosso *corpus* será composto pelos textos de apresentação contidos no site oficial da referida editora. Faremos pesquisa bibliográfica e exploratória, considerando o objeto de análise e as fontes teóricas.

2. O quilombismo, segundo Abdias do Nascimento

Um dos pensadores brasileiros que mais se dedicou ao estudo do quilombo – entendido como organização – e ao quilombismo – entendido como forma de ser – foi Abdias do Nascimento. Para Nascimento, o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros que objetiva reavivar práticas e estratégias de resistência inspiradas na República dos Palmares (século XVI) e outras iniciativas. “Quilombo

não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”, afirma o autor, que também acrescenta: “o quilombismo expressa a ciência do sangue escravo (NASCIMENTO, 1980, p. 263-264).

Como utopia, o quilombismo desaguaria numa espécie de Estado Nacional. Como pensamento crítico, o movimento sustentaria os princípios de uma sociedade livre, justa, igualitária e soberana. Em ambas as dimensões, o fim do quilombismo é a promoção da vida plena a todos seres humanos. Para realizar este objetivo, cabe ao movimento político buscar continuamente práticas coletivistas, o que implicaria repensar os vetores da produção, da distribuição e da divisão dos capitais e riquezas circulantes na sociedade. Educação e cultura seriam importantes pilares do desenvolvimento quilombista.

Por isso, Abdias do Nascimento defende a universalidade da educação gratuita, aberta e plural, com especial importância à História de África, sua diáspora e suas implicações para a Modernidade. Como o quilombismo propõe a fundação de uma sociedade criativa, ele procurará estimular todas as potencialidades do ser humano e sua plena realização. Nas palavras de Nascimento, o quilombismo deve “combater o embrutecimento causado pelo hábito, pela miséria, pela mecanização da existência e pela burocratização das relações humanas e sociais” (NASCIMENTO, 1980, p. 276). Nesta perspectiva, as artes em geral ocupariam um espaço central no sistema educativo e no contexto das atividades sociais. O mesmo vale para os meios de produção e circulação das artes, como, arriscamos dizer, o campo editorial. Mas, neste caso, manipulado por mãos de cor escura.

Na esteira das provocações de Abdias do Nascimento, inúmeros afro-brasileiros têm se organizado em vários campos da cultura a fim de viabilizar formas de afirmação de suas existências. No domínio das Letras, já nos é notória a existência de uma linhagem chamada de literatura negra ou afro-brasileira (a variação do conceito para nossos fins não importa). Conforme aponta Eduardo de Assis Duarte (2011), esta literatura é definida pelos seguintes elementos: autoria, temática, ponto de vista, linguagem e formação de público leitor.

Já do ponto de vista editorial, quando tratamos especificamente de iniciativas comprometidas com a difusão do livre pensamento negro/ afro-brasileiro, notamos características semelhantes: um editor negro ou imerso na causa negra, como fim e começo; o universo afrodiaspórico

como essência temática do catálogo; o ponto de vista mercadológico e cultural guiado pelo compromisso com o coletivo negro – o que só é possível se a editora for pautada pela lógica independente¹; a difusão da bibliodiversidade, o que inclui o enfrentamento a formas e discursividade instituídas; e o compromisso com a formação de um público leitor (e consumidor) da produção intelectual negra.

Parece apropriado referir-se às casas e/ou iniciativas editoriais negras como *quilombos*, entendendo este termo, em uma acepção ampliada. Amparado pelas reflexões de Abdias do Nascimento (1980), Luiz Henrique Oliveira (2018) propõe entender o quilombo como metáfora para compreensão das propostas de atuação das casas editoriais negras. Para Oliveira, os *quilombos editoriais* são

um conjunto de iniciativas no campo editorial, comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico. Possuem caráter deliberadamente independente. Seus autores são preferencialmente negros ou, em alguns casos, não-negros comprometidos com o combate ao racismo em todas as suas formas. O catálogo é vasto e diverso, com ênfase em ciências humanas, cultura, artes e literatura. Possuem nítido projeto de intervenção político-intelectual a fim de criar debates e formar continuamente leitores sensíveis à diversidade em sentido amplo. Para além de casas de publicação, operam como territórios de ação e resistência ao bloqueio tácito no campo editorial brasileiro. (OLIVEIRA, 2018, p. 157).

Os quilombos editoriais atuam exclusivamente no campo da publicação (principalmente individual de autores negros) e da intervenção cultural. Dentre eles, destacamos: a Tipografia Fluminense de Brito e Cia. e a Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, criadas por Francisco de Paula Brito; a Editora Pallas; a Mazza Edições; a Nandyala Editora; a Editora Ogum's Toques Negros; a Editora Malê; e a Ciclo Contínuo Editorial.

¹ Cf. LÓPEZ WINNE, Hernán; MALUMIÁN, Víctor. *Independientes, ¿de qué?* Hablan los editores de América Latina. México: FCE, 2016; e OLIVEIRA, Luiz Henrique. Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. *Aletria: revista de estudos de literatura*, v. 28, p. 155-170, 2018.

Estas casas ou quilombos editoriais, porém, só conseguirão ser bem-sucedidas em suas empreitadas se conseguirem comunicar – e bem – suas estratégias. Do ponto de vista comunicativo, é necessário que a casa de publicação projete os seus interesses, motivações e valores nos atos comunicativos que realiza. E, por sua vez, os interlocutores precisam se identificar com os interesses, motivações e valores das casas de publicação. Com base nesse movimento dialético, podemos dizer que atua o *ethos*, mais especificamente, aqui, editorial e quilombola. Bom exemplo é a Mazza Edições, editora fundada em Belo Horizonte, por Maria Mazarello Rodrigues, em 1981. Vejamos, antes, como se estrutura a noção de *ethos*.

3. O *ethos*, segundo Dominique Maingueneau

Neste estudo, a noção de *ethos* será entendida como a construção da imagem de si que o enunciador realiza *no e pelo* processo discursivo. Por sua vez, esta imagem própria encontra-se ancorada em representações razoavelmente cristalizadas, seja na imagem prévia que se tem de quem enuncia ou recebe a mensagem; seja por meio de estratégias discursivas (verbais e não verbais); seja através das características consensuadas nos gêneros que estruturam a cena discursiva.

Para Dominique Maingueneau, o *ethos* não pode ser definido de maneira estática, tampouco pode ser bem delimitado, uma vez que ele é definido como “uma forma dinâmica construída pelo destinatário através dos movimentos da própria fala do locutor” (MAINGUENEAU, 2008, p.14). Segundo o autor francês, deve-se levar em consideração o fato de que o discurso (qualquer discurso) se encontra amparado por conjunturas de ordem social e histórica. Assim, cabe ao destinatário conferir determinadas características no momento em que ocorre o ato enunciativo.

É bem verdade que o enunciador procura estabelecer legitimidade, confiança e crédito ao que é dito. Contudo, o *ethos*, na perspectiva de Maingueneau, não está relacionado apenas à dimensão verbal do discurso. Ele também leva em conta as caracterizações físicas e psíquicas referentes ao enunciador. Por sua vez, as caracterizações não são abstratas: elas se estruturam por meio de representações coletivas e essenciais, situadas no tempo e no espaço, denominadas por Maingueneau de estereótipos. E estes são fundamentais para a estruturação do *ethos*. Os estereótipos, vale lembrar, não dizem respeito a imagens necessariamente negativas, mas

sim a imagens prévias e/ou relativamente consensuais em determinada sociedade, em dado momento histórico. Vejamos o diagrama elaborado pelo autor:

Figura 1: *Ethos* efetivo, segundo Dominique Maingueneau



Fonte: MAINGUENEAU, 2008, p. 19.

De acordo com Maingueneau, o *ethos* (efetivo) é o resultado das articulações estabelecidas entre o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. O *ethos* pré-discursivo se refere às imagens ou estereótipos que o auditório possui em relação ao enunciador ou a determinadas práticas discursivas. O *ethos* discursivo (mostrado/dito) se refere ao uso de elementos linguísticos pelo enunciador para a construção da imagem de si mesmo durante o ato enunciativo². Assim como o *ethos* pré-discursivo pode afetar a estruturação do *ethos* discursivo (mostrado ou dito), o *ethos* discursivo (mostrado ou dito) pode interferir na concepção do *ethos* pré-discursivo. A dialética pauta a relação entre as duas formas de *ethos*.

Vale lembrar que o *ethos* pré-discursivo está ancorado em uma série de imagens externas à manifestação do enunciador (estereótipos) uma vez que a sua imagem é construída pelo auditório antes mesmo da sua enunciação. Essa imagem está relacionada aos modelos culturais compartilhados por determinada sociedade e cristalizados no imaginário dela. O *ethos* discursivo (dito ou mostrado) leva em conta as imagens partilhadas, mas depende, antes de tudo, da estruturação do discurso do orador e da forma como o auditório processa esse discurso. Conforme

² Conforme explica Ruth Amossy (2008), sobre o *ethos* pré-discursivo, mesmo que auditório não possua uma imagem inicial do enunciador, o gênero textual que ampara o ato enunciativo, as características da formação discursiva e o posicionamento ideológico manifestado no texto ajudam a inferir características do *ethos* do enunciador.

explica Ruth Amossy, no momento em que toma a palavra, o orador “faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo” (AMOSSY, 2008, p.125).

O *ethos*, portanto, é revelador através de três dimensões: a) o modo como o enunciador se comporta; b) as estratégias de expressão que o enunciador adota; c) as imagens prévias (estereótipos, para Maingueneau), tanto as elaboradas pelo auditório em relação ao enunciador, quanto do enunciador em relação ao auditório.

A esta altura, podemos nos perguntar que especificidades possuiriam o *ethos* editorial quilombola? Como se estruturaria este *ethos*? Ele se valeria de que estratégias? Como pretenderia ser percebido pelo horizonte de recepção?

É nossa intenção, nas próximas páginas, responder justamente a estas questões. Por ora, adiantamos que o *ethos* efetivo (ou propriamente discursivo) de que tratamos neste estudo estrutura-se por meio de determinados elementos fiadores do discurso, a saber: a construção da credibilidade da casa editorial ou da pessoa do editor; o senso de comunitarismo; e o combate ao mentecídio, conforme definido por Abdias do Nascimento (1980).

4. Quilombismo editorial e *ethos* discursivo: articulações

Conforme apontamos, as estratégias de configuração do *ethos* discursivo de natureza quilombola, a que este trabalho faz menção, subdividem-se em três categorias, as quais chamamos de elementos fiadores do discurso. São elas: a) construção da credibilidade da casa ou pessoa do editor; b) o senso comunitarista; c) o combate ao mentecídio. As três categorias de construção do *ethos* aqui tratado situam-se, vale lembrar, tanto na dimensão pré-discursiva, por meio da partilha do imaginário prévio que se espera de uma casa editorial e da figura do editor; quanto na dimensão discursiva, seja ela de maneira mostrada imageticamente ou propriamente dita em linguagem verbal. Gostaríamos de enfatizar que as categorias aqui elencadas articulam-se entre si no *ethos* quilombola. Não é viável pensar as estratégias de maneira estanque, sob o risco de se perder justamente a *articulação necessária* entre elas, o que, aliás, é a essência do *ethos* que queremos melhor compreender.

A ancoragem em **elementos fiadores do discurso** leva em conta a manifestação discursiva do enunciador, no caso, o site da editora Mazza. O discurso procura ratificar a dimensão subjetiva do enunciador, ainda que institucional, de maneira a estabelecer identidade imediata com aquele que lê. Pronomes de tratamentos em primeira pessoa fazem parte da estratégia enunciativa. A editora procura ratificar seu caráter independente e elencar as suas ações voltadas à mediação cultural. Não são raras as casas de publicação que organizam concursos literários, produzem antologias, viabilizam revistas impressas ou digitais, ampliam seus canais de interação com os leitores pela internet, tudo isso no afã de reconectar edição e leitor. Os elementos fiadores podem também recorrer a um imaginário cultural previamente partilhado entre editora e leitor. Leitor e editor aqui se equiparam como agentes transformadores do campo editorial e cultural, cada um ao seu modo. Além disso, são convocados, assim, escritores e figuras decisivas para a trajetória do povo afrodescendente, resultado tanto da partilha do senso comunitarista quanto do combate ao mentecídio, conforme veremos a seguir.

A **credibilidade da casa editorial ou da pessoa do editor** é construída por meio do destaque conferido a determinadas imagens e representações, verbais e não verbais, do editor, entendido como pessoa física, ou casa de publicação. As credenciais da pessoa que edita são colocadas em relevo. Aspectos da biografia, tais como formação e experiência, são articuladas com a identidade negra e ganham significativo destaque nas páginas de apresentação das editoras. A casa editorial também é representada como lugar de abrigo ou acolhida aos discursos do povo negro. Estas estratégias estão amparadas pelo imaginário social prévio acerca do editor como instância de “decisão e comando”, isto é, aquele que “decide que textos vão ser transformados em livros, pensando em determinado público” (BRAGANÇA, 2005, p. 224). Ainda que as funções de um editor ou de uma casa editorial não se resumam apenas às demandas relativas à publicação de textos, essas são as imagens correntes em nossa sociedade quando o assunto é a figura do editor ou de uma casa editorial.

O **senso comunitarista** significa estabelecimento de imediata conexão identitária entre o enunciador e o destinatário da mensagem. Enunciador e auditório fazem parte uma comunidade identitária, a qual o discurso procura fazer referência. A enunciação das editoras inclui o leitor no horizonte de representação/enunciação por meio de imagens (não verbais

e verbais) em que a pluralidade negra seja destaque. Do ponto de vista das imagens não verbais, predominam fotos e ilustrações em que a coletividade negra esteja em primeiro plano. Já do ponto de vista das imagens verbais – foco do nosso interesse aqui – é recorrente o uso da primeira pessoa do plural. Resguardando limites e proporções, metaforicamente, o senso comunitarista, neste contexto, significa reavivar o sentido quilombola da resistência coletiva, ou seja, do agrupamento ou reunião de forças para o exercício de sobrevivência. As estratégias enunciativas, portanto, estão pautadas na memória histórica partilhada pelo coletivo afrodiáspórico, uma vez que a enunciação do site da Mazza Edições espera, num primeiro momento, que o auditório seja preferencialmente negro. São também convocadas reflexões acerca do colonialismo e suas ressonâncias na estruturação da sociedade brasileira. Assim, as vivências afrodiáspóricas fazem-se presentes e partilhadas pelos participantes do ato comunicativo pressuposto pelo portal *web* da editora.

O combate ao mentecídio advém da consciência do apagamento dos saberes afrodiáspóricos nos territórios que passaram pela colonização e em que alastra o racismo cotidiano. A editora Mazza estabelece discursos contrários ao racismo e à discriminação, ao mesmo tempo em que coloca em primeiro plano a produção do saber afrodescendente. Conforme explica Abdias do Nascimento (1980), o mentecídio não é o mesmo que epistemicídio. Este termo pressupõe uma razão ocidental pautada por normativas e operações racionalizadas de origem eurocêntrica. No âmbito das humanidades, a noção de episteme pressupõe o método como universal e aplicável a diversos contextos. Sabemos, por outro lado, que nenhum conhecimento é totalmente neutro. A universalidade é uma particularidade eleita dentre possibilidades de compreensão de um fenômeno. E, por sua vez, as instâncias formuladoras do conhecimento são processo e produto também da “racialização” das sociedades. O que queremos dizer com racialização é que as instâncias formuladoras e ratificadoras do saber possuem cor, origem econômica e interesses predefinidos. São ferramentas de controle social, as quais, de acordo com Abdias do Nascimento, exercem sobre o povo negro

constante lavagem cerebral, visando entorpecer ou castrar sua capacidade de raciocínio. Esta tarefa vil quase não encontra obstáculo à sua frente, devido à situação de penúria, fome, degradação física e moral em que são mantidas as massas afro-brasileiras. Esta forma de mentecídio contribui muito

significativamente para o resultado ótimo buscado pela estratégia do seu aniquilamento total. (NASCIMENTO, 1980, p. 25).

Esta eliminação, para o autor, é tanto de ordem física, quanto de ordem simbólica. Neste caso, entrariam em cena, nos espaços coloniais ou pós-coloniais, mecanismos de apagamento das memórias de África e da própria diáspora negra. Do ponto de vista da disseminação das ideias, a lógica não é diferente. Por isso, adotamos a terminologia “mentecídio”.

Quando Abdias do Nascimento utilizou o termo mentecídio, aliás, ele se referia ao combate a qualquer tentativa de bloqueio à expressividade do sujeito negro desde dentro. Pode parecer pouco, mas não é. Num universo editorial onde predominam as editoras e os autores de pele clara³, tomar a palavra e garantir espaço de produção e circulação de sujeitos negros significa a passagem de horizonte de representação a horizonte de enunciação e, portanto, alteração do estado de coisas: de objeto a sujeito. O combate ao mentecídio, neste sentido, significa também a guerra contra o silenciamento do produtor cultural/editor negro, entendido em sentido amplo.

Na próxima seção, portanto, analisaremos o site da Mazza Edições e como ele estrutura seu *ethos* discursivo de natureza quilombola.

5. (O site da) Mazza Edições

O site da Mazza Edições (<https://www.mazzaedicoes.com.br>) é um dos que melhor encena o que chamamos de *ethos* quilombola. No portal *web* estão presentes os três elementos fiadores do discurso. A aba “Editora” é responsável pela apresentação da casa editorial e da figura da editora (pessoa).

³ A este respeito, vale conferir DALCASTAGNÈ (2011; 2012).

Figura 2: Vista da entrada do site da Mazza Edições



Fonte: <https://mazzaedicoes.com.br/>

A construção da credibilidade leva em conta tanto a trajetória da casa, quanto a trajetória de sua editora e fundadora, Maria Mazarello. O site afirma que a casa está em funcionamento ao longo de mais quarenta anos, “levando o melhor da cultura brasileira e afro-brasileira aos seus leitores”⁴. A editora, fundada em 1981, acompanhou as quatro últimas décadas da história recente do país. Ela testemunhou o final da ditadura, a redemocratização, a ascensão do neoliberalismo no Brasil, a eleição de um governo popular, o “golpe” de 2016 e os atuais tempos incertos. Do ponto de vista de fatos decisivos para o coletivo negro, vale destacar o centenário da abolição da escravatura, a expansão de políticas de cotas, o combate ao racismo e o recrudescimento do conservadorismo e do racismo nos últimos anos. No imaginário, a mensagem do site sugere que “a editora esteve sempre com você, leitor”⁵, nos principais acontecimentos do país e sempre a defender a causa negra. Ao mesmo

⁴ MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. Disponível em: <<https://mazzaedicoes.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

⁵ MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. Disponível em: <<https://mazzaedicoes.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2020

tempo, o site destaca o pioneirismo e o preparo da sua fundadora, Maria Mazarello, para a função. Essa experiência passa por vivências editoriais anteriores e pela formação no exterior.

Figura 3: Aba Maria Mazarello⁶



Fonte: <https://mazzaedicoes.com.br/>

A credibilidade, portanto, acena para a imagem do editor como aquele que autoriza o que deve ou não circular na cena pública, porque testemunha os fatos marcantes do país. A imagem do editor (*ethos* pré-discursivo), partilhada no imaginário nacional, é fundamental para o estabelecimento de identidade entre enunciador e auditório. Já o *ethos* discursivo é construído pelas escolhas de signos decisivos para a confirmação da credibilidade da casa e da pessoa que edita: é “fundadora”, detentora de vasto “percurso intelectual e humano”, possui “experiência acumulada” e “testemunhou alguns dos principais acontecimentos da sociedade brasileira das últimas décadas”. O *ethos* editorial quer se estabelecer como detentor de credibilidade, ou seja, a casa sabe onde está situada e, logo, sabe o que faz. O discurso sugere que o testemunho da casa e da editora é partilhado com o leitor, com o qual procura estabelecer

⁶ Maria Mazarello Rodrigues, fundadora da MAZZA EDIÇÕES, tem seu percurso intelectual e humano marcado pelo envolvimento com as questões sociais, políticas e culturais do Brasil. A experiência acumulada como uma das fundadoras da Editora do Professor e da Editora Vega, nos anos 1960 e 1970, e, logo após, com o mestrado em Editoração realizado em Paris, se consolidou através da MAZZA EDIÇÕES, que testemunhou alguns dos principais acontecimentos da sociedade brasileira das últimas décadas. (MAZZA EDIÇÕES. *Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência*, 2021. A Editora. Disponível em: <<https://mazzaedicoes.com.br/a-editora/>>. Acesso em: 12 maio 2021).

imediate identidade. Afinal, editora e leitor seriam processos e produtos dos referidos acontecimentos.

E é justamente por meio desta pretensa partilha de identidade que o *ethos* editorial de natureza quilombola, construído pela Mazza Edições, procura estabelecer o senso de comunitarismo. Os elementos não verbais e verbais atuam neste sentido. Nosso foco, como dissemos, serão os elementos verbais. A casa editorial procura se aproximar dos leitores a partir da sugestão de que as pautas deles também são as da casa de publicação:

Figura 4: Aba Editora⁷



Fonte: <https://mazzaedicoes.com.br/>

Ao afirmar que “o desejo de todos” faz da Mazza Edições não só uma editora, mas “uma casa de cultura viva”, o site deixa entender a missão da empresa: atender aos anseios dos leitores. Entretanto, estes leitores, imaginados nos estereótipos/desejados pelo *ethos* pré-discursivo, possuem cor, trajetória, experiências e heranças culturais comuns. No imaginário discursivo, os leitores/clientes são prioritariamente negros. Os pontos de articulação de uma identidade comum – passado, presente

⁷ A MAZZA EDIÇÕES se propõe a atuar com sentido crítico para oferecer aos seus leitores e clientes obras que contribuam para uma melhor compreensão do passado, do presente e do futuro a ser construído. E não poderia ser outro o desejo de todos os que fazem da MAZZA EDIÇÕES uma editora e, mais que isso, uma casa de cultura viva. (MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. A Editora. Disponível em: <<https://mazzaedicoes.com.br/a-editora/>>. Acesso em: 12 maio 2021).

e futuro – arregimentam o senso de comunitarismo. Afinal, a “casa de cultura viva”, como o texto afirma, só é possível porque já partilha de desejos entre enunciador (site da editora) e auditório (leitores/clientes).

A consequência deste desejo comum é alteração do estado de coisas que a vivacidade da casa pode provocar. Esta alteração pode ser entendida, nos termos deste estudo, como combate ao mentecídio. Vejamos:

Figura 5: Aba A Editora⁸

A **MAZZA EDIÇÕES** reflete em seu catálogo o empenho de escritores e leitores, que acreditam na construção de uma sociedade baseada na ética, na justiça e na liberdade. Acreditando nisso, investiu na publicação de autores / autoras negro(a)s e de livros que abordam os diversos aspectos da cultura afro-brasileira relacionada, por sua vez, a um largo segmento das populações excluídas no Brasil. No tocante a essa temática, a Editora se tornou referência nacional e internacional, na medida em que contribui para os debates acerca da diversidade sócio-cultural de nosso país.

Fonte: <https://mazzaedicoes.com.br/>

A editora se coloca como defensora de valores essenciais para o desenvolvimento da sociedade: a ética, a justiça e a liberdade. Na visão da Mazza Edições, a ética se manifesta no catálogo, o qual não contém obras que contrariem os direitos humanos, por exemplo. A justiça advém de uma necessidade política de abrir espaços para a veiculação de uma vasta e diversa discursividade negra, relacionada “a um largo segmento das populações excluídas”⁹ dos meios simbólicos do poder no Brasil. A liberdade, assim, é consequência do desejo de justiça na cena cultural.

⁸ A MAZZA EDIÇÕES reflete em seu catálogo o empenho de escritores e leitores, que acreditam na construção de uma sociedade baseada na ética, na justiça e na liberdade. Acreditando nisso, investiu na publicação de autores/autoras negro(a)s e de livros que abordam os diversos aspectos da cultura afro-brasileira relacionada, por sua vez, a um largo segmento das populações excluídas no Brasil. No tocante a essa temática, a Editora se tornou referência nacional e internacional, na medida em que contribui para os debates acerca da diversidade sociocultural de nosso país. MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. A Editora. Disponível em: <<https://mazzaedicoes.com.br/a-editora/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

⁹ MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. A Editora. Disponível em: <<https://mazzaedicoes.com.br/a-editora/>>. Acesso em: 12 maio 2021..

6. Considerações finais

Considerando os argumentos acima, é possível delinear as linhas essenciais do *ethos* discursivo, de natureza quilombola, empreendido pela Mazza Edições, por meio de seu site institucional. Elementos fiadores do discurso procuram estabelecer identidade direta com o horizonte de recepção. Para isso, o discurso de apresentação da editora procura se amparar na memória histórica que ampara a experiência negra no Brasil. O leitor é “convocado” a se engajar no projeto editorial da casa de publicação, a qual, por sua vez, tenta evidenciar que as demandas e anseios dos leitores serão contemplados no catálogo. Estratégias discursivas e imagens pré-discursivas (estereótipos) ajudam a estabelecer a pretensa identidade “ideal” entre leitor e enunciador.

A centralidade da casa em autores negros ratifica o vetor dos valores essenciais, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de combate ao mentecídio. As áreas de publicação da editora, conforme seu site, abrangem Antropologia, Sociologia, História (práticas do sagrado, movimentos sociais e formação da historiografia brasileira), Educação (relações entre escola e sociedade, material didático e paradidático), Literatura Brasileira (prosa e poesia contemporâneas), Literatura Infantil e Infantojuvenil (coleções interativas e paradidáticas, livros de imagens). Por meio das áreas de atuação do catálogo, é evidente o desejo de atuação no universo simbólico e o conseqüente anseio de alteração do estado de coisas em nossa sociedade. Afinal, a editora procura atuar em áreas historicamente dominadas por atores brancos e por uma episteme branca. O *ethos* assumido pela Mazza Edições, portanto, representa um contraponto possível a este cenário calcado na branquitude.

Além disso, o *ethos* discursivo da Mazza Edições aposta no estabelecimento de um amplo senso de comunitarismo. Em primeiro lugar, conforme o site da editora, ela se tornou “referência nacional e internacional, na medida em que contribui para os debates acerca da diversidade sociocultural de nosso país”¹⁰. Significa dizer que ela não está sozinha na missão de difundir a expressividade negra. A editora conta com apoio de atores sociais brasileiros e estrangeiros, isto é, de leitores. O mesmo vale para os autores, já que a casa possui nomes

¹⁰ MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. Página inicial. Disponível em: <<https://www.mazzaedicoes.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2021.

internacionais em seu catálogo. Assim, a discursividade do site sugere a Mazza como espaço para trânsito de demandas e discursos de uma vasta comunidade herdeira da diáspora. Aos modos de um quilombo, a Mazza Edições atua como território de lutas e reconexão com as raízes, ainda que perdidas. Espaço para livre trânsito de ideias e sujeitos. Local de vivência da negritude. Local de lutas contra a opressão e, arriscaria dizer, de resistência ao racismo estrutural, justamente por meio da encenação de um *ethos* discursivo de natureza quilombola.

Agradecimento

Agradeço à FAPEMIG pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa.

Referências

AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. ANDRADE, M. F.. A revolta de Carrancas: uma das rebeliões mais sangrentas da história da escravidão no Brasil. In: FIGUEIREDO, L.. *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. pp. 51-58.

ANDRADE, M. F.. *Elites regionais e a formação do Estado imperial: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008

BRAGANÇA, A.. Sobre o editor: notas para sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Brasília, v. 1, n. 26, p. 13-71, 2011.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro; Vinhedo: Ed. UERJ; Horizonte, 2012.

DUARTE, E. de A.. “Por um conceito de literatura afro-brasileira”. In: DUARTE, E. de A.; FONSECA, M. N. S.. (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 4. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 375-403

FARIA, S. de C.. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*. Niterói, n. 22;122- 146, jan. 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v11n22a07.pdf. Acesso em: 1 mar. 2011.

GRINBERG, KK; BORGES, M. F.; SALLES, R.. Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico. In: GRINBERG, KK; BORGES, M. F.; SALLES, R.. *O Brasil Imperial – volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 235-271.

LÓPEZ WINNE, H.; MALUMIÁN, V.. *Independientes, ¿de qué?* Hablan los editores de América Latina. México: FCE, 2016;

MAINGUENEAU, D.. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008 p.11-29.

MAZZA EDIÇÕES. Mazza Edições – Pioneirismo e Resistência, 2021. Página inicial. Disponível em: <https://www.mazzaedicoes.com.br>.

MBEMBE, A.. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, A.. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, L. H. S.. Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-170, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.28.4.155-170>.

REIS, J. J.. *Rebelião escrava no Brasil - a história do levante dos Malês em 1835*. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em: 29 de junho de 2021.

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2022.



**“Museus vivos das tradições humanas”:
Alexina de Magalhães Pinto e sua concepção sobre o “papel
eminente educador dos contos”**

***“Living Museums of Human Traditions”:
Alexina de Magalhães Pinto and her Conception About the
“Eminent Educational Role of the Tales”***

Rita de Cássia Silva Dionísio Santos

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais/
Brasil

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais/ Brasil
cassiadionisio@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7765-0701>

Flávia Brocchetto Ramos

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul / Brasil
fbramos@ucs.br

<http://orcid.org/0000-0002-1488-0534>

Resumo: Qual o tipo de conhecimento pode um conto popular transmitir? Pode o conto contribuir para a formação humana? Em “Nota preliminar” do livro *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907), a escritora e folclorista mineira Alexina de Magalhães Pinto (1869–1921), nomeando os contos populares (quer sejam “de fadas, fabulosos ou bíblicos”) como “museus vivos das tradições humanas”, argumenta que essas narrativas conteriam papel “eminente educador”. Este artigo apresenta a autora, sua produção e, na sequência, analisa a “Historia (sic) de um cachorrinho”, que integra a coletânea supracitada, com o objetivo de se refletir sobre essa função educadora dos contos (de que nos fala a autora). Desta análise — de caráter metodológico bibliográfico e crítico-analítico — resulta o entendimento sobre a contribuição singular de Alexina de Magalhães Pinto para a história da literatura infantil brasileira, em seu sentido amplo. Esse legado é notável por seu empenho em

realizar uma pesquisa etnográfica e histórica para compor obras a partir da tradição oral e do folclore brasileiro para servir às gerações futuras. O mérito dessa tarefa reside no fato de a autora ter se dedicado, naquele tempo, a um debate sobre a potência que a ficção detém de nos ensinar sobre a vida. É possível concluir, a partir desta análise, que as produções literárias e ficcionais, ao possibilitarem a fabulação, podem instruir e educar, entre outros aspectos, por seu caráter de transcender limites de tempos, modos e formas de representação das múltiplas e diversas experiências.

Palavras-chave: Alexina de Magalhães Pinto; literatura infantil; conto popular.

Abstract: What is the social character of folktales? Can tales contribute to human formation? In the “Preliminary note” of the book *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907), the writer and folklorist from Minas Gerais, Alexina de Magalhães Pinto (1869–1921), naming folktales (whether they are “fairy tales, fabulous or biblical”) as “living museums of human traditions”, argues that those narratives would contain an “eminently educational” role. This paper presents the author, her work, and, thereafter, analyzes “Historia (sic) de um cachorrinho”, which is part of the collection mentioned above, aiming to reflect upon this function of the tales of instructing and educating (which the author talks about). From this analysis — of a bibliografic and critical-analytical nature — results the understanding about the unique contribution of the teacher and researcher Alexina de Magalhães Pinto for the history of Brazilian children’s literature, in its broad sense (especially for her commitment in carrying out an ethnographic and historical research to compose works from oral tradition and Brazilian folklore to serve generations), and also the perception about the merit of her task of launching, at that time, a debate about the humanizing character of fiction. It is possible to conclude, from this analysis, that literary and fictional productions, by making fabulation possible, can instruct and educate, among other aspects, because of their character of transcending limits of time, modes and forms of representation of multiple and diverse experiences.

Keywords: Alexina de Magalhães Pinto; children’s literature; folktale.

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

(Antonio Candido, In: “O direito à literatura”)

1 Introdução

Somos seres que se expressam pela linguagem — é o que depreendemos do fragmento do ensaio de Antonio Candido que é nossa epígrafe. Ao nos definirmos e nos constituirmos humanos, fazemo-lo pela linguagem do outro, que também vai se tornando nossa. A matéria verbal formada, organizada antes de mim, ao entrar em contato com o nosso ser, vai nos constituindo... Muitas são as histórias que ouvimos na nossa vida. Há aquelas que tratam de um fato que ocorreu na nossa comunidade e tende a não se repetir, e há aquelas que assumem diferentes roupagens e tratam de um mesmo tema — todas elas integrando um repertório social, cultural e humano que nos coloca em processo de identificação com sujeitos de outros tempos, contextos e lugares.

A literatura requisita para si a possibilidade de tratar de temas universais por meio de diferentes representações. O amor, a traição, a dor, a morte, a felicidade são temas reiterados por meio da prosa e da poesia em diferentes tempos, por homens e mulheres. Cabe, aqui, uma ressalva, porque na tradição ocidental, a maioria das peças literárias que se mantêm é atribuída aos homens. Com o desejo de olhar e de destacar escritos gerados por mulheres, captamos a obra de Alexina de Magalhães Pinto e, neste artigo, tratamos do conto “Historia¹ de um cachorrinho”, do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* (1907).

2 Uma mineira “ruidosa”

Alexina de Magalhães Pinto nasceu em quatro de julho de 1869, em São João Del Rei, Minas Gerais, e faleceu aos 51 anos, em dezessete de fevereiro de 1921, vítima de um atropelamento de trem, em Corrêas, primeiro distrito de Petrópolis-RJ, onde ficava o tradicional Hotel Dom Pedro, local em que a autora residia na época.

Considerada detentora de uma personalidade irrequieta e avançada para aquele tempo — de acordo com Nelly Novaes Coelho, em seu *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira* (2006) — ou “ruidosa” — conforme designada no artigo “A mineira ruidosa”, da Revista VEJA de agosto de 1970, e pela pesquisadora Flávia Carnevali, em sua tese de doutorado “*A mineira ruidosa*” *Cultura Popular e*

¹ Optamos por manter, neste trabalho, as citações *ipsis litteris* da autora na grafia original da época em que suas obras foram publicadas.

Brasilidade na Obra de Alexina de Magalhães Pinto (1870–1921), de 2009 — Alexina de Magalhães Pinto² foi, no Brasil, uma das educadoras pioneiras a se contrapor a ultrapassados métodos de ensino nas escolas (por exemplo, a mera repetição, por parte dos estudantes, de sílabas e palavras pronunciadas pelo professor) e a se envolver na tarefa de produção de uma literatura para as crianças e jovens brasileiros (COELHO, 2006, p. 25).³ O seu projeto envolvia pesquisar, recolher e organizar narrativas, provérbios e cantigas populares de diversas regiões das Minas Gerais e de outros Estados — como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, por exemplo — em coletâneas que pudessem ser adotadas por escolas brasileiras como método de ensino-aprendizagem (DIONÍSIO; CUNHA, 2017).

De acordo com a Revista VEJA⁴, no artigo referido, Alexina de Magalhães foi a primeira mulher de uma família mineira conservadora a se insurgir contra os intransigentes e severos costumes de sua terra e de sua época. Criticada, atacada e até mesmo odiada pela população de São João del Rei no final do século XIX, somente no ano de 1970 (por ocasião das comemorações do centenário de seu nascimento⁵ na UFMG e em sua terra natal, 49 anos após o seu falecimento), a professora entrou para a

² Importante ressaltar que, apesar do sobrenome idêntico, a autora não era parenta do chanceler e ex-governador de Minas Gerais, no período de 1961 a 1966, José de Magalhães Pinto.

³ Esta informação pode ser também acessada no site da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, na página destinada à Literatura Infantil (1880–1910). Nesta página, Alexina de Magalhães Pinto comparece como uma das cinco mulheres cujos nomes aparecem numa lista que inclui dezenove autores da época que produziram textos destinados às crianças. As outras autoras são as paulistas Francisca Júlia e Zalina Rolim, a carioca Júlia Lopes de Almeida e a gaúcha Presciliana Duarte de Almeida. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/ autores.htm>> Acesso em: 24 nov. 2020.

⁴ Cabe ressaltar que são inexatas algumas informações biográficas de Alexina de Magalhães Pinto encontradas em obras de referência de autores como Nelly Novaes Coelho e Leonardo Arroyo — provavelmente pela dificuldade que esses extraordinários estudiosos tiveram de acessar documentos relativos à autora. Nesse sentido, a Revista VEJA aqui mencionada (de agosto de 1970, a cujo exemplar tivemos acesso após excessivas pesquisas em sebos) é, provavelmente, o documento que há mais longo tempo existe sobre a biografia da autora. Disso decorre a importância dessa referência.

⁵ Com base na cópia do Batistério da autora a que recentemente tivemos acesso, a autora nasceu em 1869 – e não em 1870, como informado em trabalhos de alguns estudiosos da Literatura Infantil.

“respeitável galeria das tradições estaduais”, após ter sido redescoberta seis anos antes pelo sociólogo Saul Martins, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O artigo “A mineira ruidosa” menciona, também, que a jovem professora tinha hábitos desinibidos, vida livre e teorias avançadas e que, em 1890, teria provocado o seu “primeiro grande escândalo: fugiu para a Europa” (VEJA, 1970, p. 58). Ao retornar, um ano depois, foi hostilizada pela população são-joanense, com uma chuva de tomates e ovos podres, e ameaçada de excomunhão por passear pelas ruas da cidade em uma bicicleta que trouxera na bagagem e, ainda, por estar de calças compridas (que, aliás, apesar de serem as vestimentas apropriadas para esse meio de transporte, eram consideradas inadequadas para uma mulher). O autor⁶ do artigo continua: “Finalmente, após um casamento infeliz, Alexina abandonou de uma vez os severos princípios da moral familiar e se dedicou completamente ao ensino — logo também rompeu francamente com os velhos e pouco eficazes métodos educacionais” (VEJA, 1970, p. 58).

Informação reveladora e instigante, também apresentada na reportagem supracitada, é que Alexina de Magalhães teria sido a primeira professora a trazer para as salas de aula, em lugar da palmatória e de outros temíveis castigos e punições corporais aplicados às crianças e adolescentes (em especial aos “intratáveis”), as cantigas de roda e exercícios de memória e dicção, por exemplo, sendo os estudantes desafiados a declamar versos difíceis com um lápis na boca. Sua postura transgressora dava-se a conhecer logo no primeiro dia letivo das escolas em que trabalhava: com o propósito de não habituar os seus alunos a lerem pelo “superado método de associação de palavras”, a educadora costumava rasgar as cartilhas tradicionais. Admitia somente a aprendizagem global — que, ainda de acordo com a VEJA, mais tarde passou a ser adotada em todas as escolas — e, entre os seus inusitados recursos de aplicação desse método, conta-se que, em uma de suas aulas, levava um sapo em sua bolsa, deixando-o escapar; e, enquanto as crianças tentavam caçá-lo por entre as carteiras, ela dirigira-se ao quadro-negro e escrevera a palavra “sapo” (VEJA, 1970, p. 58).

Publicadas a partir do ano de 1907, as obras de Alexina de Magalhães Pinto compunham o que se nomeava “Bibliotheca Infantil:

⁶ O artigo não designa o seu autor e, em contato com a Memória VEJA por telefone e por e-mail no primeiro semestre de 2021, não nos foi possível levantar essa informação.

Collecção ICKS”, de acordo com as informações descritas no verso da página de rosto do livro *Cantigas das creanças e do povo e danças populares* (trabalho resultado de sua pesquisa etnográfica, concluída em 1911, mas somente publicado em 1916, conforme notas explicativas na página 204). No verso da página de rosto do livro referido, apresentam-se as obras já publicadas naquela época e outras que estavam em processo de publicação:

Cantigas das creanças e do povo, Collecção Icks, Serie A;
Os nossos brinquedos, Collecção Icks, Serie B;
As Nossas Historias (cantadas), Collecção Icks, Serie C;
 Proverbios populares. Escolhidos para uso das escolas primarias.
 Serie F.
 Ineditos:
Historias Contadas. Series D e E;
Poesias e Hynnos Patrioticos. Serie G.
 Brevemente:
Leitura Educativa. Primeiro livro, por Alexina de Magalhães Pinto
 (PINTO, 1916, verso da página de rosto, grifos da autora).

Reputadas como raras, as obras da autora constituem-se de narrativas folclóricas, cantigas (das crianças, dos pretos, patrióticas etc.), provérbios, brincadeiras infantis — como dito — e com a inserção de uma enorme quantidade de partituras, com notas de rodapé explicativas de como se deveria cantar e/ou dançar as cantigas de roda, além de informações relativas à correção linguística e à origem de cada uma dessas produções. Dentre os seus livros publicados, estão *Nossas historias*⁷

⁷ Apesar de listados por alguns pesquisadores da Literatura Infantil Brasileira como duas obras, *Nossas Historias* e *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* são uma obra só. Isso pode ser comprovado pelo fato de que, em nota de apresentação e no “Appendice” do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, a autora a ele se refere à obra como sendo “Nossas Historias”. Quanto ao fato de serem “contadas” ou “cantadas”, as narrativas do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* incluem breves canções e respectivas partituras.

(1907), *Contribuição do folk-lore brasileiro para a bibliotheca infantil*⁸ (1907), *Os nossos brinquedos* (1909), *Proverbios populares, maximas e observações usuas*⁹ (1916), e *Cantigas das creanças e do povo e danças populares*¹⁰ (1916). Esses livros integravam a coleção *Icks* que, na época, era disponibilizada pela Livraria Francisco Alves, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de ser comercializada nas Livrarias Aillaud, em Paris, e Bertrand, em Lisboa — o que corrobora a personalidade dinâmica da autora, como posto por Nelly Novaes Coelho (COELHO, 2006, p. 25)¹¹.

A pesquisadora da cultura local busca, entre os grupos de diferentes classes sociais — nos quintais das fazendas, nas casas grandes, solicitando às “abelhas negras” que zumbiam cantigas para os livros dos seus filhinhos, nas ruas e nos saraus, ouvindo as vozes das crianças e mulheres junto aos pilões e aos fogões à lenha, nas salas com as sinhazinhas a tocarem pianos — informações, histórias, provérbios populares, cantigas e danças que comporiam as suas coleções e antologias (PINTO, 1916, p. 5, grifos da autora). Tais peças possibilitariam — conforme seu explícito propósito apresentado nos paratextos dos seus livros — um currículo de conteúdos que ela julgava imprescindíveis à formação humana e moral das crianças.

Aspecto importante a se ressaltar e que nos concede a considerável dimensão da produção desta autora e o reconhecimento literário de sua condição intelectual no final do século XIX e no alvorecer do século XX é que, conforme citado por Afrânio Coutinho no sexto volume da

⁸ Encontramos um exemplar desse livro na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 2015. Na época, a FBN encaminhou-nos uma cópia microfilmada do livro; posteriormente, em visita à FBN, obtivemos autorização especial para manusear a obra, já bastante danificada em virtude da ação do tempo. Particularmente instigante é que, diferentemente do que a cópia microfilmada permitia observar, no livro físico, notou-se que a impressão das narrativas foi feita em diferentes cores: azul, marrom, preto, verde claro, vermelho, cinza. (Na obra do Acervo faltam as páginas 134 e 135.)

⁹ Encontramos, na Biblioteca da FFLCH/USP, em 2017, um exemplar desse livro, autografado pela autora — do qual obtivemos autorização para fazer uma cópia.

¹⁰ Livro do qual conseguimos adquirir um exemplar em um sebo virtual, em novembro de 2016.

¹¹ Além dos livros citados, encontramos, na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais Luiz de Bessa, em 2016, em Belo Horizonte, o livro *Liga de Instrução Moral Ingleza*, traduzido do inglês por Alexina de Magalhães Pinto. (IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Liga de Instrução Moral Ingleza* [com sede em Londres]. Trad. Alexina de Magalhães Pinto. Belo Horizonte, 1907.)

coleção *A literatura no Brasil*, no ano de 1936, a Comissão Nacional de Literatura Infantil, criada pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, calculava serem 253 obras em português destinadas a esse público, editadas no Brasil e em Portugal. No ano de 1943, contavam-se 605 obras, chegando, em 1955, a uma lista de 2388 (COUTINHO, 2003, p. 222). E, já em 1916, Alexina de Magalhães havia publicado, pela Typographia e Livraria Aillaud (Paris), em parceria com a Livraria Bertrand (Lisboa) e a Livraria Francisco Alves e C.a (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), quatro livros — como informado anteriormente. Os dados revelam que a personalidade e o dinamismo de Alexina de Magalhães não se deixavam conter facilmente por seu contemporâneo movimento misógino e patriarcal de silenciamento das vozes femininas.

Leonardo Arroyo, no livro *Literatura infantil brasileira*, declara:

Os temas tratados por Alexina são impressionantemente brasileiros. Em sua obra se encontra o processamento de uma temática que seria, modernamente, um filão extremamente explorado pela nossa literatura infantil, ou seja, o folclore e sua imensa variação. O primeiro livro¹² de Alexina de Magalhães Pinto representa admirável contribuição para o conhecimento, principalmente de jogos infantis do começo do século XX. Muitos desses jogos infantis, cirandas e parlendas chegaram até nós muitas vezes deformados. Outros desapareceram. Em seu caráter de autenticidade, foram fixados pela pesquisadora mineira. [...] O que desde logo se nota no livro de Alexina de Magalhães Pinto, ao lado do rico inventário de valores brasileiros, era a nossa deficiência em vários setores da educação escolar (ARROYO, 2011, p. 252, grifo nosso).

O caráter de autenticidade dessas produções fixado por Alexina de Magalhães — de que nos fala Arroyo — pode ser comprovado, por

¹² Os jogos infantis a que se refere o pesquisador são apresentados no quarto e último livro da autora, *Cantigas das crianças e do povo e danças populares*, de 1916 — e não no primeiro. Provavelmente já tivessem sido reunidos no segundo livro, *Nossos brinquedos* (1909) — ao qual ainda não tivemos acesso. No primeiro livro, *Contribuição do folclore brasileiro para a bibliotheca infantil*, publicado em 1907, reúnem-se 21 contos da tradição oral, muitos dos quais, de acordo com a própria Alexina de Magalhães explicita no “Appendice” (p. 199-211), apenas três ou quatro seriam de origem brasileira. As outras seriam variantes das narrativas já registradas em livros portugueses ou contêm expressões que revelariam sua origem ultramarina.

exemplo, também pela informação da própria autora no “Appendice” do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*:

Nas adaptações que vão conscienciosamente indicadas no Índice final, para o qual chamo a atenção do estudioso, usei de ampla liberdade. Nas que diretamente colligi, porém, procurei na medida do possível ater-me á linguagem dos narradores — sobria de pronomes complementos, de analyses introspectivas; — toda concreta, objectiva, pitoresca. Si me detive um pouco mais, foi apenas em precisar-hes os esboços. Uma unica vez fiz um accrescimo. Deste, e dos mais que aos escrupulosos pôde interessar, darão conta as notas que se seguem (PINTO, 1907, p. 200).

No livro *Literatura Infantil Brasileira*: histórias e histórias, referência obrigatória nos estudos da historiografia da literatura infantil, especialmente no que se refere ao contexto de consolidação dessa disciplina no Brasil no entresséculos XIX–XX, as pesquisadoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman atestam:

Mas há [...] outra forma pela qual este Brasil anacrônico e rural é recuperado pela literatura infantil anterior a 1920: trata-se do trabalho de Alexina de Magalhães Pinto que, a partir de 1907, põe seu talento e gosto de folclorista a serviço, senão da literatura infantil, ao menos de um projeto de leitura que garanta o acesso das crianças ao material folclórico representado pelas cantigas, histórias, provérbios e brinquedos recolhidos pela autora na Coleção Icks de Biblioteca Escolar: *As nossas histórias*¹³ (1907); *Os nossos brinquedos* (1909); *Cantigas das crianças*¹⁴ e *do povo e Danças populares* (1916); *Provérbios populares, máximas e observações usuais* (Escolhidos para o uso das escolas primárias), de 1917¹⁵ (LAJOLO; ZILBERMAN, 2006, p. 38).

¹³ As autoras não mencionam o livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* — o que também corroborar a informação de que este e *Nossas historias* são um único livro.

¹⁴ Nota-se, no trabalho de Lajolo e Zilberman, a atualização da grafia de documentos antigos, uma vez que o título do livro é assim escrito: *Cantigas das creanças e do povo e Danças populares*.

¹⁵ No livro (a cuja cópia tivemos acesso na Biblioteca FFLCH/USP) informa-se a data de 1916.

O livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil* (de 1907, do qual faz parte a “Historia de um cachorrinho”, que nos propomos a analisar neste artigo), reúne vinte e uma narrativas¹⁶. Na “Nota preliminar” do livro, a autora designa essas histórias como “museus vivos das tradições humanas” (p. 3), e continua:

Se trago a lume estas “Nossas Historias” antes dos seus respectivos originaes populares, é que anteponho os interesses directos dos “pequeninos” aos dos “grandes”; é que penso sobrelevar a todos os outros deveres o do nosso amor pela cultura da piedade e da moralidade, — fortes alavancas para o esclarecimento das consciências. Laborarei em erro attribuindo tão grande alcance indirecto embora, a tão modestos meios?

Creio que não.

Enquanto impossibilitada para mais, ocupava-se Icks na observação e estudo dos que menos distantes estão da natureza, alguns pedagogos de muito longe, transpondo enormes distancias, vieram lembrar-lhe a antiga descoberta oriental, falar-lhe, com ardor de apóstolos, do papel eminentemente educador dos contos, — quer sejam elles populares, de fadas, fabulosos ou biblicos.

Vieram dizer-lhe que pelos contos educariamos as atenções; iniciariamos os neophitos no mundo dos sentimentos; forneceriámos, a cada um dos nossos attentos ouvintes e repetidores, o vocabulario, a linguagem necessaria para a expressão do seu proprio pensar e do seu proprio sentir.

Vieram, vieram... dizer-me que por esses meios, agradveis e simples, transportar-se-iam os “grandes” aos “pequenos”; levariamos uns e outros á comprehensão reciproca, á visão clara de situações mui diversas d’aquellas em que vivem; á previsão immediata das consequências de seus actos, á reflexão portanto (PINTO, 1907, p. 4).

Nota-se, no fragmento, uma extraordinária capacidade intelectual desta educadora de perceber o alcance histórico que as narrativas possuem de constituir o ser humano. Essa consciência, é possível notar nos excertos, dialoga com discursos correntes entre pensadores e pedagogos

¹⁶ Em nota no índice final do livro (p. 212), a autora informa de quais Estados provieram as narrativas (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia); informa, ainda, que alguns dos contos são adaptações de trabalhos de Silvio Romero.

européus com os quais a folclorista e professora Alexina de Magalhães tivera contato no final do século XIX, os quais lhe lembravam da “antiga descoberta oriental” sobre a importância do tecer e do narrar.

Câmara Cascudo, no livro *Contos tradicionais do Brasil* (2000), declara que o conto popular revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social, constituindo-se, portanto, um documento vivo que transporta e propaga costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos. Antonio Candido, em “O direito à literatura”, faz recordar a capacidade que a literatura possui de instruir e educar, principalmente porque, por meio dela, é possível experienciamos dialeticamente as situações da vida — como evocado em nossa epígrafe (CANDIDO, 2004, p. 113).

Nessa perspectiva, Alexina de Magalhães, ao creditar aos contos — sejam eles “populares, de fadas, fabulosos ou bíblicos” — um “papel eminentemente educador” (p. 4), assinala a potência dessas narrativas de levar as pessoas à visão clara e à compreensão das mais diversas situações que vivenciam. É de se notar, entretanto, que a autora aponta, em seu trabalho etnográfico, “um triste fato de observação pessoal”:

[...] nos meus iletrados narradores populares do interior do Brazil, tenho encontrado desenvolvimento intellectual e compreensão moral superiores aos dos possuidores de cursos escolares dos nossos centros mais civilizados... Mas desdenhe-se ou não desse meio de cultura e encare-se somente a felicidade da infância, as suas necessidades espirituas, não será menos verdade que estas e outras historias populares — por mais em harmonia com o mundo infantil externo e interno, prepararão insensivelmente os jovens cerebros para a compreensão dos cathecismos e das Historias Sagradas, — mesmo essas sem o encanto da musica e dos versos (PINTO, 1907, p. 5).

Os doutores e pesquisadores daquela época, possuidores de cursos escolares dos “centros mais civilizados”, contrariamente à percepção da autora, pareciam ignorar a abundância de saberes e experiências intelectivas identificadas nos “iletrados narradores populares do interior do Brazil” e o que elas poderiam representar para a formação humana — tarefa, portanto, a que se lança a educadora em sua pesquisa etnográfica e cultural.

3 “Historia de um cachorrinho”

O conto parece estar associado à infância. Talvez, por sua brevidade ou pelo poder de síntese em tratar de conflitos humanos — o que, de forma alguma, pode ser entendido como sinônimo de simplicidade ou ausência de diversidade temática e ou de sofisticação¹⁷. Assim, como literatura, é “[...] fator indispensável de humanização, pois permite que os sentimentos passem de simples emoção para uma forma mais concreta, ou seja, tornem-se conscientes, uma vez que são experienciados pelo leitor” (RAMOS; PANOZZO, 2015). Apoiadas nessa premissa, passamos a olhar a “Historia de um cachorrinho”, uma das narrativas do livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, de Alexina de Magalhães.

Alexina de Magalhães Pinto publica, em 1907, em Paris, o livro *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*, no qual reúne vinte e uma narrativas em um total de 212 páginas, incluindo os paratextos. Conforme anotado no “Índice”, na página 212 da coletânea, a autora informa os Estados em que ela havia constatado serem populares as histórias: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia. Entre os contos do livro, encontram-se algumas narrativas (ou suas variações) ainda hoje largamente conhecidas, como por exemplo “João Giló” (sic), “Canta, canta, meu surrão!” e “D. Sylvana”, sendo este último uma evidente referência a “Pele de asno”, publicado por Charles Perrault na França no final do século XVII.

A “Historia de um cachorrinho” inicia-se na página 16 e termina na página 24 do livro. No primeiro parágrafo do texto, o narrador entrega a chave da história com postura de tutorear o leitor: “Numa casinha erma habitavam uma senhora edosa, tres filhas e um irmão mais velho que vivia encantado num cachorro” (PINTO, 1907, p. 19). Os personagens, não nominados, são apresentados no parágrafo inicial — a mãe e seus quatro filhos, a saber, três filhas e um filho que tem a forma de cão — e,

¹⁷ Trabalhos de contistas como Edgar Alan Poe, Machado de Assis, Jorge Luiz Borges, Franz Kafka, Clarice Lispector, Fernando Bonassi, Marina Colasanti e Conceição Evaristo e de teóricos como Julio Cortázar, Mário de Andrade, Ricardo Piglia e Octavio Paz — entre outros tantos — revelam a intensidade, a complexidade e o imensurável alcance dessa forma narrativa — aspectos dos quais, por uma questão de contingência, não nos é possível tratar neste artigo.

também, o cenário da narrativa — uma casa pequena e distante (não sabemos de que, ficando um vazio para o leitor/ouvinte preencher). O uso do diminutivo para referir-se à casa e ao filho — “casinha” e “cachorrinho” — imprimem à casa a noção de ser pequena, simples e, ao filho encantado, um tom de proximidade e afetividade. Na abertura do conto, o leitor é informado de que a história assume tom fantasioso, pois um humano perdeu essa forma e mostra-se no corpo de um cão, ser que, na simbologia e na tradição, está associado à fidelidade. Na abertura do conto, são expostos aspectos da narrativa, mas o conflito é silenciado. Cabe ao leitor seguir a leitura do texto.

Seria esse cãozinho fiel à família? Por que perdera sua forma humana? Qual o seu papel no seio dessa família? Vale observar que, além de esse filho assumir a aparência de cão, é, também, o mais velho de quatro filhos e, ainda, é do gênero masculino — o que, talvez, se possa ler como um índice de encarnação de um ordenamento patriarcal vigente naquela conjuntura de que fazia parte a autora. Na tradição ocidental, o primogênito tem papel protetivo em relação ao grupo familiar, fato que, no conto, tende a ser adensado pela figura do cão.

Em seguida, o narrador confia que as irmãs não sabiam que o cão era seu irmão e que a “mãe tratava muito bem o cachorrinho” (PINTO, 1907, p. 19). A postura materna — deduzimos — gera ciúme nas irmãs. O narrador omite-se acerca de vários pontos do enredo: de que maneira era a vida daquela família anterior à transformação vivida pelo filho mais velho¹⁸? Como teria ocorrido aquele encantamento? O seria necessário para desfazê-lo?

O desfazimento do encanto é uma premissa do leitor de contos de fadas, uma vez que tal ação ocorre em histórias como *A bela e a fera* (em que a fera voltaria à aparência humana pelo amor de uma mulher) ou *A bela adormecida* (a princesa reviveria pelo beijo de um príncipe). Mas também está presente noutras produções: desde *As metamorfoses*, de Ovídio, as narrativas da tradição se nutrem dos temas das transformações e do desejo de se voltar à forma humana. Entendemos ser do nosso repertório de leitura esperar que uma ação/condição se imponha para

¹⁸ Nesse ponto, parece premente remeter-nos a um certo “tom kafkiano”: Gregor Samsa, em *A metamorfose*, que acorda certo dia metamorfoseado em um inseto terrível, porém sem qualquer explicação. (KAFKA, Franz. *A metamorfose*. (Trad. Modesto Carone) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

que o humano transformado em outro ser volte à sua condição humana. Essa expectativa, contudo, não é trazida para esse enredo.

Após a morte da mãe, a oposição das irmãs ao cachorrinho se evidencia e uma delas convida as outras por meio de um questionamento: “Vamos deixar esse cachorrinho morrer de fome?” Fato previsível, o convite é acolhido pelas outras duas irmãs e, assim, procede-se. O irmão sobrevivía apenas de sobras: “E daí em diante só do monturo conseguia o cachorrinho ir vivendo” (PINTO, 1907, p. 19).

Nessa família, cabia às mulheres proverem as necessidades alimentícias. E, assim, as três irmãs, por desejo de comer peixe, foram pescar. Mas a noite tomou-as no caminho de volta:

Dentro em pouco escureceu...
 E ellas a caminhar, a caminhar...
 Quando escureceu de todo, ellas perderam a noção do logar em que se achavam.
 Estariam caminhando direitinho na sua estrada? em outra?
 Não sabiam.
 Mas caminhavam, caminhavam
 (PINTO, 1907, p. 20).

A situação descrita no conto dialoga com a história já conhecida de João e Maria. Nessa, os irmãos foram parar na casa da bruxa, mas, pela esperteza, as crianças conseguiram enganá-la e, libertos, voltaram para casa dos pais, com recursos financeiros, de modo que a família abandona a condição de miséria em que vivia. As crianças são espertas e trazem conforto aos pais, resolvendo a questão da subsistência que caberia aos adultos. No conto que estamos analisando, as irmãs não se mostram perspicazes como crianças João e Maria. O narrador alerta que a casa que as acolhera era do Diabo, e as irmãs não percebem onde estão. Cabe ao cachorrinho revelar-lhes: “‘Minhas Senhoras, as senhoras sabem onde estão?’ As moças responderam: — Não. ‘Pois estão numa pousada muito perigosa e muito longe de casa. Aqui é o Inferno’” (PINTO, 1907, p. 21).

As moças não se tornaram reféns do diabo, porque o irmão, antes de o galo cantar, saiu do inferno e guiou-as em direção a casa delas. No caminho de volta, contudo, surgem três obstáculos — aliás, como ocorre na estrutura do conto popular. O grupo encontrou três animais — um leão, uma onça e um urso, que os interpelava com perguntas que, apesar de simples (de onde vinham), a elas o cachorrinho respondia de maneira enigmática, em forma de canção:

Eu veio quimbora, bora,
Quimbora, bora,
Panguro pangutunhe,
Dungnhê, dungnhê,
Panguro pangutunhe,
Dungnhê, dungnhê
(PINTO, 1907, p. 20).

O cachorrinho as acompanhou e conseguiu trazê-las de volta para casa. O cão/irmão assume a posição de protetor e de guia. O desfecho, porém, rompe com expectativa esperada do leitor de conto popular, porque, mesmo que as irmãs reconheçam que o cachorrinho as salvou e as conduziu de volta ao lar, o irmão opta por seguir outro rumo: “‘Vão para sua, que eu vou para a minha.’ Disse e tomou o caminho da casa dele...” (PINTO, 1907, p. 24). O final feliz em que os quatro irmãos passariam a viver juntos e em harmonia não se efetiva.

A literatura infantil sempre se debateu entre cumprir a sua natureza de texto artístico e o desejo de os adultos ensinarem aos mais jovens, valendo-se de estrutura narrativa para seduzir crianças e por em tela visões educativas. Poucas são as obras antigas que conseguem assumir viés libertário. Neste conto, publicado em 1907, encontramos alguns espaços para atuação do leitor frente aos silenciamentos do narrador e, ainda, o rompimento com a tradição no desfecho. O viés literário, ao tratar de conflitos humanos sem restringir a ação do leitor sobre o enredo, comparece nesta narrativa.

4 Dos “museus vivos das tradições humanas”: conclusão

No “Appendice” do livro do qual faz parte o conto tratado neste artigo, na parte intitulada “Notas B”, Alexina de Magalhães Pinto explica que a história do cachorrinho lhe fora contada por uma menina pretinha, nomeada como “M.D.”, residente às margens da Estrada de Ferro Sapucahy, em terras adjacentes à estação de José Leite, no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a autora, as palavras da cantiga lhe pareciam de origem africana e o conto, alegórico, considerando que os descendentes de africanos (“irmãos nossos”, em suas palavras) eram tratados como cãesinhos. Afirma ainda que, por vezes, a predileção de uma “boa senhora por uma sua ‘cria-de-estimação’ a atraía à odiosidade dos filhos da casa”. Conclui a nota dizendo que, como quer que fosse, tratava-se de uma “amarga lição”: o “vencei o mal com o bem” seria, nesta narrativa, um fato (PINTO, 1907, p. 204).

Assim, por sua potência de, quer seja por meio de alegorias e mensagens às vezes cifradas ou por sua limpidez e transparência, as histórias e contos, as produções literárias e ficcionais, através da fabulação, instruem e educam, essencialmente por não conhecerem limites de tempos, modos e formas de representação não somente de nossas experiências humanas, mas também de animais e reinos, de tempos imemoriais e do devir. Essa consciência de que as narrativas possibilitam um sentido de síntese analítica fundamental aos novos aprendizados é presente em Alexina de Magalhães que, já nas páginas iniciais de sua “Nota Preliminar”, declara: “Contae, ó mães, contae historiazinhas aos vossos filhos e, quando puderdes, não deixes de ser parte no seu pequenino auditório!” (PINTO, 1907, p. 5.)

Se a literatura é instrumento de educação e nos possibilita viver dialeticamente problemas, como aponta Candido, em epígrafe deste artigo, acordar do sono museus vivos registrados por uma mulher escritora (aliás, elas tão pouco comparecem no acervo de literatura infantil e juvenil) torna-se imperioso. Aquela que ousou usar calças em um contexto em que essa vestimenta era imprópria escava o cotidiano do seu tempo, do seu lugar e, em cada conto com que nos brinda, é como uma pepita que se coloca a brilhar. Para que as pepitas dessa escavação se tornem presentes na contemporaneidade, cabe a nós, pesquisadores comprometidos com a memória, com a literatura infantil, com as mulheres, lançar nossas lentes sobre esse acervo. A obra da folclorista e educadora irreverente nos espera, seja pelos contos que apresenta, seja pelos potentes comentários a respeito de cada peça tecidos pela autora.

Referências

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

CANDIDO, Antonio. O Direito à Literatura. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/Duas Cidades, 2004, p. 169-191.

CARNEVALI, Flávia Guia. “A mineira ruidosa” *Cultura popular e brasilidade na obra de Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921)*. 2009b. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08022010-123212/pt-br.php>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711–2000)*. São Paulo: Escrituras Editoras, 2006.

COUTINHO, Afrânio. Literatura infantil. In: *A literatura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 200-222.

DIONÍSIO, Rita de Cássia Silva; CUNHA, Maria Zilda da. “Opera Lyrica Nacional”: das Minas Gerais para o Folk-Lore brasileiro e a Bibliotheca Infantil. *Recorte: Revista Eletrônica*. Três Corações. v. 14. n. 2 (julho – dezembro, 2017). Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/4199/pdf_114>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: histórias e histórias*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Fundamentos, 5.)

PINTO, Alexina de Magalhães. *Cantigas das creanças e do povo e danças populares*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. Coleção Icks. Série A.

PINTO, Alexina de Magalhães. *Contribuição do folk-loro brasileiro para a bibliotheca infantil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907. Coleção Icks. Série A. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.)

RAMOS, Flávia Brocchetto; PANOZZO, Neiva Senaide Petry (Orgs.). *Mergulhos de leitura: a compreensão leitora da literatura infantil*. Caxias do Sul: Educus, 2015. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/mergulhos_ebook.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

REVISTA VEJA. *A mineira ruidosa*. (Secção “Comportamento”). São Paulo: Editora Abril, 1970. N. 100, 05 de agosto de 1970. p. 58.

Recebido em: 28 de junho de 2021.

Aprovado em: 23 de novembro de 2021.